

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



A Professora da Nação:

**as festas cívicas
e as escolas na Paraíba**

**Genes Duarte Ribeiro
João Pessoa, 2017**

**ORIENTAÇÃO:
DR. ANTONIO CARLOS FERREIRA PINHEIRO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GENES DUARTE RIBEIRO

A Professora da Nação:
as festas cívicas e as escolas na Paraíba

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro
Linha de Pesquisa em História da Educação.

JOÃO PESSOA
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A Professora da Nação: as festas cívicas e as escolas na Paraíba

GENES DUARTE RIBEIRO

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro
Linha de Pesquisa em História da Educação.

JOÃO PESSOA
2017

R484p Ribeiro, Genes Duarte.

 A professora da nação: as festas cívicas e as escolas na
Paraíba / Genes Duarte Ribeiro. - João Pessoa, 2017.
 234 f.: il. -

 Orientador: Antônio Carlos Ferreira Pinheiro.
 Tese (Doutorado) - UFPB/ CE

 1. Escolas – Paraíba. 2. Historiografia - Paraíba. 3. Festas
 cívicas. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 373(813.3)(043)

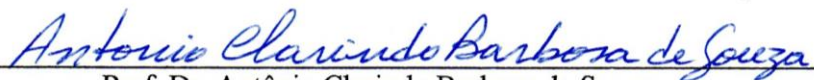
A Professora da Nação: as festas cívicas e as escolas na Paraíba

GENES DUARTE RIBEIRO

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Orientador



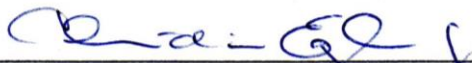
Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo



Prof. Dr. Waldecir Ferreira Chagas
Programa de Graduação em História – Universidade Estadual da Paraíba
Examinador Externo



Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno



Prof.ª Dra. Cláudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno



***Para meus pais
D. Maria Lalá e Seu Geraldo
pela festa das suas Bôdas de Ouro
(1967-2017)***

AGRADECIMENTOS



Como se não bastasse o ritmo exigente para o cumprimento dos prazos estabelecidos para os créditos, leituras, pesquisas e a escrita final do trabalho de Tese, associados ao cansaço, preocupações, doenças e foco para os estudos da vida acadêmica, vieram também as turbulências políticas, econômicas e sociais que assolaram e ainda assolam o Brasil desde os anos de 2013 até o presente momento. De fato, escrevi esta Tese em meio as agitações dos movimentos que tomaram as ruas e as redes sociais, as denúncias e resistências ao golpe travestido de Impeachment da Sra. Presidenta Dilma Rousseff, a onipresença da operação “Lava-Jato”, o desfecho da usurpação do poder pelo governo ilegítimo representado pelo Sr. Michel Temer apoiado por uma grande parte do parlamento brasileiro e as propostas de desmonte dos direitos trabalhistas através das reformas orquestradas pelos golpistas que assumiram os destinos políticos da Nação. Tempos difíceis esses, no qual corremos o risco de nos afogarmos na onda avassaladora do retrocesso conservador e intolerante que anunciam a abertura de caminhos excludentes e nefastos para o Brasil. Entretanto, milhões de brasileiros e brasileiras se organizaram, não se cansaram e resistem contra tudo isso, pois, continuam acreditando na Democracia e na Educação como direitos e ideais inalienáveis para a ampliação da justiça social e para um país melhor. A luta ainda continua...! São para essas pessoas que escrevo estas primeiras linhas dos meus agradecimentos;

Ao professor orientador Antonio Carlos Ferreira Pinheiro que a partir do seu pensamento teórico aguçado me possibilitou enxergar portas neste trabalho, antes nunca imaginadas e durante toda o percurso se mostrou atencioso e com profundo respeito as minhas limitadas sugestões. Antonio tem o mesmo nome do Santo, ao qual fui “entregue aos seus cuidados” pela minha mãe, desde o dia do meu nascimento em 13 de junho, da mesma forma, me senti novamente entregue aos cuidados deste outro Antonio durante a tessitura dessa pesquisa. Deixo um “Amém” de gratidão;

Aos professores que estiveram presente nas Bancas de Qualificação e de Defesa, Iranilson Buriti de Oliveira, Waldeci Ferreira Chagas, Cláudia Engler Cury e Antônio Clarindo Barbosa, que pelo nome deste último, verbalizo que vocês clarearam os meus passos na justa medida, sem luz demais ou de menos. Aprendi com cada um, nesses dois momentos teóricos, que simplicidade sabedoria e humildade podem andar juntas;

Aos professores das disciplinas que tive a oportunidade de cursar, Charliton Machado, Maria Lúcia Nunes, Fabiana Sena, Jorge Hermida, Mauricéia Ananias, Cláudia Cury, Jean Carlo de Carvalho e Erenildo João Carlos e os alunos da Turma 33 por toda a experiência partilhada em sala de aula;

Aos coordenadores do PPGE-UFPB, Severino Bezerra e Aline Machado, todos ganhamos em tê-los nesta coordenação.

Aos funcionários do PPGE-UFPB Glória, Samuel e Cleomar que atentos as necessidades de cada aluno conciliam profissionalismo e sensibilidade na resolução dos dilemas acadêmicos do cotidiano;

Aos amigos com quem dividi os “ais” e os “uis” dos cumprimentos dos créditos durante os cafés na Praça do Encontro, Itacyara, Edna Telma, Lays Regina e Azemar, suportes necessários para chegar até o final;

Ao amigo João Batista Barbosa, que esteve sempre perto quando precisei me deslocar de moto ou de automóvel para os arquivos em busca das fontes e orientações. Deixo meu agradecimento especial pela sua importante disponibilidade quando precisei de você. João é o amigo que leva a sério o peso dessa palavra;

Aos funcionários das instituições por onde passei durante as pesquisas, Arquivo do Estado da Paraíba Waldemar Bispo Duarte, Memorial da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, no IHGP, na Fundação Casa de José Américo, na Biblioteca Átila Almeida e na Biblioteca Maurílio de Almeida, pelo jeito cordial de atender prontamente as nossas solicitações;

À professora Solange Pereira da Rocha, um presente valioso na minha vida é ter sua amizade, pois, se concretiza a profecia bíblica do livro do Eclesiástico “quem encontra um(a) amigo(a), encontra um tesouro.” Eclo 6,14;

Ao Professor Martinho Guedes dos Santos Neto, que foi importante auxílio no momento da elaboração do projeto de pesquisa para o doutoramento;

Ao povo lá da minha casa, irmãos, Jerônimo, Geroaldo, Geusa, Geisa, Jacinta, Gerleide, sobrinhos, cunhados, Val, Gilberto e Dinho, ao primo Waldilson e a tia Maria das Neves, que se preocuparam, torceram e zelaram pela minha saúde e bem-estar em todos os momentos dessa caminhada;

Aos meus pais, Geraldo e Maria, que trabalharam e zelaram muito pelos estudos dos seus filhos. Quando os recursos eram poucos ou inexistentes batiam na porta dos amigos para conseguir material e fardamento escolar, mesmo que fosse reutilizados ou emprestados dos anos anteriores. Foram esses grandiosos esforços que me possibilitaram estudar e chegar até aqui;

À minha vó (não biológica), Helena Dias, *in memoriam*, pessoa que gostaria de tê-la aqui nesse momento para que ela pudesse também colher esses frutos de dedicação que sempre teve com meus estudos. É uma lacuna que permanece, mas, corresponder aos seus esforços me preenche de sensação de dever cumprido e dizer a ela: Obrigado Nena! a senhora conseguiu;

Ao amigo de mais de duas décadas, Josinaldo Salustiano de Brito, que acompanhou de perto os períodos de isolamento, silêncios necessários, desgaste físico e muitas vezes privações de lazer ao longo de todo o percurso desta pesquisa, da escrita e com quem sempre tive a certeza de contar em todos os momentos;

À amiga Gracina Pontes Barbosa, professora, coordenadora pedagógica e ex-secretária de Educação do município de Guarabira, a quem sou grato por toda as possibilidades que me foram dadas para a conciliação do meu trabalho e dos estudos. Além de tudo, ganhei a sua amizade e a possibilidade de conhecer um ser humano com as virtudes que me conquistam: o senso de justiça, a fidelidade e a gratidão;

Às amigas professora Elimary Matias e sua sobrinha Edileusa pela companhia sincera e a oferta dos “mimos” com que me tratam, que bom ter merecido a amizade de vocês;

À amiga Lúcia Ângela que durante a sua gestão na Escola Estadual Monsenhor Emiliano de Cristo atendeu as minhas solicitações nos ajustes nos dias de trabalho do horário escolar para facilitar o cumprimento dos meus estudos;

Ao professor Raimundo Macedo Sobrinho, Secretário de Educação do município de Guarabira, que me ofereceu a valiosa oportunidade de ampliar meu entendimento sobre práticas educacionais e pedagógicas ao fazer parte de sua equipe de trabalho;

Às minhas amigas Heloisa Lima e Sandra Ribeiro pela insistente amizade que sobrevive nas distâncias, mas que se atualiza em todo instante nos reencontros alegres;

Aos amigos e amigas da Secretaria Municipal de Educação do município de Guarabira que acompanharam todo o percurso dos estudos e ficaram na torcida para eu chegasse na feliz e sonhada conclusão, especialmente Rubeny Ramalho, Helenilda Helena, Jane Souza, Wlândia, Alcidema, Ana Brito, Evi, Jean, Jorge, Sr. João Floripes e Edvanda Souto;

Às amigas Elianete Lira e Wilma Lúcia, o carinho de vocês é visível e transparente que me possibilita tocar, sentir e respirar. Nossa amizade às vezes de longe é um mero detalhe, pois, a gratuidade fraterna perdura e ultrapassa os riscos das linhas geográficas dos lugares e espaços.

À minha amiga Dona Lia que com seus cuidados se tornou uma mãe/vó e sempre cuidadosa comigo;

Aos amigos João Tomaz, Iolanda, Neide Matias, Joselene Marques, Ana Julieta, Luann Ítalo, Glória Alverga, Lucimar, Lêda, Mário Rodrigues, Tuany Aline, Jaqueline, Edileuza que sempre me perguntaram numa tradução de amizade: “como anda os estudos?”;

Às amigas Edna Cristina e Zezinha pelo incentivo e os vários momentos de partilha de sonhos e realizações;

À Maria Helena, que tem o mesmo nome sereno e inspirador da minha vó, obrigado por ter proporcionado tantos momentos de reflexão, motivação e ter trilhado caminhos de superação e abertura diante da vida;

Aos meus fiéis escudeiros, Júlio Santana e Alysson Dantas que foram eficientes na busca e entrega de materiais durante esse trabalho;

Aos meus amiguinhos caninos, Charlie e Milk, que me acompanharam em casa na escrita desse texto. As vezes colocando as patas dianteiras na cadeira pedindo carinho e em outras dormindo ao lado dela. Os passeios, as broncas e as brincadeiras sempre foram momentos de uma relação de afeto e amizade que alivia o peso do cotidiano, especialmente nessas situações de produção acadêmica;

Em vários momentos foi ajuda do céu que me sustentou e o olhar maternal de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro me fez ir além do que eu podia. Obrigado Mãe.

Ao grupo de oração Cristo Vida que na festa dos 25 anos, Jubileu de Prata, me ensinou as virtudes do serviço gratuito pelo bem, belo e justo no mundo do outro.

À Deus que me permitiu tudo isso e que só faz aumentar a minha responsabilidade em contribuir com a superação da ignorância e dos limites do pensamento ao meu redor e principalmente na sala de aula.

Por fim, devido a capacidade humana de esquecer, deixo aqui registrado a minha gratidão!

SUMÁRIO

1 COMO SE FAZ UMA FESTA CÍVICA?	21
1.1. Os preparativos: o objeto de estudo	22
1.1.2 Inventando calendários	25
1.1.3 A República e arquitetura das Festas Cívicas	29
1.1.4 Escolas e as Festas Cívicas	39
1.2 A organização e o desfile da proposta	45

Parte 1

O SÉCULO XIX SOB O OLHAR DA REPÚBLICA: AS FESTAS CENTENÁRIAS

2 FESTAS PARA INSTRUIR: RITUAIS CÍVICOS-EDUCATIVOS.....	55
2.1 Primeira aula: o centenário da independência – 1922	55
2.2 Segunda aula: o sesquicentenário da independência – 1972	85
3 INSTRUIR PELAS FESTAS: COMEMORAR PARA NÃO ESQUECER.	112
3.1 Terceira aula: o centenário de 1817.....	112
3.2 Quarta aula: o centenário das Primeiras Letras 1827	130

Parte 2

A REPÚBLICA SOB O OLHAR REPUBLICANO: EXALTAR E OBEDECER

4 FESTAS PARA EXALTAR: QUANDO A NAÇÃO ERA O ESTADO	149
---	------------

4.1 Quinta aula: vivas ao Mártir, ao Chefe e a República	149
5 UM ESTADO PARA FESTEJAR E OBEDECER	171
5.1 Sexta aula: as escolas em marcha: vivas à Revolução!	171
5.2 Sétima aula: memória, inaugurações e prédios escolares	184
6 TERMINANDO UMA FESTA CÍVICA PARA INICIAR OUTRA	204
7 REFERÊNCIAS E FONTES	210
ANEXOS	225

RESUMO

Neste trabalho, analisamos algumas festas cívicas que foram idealizadas, organizadas e realizadas na Paraíba em três momentos da história brasileira denominados classicamente pela historiografia política: República Velha (1889 - 1930), Era Vargas (1930 - 1945) e Regime Militar (1964 - 1985). Nesse sentido, o nosso argumento de tese se baseia no entendimento de que mesmo não tendo sido o regime republicano que tenha dado início as Festas Cívicas, consideramos que em diferentes momentos, como nenhum outro regime, soube promover e promover-se pelas festas a partir dos usos de vários elementos tais como: os espaços coletivos; objetos simbólicos; conteúdos históricos; regras e normas; valores, crenças e as atividades escolares. Assim, o nosso objetivo foi investigar as intenções pedagógicas das festas cívicas que visavam (e ainda visam!) atingir toda a sociedade por meio das escolas, ao inculcar nelas valores e sentidos a serem festejados. Utilizamos como fontes documentais especialmente os jornais que circulavam e alguns deles ainda circulam na Paraíba. Para além dos jornais também consultamos algumas revistas, fotografias, anuários, almanaques, leis, regulamentos, atas e mensagens oficiais elaboradas pelos governadores e encaminhadas à Assembleia Legislativa paraibana. Do ponto de vista teórico e metodológico conduzimos a problematização nos pautando no conceito de representação elaborado por Chartier (1990) e, ao mesmo tempo, procuramos dialogar com estudos clássicos e recentes concernentes à História da Educação além de ter nos apropriado da historiografia concernente aos três períodos acima mencionados. Consorciado a ideia de representação utilizamos ainda as contribuições de Hobsbawn (1997); Le Goff (2003); Girardet (1987) e Catroga (2005). Enfim, afirmamos que as Festas Cívicas objetivavam para além de momentos de entretenimento e descontração, pois, pretendia-se criar novos modelos de cidadão republicano e contribuir para a propaganda política em torno da nação e do Estado integrados ao calendário escolar e conseqüentemente, no processo pedagógico dos professores e alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Festas Cívicas. Imprensa. Escolas paraibanas. República Velha. Era Vargas. Regime Militar.

ABSTRACT

In this work, we analyze some civic festivities that were idealized, organized and held in Paraíba in three moments of Brazilian history classically named by the political historiography: Old Republic (1889 - 1930), Era Vargas (1930-1945) and Military Regime (1964 - 1985). In this respect, our argument is based on the understanding that even though it was not the Republican regime that started the Civic Festivals, we consider that at different moments, like no other regime, it has been able to promote and promote itself through parties. Of uses of various elements such as: collective spaces; Symbolic objects; Historical contents; Rules and standards; Values and beliefs and school activities.. Thus, our objective was to investigate the pedagogical intentions of the civic parties that aimed (and still aim!) to reach the whole society through the schools, in instilling in them values and senses to be celebrated. We used as documentary sources especially the newspapers that circulated and some of them still circulate in Paraíba. In addition to the newspapers, we also consult some magazines, photographs, yearbooks, almanacs, laws, regulations, minutes and official messages prepared by the governors and forwarded to the Legislative Assembly of Paraíba. The, ordinarily published in the consulted periodicals, were of great importance for the discussion of this thesis work. From a theoretical and methodological point of view, we lead the problematization, based on the concept of representation elaborated by Chartier (1990) and, at the same time, we try to dialogue with classic and recent studies concerning the History of Education, besides having taken the historiography concerning the three Periods. Consociating the idea of representation We also use the contributions of Hobsbawn (1997); Le Goff (2003); Girardet (1987) and Catroga (2005). Finally, we affirm that the Civic Festivals were intended as well as moments of entertainment and relaxation, as it was intended to create new models of citizen republican and contribute to political propaganda around the nation and the State integrated into the school calendar and consequently, in the process of teachers and students.

Key words: Civic festival. Press. Paraibana's school. Old Republic. Era Vargas. Military Regime.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tiradentes esquartejado	34
Figura 2 - Reprodução Bandeira Nacional 1889	36
Figura 3 - Reprodução da primeira Bandeira Nacional oficializada 1889	37
Figura 4 - Vista área da Praça da Independência nos dias atuais	64
Figura 5 - Itinerário do Préstito Cívico 1922	69
Figura 6 - Préstito Cívico – Centenário 1922	70
Figura 7 - Grito do Ipiranga	78
Figura 8 - Brasão do Colégio Estadual do Bairro dos Estados	92
Figura 9 - Cartaz para visitação dos despojos de D. Pedro I	93
Figura 10 - Pessoas felizes comemorando a Independência do Brasil em 1822 .	97
Figura 11 - José Peregrino, 1918	116
Figura 12 - Itinerário do Préstito Cívico 1917	123
Figura 13 - Bandeira da República paraibana em 1817	123
Figura 14 - Bandeira da República pernambucana em 1817	123
Figura 15 - Préstito Cívico Centenário de 1817	125
Figura 16 - Itinerário da Parada Militar Estudantil – Centenário de 1827	136
Figura 17 - Parada Militar Estudantil do Centenário de 1827	140
Figura 18 - Caderno Especial do Jornal <i>Brasil Novo</i>	154
Figura 19 - Caderno Especial do Jornal <i>A União</i>	156
Figura 20 - Capa do material didático de atividades cívicas sobre João Pessoa..	168

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Antigo Jardim Público, Praça Comendador Felizardo	63
Foto 2 - Prédio do Palácio do Tesouro, Praça Rio Branco	63
Foto 3 - Hasteamento da Bandeira no Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello	67
Foto 4 - Primeira página do Jornal <i>O Educador</i>	76
Foto 5 – Préstito Cívico de 1922	77
Foto 6 - Missa Campal - Centenário em Guarabira	81
Foto 7 - Juramento a Bandeira - Centenário em Guarabira	82
Foto 8 - Encerramento do Préstito Cívico - Centenário em Guarabira	82
Foto 9 - Préstito Cívico - Centenário na Vila de Serraria	84
Foto 10 - Estátua de Tiradentes - Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro	88
Foto 11 - Agrupamento estudantil no Desfile de Sete de Setembro de 1972	102
Foto 12 - Agrupamento militar no Desfile de Sete de Setembro de 1972	102
Foto 13 - D. Pedro I no Desfile de Sete de Setembro de 1972	103
Foto 14 - Balões subindo expressando liberdade pelas alunas do Colégio ABC .	104
Foto 15 - Desfile cívico-militar em Campina Grande – PB, 1972	109
Foto 16 - Caderno Especial do <i>Jornal da Paraíba</i> (07 set. 1972)	110
Foto 17 - Largo das Mercês, 1910	126
Foto 18 - Placa de Bronze na fachada da Escola Normal	137
Foto 19 - Detalhe da placa de Bronze	137
Foto 20 - Lugares públicos das comemorações na capital	142
Foto 21 - Alunas e alunos “aos pés do monumento”	160
Foto 22 - Canto Orfeônico em comemoração ao dia do Estado Novo	164
Foto 23 - Marcha da Família realizada na cidade de João Pessoa, em 1964	176
Foto 24 - Alunos e alunas uniformizados na Marcha em Areia	181
Foto 25 - Alunas uniformizadas próximas ao palanque em Bayeux	182
Foto 26 - Comitiva do Presidente Médici na Avenida Eptácio Pessoa	188
Foto 27 - O presidente Médici sendo saudado por uma estudante	188
Foto 28 - Inauguração da Escola Estadual em Guarabira	191
Foto 29 - Inauguração da Escola Estadual em Guarabira	191
Foto 30 - Acolhida ao governador na inauguração da Escola Estadual em Bayeux	193
Foto 31 - Apresentação na inauguração da Escola Estadual em Bayeux	193

Foto 32 - Escola Estadual Sesquicentenário. Bairro dos Estados	199
Foto 33 - Escola Polivalente Modelo Presidente Médici	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trabalhos historiográficos sobre Educação e Festas Cívicas	39
Tabela 2 - As Principais Festas Republicanas	40
Tabela 3 – Principais jornais pesquisados	47
Tabela 4 - As Festas Centenárias	52
Tabela 5 - Parada Estudantil-Militar – 1972	100
Tabela 6 - Programação do hasteamento e arriamento das bandeiras – 1972	107
Tabela 7 – Programação da Festa do Centenário das Primeiras Letras	134
Tabela 8 - Festa do Centenário das primeiras letras nas cidades do interior	143
Tabela 9 - Festas cívicas da República	147
Tabela 10 – Programação das Festas do Cinquentenário da República-1939	162
Tabela 11 - Cidades onde aconteceram as Marchas da Vitória	179
Tabela 12 – Calendário de inauguração de escolas em 1972	194

LISTA DE SIGLAS

ESG – Escola Superior de Guerra

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

AERP - Assessoria Especial de Relações Públicas

SAELPA - Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

COMOCI - Comissão de Moral e Civismo

MAFEP - Movimento de Arregimentação Feminino do Estado da Paraíba

PCB – Partido Comunista Brasileiro

LIMDE - Liga da Mulher Democrata

CAMDE - Campanha da Mulher pela Democracia

CIA – Central Intelligence Agency

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

UCF - União Cívica Feminina

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SEC - Secretaria de Educação e Cultura

Toda festa cívica está repleta de intenções pedagógicas.
(Noé Sandes, 2000 p.99)

Capítulo 1

Como se faz uma Festa Cívica?

As tradições nacionais não poderiam ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados das preleções dos professores em sala de aula, as festas e comemorações, discursos e juramentos tornaram-se partes integrantes e inerentes da educação escolar. (BITTENCOURT, 1992 p. 47).



Composição gráfica elaborada pelo autor. Fonte: www.google.com/images; Revista Era Nova 1922

1.1. Os Preparativos: o objeto de estudo

Em nossa dissertação, intitulada **Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa** (RIBEIRO, 2009)¹, nos debruçamos acerca “da produção, circulação e percepção simbólica” (BURKE, 1994 p.13) da construção da imagem do Presidente João Pessoa e a apreensão dos interesses dos propagadores de sua “sacralização” no cenário estadual e nacional

Para tanto, observamos as passeatas estudantis com os retratos de João Pessoa, a solene visitação das escolas aos altares construídos em sua memória, bem como a participação ativa de alunos e professores na Festa do Centenário do presidente assassinado. Tais atividades foram realizadas pelo poder público, cujo objetivo era o de ativar a memória coletiva incluindo o alunado paraibano como meio de “socialização do mito.” (AIRES, 2007). Assim, dando continuidade, mas ao mesmo tempo ampliando a discussão que havíamos desenvolvido na mencionada pesquisa é que surgiu esta nova proposta de estudo doutoral. Nesse sentido, nosso foco principal consiste em analisar as intencionalidades e sentidos simbólicos para a realização de tantas outras festas cívicas que foram idealizadas, organizadas e realizadas em diversas cidades na Paraíba em três momentos da história brasileira denominados classicamente pela historiografia Política: República Velha (1889-1930), Era Vargas (1930-1945) e Regime Militar (1964-1985).²

As festas cívicas inscritas nos calendários escolares, podem ser interpretadas como “*tradições inventadas*” (HOBBSAWN, 1997), como “*instrumentos de poder*” e da “*memória coletiva*” (LE GOFF 2003), ou como construtoras de “*mitologias políticas*” (GIRARDET, 1987), conforme salienta Catroga (2005) sendo momentos de *comemoração e liturgias cívicas* e ainda com intensões de *ensinar* de acordo com Ozouf (1976) pois, objetivavam para além de momentos de entretenimento e descontração, a disseminação de valores e normas de condutas integrados ao calendário escolar e, conseqüentemente, no processo pedagógico.

¹ A dissertação foi defendida pelo Programa de Pós-graduação em História, na área de Concentração em Saberes Históricos da Universidade Federal da Paraíba no ano de 2009, sob a orientação da professora Dra. Cláudia Engler Cury.

² Mesmo que de forma implícita, as memórias dos tempos em que o autor desfilou nos dias de sete de setembro foram importantes para motivação da escrita desse trabalho. Afinal de contas, as lembranças dos dias escolares que na noite anterior a ansiedade tirava o sono, como também, o sapato engraxado, a farda impecavelmente passada a ferro e o perfume “Contorê” fizeram parte desses fragmentos que perpassaram as motivações para a escolha do tema. Destacamos, que essas vivências ocorreram em temporalidade distinta da tese (anos de 1985-1988) e a abordagem neste trabalho ter seguido a perspectiva dos realizadores/idealizadores e não dos participantes/alunos.

A metáfora usada da festa-professora (Ozouf, 1976) foi bastante produtiva para compreender o objeto nas suas intenções de ensinar, instruir e moldar “mentes e corações” dos cidadãos a partir dos conteúdos históricos, objetos simbólicos, heróis locais e nacionais, espaços coletivos, normas, crenças e atividades escolares.

O termo “cívico” associado as Festas com o qual tecemos essa tese também se metamorfoseou enfrentando revisões e mudanças de acordo com os projetos políticos e programas educacionais de cada período estudado, principalmente a partir do culto dos valores nacionais e de diversos modelos idealizados de cidadão, escola, pátria e nação, não raras vezes imbricados com outros ideais dentro das festas cívicas a exemplo do patriotismo, unidade, heroísmo e sacrifício que fazem parte do contexto em que eram apresentados nos discursos, nos livros escolares, nas datas comemoradas que serão comentados nos momentos oportunos³.

Do ponto de vista teórico e metodológico conduzimos a problematização nos pautando no conceito de representação elaborado por Chartier (1990) e, ao mesmo tempo, procuramos dialogar com estudos clássicos e recentes concernentes à História da Educação além de ter me apropriado da historiografia concernente aos três períodos acima mencionados.

Assim, as festas cívicas estudadas nesta pesquisa aconteceram em consonância com as programações vindas do governo federal e outras com especificidades de interesses locais. Entendemos que elas mereceram a nossa atenção, isto é, o olhar curioso e investigador de um historiador da educação, mesmo já tendo sido realizados os estudos de Cardoso (2006), Paiva, Lima e Pinheiro (2007), Aguiar (2014) e Silva (2011) que nos deram significativas indicações sobre a temática que aqui retomamos em um patamar mais aprofundado procurando verificar a complexidade sociocultural e política ao qual estiveram envolvidas as festas cívicas e escolares. Para tanto, tomamos como desafio os apelos realizados por Silva (2011, p.109) quando afirmou na sua dissertação de Mestrado que existem “muitas fontes relacionadas a essas comemorações que estão nos arquivos esquecidas e solitárias à espera de quem as espreite e as questionem”, sendo assim, embarcamos nessa empreitada!

Selecionamos as festas cívicas que aconteceram dentro e fora das escolas, pois atuam como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais e como mantenedores de determinadas visões de mundo e de história. Assim, por meio das festas cívicas percebemos as relações políticas, culturais e de ensino, por meio das representações construídas. (FONSECA, 2004 p.73). Pois, as festas não se restringem ao ambiente escolar, mas,

³ Essa discussão estará diluída dentro dos capítulos a partir das observações existentes nos trabalhos de Carvalho (1990); Cândido (2012); Cordeiro (2012). Bencostta (2014); Bittencourt (1992); Catroga (2005) entre outros apresentados neste tópico e nas referências.

perpassam por toda sociedade influenciando e moldando os comportamentos dos indivíduos. (CHAMON, 2002).

Adentramos também no universo de algumas escolas nas cidades do interior paraibano⁴, como forma de preencher este espaço historiográfico uma vez que, há poucos estudos que tenham lançado seu olhar fora dos limites da capital paraibana no sentido de apreender o alcance dado às comemorações das festas cívicas nessas localidades.

Assim, mesmo considerando os mencionados estudos entendemos que muito ainda precisava ser analisado, tanto em relação ao período da Primeira República, quanto em relação aos marcos temporais relativos à Era Vargas e ao Regime Militar. Portanto, este estudo pretende preencher algumas lacunas que ainda existem e contribuir (qualitativamente e quantitativamente) para um melhor entendimento sobre as práticas comemorativas na Paraíba.

Reconhecendo que esta temática é ampla e abre para as diferentes possibilidades de pesquisa, ressaltamos que nosso interesse aqui em perceber como as escolas paraibanas foram convocadas a participar destas comemorações alusivas às datas, heróis e símbolos nacionais e como foram preparadas as estratégias de ensino dos conteúdos históricos e dos valores pátrios através da programação oficial e da realização dos desfiles, hasteamentos, marchas, discursos, inaugurações de placas comemorativas e entoação de hinos, ou ainda como na capital e nas cidades e vilas do interior foram vivenciadas a mesma sintonia e cadências nas programações nacionais, várias outras iniciativas que contribuíram para sedimentar os símbolos e festas republicanas, ressignificadas e plasmadas de acordo com os interesses e homenagens locais e na intenção de construir uma nova memória social disseminada nos estabelecimentos de ensino e para a população que também foi convocada a participar.

Estes eventos são importantes também, porque a partir deles podemos identificar no estado da Paraíba, a participação efetiva das escolas na programação das festas cívicas, acrescidos de outros elementos catalizadores de adesão dos estabelecimentos de ensino, à uma programação extensa e organizada pela Diretoria de Instrução Pública do Estado. A ideia central estava na popularização e oficialização dos hinos pátrios, a sacralização dos símbolos nacionais a partir de celebrações religiosas, passeatas cívicas e outras comemorações que em regra geral foram estendidas às cidades do interior da Paraíba.

Essa analogia entre “aquela que ensina” e “a festa cívica” nos abrem possibilidades de desenvolver esta tese a partir do argumento de que as festas cívicas se constituíram como

⁴ Escolas localizadas na cidade de Bayeux, Santa Rita, Guarabira, Alagoa Grande, Campina Grande, São Mamede, Mamanguape, Sapé, Alagoinha, Areia, Cabedelo, Arara, Bananeiras, Pedras de Fogo, Pilar, Araruna, Taperoá, Pombal, Alagoa Nova, Teixeira, Serra da Raiz, Duas Estradas, Cruz do Espírito Santo, Baía da Traição, Cuité, Santa Luzia entre outras.

propósitos educativos, pois, estamos partindo da ideia de que mesmo não sendo a República que deu início as Festas Cívicas⁵, mas, que em diferentes momentos, como nenhum outro regime, soube promover e promover-se pelas festas a partir dos usos de vários elementos: **os espaços coletivos** (avenidas, praças, largos, casas, ruas, igrejas e prédios escolares e públicos); **objetos simbólicos** (bandeiras, monumentos, fotografias, relíquias, estátuas, roupas, fardamentos, placas comemorativas, brasões, livros didáticos, fogos de artifício, lanternas e instrumentos musicais); **conteúdos históricos** (“fatos históricos nacionais e paraibanos”, hinos nacionais e dos centenários, heróis, orações, datas nacionais, discursos e matérias na imprensa); **regras e normas** (feriados, dias, horários, itinerários, deslocamentos e ensaios); **valores e crenças** (patriotismo, civismo, cidadania, união, família, fé, liberdade, amor, Deus, memória, comemoração, heroísmo e sacrifício) e **as atividades escolares** (marchas estudantis, exposições, alvoradas, hasteamentos da bandeira, préstitos cívicos, encenações teatrais, quermesses, inaugurações, palestras e sessões cívicas).

Sendo assim as Festas Cívicas se tornaram parte integrante e inerente da educação escolar para além dos livros e dos conteúdos ensinados pelos professores em sala de aula, pois, pretendia-se criar novos modelos de cidadão republicano, de cultuar os símbolos e contribuir para a propaganda política em torno da nação e do Estado, dando-nos ainda a possibilidade de visualizar, mesmo que parcialmente, como estes eventos ganharam diferentes sentidos e foram sendo reinventados principalmente por aqueles que detinham o poder em momentos de transições e rupturas políticas durante a República brasileira.

1.1.2-Inventando calendários

A experiência humana é marcada pelo uso de calendários e nos acostumamos à obediência a ele, seja em nossas pesquisas acadêmicas, nas memórias, expectativas ou no planejamento de nossas atividades, desde as mais simples e rotineiras, como também, em nossos compromissos profissionais e sociais nos pautamos pela definição a partir das datas.

⁵ Durante o Império se comemoravam várias festas de caráter cívico a exemplo do dia 2 de Dezembro (natalício de Pedro II) 25 de Março (juramento da Constituição), o 7 de Setembro (data da Independência), 9 de Janeiro (dia do Fico) e o 3 de Maio (instalação da Assembleia Nacional Legislativa). Sobre outras festas cívicas comemoradas durante o Império ver o importante trabalho de CHAMON, Carla Simone. **Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002

Ter acesso a um calendário tem sido uma exigência para todos, objeto indispensável à vida dos indivíduos e das sociedades, seja pendurado na parede de casa, no ambiente do trabalho, nas agendas ou em diversas plataformas digitais (telefones celulares, computadores, *notebooks* e *tablets*) que até ampliam a interação com o usuário emitindo avisos em forma de lembretes às tarefas anotadas.

Ao nascermos, o registro de nascimento é a materialidade instituída que dá legitimidade a nossa existência, no qual está demarcado temporalmente o dia, mês e ano em que começamos a existir. Efetivamente, “o ano tornou-se a medida da existência humana” (LE GOFF, 2003, p. 501), e não somente isso, essa data será a medida da nossa idade ao longo do tempo de vida e das sucessivas festas de aniversários que serão comemoradas anualmente, deveras, “o dia do aniversário natalício tornou-se uma ocorrência significativa na vida individual e familiar.” (LE GOFF, 2003, p. 501).

A “tragédia” dessa contagem se dá no momento da nossa morte, pois a data do nosso desaparecimento também será motivo de comemorações no avesso da memória do nascimento, ou seja, se o dia da nossa vinda ao mundo é marcado pela sequência de festas com expressões de alegria, surpresa e votos de dias promissores, por outro lado os rituais fúnebres são plasmados sob o estigma da tristeza, do luto e do pesar. Entre outras formas de celebração da morte temos as missas, celebrações memorialísticas e finalmente a inscrição na lápide acompanhada de símbolos da cultura cristã-ocidental, uma estrela para marcar o nascimento e uma cruz para a demarcação da morte, instituindo assim, uma memória relacionada com os sinais descritos na narrativa bíblica que acompanharam Jesus Cristo no seu natal e no seu último momento na terra.

Outro rito de passagem que também é fixado em data comemorativa é o dia da celebração da cerimônia do casamento. Por exemplo, todos os anos torna-se objeto de festividades batizadas de “bôdas”. Para cada ano de bôdas se estabeleceu um material representativo para nomear o período. Quanto mais tempo de casado, maior é o valor do material representativo, que vai do mais frágil ao mais valorizado (são as bôdas de prata 25 anos de casamento e bôdas de ouro para o aniversário de 50 anos), a propósito é consenso que a quantidade de bôdas comemoradas que determinará o sucesso ou o fracasso da união matrimonial.

Destacamos ainda após esses pequenos apontamentos outras perspectivas da importância dos calendários na vida social. A partir daqui é interessante percebermos a dimensão de dualidade presente nesse instrumento que por um lado é de recordação do passado e por outro de planejamentos para atividades futuras. No dizer de Teixeira (1999, p.

97) “os calendários são marcas do humano”, em outras palavras, é a invenção que consegue associar-se às culturas e à memória, como também, evocando diferentes tempos e signos como “parte dos percursos dos povos e das culturas, que expressam e regulam”.

Em Reis (2009) vamos encontrar que os calendários apesar de diversos, possuem uma estrutura comum, em primeiro lugar sempre há existência de um evento que o criou, inaugurando uma nova época, como também, um “ponto zero” de onde se contam e se datam os eventos a serem comemorados. Esse ponto zero para o mencionado autor está relacionado tanto como “do presente para o passado”, como também “do passado para o presente”. Some-se a isso que o ano é a unidade fundamental do ponto de vista do calendário que define as sucessões das festas, do início do Ano Novo, a contagem dos dias da vida humana e referência dos fatos históricos.

Dentro dessa perspectiva Chiquetto (2001) afirma que os primeiros calendários que surgiram na humanidade estavam relacionados com a prática da agricultura, pois, para o sucesso da colheita houve a necessidade dos agricultores em conhecer e prever os ciclos das chuvas através da observação dos astros e da regularidade dos seus movimentos.

A partir desses conhecimentos houve a necessidade de fatiar o tempo em escalas cada vez mais crescentes e decrescentes auxiliados de outros mecanismos como os relógios, subdividindo o tempo em horas, dias, semanas, meses, anos e séculos.

Do ponto de vista de Le Goff (2003) essa criação é oriunda de uma articulação entre a cultura e a natureza. Assim, o calendário é produto histórico relacionado ao surgimento e organização das festas, da necessidade de medir o tempo e o controle do trabalho e do lazer. Portanto, desde a sua origem o calendário é uma invenção das diversas sociedades e culturas para dominar e domesticar o tempo, tanto na sua dimensão natural ou no tempo vivido e registrado pelos indivíduos.

Então, Le Goff (2003, p. 478) o apresenta como um instrumento de poder, utilizado pelos que comandavam (e comandam!) a sociedade, tais como os reis, os padres, os chefes e os revolucionários, ou seja, como um elemento da essência deste poder, uma vez que a sua instauração através do uso das datas comemorativas significa uma ação de interesses em triunfar e assenhorar-se do tempo e do espaço. Portanto, “a história dos calendários é uma história de reis e de grandes personagens, de heróis, antes de mais nada de heróis nacionais”. (LE GOFF, 2003, p.478).

Fabricar um calendário é poder instituir um novo marco, portanto uma nova história a se comemorar e por sua vez alimentar essa recordação. Em 1793, na França republicana, por exemplo, Le Goff (2003) ressalta o rompimento com o passado a partir da criação de um novo

calendário pelos revolucionários e com ele a invenção das festas que garantiram a sobrevivência da memória e do poder da revolução.

Le Goff (2003 p. 483) aponta ainda que o calendário revolucionário respondeu a três objetivos: 1) romper com o passado; 2) substituir, pela ordem, a anarquia do calendário tradicional e 3) assegurar a recordação da revolução na memória das gerações futuras. Isso significa que, para romper com o passado monárquico, o início do calendário foi escolhido para coincidir o dia da Proclamação da República francesa com o equinócio de outono, em que a mudança do regime na França tinha sido um “milagre simultâneo”, acompanhado da passagem do sol de um hemisfério a outro. O autor afirma, ainda, que era através das datas instituídas para comemoração que os revolucionários franceses pretendiam garantir o futuro da Revolução, perpetuando “a recordação e a vitalidade”.

Para Oliveira (1989) essa experiência pontual e traumática realizada pelos franceses em demarcar através do calendário um novo tempo a ser lembrado coletivamente, teve sua explosão comemorativa no século XIX com a grande exaltação e valorização ufanista das nações. Dessa forma, os nacionalistas tiveram que organizar datas, símbolos, heróis, hinos, monumentos, bandeiras e rituais como objetos essenciais para a construção da identidade e da nação.

Na educação escolar “os calendários são um dos principais referentes temporais da escola e da experiência do tempo dos professores.” (TEIXEIRA, 1999 p. 96). Deveras é uma prioridade no início de cada ano letivo a elaboração de um calendário para a organização das atividades escolares, ou seja, os dias de aulas e as semanas reservadas a recessos e férias, a divisão dos bimestres e das ‘semanas de avaliações’, os períodos de recuperação das notas, dias de planejamentos, reuniões de pais e reuniões administrativas.

Em Teixeira (1999) vamos encontrar ainda outras funções do calendário escolar, que regula o ponto de referência para os alunos como marcador de distintas temporalidades, de forma quantitativa e qualitativa, como por exemplo, os horários de saídas e entradas na escola, o início e o término de uma aula, os momentos de intervalos e lazer, somas de conteúdos e o ritmo de lições a serem estudados. Regula ainda o tempo de “colheita”, ou seja, aproveitamento do rendimento escolar, das “aprovações ou reprovações” uma vez que, o resultado bimestral de cada aluno nas disciplinas decidirá “literalmente” no final de cada calendário letivo os estudantes que irão ou não “repetir o ano”.

Mas, o calendário escolar ainda estava integrado ao projeto republicano como difusor de valores, portanto, “ao eleger e selecionar datas a serem festejadas, bem como homens a serem

considerados heróis, indica o que deve ser lembrado e, conseqüentemente, produz esquecimentos.” (GALLEGO; CÂNDIDO, 2006, p. 4268)

Dentro desse contexto é evidente que o Estado queria converter-se no principal proprietário do tempo da sociedade e dos indivíduos, e uma das estratégias é a elaboração do calendário escolar, uma vez que “a constituição de calendários foi uma das formas de se tentar obter o controle e a uniformização das atividades escolares no momento da organização do sistema escolar estatal.” (GALLEGO, 2005 p. 4).

Por isso, que Bittencourt (1992, p.45) fala da necessidade de contextualizar “essas atividades pedagógicas ligadas ao civismo em meio aos discursos educacionais que se fundamentam no nacionalismo.” Sendo assim, “as festas escolares, que não se resumiam nas comemorações das datas cívicas oficiais, deveriam também contribuir para o novo regime” republicano. (CÂNDIDO, 2007 p.96).

1.1.3 - A República e arquitetura das festas cívicas

Para Ozouf (1976) a festa cívica é um rico momento ritualístico, que permite observar um retrato dos discursos que pretendem dar forma e unidade ao coletivo nacional e, aguçando o olhar, perceber as fragilidades e os conflitos internos e inerentes a essa pretensa unidade. A autora ainda ressalta a partir do exemplo da festa revolucionária francesa que por um lado tinha uma vontade pedagógica em reunir para o exercício das virtudes sociais através da imposição dos rituais, e por outro, eliminar quaisquer diversidade ou não-conformidade. Nessa linha de reflexão, Oliveira (1989) afirma que “a festa tem sempre uma função pedagógica e unificadora, reduzindo as diferenças existentes.”

É nesse contexto a transição do Império para a República no Brasil que verificamos a necessidade de legitimação do novo regime tornando-se, inclusive, uma das questões a ser enfrentada pelos seus idealizadores. Carvalho (1990) fala em disputas e combates intensos entre três correntes que tentavam definir a natureza republicana brasileira, “o liberalismo, à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo”, além disso, o autor ressalta a nula participação popular na proclamação e menos ainda nos anos que se seguiram.

Dessa forma, qual a maneira utilizada pelos republicanos para ganhar simpatia dos seus interlocutores e legitimidade popular em torno de suas propostas? Carvalho (1990, p.10) responde:

não poderia ser feita por meio do discurso, inacessível para um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos.

Mantendo as suas devidas proporções e singularidades em relação à França revolucionária, também houve no início da República brasileira a “batalha” pela instauração de símbolos e alegorias associada à luta política em torno da imagem do novo regime, ou seja, havia a necessidade de definir novos objetivos, identificar os inimigos e principalmente a organização do passado, do presente e do futuro da nação. Para Oliveira (1989) esses elementos se somavam a questão da soberania e cidadania como organizadores da nação e construtores da identidade nacional e da memória coletiva, a partir da realização de festas que passariam a fazer parte do calendário oficial (civil e religioso) do Estado brasileiro.

Por sua vez, dois meses após a proclamação o governo provisório republicano justificou a criação do primeiro calendário de festas a partir do “sentimento de fraternidade universal”. Assim, de acordo com o Decreto nº 155-B de janeiro de 1890, foram considerados dias de festa nacional:

1 de janeiro, comemoração da fraternidade universal; 21 de abril, comemoração dos precursores da Independência Brasileira, resumidos em Tiradentes; 3 de maio, consagrado à comemoração da descoberta do Brasil; 13 de maio, consagrado à comemoração da fraternidade dos Brasileiros; 14 de julho, consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos; 7 de setembro, consagrado à comemoração da Independência do Brasil; 12 de outubro, consagrado à comemoração da descoberta da América; 2 de novembro, consagrado à comemoração geral dos mortos; 15 de novembro, consagrado à comemoração da Pátria Brasileira. (OTÁVIO *apud*, OLIVEIRA, 1989, p.182).

A partir deste calendário republicano é visível que à medida adotada pela República tinha como objetivo forjar uma memória nacional. As datas acima selecionadas foram mais tarde distribuídas em três eixos principais a serem comemorados e incorporadas novas comemorações, sendo o primeiro grupo da **fraternidade universal** (1 de janeiro, 12 de outubro e 2 de novembro e o acréscimo do dia 25 de dezembro); no segundo grupo da **pátria** (3 de maio, 21 de abril, 7 de setembro, 15 de novembro e mais ainda o dia 19 de maio da bandeira); o terceiro grupo da **liberdade** (14 de Julho, 13 de Maio, e mais o dia 24 de Fevereiro, comemoração da Constituição Brasileira). (CÂNDIDO; GALLEGOS, 2006).

No entanto, Leal (2006) observa que esse decreto passou despercebido pelos principais jornais do período⁶, de fato, o barulho foi maior com os decretos que definiram a bandeira e o hino “pesos da tradição” nacional, discutidos por Carvalho (1990). Outro fato interessante é que o dia 03 de maio foi indicado para a comemoração do descobrimento do Brasil e não o dia 22 de abril como já era consenso historiográfico e da imprensa.⁷

Leal (2006) visualiza essa disputa como parte de um jogo de poder que estava acontecendo nas primeiras décadas do novo regime devido à participação dos brasileiros na política e a manifestação do sentimento cívico/patriótico em torno da construção da memória e das comemorações nacionais.

De fato, pois “cada momento presente e cada crise ou mudança na sociedade permitem que se construa uma nova tradição, definindo que eventos e pessoas devem ser lembrados e quais devem passar ao esquecimento.” (OLIVEIRA, 1989, p. 174)

As comemorações instituídas nos primeiros anos da República suscitaram também novos e velhos debates em torno da construção do calendário de comemorações nacionais, uma vez que a inserção do dia sete de setembro não poderia ser visto com bons olhos pelos republicanos, já que o evento resultava numa ação imperial realizada pelos Bragança. Segundo Motta (1992, p. 11.), a mencionada data já era consolidada como de maior nacionalidade, entretanto ressaltavam os republicanos que “os acontecimentos do dia 7 de setembro de 1822 só fizeram piorar a situação brasileira, prolongando a dominação portuguesa”, destacou Oliveira, (1989, p.181) em seu estudo. Nesse sentido, o próprio presidente Deodoro declarou que o 15 de novembro era de fato o marco inaugural da “verdadeira” nacionalidade e, portanto, o dia para se comemorar a “pátria brasileira”.

Como superar as barreiras da tradição monarquista e construir a memória republicana através da instituição novas festas para a nação? A primeira investida ocorreu em 1891 quando foi proposto a substituição do sete de setembro de 1822 pelo sete de abril de 1831, essa última data marcava a renúncia de D. Pedro I ao trono, e foi considerado como “o único ideal verdadeiro da nação inteira” para ser comemorado pela República. (MOTTA, p 15. 1992).

⁶Os periódicos pesquisados pela autora são os que foram publicados no Rio de Janeiro durante o ano de 1889 e 1890: *Jornal do Commercio*; *Diário de Notícias*; *O Paiz*; *Diário do Comércio*; *Gazeta da Tarde*; *Gazeta de Notícias*; e *Revista Ilustrada*. Portanto, os principais veículos de comunicação que acompanhavam desde o Império a efervescência política e os debates em torno do novo regime.

⁷ Leal (2006) discute sobre a insistência dos republicanos em comemorar o descobrimento do Brasil em 03 de maio tendo como um dos motivos o dia 21 de abril ser decretado como feriado nacional, dia de Tiradentes, sendo assim, evitaria dois feriados seguidos, a saber o dia 22 de abril, porém, em 1930 com o Decreto nº 19.488, de Getúlio Vargas fez a extinção do feriado do dia 03 de maio, conservando o dia 21 de abril.

Ozouf (1976), afirma que o ato de decretar comemorações é ter a capacidade de anular ou, no mínimo, de suspender indefinidamente os conflitos. Assim, os programas das festas, os planos para os cortejos, os projetos de monumentos e os discursos martelam quatro afirmações pelo menos: de que nos honramos de ser os mesmos (entre eles), nós somos todos os mesmos (entre nós), nós somos sempre os mesmos que antes, nós permaneceremos os mesmos. Não há comemoração sem esse conjunto, sem esse permanente conjunto.

Assim, “apesar dos pesares” era necessária a conciliação com o passado monarquista, pois, o *Grito do Ipiranga* já estava fixado na memória nacional e restou aos republicanos “moldar a comemoração do sete de setembro aos novos tempos.” (MOTTA, p 16. 1992).

Mas, dentro dessa arquitetura da memória nacional o que deveria ser lembrado ou esquecido? O primeiro a não ser salvo foi o próprio D. Pedro I, que passou a ser considerado um “oportunista” e “irresponsável”, e para ocupar o seu lugar foi sugerido o “Patriarca da Independência”, José Bonifácio, “síntese das correntes que construíram a Nação brasileira.” ((MOTTA, p 16. 1992).

Deveras, “não há regime que não promova o culto dos seus heróis e não possua seu panteão cívico”⁸, dessa forma, houve a luta em torno da escolha de um herói que pudesse representar o “mito de origem” do novo regime, ou seja, um herói com “a cara da nação” para que fosse eficaz em “atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação” da República. (CARVALHO, 1990, p.55).

Quem poderia subir ao altar e receber o culto da nação como principal representante republicano? Em Carvalho (1990) vamos encontrar a figura de Deodoro, que surgiu como um forte candidato, chefe do movimento militar que derrubou a Monarquia, teve direito a poesias, quadros imponentes, monumentos e apoio em diversos jornais. Mas, a sua imagem era muito parecida com a do velho imperador. Assim, era necessário eleger a imagem de um representante mais condizente com o novo regime. Além do mais a sua patente militar poderia contribuir mais com dissensões do que a união desejada.

Outros heróis foram sugeridos como Benjamin Constant, republicano incontestável, que na Constituição Federal de 1891 conforme o art. 8º nas disposições transitórias foi homenageado após a sua morte, sugerindo que o Governo federal adquirisse “para a Nação” a casa em que ele faleceu e nela fosse colocada uma lápide em homenagem à memória “do grande patriota - o fundador da República”, conforme consta no Art. 8º da Constituição Federal de 1891. Todavia, a rejeição a Constant se deu devido a sua fraca popularidade,

⁸ Discutimos a ideia de herói a partir das inferências indicadas por Carvalho (1990)

aspecto esse necessário para o cargo de herói. Somava-se ainda não ter exercido cargos mais altos que o pudessem caracterizá-lo como um grande líder.

Florian Peixoto também foi “invocado como pai fundador da República brasileira”, (OLIVEIRA, 1989, p.181) com bem mais chances do que Benjamin Constant, e ganhou pompas de herói, após a Revolta da Armada no Rio de Janeiro e da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. A resistência travada contra o movimento no Rio o fez ser aclamado pelos jacobinos ao cargo por excelência, mas as conotações sanguinárias e centralizadoras o afastaram do posto.

Portanto, a ausência de elementos mais profundos na memória histórica nacional⁹ e as características pessoais afastavam os candidatos do “15 de Novembro” da condição heróica e legítimos representantes da República, sendo assim foi necessário buscar um herói onde nem se imaginava. Assim, os republicanos apelaram para o passado mais distante da história brasileira. (CARVALHO, 1990). Nesse sentido, a “seleção recaiu sobre Tiradentes¹⁰, cuja ambiguidade possibilitava a todos os matizes (republicanos ou não) se associar com a imagem da República” (ALMEIDA, 2013, p. 29). Para Urt (2012) isso era possível uma vez que os monarquistas poderiam aceitá-lo como herói, tendo em vista o cumprimento pelo Império de dois grandes objetivos: a independência do Brasil e a abolição da escravidão.

É significativo lembrarmos que Tiradentes já era uma figura conhecida¹¹ desde a fundação do Partido Republicano, em 1870, tido como representante da agenda republicana. O dia 21 de abril, data da sua morte, desde 1890 era feriado nacional e no Rio de Janeiro existia o clube Tiradentes. Em Minas Gerais tinha sido erguido um monumento em sua homenagem, vários quadros também já haviam sido pintados em sua homenagem e daí para

⁹ Carvalho (1990 p.55) ressalta as dificuldades para se construir um herói para a República devido à ausência de homens que pudessem “encarnar aspirações, ideias e fulcros de identificação coletiva” sem essas condições não haveria possibilidade para atingir a “mente e os corações” da população. O autor ainda afirma que seria mais eficiente um herói que surgisse espontaneamente das lutas ou que pudesse responder alguma necessidade coletiva, sendo assim, os nomes indicados pelo novo governo eram carentes desses elementos e comprometiam a adesão da população por não ter um herói com a “cara da Nação”.

¹⁰Esta figura, que funciona como uma espécie de mito de origem, Joaquim José da Silva Xavier, “Tiradentes”, apelido que se devia às suas atividades ocasionais como dentista, arrancando dentes. O contexto histórico da sua existência está na província de Minas Gerais quando sofria com os impostos extremamente altos a serem pagos, ainda que a produção de ouro declinasse constantemente. Sob o comando de Tiradentes, atrás do qual se escondiam personalidades importantes da província, fomentou-se uma conspiração, mais tarde denominada Inconfidência Mineira (1789), que vislumbrava uma secessão da província erigida em República, com um Parlamento e Assembleias em cada cidade. É importante ressaltar a importância posterior que ganhou a data “franco-brasileira” de 1789 para a construção da lenda de Tiradentes, desde que um dos conspiradores o traiu e revelou todo o episódio ao governo. Tiradentes foi preso em maio de 1789. Após um longo processo, foi condenado à morte, enforcado em 21 de abril de 1792 e esquartejado. (URT, 2012, p. 499-500,)

¹¹ A historiografia já havia o consagrado como mártir e os republicanos já o conheciam como um defensor das ideias da República desde a fundação do Partido Republicano no Rio de Janeiro, como também, várias manifestações de republicanos em torno de sua memória a exemplo de posições de seu retrato e a construção de monumentos em sua homenagem ainda nos finais do século XIX. (CARVALHO 1990, p. 57-58)

frente “a imagem de Tiradentes se assemelhou a de Cristo, assim como se enfatizou, doravante, a noção de sacrifício que adquire forte conotação religiosa”. (ALMEIDA, 2013, p.90).

Esse aspecto pode ser observado no quadro elaborado por Pedro Américo (Figura 1), que quando se encontrava em Florença, começou a executar o seu

[...] antigo plano de pintar uma coleção de quadros sobre a Conjuração Mineira. Fez cinco esboços da série, finalizando o último deles – o *Tiradentes Esquartejado*, pintado em apenas doze dias e que foi mostrado no Rio de Janeiro em julho de 1893. (MARTINS, 1994, p.102, *itálico no original*).



Figura 1 - Tiradentes Esquartejado - 1893, de autoria de Pedro Américo. O quadro pertence ao Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora – MG.

O sucesso da heroificação de Tiradentes também se deve, segundo Carvalho (1990, p. 67), à localização geográfica e econômica de onde o fizeram (res)surgir, pois, a região Sudeste no século XIX despontava como o centro econômico do país e onde estavam os maiores representantes da causa republicana. Sendo assim, somava-se a ele o elemento de ter sofrido o martírio e ter lutado a favor da independência e contra o absolutismo. Todos esses elementos eliminaram a concorrência de outros heróis, tais como: Bento Gonçalves, originário do Rio Grande do Sul, representante das lutas travadas contra a Monarquia, mas a guerra da Farroupilha tinha uma marca separatista e, portanto, não soava bem para a unidade nacional pretendida pelos republicanos. De Pernambuco, Frei Caneca, foi um candidato dos mais sérios, assim como Tiradentes, tinha sido preso, julgado, condenado e derramado sangue em torno das revoltas que participou. No entanto, o seu caráter mais rebelde, desafiador do poder e “líder cívico”, como também o seu desejo de separação do Brasil em nada representava um movimento nacional que se desejava.

Enfim, também foi considerado que no final do século XIX, havia se processado a decadência econômica e política do Norte (especialmente a parte que hoje corresponde ao Nordeste), aspecto esse que não possibilitava condições ideais para representar o potencial do movimento republicano nacional. Assim, a áurea de “martírio cristão” e “unidade mística” que já tinha circundado a morte de Tiradentes na historiografia, nas poesias, pinturas, comemorações, feriados e nos debates políticos o consagrou como “totem cívico nacional”¹².

Os usos do passado, assim entendidos, passam a ser vistos como um campo de tensão de forças distintas e opostas. Esse entendimento permite pensar, teoricamente, que, nesse território, nesse continente vastíssimo da memória, em um dos gêneros a ele referidos que são as comemorações e os calendários cruzam-se valores, linguagens, práticas culturais, tradições, marcos a serem lembrados e rituais coletivos.

A batalha republicana pela escolha dos heróis e do calendário cívico e patriótico foi realizada com “contornos indefinidos” e uma “duração imprecisa.” Em relação à bandeira e o hino que são dois ícones elaborados para uso quase obrigatório e traduzem de forma mais evidente a síntese do que é a nação, na sua abundância, riqueza ou o que possui de mais importante para demonstrar, a disputa para a adoção desses símbolos a partir da instituição por legislação do governo republicano exigiu data certa, menor duração e uma seleção mais decisiva, salientou Carvalho (1990).

¹² Expressão usada por Carvalho (2004, p. 68) devido a identificação de Tiradentes ter se tornado um “símbolo sagrado” que catalisou sentimentos de união e liberdade por onde passou a operar uma espécie de unidade mística entre os cidadãos.

Catroga (2005, p. 154) entende “o Hino e a Bandeira como símbolos nacionais que conferem uma representação quase totêmica ao patriotismo”, em outras palavras isso significa que, são elementos elaborados para ganhar popularidade e símbolos por excelência para serem amados e cultuados e quando são instituídos, ganham estatuto de legítimos representantes do passado e da memória coletiva.

Em tempos de paz a bandeira e o hino são apresentados solenemente em comemorações coletivas e desfiles ufanistas, porém, na guerra tornam-se catalizadores das emoções, desejos e motivações em torno destes ícones propulsores de discursos exaltados em torno da nação e contra os inimigos dela.

No entanto, no dia 15 de novembro não havia uma bandeira republicana no Brasil para que pudesse sair em desfile pelas ruas em comemoração aquele acontecimento, por um lado o ato da proclamação tinha sido inesperado e por outro o movimento republicano nunca tinha adotado uma bandeira própria. A alternativa foi à improvisação, pois, havia pelo menos vários outros modelos de bandeira, a que existia dos clubes Tiradentes e outras parecidas com a bandeira dos Estados Unidos. (CARVALHO, 1990 p.110).

A bandeira que foi carregada no dia 15 de novembro para saudar a República era uma cópia da bandeira americana, apenas diferente em suas cores, pois as faixas horizontais eram verde e amarelo e o quadrilátero com estrelas brancas tinha um fundo preto. Mesmo assim, não tardou a rejeição dos positivistas, pois, a aproximação com a França e as ideias de Auguste Comte rejeitavam por completo as inspirações de outros países. (Figura 2)



Figura 2 - Reprodução Bandeira Nacional 1889. Fonte: Carvalho (1990 p. 105)

A bandeira tricolor francesa também em nada representava o Brasil, assim, a inspiração para a elaboração de uma nova bandeira teve a influência da Igreja Positivista, pois detalhes e as cores conservadas da bandeia do Império, representavam o elo entre passado e presente propagado pelo positivismo. O fundo verde e o losango amarelo conservavam o passado imperial, e como perspectiva do futuro os símbolos do Império foram substituídos por uma esfera azul estrelado e com o ‘Ordem e Progresso’ escrito numa faixa branca. (Figura 3)



Figura 3 - Reprodução da primeira Bandeira Nacional oficializada 1889.
Fonte: <http://al.sp.gov.br/alesp/banco-imagens>

De fato, a frase é um embasamento na confraternização universal ligando o antigo com o novo. Com um mundo estruturado na ordem e no progresso para crescimento, tal princípio não gerou polêmica, uma vez que a discussão sobre a permanência ou não da inscrição na bandeira rapidamente foi resolvida com a sua aprovação por Decreto pelo governo provisório no dia 19 de novembro de 1889.

No mencionado Decreto, composto apenas de quatro artigos, também ‘estabelece os distintivos da bandeira, das armas nacionais, dos selos e sinetes da Republica’, definindo o ‘verde e amarelo’ como as cores mantenedoras das tradições nacionais, descrevendo os detalhes em que será composta a bandeira nacional, e a sua significação com ‘as lutas e as vitórias gloriosas do exército pela pátria’, ou seja, “mais importante que criar uma bandeira nacional era popularizar e interiorizar a sua representatividade sintética assim como os seus efeitos indenitários e pedagógico-civis.” (CATROGA, 2005 p.166).

Sobre o hino nacional brasileiro, Carvalho (1990 p.122) afirma que o critério que prevaleceu para a sua escolha foi ‘o peso da tradição popular’ sobretudo, o seu aprendizado ser facilitado através da memorização e pela oralidade, muito embora em algumas comemorações e eventos republicanos, por falta de um hino próprio, se cantasse a *Marselhesa*¹³, apesar de não se caracterizar como uma canção nacional brasileira.

Até houve a tentativa de se colocar uma letra brasileira no mencionado hino, mas houve resistência de vários compositores. Após vários concursos para a elaboração do novo hino, o povo rejeitou a canção vencedora, o que fez o próprio Deodoro resolver a questão de outra forma, decidiu pela manutenção do popular e velho hino imperial¹⁴, composto por Joaquim Osório Duque Estrada e a música elaborada por Francisco Manuel da Silva, que era já cantado pelo exército e conhecido nas ruas.

Mesmo assim, o esforço do regime seguia nos primeiros anos da República repleta de novas batalhas e de apelos do governo em propagar e arrebatrar a nação a partir do arsenal dos feriados, festas e símbolos nacionais que foram instituídos com essa intenção.

A elaboração de um novo calendário com datas cívicas nacionais, a instituição do dia sete de setembro como feriado nacional e comemorado, inclusive, com parada militar, o culto à bandeira e a Pátria, bem como, o Hino Nacional cantado coletivamente em espaços públicos ao som de bandas, constituíam desde então, necessidade republicana de construir novos símbolos para o regime numa intenção de provocar “sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros e de uma comunidade nacional.” (CARVALHO,1990, p.127). Esse investimento começou a partir de 1895 quando as comemorações cívicas do dia sete de setembro foram ressignificadas com a realização das “paradas militares”. O objetivo maior foi o de afastar de vez o sentido monarquista da independência e adaptá-las aos objetivos e sentimentos republicanos, no qual a bandeira nacional era a protagonista principal desses eventos coletivos.

Esse investimento republicano também se deu a partir da inserção nos estabelecimentos de ensino no sentido de contribuir com a formação cívica, pois, não demorou muito para que o Estado transformasse as datas cívicas em atividades escolares, ou seja, a escola se tornou um instrumento de formação da memória nacional e de educação da memória ao transmitir

¹³Hino composto na França em abril de 1792 pelo oficial Claude Joseph Rouget de Lisle como canção revolucionária. Adquiriu grande popularidade durante a Revolução Francesa, especialmente entre as unidades do exército de Marselha, ficando conhecida como A Marselhesa, em outros países era conhecida como o hino dos revolucionários contrários as monarquias.

¹⁴Foi inicialmente composto em 1831, tornou-se popular com versos que comemoravam a abdicação de Dom Pedro I. Posteriormente, à época da coroação de Dom Pedro II, sua letra foi modificada e a composição, devido a sua popularidade, passou a ser considerada como o hino nacional brasileiro, embora não tivesse sido oficializado.

valores e construir uma identidade brasileira. (BERGAMASCO, 2009, p.12). Entre outras atividades cívicas ocorreu o investimento de transformar os “desfiles patrióticos” em atividades escolares. Assim, as escolas tornaram-se mais um importante espaço para a fabricação da memória nacional. (MOTTA,1992).

1.1.4 - Escolas e festas cívicas

São vários estudos que já trabalham sobre a relação estabelecida entre as escolas, calendários, datas e as comemorações das Festas Cívicas republicanas tanto no âmbito da História e da História da Educação, podemos enumerar alguns que foram significativos para a discussão desta tese como também um breve panorama das contribuições historiográficas:

Tabela 1 – Trabalhos historiográficos sobre Educação e Festas Cívicas

Autor(a)	Temática
Oliveira (1989)	Instalação do novo calendário e feriados republicanos
Bittencourt (1992)	As tradições nacionais e as festas cívicas republicanas
Gallego e Cândido (2006)	Calendários e as festas escolares
Lopes (2006)	As festas cívicas nas escolas do Piauí na Primeira República
Cardoso (2006)	Festas e as marchas no Lyceu Paraibano
Cândido (2007; 2015)	Os usos e sentidos das festas cívicas nas escolas primárias paulistas na Primeira República
Gerken (2008)	Festas escolares nas escolas públicas primárias em Minas Gerais na Primeira República
Paiva, Lima e Pinheiro (2007)	as festividades e as comemorações cívicas nos grupos escolares da Parahyba do Norte
Vaz (2006)	A relação da escola em tempos de festa como expressão de poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo
Almeida (2013)	A Festa do Sesquicentenário da Independência
Melo (2009)	As festas e a construção de uma memória cívica no Piauí durante o Estado Novo
Silva (2011)	Festas escolas e comemorações cívicas na Paraíba durante o Estado Novo
Aguiar (2014)	Festa do Centenário de Campina Grande em 1964

Tabela elaborada pelo autor a partir das referências selecionadas para este estudo.

Observando a tabela acima os estudos apontam que em cada momento político o Estado brasileiro republicano reinventou comemorações em várias cidades os símbolos, datas, calendários e heróis a partir de diferentes estratégias, que dadas em seus contextos e em suas especificidades, nos permitem discutir o lugar ocupado das Festas Cívicas que visavam atingir toda a sociedade por meio das escolas, ao incutir nelas os valores e sentidos a serem festejados.

Assim, para melhor visualizarmos as festas cívicas que foram selecionadas para este trabalho de tese, elaboramos a seguir uma tabela relacionados aos três momentos históricos, à Primeira República, à Era Vargas e no Regime Militar onde os autores identificaram as principais Festas Cívicas que se tornaram mais vivenciadas, comemoradas e obrigatórias nas escolas públicas e privadas.

Tabela 2 - As Principais Festas Republicanas

MÊS	PRIMEIRA REPÚBLICA 1889-1930	ERA VARGAS 1930-1945	REGIME MILITAR (1964-1985)
JANEIRO			
FEVEREIRO			
MARÇO			Semana da Revolução*
ABRIL	Tiradentes*	Tiradentes Aniversário de Vargas* Dia da Juventude*	
MAIO	Descoberta do Brasil*	Dia do Trabalho	
JUNHO			
JULHO	Confraternização Universal* (Revolução Francesa)		
AGOSTO		Dia do Soldado	Semana de Duque de Caxias*
SETEMBRO	Independência do Brasil Dia da Árvore	Dia da Pátria	Independência do Brasil
OUTUBRO	Dia da América	Dia das Crianças	
NOVEMBRO	Proclamação da República* Bandeira Nacional*	Aniversário do Estado Novo* Dia da Bandeira	Proclamação da República
DEZEMBRO			

* Festas Cívicas inventadas durante esse período político.

Fonte: Construída pelo autor a partir das pesquisas nos períodos estudados.

A pesquisa de Cândido (2007) intitulada **Culturas da Escola: as festas nas Escolas públicas paulistas (1890 - 1930)** é enriquecedora e, nos permite observar como esses rituais eram cuidadosamente orientados pela publicação de leis estaduais específicas e preparados pelos inspetores e diretores de instrução. Além disso, as comemorações realizadas nos estabelecimentos de ensino e em lugares públicos, nos primeiros anos da República

desejavam contribuir para o processo de formação de um ideal de escola e de sociedade republicana.

O sentido atribuído às festas cívicas pela mencionada autora é que estas comemorações estão para além de um momento de confraternização, espontaneidade ou descontração, mas que, “possuíram outras funções, eram momentos privilegiados para **o aprendizado de conteúdos, de disseminação de conhecimentos, de normas e de valores legitimados pela escola e pela sociedade.**” (CÂNDIDO, 2007, p.11. grifos nossos).

Portanto, a festa cívica pode ser apreendida tanto no seu caráter político e pedagógico, ou seja, foram determinadas e organizadas pelo Estado, mas também “constituiu-se parte do projeto político republicano e componente fundamental da educação da população”. O conceito de *Cultura Escolar*¹⁵ se constitui central na abordagem dada pela autora ao analisar as comemorações escolares.

O trabalho da autora se debruça em três tipologias de festas: as festas cívicas, as de inauguração, aniversário e encerramento do ano letivo e as comemorações da natureza, nesse momento nos interessa aqui dois tipos as festas cívicas e as festas de inauguração pois, são “datas e comemorações relacionadas ao regime republicano”, uma vez que essas comemorações cívicas promovidas pelas escolas primárias “contribuíram para a consolidação do sistema político republicano, engendrando um modelo de cidadão a ser formado nas instituições de ensino.” (CÂNDIDO, 2007, p.93).

Considerada como uma festa cívica importante falava-se nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo, em 1907-1908* da necessidade de continuidade da Festa da Bandeira durante todo o ano letivo e não apenas numa data específica, isto é, em cada “sala de aula e prédio escolar fosse colocada uma bandeira em lugar bem visível” sendo assim, os alunos poderiam prestar culto todos os dias antes de iniciar as aulas. De fato, em São Paulo, nas escolas públicas “o ensino cívico constituiu-se parte do projeto político republicano e componente fundamental da educação da população”. (CÂNDIDO, 2007, p. 97).

Entre Bandeiras, Árvores e Bonecas: festas em escolas públicas primárias de Minas Gerais (1906-1930) é o título da tese de doutorado em Educação de Gerken (2008),

¹⁵De acordo com a autora, o termo *cultura escolar* constitui-se em um conceito nuclear para o desenvolvimento da investigação acerca das festas escolares, já que essas podem ser concebidas como um dos aspectos que integraram e ainda integram a cultura da escola. O conceito cultura escolar foi utilizado segundo a concepção engendrada por Dominique Julia (2001, p. 10) como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente desocialização).

que propõe um estudo de investigação e análise dos sentidos das festas escolares nas escolas públicas primárias mineiras, especialmente nos grupos escolares.

Na festa cívica realizada em *21 de abril* de 1910 no Grupo Escolar de Passos, Gerken (2008 p.72) observou que no título do programa da festa já indicava a benção da bandeira como algo importante no evento. Às cinco horas da manhã a população seria acordada com uma salva de 21 tiros¹⁶, “anunciando a grande festa”, em seguida às dez horas, a celebração da missa com a benção solene das bandeiras, ao meio-dia na escola haveria uma sessão literária¹⁷ presidida pelo inspetor de ensino e no momento do hasteamento da bandeira os alunos e alunas iriam cantar o hino nacional.

Outro momento descrito no programa era aquele que os alunos uniformizados executarem exercícios físicos, havia ainda o apelo aos comerciantes para fecharem as portas durante a solenidade e a entrega dos recursos para a Caixa Escolar pelas madrinhas e padrinhos.

Entre os dois programas descritos se observa a convergência das atividades propostas, a população sendo acordada por barulho da banda marcial e de fogos logo cedo, a benção da bandeira e o encontro ao meio dia para hasteamento da bandeira no prédio do grupo escolar.

No entanto, a autora chama atenção para a celebração da missa na cidade de Passos como parte integrante da programação da festa, uma proximidade estabelecida entre o religioso e o cívico, tanto na celebração propriamente dita, quanto em relação a prática de madrinhas e padrinhos para o uso das bandeiras durante as realizações do batismo. A relação política entre a escola e a sociedade local é indicada com a solicitação dos organizadores para o fechamento do comércio e a doações para a caixa escolar do Grupo.

Outro aspecto nas Festas da Primeira República descrito pela autora são as inaugurações de obras públicas, equipamentos urbanos ou atividades de saúde pública com os alunos. No dizer de Gerken (2008 p.94) “os aspectos relativos à higiene e ao saneamento das cidades eram fundamentais, além da preocupação com o progresso; portanto, entrelaçar as festas escolares a esses aspectos era imprescindível.”

¹⁶A quantidade de tiros não corresponde ao dia 21 de abril e sim, aos **21 estados brasileiros** existentes no período, pois, a bandeira nacional adotada pelo decreto n.º 4 de 19 de novembro de 1889, é constituída por um círculo azul no centro com **vinte e umas estrelas brancas**, representando os estados brasileiros: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e o Município da Corte.

¹⁷Entre os textos citados pelos alunos estão os que foram publicados nos livros didáticos e indicados para esses momentos: *A Boneca, A Engomadeira, A Mendiga, Infância e Flor, Minha Patria, Meu Paiz, Ave-Maria, A Bandeira*.

Ressaltamos aqui que a instrução pelas festas cívicas tornou-se uma batalha do governo republicano em instituir um novo calendário de comemorações cívicas nacionais, haja vista, que a instauração do novo regime não contou com a participação da população. Sendo assim, os primeiros símbolos republicanos são instituídos por decreto, se cria uma bandeira e um hino como representantes icônicos da nação, como também, solenidades, atos de saudações e desfiles patrióticos.

Mas, para a popularização desses ideais o Estado brasileiro precisava de reforço na tarefa de construir os cidadãos que a República desejava, por isso, muito rapidamente foi criada a necessidade de convocar dos estabelecimentos escolares para contribuírem com a modelação de novos valores, costumes, crenças e normas a partir das festas cívico-escolares.

Em termos gerais estas festas ganharam alguns contornos semelhantes mesmo realizadas em diferentes localidades, a exemplo da elaboração pelos diretores de Instrução Pública dos estados, dos programas das solenidades e os organizados pelos os diretores das escolas. As participações dos alunos uniformizados em desfiles nas ruas ou enfileirados no pátio do prédio escolar entoando os hinos foi uma prática constante na rotina educativa e com sentidos claros de incutir os valores do civismo e do patriotismo dentro do ideal do “cidadão republicano”.

Notadamente os professores também foram submetidos a normas e exigências para a participação nas festas cívicas, assim, nesse contexto, “a proposta de ser professor integra as maneiras ideais de festejar, celebrar e comemorar”, como também o novo papel que ele deveria assumir diante do cotidiano da escola até então diferentes do que havia antes, por exemplo, os alunos divididos em grupos por idade e nível de conhecimento e a difusão de “valores cívicos e aqueles referentes a uma nova *cultura escolar* mediante o cumprimento das propostas pré-estabelecidas pelas autoridades educacionais”. (GALLEGO; CÂNDIDO 2006, p. 4).

Sobre as comemorações realizadas durante a Era Vargas apresentamos a pesquisa de Vaz (2006) desenvolvida no campo da História da Educação. Nesse estudo, em primeiro lugar a autora indica que festas cívicas já eram realizadas antes da proclamação da República, mas que foram “potencializadas” a partir dela. Após os anos de 1930, o Estado passou a ter maior controle de sua organização, uma vez que o próprio Ministério da Educação assumiu a responsabilidade pelo o culto cívico e patriótico coletivo. Nesse sentido, “com a forte centralização do Estado, acentuada em 1937 com o Estado Novo, as escolas passaram a ter participação ativa nas comemorações cívicas oficiais”.

Sobre aquele período, os trabalhos realizados apontam para uma reconfiguração das estratégias do Estado na convocação da sociedade em torno de um projeto nacionalista, sob as ordens de um único chefe. Dessa forma, as novas datas criadas no calendário oficial revelam o caráter propagandista do Executivo, a exemplo do dia da Juventude, do Aniversário de Vargas e do Estado Novo. (Ver novamente tabela 1).

Sobre o regime militar, no dizer de Germano (2011, p.105), foi de seu interesse desenvolver políticas educacionais direcionadas em primeiro lugar para a repressão dos professores e alunos “indesejáveis” ao Regime, através do controle “político e ideológico do ensino”, ou seja, da educação escolar em todos os níveis e, em segundo lugar eliminar a crítica social e política para obter adesão e apoio de todos os segmentos sociais.

Esses fundamentos políticos educacionais eram baseados na Escola Superior de Guerra -ESG¹⁸, de onde foi desenvolvida a Doutrina de Segurança Nacional-DSN¹⁹, que a partir do binômio Segurança-Desenvolvimento tentou arquitetar a legitimidade do novo regime político a partir de “fundamentos psicossociais”, ou seja,

o que significava adaptar e ajustar as gerações vindouras aos valores concebidos como essenciais pela nova ordem social que estaria sendo criada. A ditadura militar possuía, assim, um projeto de homogeneidade. (NAPOLITANO, 2014, p. 55).

Nesse sentido, a família e a escola, pais e professores “deveriam, segundo a ditadura, ter suas ações e convicções voltadas inteiramente para a construção da ordem, harmonia, coesão e integração nacional.” (NAPOLITANO, 2014, p. 57).

Em dezembro de 1968 foi decretado o Ato Institucional Nº 5 (o AI-5, como ficou conhecido), iniciando “uma ditadura com D maiúsculo”, como afirma Germano (2011). Esse decreto ampliou os poderes do presidente da República e o seu poder de repressão e de censura à imprensa. A partir daquele momento qualquer oposição ao regime somente pode ocorrer na clandestinidade. (CHIAVENATO, 1994). Concomitantemente, foi introduzido no currículo escolar brasileiro, como disciplina e como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, em setembro de 1969, tendo como finalidades principais:

O culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; a compreensão dos direitos e deveres

¹⁸ Foi fundada no Brasil, em 1949 e inspirada na *National War College* americana, nos anos de 1960 deu-se início à formação das primeiras turmas.

¹⁹A Doutrina de Segurança Nacional era uma teoria sobre a necessidade de combater o comunismo, o centro de sua existência era a guerra dentro da bipolaridade do mundo entre o Oriente comunista e o Ocidente democrata e cristão nos anos pós-Segunda Guerra.

dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (BRASIL. Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969).

Nesse contexto, Cordeiro (2012) afirma que foi a partir desse decreto que tornaram muito densas as festas cívicas, porque foram bastante utilizadas pelo Regime para a sua legitimação e autopromoção junto à sociedade. Para tanto, as escolas foram convocadas para os “Encontros Cívicos”, os desfiles no dia da Pátria levaram multidões as ruas e as cores verde e amarelo se tornaram catalizadoras de unidade do país.

1.2. A organização e o desfile da proposta

Nas últimas décadas, as pesquisas históricas, a pluralização de conceitos e a interdisciplinaridade, bem como o pressuposto analítico que compõem os estudos sobre escola e educação, têm sido constantemente entendidas à luz de formulações que, não necessariamente partem restritos a normatização escolar ou da análise das teorias pedagógicas. Os últimos balanços realizados sobre a produção em História da Educação indicam uma forte e já reconhecida tendência das pesquisas na direção da Nova História, especialmente da História Cultural. (VEIGA; FONSECA, 2003).

Nesse sentido, a pesquisa histórica e os estudos sobre escola e educação, no final do século XX evidenciaram as regras e os pressupostos nos quais se baseiam o comportamento dos seus autores em múltiplos aspectos. Daí que, considerando o espaço escolar como local de manifestações que também se originam fora da própria escola, carregando em si fortes tradições culturais, às vezes de longa existência no tempo (VEIGA; FONSECA, 2003), a perspectiva dessa pesquisa procura investigar os seus agentes, as particularidades das festas cívicas inserida no contexto das comemorações a partir dos calendários escolares.

Existe uma relação imbricada entre as comemorações oficializadas pelo poder público e a arquitetura do tempo no calendário escolar como construtores de condutas, rotinas, crenças, costumes, valores, que perpassam as relações sociais dentro e fora da escola. Portanto, a utilização dos conceitos de comemoração, memória e mitologias políticas, foram extremamente importantes para este estudo uma vez que a partir deles foi possível apreendermos como as atividades escolares se relacionam com as finalidades sociopolíticas a partir das referências temporais nos calendários instituídos. (JULIA, 2001).

É válido ressaltar que, com base no significado etimológico da palavra comemoração, do latim, *commemoratio*, Cardoso (1998 p.2) sugere “um significado de um processo ativo e dirigido (*ratio*) da memória, um fazer lembrar, a partir de uma posição indicada pelo prefixo “co”, de conjunto, por extensão social, coletiva.”

Le Goff (2003), por sua vez, utiliza a argumentação de que a comemoração, ou o ato de comemorar, organiza o evento passado, a partir de um tempo histórico que é sempre o do presente. De fato, como o mesmo autor afirma, o que sobrevive da memória coletiva são escolhas, e não, o conjunto daquilo que existiu no passado.

Enfim, concordamos com Silva (2002 p. 432) que “comemorar significa reviver, de forma coletiva, a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo como objetivo principal”. Esse entendimento permite pensar, teoricamente, que, nesse território, nesse continente vastíssimo da memória, em um dos gêneros a ele referidos que são as comemorações cruzam-se valores, linguagens, práticas culturais, tradições, marcos a serem lembrados e rituais coletivos. “A comemoração pretende exorcizar o esquecimento.” (OLIVEIRA, 1989 p.173).

Para o uso das fontes arroladas neste trabalho serão analisadas de modo a perceber não somente a organização do tempo como elemento constitutivo da cultura escolar, mas, a percepção das Festas Cívicas fora da escola que se relacionaram com os aspectos da cultura religiosa e política, e daí buscaremos perceber os usos das datas e comemorações elaboradas como instrumentos de memórias coletivas, representações simbólicas e pedagógicas na construção de recordações ou esquecimentos.

Portanto, os jornais aqui apresentados serão analisados a partir do pensamento de Vieira (2007) que discute os periódicos como fonte documental para a História e as suas contribuições, pois, a imprensa durante muito tempo não foi privilegiada para os estudos históricos.²⁰

Os jornais impressos, principais fontes para esta pesquisa, tiveram circulação na Paraíba cuja análise nos permitiu acompanhar a publicização das comemorações nas escolas, bem como suas expressividades nas ruas, nas escolas e nas praças. Na Tabela a seguir apresentamos algumas informações sobre esses periódicos e quais foram as festas pesquisadas em suas páginas:

²⁰Todavia é interessante ressaltarmos que nos últimos anos ocorreu um considerável crescimento em relação ao uso dos periódicos (jornais e revistas) como fonte ou como objeto de estudos, tanto entre os historiadores da educação como de todos os outros que trabalham com outras temáticas.

Tabela 3 - Principais jornais pesquisados

TÍTULO DO JORNAL	CIDADE	LOCALIZAÇÃO ARQUIVO	PUBLICAÇÃO SOBRE AS FESTAS CÍVICAS	IMPRESSO CIRCULAÇÃO
A União ²¹	João Pessoa	IHGP	Centenário de 1817 Centenário de 1922 Centenário de 1927 Homenagens a João Pessoa Sesquicentenário 1972 Marchas pela liberdade 1964 Inaugurações dos prédios escolares	Sim
O Norte ²²	João Pessoa	Casa José Américo de Almeida	Marchas pela liberdade 1964 Sesquicentenário 1972 Inaugurações dos prédios escolares	Não
A Imprensa ²³	João Pessoa	Arquivo Eclesiástico	Centenário de 1927 Homenagens à João Pessoa	Não
Diário da Borborema ²⁴	Campina Grande	Biblioteca Átila Almeida	Sesquicentenário 1972	Não
Educador ²⁵	João Pessoa	IHGP	Centenário de 1922	Não
Brasil Novo ²⁶	Campina Grande	Biblioteca Maurílio de Almeida	Homenagens à João Pessoa 1930-1931	Não
Jornal da Paraíba ²⁷	João Pessoa Campina Grande	Biblioteca Maurílio de Almeida	Marchas pela liberdade 1964 Sesquicentenário 1972	Não

Tabela elaborada pelo autor a partir dos jornais selecionados para esta pesquisa.

Se por um lado o jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, por outro oferece contribuições importantes à historiografia da educação, entretanto, é preciso

²¹Jornal fundado, em 1893, pelo Presidente da Paraíba, Álvaro Lopes Machado, como sendo o Jornal Oficial em defesa do Governo e que ainda está em circulação no Estado da Paraíba. Cf. Martins (1977).

²² Pertence ao grupo Diários Associados foi fundado em 7 de maio de 1908 e extinto em 1º de fevereiro de 2012.

²³Jornal católico fundado em maio de 1897, cuja principal finalidade foi a propagação da fé e dos princípios cristãos, foi definitivamente extinto em 1968.

²⁴Jornal da cidade de Campina Grande, foi fundado por Assis Chateaubriand, sua primeira edição foi publicada em 1957, encerrou suas atividades em 2012 e seu arquivo impresso foi transferido para a Universidade Estadual da Paraíba no acervo da biblioteca Átila Almeida.

²⁵Jornal fundado pelo professor José Baptista de Mello através da Associação do professorado das Escolas Primárias, circulou entre os anos de 1920 na capital paraibana de caráter conservador tinha com objetivos principais se dedicar em suas publicações das causas “santa e patriótica” que era a “alfabetização do povo e elevação moral dos mestres”.

²⁶ A informação que temos é que esse jornal foi um porta-voz do governo provisório de 1930 e que circulou em Campina Grande.

²⁷Foi um jornal matutino de circulação diária no estado da Paraíba. Ele foi fundado em 5 de setembro de 1971 e faz parte do grupo da Rede Paraíba de Comunicação, em abril de 2016 teve a versão impressa suspensa mudando para a versão online.

perceber as ações e interesses daqueles que os fabricaram, pois pertencem a um grupo com determinada visão de mundo ou objetivos implícitos, cobrando do pesquisador o questionamento do conteúdo publicado, o posicionamento tanto quanto do escritor dos artigos dos periódicos e das relações com a sociedade que o fizeram decidir na produção dos jornais. (CAPELATO, 1988, p.21)²⁸.

De fato, os jornais vinculados ao seu tempo estão impregnados de ideologias, podem ter sido instrumentos de manipulação, tanto de interesses públicos, comunitários e privados. Deles podemos apreender a influência das intervenções do poder na vida social. A partir das páginas impressas dos jornais podemos perceber os registros dos movimentos dos pensamentos, conflitos e consensos sociais de cada período estudado e são esses aspectos que tornam interessante a pesquisa histórica, ou seja, dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa, ou seja, com o conteúdo escolhido que foi fabricado como notícia. (MOUILLAUD, 2002).

Outras fontes, como a Revista *Era Nova*, a legislação educacional do Governo Federal e do Estado da Paraíba, as leis, livros didáticos, decretos, normas, determinações oficiais das comemorações nos permitirão acompanhar a sintonia entre o estado e os estabelecimentos educacionais no cumprimento das festividades.

Quanto às fotografias as utilizamos considerando que elas nos dizem para além de uma imagem “retida no tempo”, mas, como uma mensagem “que se processa através do tempo” tanto como “imagem/documento”, quanto como “imagem/monumento”. (LE GOFF, 2003 p. 525). Sendo assim, conforme ressalta Burke (2004) “a fotografia tornou-se um novo meio como forma de auxílio da História”. Deveras, a presença das imagens fotográficas dentro dos diversos estudos dos historiadores da Educação e o novo sentido e a apropriação que a iconografia tem recebido e sofrido pela nova geração de pesquisadores que apontam caminhos para a sua incorporação como fontes históricas. A partir dela, podemos realizar leitura de valores, regras sociais, ideologias, padrões de costumes e comportamentos de uma sociedade entre tantos outros aspectos.

Por sua vez, há um grande desafio para os historiadores conforme problematizam Cardoso; Mauad (1997), ou seja: “como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico?” Como ultrapassar a ideia de acreditar que a imagem fotográfica é a cópia da realidade?

²⁸ Procuramos ser vigilantes neste ponto, uma vez que, estamos usando fontes impressas que foram porta-vozes oficiais a serviço do governo estadual a exemplo do jornal *A União*.

Cardoso; Mauad (1997) respondem, as questões indicando em primeiro lugar a necessidade de observar os aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elaborou, e inserir o material fotográfico no contexto cultural em que ela foi produzido. Em segundo lugar perceber a intenção e o assunto de quem a produziu, ou seja, a partir de uma dada visão de mundo. Os autores ainda ressaltam que as fotografias são marcas importantes da cultura de uma determinada época, não somente pelo passado evocado na imagem, mas um passado que revela através do olhar fotográfico um tempo e espaço que fazem sentido. Portanto, se a fotografia for assim compreendida ela assume dois aspectos “para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo, tanto como imagem/documento quanto como imagem/monumento”. (CARDOSO; MAUAD, 1997 p.575).

Para Le Goff (2003) o papel do historiador (e aqui o da educação!) é desmontar a imagem/monumento, uma vez que para o autor esta roupagem é uma construção que precisa ser analisada e demolida, a partir da compreensão da produção da imagem/documento.

Metodologicamente, além deste primeiro capítulo, a tese encontra-se estruturada em duas partes: A primeira que denominamos **O século XIX sob o olhar da república: as festas centenárias** composta por “quatro aulas” e a segunda: **A República sob o olhar republicano: exaltar e obedecer** trazendo “três aulas”.

Na parte 1, tratamos sobre as Festas Centenárias que aconteceram na Paraíba nas duas primeiras décadas do século XX, a saber, a Festa do Centenário da Revolução de 1817, a Festa do Centenário e Sesquicentenário da Independência do Brasil e a Festa do Centenário do Ensino Primário como também, as paradas estudantis de sete de setembro que também comemoravam a independência do Brasil através da memória de eventos e heróis do século XIX nas avenidas e ruas, estas comemorações são compreendidas aqui como **Festas para Instruir**.

Na parte 2, destacamos as Festas Cívicas com forte presença das dimensões patriótica e política, principalmente as que trouxeram em seus lemas a exaltação aos mitos da nacionalidade e o culto aos chefes políticos, no executivo federal como também no aspecto local, portanto denominadas **Festas para exaltar**. Entre elas destacamos os momentos de exaltação ao Presidente João Pessoa o “mártir da Revolução de 1930” e a Getúlio Vargas, como também, as manifestações em apoio ao Regime Militar e as práticas festivas de inaugurações de prédios escolares na capital e no interior das cidades paraibanas pelos governadores.

Assim, essas diferentes temporalidades das Festas Cívicas atende aos nossos propósitos uma vez que ao longo do século XX algumas comemorações foram inseridas e outras

deixaram de acontecer, nesse sentido, esse movimento temporal nos possibilitou uma análise do contexto histórico em que diferentes festividades começaram a fazer parte ou não como proposta do calendário escolar.

Para finalizar e ao mesmo tempo possibilitar a abertura de novas discussões e lacunas que não foram preenchidas, apresentamos o nossa última parte intitulada **Terminando uma Festa Cívica para iniciar outra**, como resultado de uma olhar otimista sobre as contribuições que essa pesquisa trouxe para a História da Educação, mas, também convidativa a outros pesquisadores em colaborar com outros trabalhos sobre os mecanismos pedagógicos presentes nas Festas Cívicas.

Nesta primeira parte da tese intitulada **O Século XIX sob o olhar da República: as Festas Centenárias**, procuramos analisar as festas republicanas que comemoraram os fatos históricos ocorridos no Império. Portanto, visualizamos as estratégias da República em cada momento específico de “reinventar o passado” através da utilização das festas a serviço da memória dos que patrocinavam as comemorações. Essas tiveram muita repercussão na imprensa paraibana e delas apreendemos que houve uma grande participação de alunos e de professores das escolas públicas e particulares da capital e do interior, ora como protagonistas ora como expectadores da programação oficial.

Dessa forma, a composição gráfica para abertura dessa Parte I foi elaborada no sentido de apresentar visualmente ao leitor os conteúdos e personagens simbólicos que se tornaram destaques nestas Festas Centenárias, a exemplo das três bandeiras (Império português, Brasil republicano e da Paraíba) e seus respectivos representantes (D. Pedro I, Eritácio Pessoa e Solon de Lucena), Tiradentes e Peregrino de Carvalho. Como pano de fundo apresentamos as páginas dos jornais que se tornaram os propagadores desses eventos e de onde ecoaram vozes de exaltação e homenagens a estes heróis e símbolos nacionais e locais.

Sendo assim, portanto, das festas dos Centenários que aconteceram nas primeiras décadas da República na Paraíba, isto é, organizadas cronologicamente teríamos em primeiro o Centenário da Revolução de 1817 comemorado em 1917, o Centenário da Independência comemorado em setembro do ano de 1922, o Centenário das Primeiras Letras em 1927 e o Sesquicentenário em 1972. Vejamos a tabela abaixo que nos permite visualizar quais festas iremos tratar nesta primeira parte da Tese, como também, nos dá uma dimensão destas comemorações, das escolas e principais atividades realizadas durante as Festas Centenárias:

Tabela 4 – As Festas Centenárias

FESTA CENTENÁRIA	ESCOLAS	ATIVIDADES
Centenário de 1817	Escola Normal; Colégio Nossa Senhora das Neves; Colégio Pio X Colégio Diocesano; Colégio Francisca Moura; Colégio Liceu Paraibano; Grupo Escolar Modelo, Grupo Escolar Antônio Mindello; Cadeiras Isoladas; Escolas Noturnas	Ensaio do hino do Centenário Canto do Hino Nacional, do Centenário e da Paraíba, Missa campal, Préstito Cívico para o Largo das Mercês e o Préstito Cívico para os “lugares históricos” para aposição de placas comemorativas.

Centenário de 1822	Cadeiras Isoladas; Escolas Particulares: Dona Rosalia Neves, Rockwell Smith, Noturna Aragão Sobrinho, D Maria A Amorim, Dom Adauto e João Tavares. Escolas Noturnas: Inácio Leopoldo, Frutuoso Barbosa, Manoel Tavares, Mello Muniz, Coronel Antônio Pessoa, 5 de agosto, Aprendizes de Artífices, de Cruz das Almas, Arruda Câmara, Joaquim Silva, Gama e Melo, Castro e Pinto, Barão do Abiahy e Cardoso Vieira. Grupos Escolares: Thomaz Mindello, Modelo e Maria Das Neves. Escola Normal, Colégio Nossa Senhora das Neves, Colégio Pio X, Colégio Diocesano, Instituto Spencer, Liceu Paraibano e Colégio Nossa Senhora da Conceição	Ensaio do Hino do Centenário, Missa campal, Hasteamento da Bandeira nas escolas, Recitação de poesias, Encenações patriotas, Préstito Cívico até a Praça Aristides Lobo, Juramento à Bandeira, Recebimento do quadro do Ipiranga e a inauguração de placas comemorativas
Centenário de 1827	Escolas Estaduais Escolas Municipais	Missa campal; Parada Militar-Escolar; Inauguração de placa comemorativa; Exposição de trabalhos manuais; <i>Marche aux flambeaux</i>; Alvorada, Canto do Hino do Centenário, Quermesse, Pavilhões, Festa das Flores e arrecadação de dinheiro para as Caixas Escolares
Festa do Sesquicentenário de 1822	Colégios: Estadual Bairro dos Estados, ABC, Região dos Escoteiros, das Neves, Stella Mariz, Instituto Rio Branco, Nossa Senhora das Graças, Comercial Getúlio Vargas, Instituto de Educação, Estadual Central, Ginásio Comercial Afonso Pereira e Getúlio Vargas, Ginásio D. Pedro II, Estadual de Cruz das Armas, Estadual de Jaguaribe, Ginásio Coração de Jesus, Pio XII, Estadual de Santa Júlia, Estadual de Tambiá, Senac, Colégio Pio X, Ginásio Nossa Senhora da Salete, Instituto Epitácio Pessoa, Colégio Lins de Vasconcelos, Estadual do Roger e o Mobral.	Encontro Cívico Nacional Hasteamento da Bandeira Canto do Hino de João Pessoa Canto do Hino Nacional Desfile Cívico-Militar

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das fontes impressas consultadas para este trabalho (*A União, O Educador, A Imprensa, A Era Nova*)

Reconhecemos que estas temáticas são amplas e abrem possibilidade de diferentes abordagens e utilização de fontes. Entretanto, ressaltamos que nosso interesse aqui é perceber como as escolas paraibanas foram convocadas a participar desses eventos e como foram preparadas as estratégias de ensino, especialmente dos conteúdos históricos e dos valores pátrios a partir da programação oficial e da realização dentro e fora das escolas.

Foram organizadas várias atividades pelas autoridades civis e militares, para serem realizadas, tais como: juramentos, hasteamentos e arriamentos da bandeira nacional, ensaios de cantos patrióticos, como também, os chamados Préstitos Cívicos, que eram desfiles com professores e alunos, autoridades e outras instituições pelas principais ruas e praças das cidades, discursos e apresentações teatrais nas escolas imbricados, não raras vezes com celebrações e sentimentos religiosos.

Tanto na capital como nas cidades e vilas do interior²⁹ foram vivenciadas a mesma sintonia e cadências nas programações para os Centenários, mas também, várias outras iniciativas que contribuíram para sedimentar os símbolos e festas republicanas, ressignificadas e plasmadas de acordo com os interesses e homenagens locais, ou ainda na intenção de construir uma nova memória social disseminada nos estabelecimentos de ensino e para a população que foi convocada a participar.

Estes eventos são importantes também, porque a partir deles podemos identificar, no estado da Paraíba, a participação efetiva das escolas na programação das festas cívicas, acrescidos de outros elementos catalizadores de adesão dos estabelecimentos de ensino, à uma programação extensa e organizada pela Diretoria de Instrução Pública do Estado. A ideia central estava na popularização e oficialização dos hinos pátrios (Nacional, Independência, Bandeira e dos Centenários), das cores nacionais e do quadro do Ipiranga, dos heróis de cada festa, a sacralização dos símbolos nacionais a partir de celebrações religiosas, passeatas cívicas e outras comemorações que regra geral foram estendidas às cidades do interior da Paraíba.

²⁹ Ver nota 2.

Capítulo 2

Festas para Instruir: Rituais cívico-educativos

2.1- Primeira aula: O Centenário da Independência - 1922

Era dia de sábado e as ruas da capital paraibana amanheceram movimentadas pela grande quantidade de professores, alunos e alunas uniformizados caminhando em direção às suas escolas. Pelo calendário escolar não marcava aulas, mas, todos eles foram convocados pelo Diretor de Instrução Pública do Estado, Dr. Alcides Bezerra³⁰, para comparecerem às 6h30 da manhã, em seus respectivos prédios escolares para se fazer presente nas solenidades das festas comemorativas do primeiro Centenário da Independência Nacional. Pela programação oficial, a Comissão Central do evento organizou sete dias de Festa³¹, e o segundo dia, portanto, 2 de setembro de 1922, foi escolhido para ser o “Dia das Escolas”³² e neste dia o primeiro momento da cerimônia foi marcado logo cedo da manhã, contribuindo assim, para um aspecto diferente e festivo na cidade, uma vez que já era comum ver professores e estudantes uniformizados andando pelas ruas naquele dia de semana, mas, com bandeirinhas do Brasil sendo carregadas nas mãos e fitas bicolores amarradas nos cabelos das alunas dava um aspecto diferente e festivo na cidade. (*A UNIÃO*, 3 set.1922).

A festa do Centenário foi instituída pelos “senhores do tempo” na expressão utilizada por Le Goff (2003), que neste caso aqui em estudo, foi determinada pelo governo republicano

³⁰ Alcides Bezerra foi eleito deputado estadual para a nona legislatura (1920 - 1923), tendo se afastado da Assembleia, atendendo ao pedido de Solon de Lucena para ocupar o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, função que exerceu até 1922, quando o Presidente da República, Epitácio Pessoa, nomeou-o Diretor do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Fonte: http://www.ihgp.net/luizhugo/alcides_bezerra.html. Acesso em 28 de março de 2015.

³¹ O professor Coriolano de Medeiros escreveu uma carta para a Comissão Central do Centenário da Independência, na qual reclamou da proposta de mudança no nome do quinto dia da Festa denominado de “Dia da Mulher” para o “Dia das Fitas”, segundo ele, era uma proposta que desrespeitava o Dia da Mulher e a figura de Dona Leopoldina, pois, a Comissão sugeriu vender fitas bicolores para arrecadar dinheiro para quatro instituições que cuidavam de menores. Coriolano de Medeiros sugeriu neste dia fosse oferecido um almoço, roupas e brinquedos para todas essas instituições da capital e não apenas para quatro delas. Em resposta a Comissão explicou sobre a falta de recursos para a efetivação da proposta do professor e que a ideia das “fitas” lembrava o ato de D. Leopoldina “arrancar fitas verdes do seu travesseiro para dar aos patriotas”, sendo assim, lamentou o ataque feito a esta ideia através das páginas do jornal e sugeriu uma reunião com as esposas, senhorinhas e outras mulheres da Comissão para explicar melhor esse impasse (*A União*, 13 de agosto de 1922).

³² Pela programação geral ficou assim estabelecido pela Comissão Central do Centenário: 02 de setembro: Dia das Escolas; 03 de setembro: Festas esportivas; 04 de setembro: Sessão Cívica; 05 de setembro: Dia da mulher; 06 de setembro: Desportos náuticos; 07 de setembro: “Data Magna”; 09 de setembro: Baile no Clube Astréia. (Fonte: *A União*, 30 de agosto de 1922)

brasileiro que detinha o poder político para decidir datas e comemorações num estreito laço que marcaram momentos importantes “da inserção do tempo escolar no tempo social”. (CÂNDIDO, 20015, p.25).

Sendo assim, o que observamos aqui é que “o calendário escolar segue, pois, uma cronologia civil, religiosa e cívica” e essa determinação estabelece os limites temporais por um lado, incorporando o tempo social nas atividades educativas e por outro acrescenta no tempo escolar a participação dos alunos em suas escolas, a exemplo da criação das datas de início e término das aulas, dos horários e das festas. (SOUZA, 1999, p.133).

Nesse imbricamento de interesses comemorativos os estudantes e professores foram chamados a participar de um momento que de certa forma dava continuidade aos aprendizados dentro das escolas, ou seja, para a República foi importante fomentar o clima festivo, o colorido nas ruas, as músicas coletivas e a reunião de várias pessoas num mesmo lugar a fim de desenvolver sentimentos patrióticos alicerçada no civismo e na unidade.

Deveras, o Jornal *O Educador*, órgão conservador, que foi criado com o objetivo de dedicar as publicações para as causas “santa e patriótica” que era a “alfabetização do povo e elevação moral dos mestres”, assim, desde o início do ano, já vinha lembrando os seus leitores sobre os cuidados com “as exterioridades dos festejos” que poderiam afastar a juventude escolar das motivações mais importantes para a realização das comemorações. Ressaltou, ainda, que tais festejos tinham caráter educativo, vinculados aos sentimentos cívicos:

Estamos certos que os colegas tanto das escolas públicas como das particulares saberão dar maior brilho aos festejos, **incutindo ao mesmo tempo no espírito dos jovens brasileiros os sentimentos cívicos** que inspiram os atos da independência. Nos moldes indicados poderão quem quiserem dar maior imponência as festas, o essencial, porém é que o fim utilitário das mesmas **não seja anulado pela exteriorização sem importância educativa.** (*O EDUCADOR*, 16 mar. 1922, p.1, negritos nossos).

Os cuidados do Jornal era para que as festas se tornassem momentos de educar os jovens estudantes, e sobretudo aproveitar para inculcar os “sentimentos cívicos” inspirados na memória relativos aos “atos da Independência”. Desse modo, reforçamos o nosso argumento, de que as festas cívicas, era realizadas para se constituir como “um tempo de atividade educativa, um tempo para aprender.” (CÂNDIDO, 20015, p.25).

Do mesmo modo, no mês de julho o governador do Estado, Solon de Lucena³³, recebeu do Ministro do Interior e Justiça as recomendações com essas “importâncias educativas”, através de um documento oficial, sobre a necessidade de alcançar êxito na participação das escolas nas comemorações e, para tanto, enviou aos estados pequenos mapas do Brasil, cartões ilustrados com os símbolos nacionais, quadros do Ipiranga e cópias do hino da Independência para serem entregues aos alunos como lembrança das festividades. O Ministro apelou ainda para o patriotismo do governador no sentido de incluir no programa escolar os cantos do Hino Nacional e da Independência do Brasil. (*A UNIÃO*, 19 jul.1922, p. 2).

Observamos, portanto, a preocupação do representante do governo federal na divulgação e organização da festa do Centenário no estado, dando ênfase aos símbolos e hinos nacionais para que estivessem presentes nas comemorações e, sobretudo no programa das escolas paraibanas. O Ministro ressaltou também a importância da realização do Juramento da Bandeira que deveria acontecer em todas as escolas da República, ao meio dia em ponto, no dia sete de setembro. Nesse sentido, o evento foi esperado pelas autoridades como “uma das cerimônias mais tocantes do Centenário” e foi recomendada para que fosse realizada também nas escolas do interior.

Sendo assim, ao final da carta do Ministro, publicada na edição do Jornal *A União*, ele concluiu apresentando vários elogios e considerou o empenho e a obediência de Solon de Lucena em cumprir o que lhe foi solicitado sendo reafirmado pela *A União*:

O sr. dr. Solon de Lucena, que não tem poupado esforços para que se revista de máximo brilho a comemoração do centenário da Independência, tomará em consideração as sugestões do sr. Ministro do Interior e Justiça, já se tendo entendido com o Dr. Alcides Bezerra, diretor geral da Instrução Pública. (*A UNIÃO*, 19 jul. 1922, p. 2).

De fato, desde o mês de julho do ano de 1922 que o Jornal *A União*, já publicava os convites para as reuniões da Comissão Central, convocadas e presididas pelo Diretor de Instrução Pública, que as realizavam semanalmente no prédio da Associação Comercial da capital. Foram criadas, ainda, várias subcomissões, denominadas de “Comissões Parciais” com seus respectivos responsáveis subordinadas a Comissão Central para a divisão das atividades e dos preparativos, ou seja, para cada dia de festa uma subcomissão ficou

³³Solon Barbosa de Lucena, professor na cidade de Bananeiras (PB). Em 1913 foi eleito deputado estadual na Paraíba, assumiu o governo do estado em 1916, devido o falecimento de Antônio da Silva Pessoa. Em 1917 foi eleito deputado federal e em seguida eleito presidente da Paraíba apoiado pelo primo Senador e Presidente da República Epitácio Pessoa para o quadriênio de 1920 - 1924. <http://cpdoc.fgv.br/republica/LUCENA.pdf>. Acesso em 20 de março de 2015.

responsável pela organização. Eram constantes também as notas no jornal marcando novas reuniões devido a quantidade de atividades que ainda não tinham sido resolvidas. A convocação para essas reuniões tinham quase sempre um caráter de urgência, uma vez que restava pouco tempo para a organização final da programação. (*A UNIÃO*, 27 jul.1922).

Sendo assim, observamos que havia uma preocupação tanto na organização das comemorações como também nas formas de se comemorar, pois, Chartier (1999 p.75) utiliza-se da seguinte argumentação de que “os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler. Novas atitudes são inventadas, outras se extinguem”.

Ora, também no ano de 1922, Epitácio Pessoa³⁴ além de ser o chefe da política paraibana, comandava a presidência da República, aumentando ainda mais a responsabilidade do executivo estadual nos preparativos e na realização da festa do Centenário, quando tudo deveria ser realizado para atender as expectativas do chefe maior. Segundo a redação do Jornal *A União* “o governo da Paraíba tomou a iniciativa de designar as pessoas mais influentes e capazes de levar a efeito a honrosa realização”. Eram de pessoas conhecidas na capital e seus nomes foram publicados pelo Jornal *A União*.³⁵ Mas, esta comissão que organizava os preparativos do Centenário na Paraíba, obedecia às determinações da Comissão Central e copiava o modelo do que seria realizado no Rio de Janeiro, a capital federal, embora acrescentando ao longo das cerimônias e homenagens personalidades e fatos históricos paraibanos.

A propósito no Jornal *O Educador* na matéria intitulada “A Grande Data”, exalta o dia da independência como sendo a “da libertação do jugo de lusitano” e a entrada do Brasil “no mundo civilizado”. Ressaltou ainda a agitação desta Festa em todos os estados brasileiros e foi cogitada a sugestão para que nos festejos na Paraíba “merecedora de aplauso e apoio unânime dos paraibanos” a ereção em uma “praça pública da estátua do inolvidável Vidal de

³⁴Epitácio Pessoa nasceu em Umbuzeiro (PB), em 1865. Advogado, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife em 1886. Foi eleito deputado 1890 - 1893. Entre 1898 e 1901, assumiu o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Foi Ministro do STF entre 1902 e 1912. No mesmo ano foi eleito senador pela Paraíba e foi chefe da delegação no Tratado de Versalhes, em 1919. Venceu as eleições tendo assumido o cargo de presidente do Brasil (1919 - 1922), continuando, sobremaneira a influenciar na política na Paraíba, pois, mantinha a obediência dos seus correligionários. Esse período ficou conhecido como “Oligarquia Epitacista ou Epitacismo” que se iniciara na Paraíba no governo do seu irmão Antônio da Silva Pessoa (1915 - 1916) e continuou com Camilo de Holanda (1916 - 1920), Solon de Lucena (1920 - 1924), João Suassuna (1924 - 1928) e seu sobrinho João Pessoa (1928 - 1930). Ver alguns estudos sobre essa oligarquia em: Rodrigues (1983) e Gurjão (1994).

³⁵ Aqui destacamos apenas os que fizeram parte da comissão do 2º dia dedicado às escolas: o Diretor Geral de Instrução Pública, Alcides Bezerra, o representante da Comissão Central e ex-diretor do Liceu Paraibano Thomas Mindello e o Inspetor Geral de Ensino Noturno Elyseu Maul; os diretores dos principais estabelecimentos de ensino Lindolpho Correia (Liceu Paraibano) e o Mons. João Milanez (diretor da Escola Normal), os professores Miguel Santa Cruz, Mons. Odilon Coutinho, Nestor de Oliveira, Octávio de Barros e as professoras Juventina Coelho, Tercia Bonavides, Noêmia Ribeiro de Andrade e Olivina Olívia Carneiro da Cunha. (*A UNIÃO*, 18 ago. 1922, p. 2).

Negreiros”³⁶. Para os editores do Jornal *O Educador* a realização de tal evento o homenagearia o

Vulto emérito, esse paraibano que tanto trabalhou pela causa sacrossanta da pátria nos tempos coloniais, receberá como testemunho da eterna gratidão de seus conterrâneos essa significativa homenagem. A estátua do denodado guerreiro que morreu coberto de glórias **servirá de belíssima lição de civismo à mocidade estudiosa da Paraíba.** (*O EDUCADOR*, 7 abr.1922, p.1, negrito nosso).

Além da iniciativa feita nas páginas do *Educador* para dar visibilidade ao paraibano Vidal de Negreiros como modelo para a juventude, identificamos que desde o mês de fevereiro que os estudantes Salviano Leite, José Londres e Gilberto Leite tiveram uma “ideia cívica” de criar um comitê para viajar pelas cidades da Paraíba³⁷ a fim de angariar recursos através da realização de festas cívicas para a construção deste monumento. A legitimação da “paraibanidade” no ano em que as atenções estavam voltadas para os “heróis nacionais” se tornou uma “guerra de memórias” entre a memória local e a nacional. (*A UNIÃO* 18 de fevereiro de 1922)

De fato, “não existe festa sem reminiscência, sem repetição do passado” (CÂNDIDO, 2007 p.28), desse modo, segundo o Jornal *O Educador* a figura de Vidal de Negreiros nos festejos do Centenário transformava-se em lições de civismo para os alunos paraibanos, o que aponta para aquilo que estamos discutindo nesse trabalho que é o caráter pedagógico desses momentos para além dos conteúdos escolares, isto é, aqueles que são trabalhados fora da sala de aula nas situações de comemorações cívico-escolares. Ao longo da análise desses eventos atentamos para os propósitos da inserção desses heróis e difusão dos conteúdos históricos relativos a Paraíba nas programações envolvendo os alunos e professores, que foi sintetizado de “paraibanidade” devido o caráter formativo do “homem paraibano.”³⁸

Dias (1996) discute como foi a consagração de Vidal de Negreiros como herói pela historiografia paraibana, devido a sua participação nas guerras contra os holandeses no século XVII tendo o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, principal incentivador e idealizador da construção do genuíno “vulto histórico paraibano”.

No mês de março de 1922 foi a vez do IHGP em dar a sua contribuição para a ideia da construção da estátua de Vidal de Negreiros. O instituto promoveu uma sessão cívica de “arte

³⁶ No livro adotado pelas escolas paraibanas em 1922, *Pontos de História do Brasil*, de Eudésia Vieira, há um capítulo sobre os heróis paraibanos que expulsaram os holandeses, e há Vidal de Negreiros desenhado no meio da página do livro

³⁷ As cidades visitadas foram: a capital, Soledade, Campina Grande, Juazeiro (no Ceará?), Santa Luzia do Sabugy, Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras. (Fonte: *A União* 01 de março de 1922)

³⁸ Um ótimo estudo sobre esse tema encontra-se em Dias (1996) e no artigo de Pinheiro (2003).

e civismo” no Teatro Santa Rosa com apresentações cênicas da Companhia “Thalia” e uma palestra para os convidados sobre o “denodado guerreiro” e “a inspiração da mocidade no mais sadio patriotismo e no culto dos heróis”. Após a sessão o dinheiro arrecadado com os ingressos foi entregue a comissão responsável pela ideia de construir a estátua na capital. (*UNIÃO*, 21 de março de 1922)

A imprensa silenciou sobre o sucesso ou o fracasso dessa proposta, deduzimos que a memória de D. Pedro I e o grito do Ipiranga nas festividades do Centenário sufocaram a ideia da memória local e da “perpetuação em bronze” de Vidal de Negreiros. Somente no ano de 1924 que o espaço denominado “Ponto dos Cem Réis” foi transformado numa Praça com o nome de Vidal de Negreiros pelo governador Sólon de Lucena após as intervenções no local com a demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

No entanto, embora o poder público tenha demarcado a Praça como um lugar oficial para a sua memória, lhe atribuindo um sentido de heroísmo e civismo ao denomina-la de “Vidal de Negreiros” e construindo um monumento com seu rosto em bronze em 19 de março de 1951, a resistência da tradição popular prevaleceu se distanciando do herói das guerras holandesas, pois, o lugar continuou sendo chamado e reconhecido pelo nome de “Ponto dos Cem Réis” até os dias de hoje³⁹.

Sobre as intervenções no aspecto visual das cidades ainda em 1922, como descrito por Motta (1992, p. 47), no Rio de Janeiro, houve uma cobrança por meio das revistas, jornais e de intelectuais para “se dotar a capital de "melhoramentos necessários", para que a "comemoração do centenário se fizesse numa capital limpa, saneada, de bom aspecto", ou seja, o sucesso do programa comemorativo passava também pela “remodelação” da “cidade maravilhosa” que no dizer da imprensa, precisava se aproximar do “modelo de cidade do século XX”.

A autora ainda apresenta uma sequência de sugestões que foram formuladas a época para o melhoramento da cidade, desde a abertura de novas avenidas até a demolição de construções consideradas “arcaicas”. Houve, também, a preocupação com os estrangeiros que visitariam a cidade durante a realização da Exposição Nacional⁴⁰, como parte da

³⁹ Esse nome foi atribuído ao preço da passagem cobrada naquele ponto da cidade. A propósito das intervenções ocorridas na Praça Vidal de Negreiros os trabalhos de Vidal (2004) e Silva (2014) são bastante elucidadores em relação as mudanças ocorridas neste espaço decorrente das políticas urbanísticas na capital ao longo das décadas do século XX.

⁴⁰ Exposição Nacional se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia

programação, uma vez que avaliariam “se chegara à civilização europeia” na capital do Brasil. Motta conclui o seu estudo afirmando que

não era apenas a imagem de um Brasil “promissor” que se queria construir, e nem somente o “público externo” que se visava atingir. Como em bastante frisado pela revista da Comissão Organizadora, a Exposição do Centenário era uma “aula de civismo”, preenchendo “objetivos patrióticos”, afastando “o pessimismo mórbido dos maus brasileiros” e promovendo “a harmonia nos gestos e a paz no coração.” (MOTTA, 1992, p.72, destaques da autora).

Esses interesses citados por Motta (1992), a partir da realização da Exposição do Centenário, podem ser também atribuídos às intenções e objetivos patrióticos dos organizadores paraibanos para a realização das comemorações estaduais. Igualmente como no Rio de Janeiro, houve o cuidado em organizar também um salão para a Exposição Estadual com os produtos naturais e industrializados que, mais tarde seriam enviados para capital federal representando a Paraíba na Exposição Nacional, a construção de uma praça para ser o local principal dos festejos do dia 07 de setembro e a remodelação de alguns prédios públicos.

No estudo realizado por Almeida (2006), nos informa que desde o início dos anos de 1920 já tinham sido tomadas várias iniciativas pelo governador Solon de Lucena e pelo prefeito Guedes Pereira, incentivados pelo Dr. Flávio Maroja⁴¹, no sentido de ampliar o sistema de saneamento básico e higienização da capital. Outras ações relacionadas à infraestrutura, também foram efetivadas, tais como a abertura de novas avenidas, praças e calçadas, além da construção de um parque na Lagoa dos Irerês, localizada no centro da cidade⁴².

Chagas (2004) considera que essas intervenções urbanas no início do século XX estavam sob “auspícios da ordem e do progresso”, lema republicando do novo e moderno, e que várias cidades brasileiras passaram por mudanças, sendo o Rio de Janeiro a pioneira, dando ao lugar novos aspectos, hábitos, costumes e formas de morar. Almeida (2006, p.97), por sua vez destaca que as reformas nas edificações urbanas estiveram vinculadas principalmente ao poder administrativo e às atividades econômicas em expansão, ou seja, a implantação de muitos edifícios se deu, estrategicamente, no entorno das praças criadas ou reformadas.

social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes. Foi denominada também de Exposição Internacional, pois, a partir de outubro de 1921 vários países foram convidados para participarem com amostra das suas principais produções. (MOTTA, 1992, p. 67).

⁴¹O trabalho do vice-presidente do Estado e médico sanitário Flávio Maroja, neste período (1920 - 1922) pode ser acompanhado com muitos detalhes no trabalho de Soares Jr. (2011).

⁴² Dois trabalhos tratam especificamente das transformações na capital paraibana nas primeiras décadas do século XX: Chagas (2004) e Almeida (2006).

Os cenários escolhidos para as festividades cívicas do Centenário na capital vão se concentrar nos principais prédios públicos (Assembleia Legislativa, Escola Normal, Liceu Paraibano, Palácio do Governo), e os préstitos cívicos foram organizados em torno das áreas de maior intervenção pública, tais como as praças Vidal de Negreiros, Comendador Felizardo, antigo Largo do Colégio, jardim público da cidade (Foto 1), a praça Rio Branco (Foto 2) e a Venâncio Neiva, antigo Largo do Palácio que se consolidaram “um conjunto com uma linguagem urbana renovada”, como também a Praça Pedro Américo e a Praça Aristides Lobo, ambas localizadas nos limites entre as áreas alta e baixa da cidade, mantendo “uma relação de proximidade e interação visual”.(ALMEIDA, 2006, p.97).

Na mensagem de Solon de Lucena à Assembleia Legislativa no ano de 1922, ele aponta como principal atividade do Departamento de Obras Públicas do Estado, o melhoramento e reparos dos prédios existentes na capital. Para tanto, como exemplo, o edifício onde funcionava a Imprensa Oficial (Jornal *A União*), o Lyceu Paraibano, a Escola Normal, os Grupos Escolares Epitácio Pessoa, Thomaz Mindello, Antônio Pessoa e Isabel Maria das Neves e o Palácio do Governo, nos quais “todos sofreram reparos, concertos e limpeza necessários a sua conservação.” (PARAHYBA DO NORTE, Mensagem...1922, p.52).

Nas fotografias a seguir (Fotos1 e 2) podemos observar dois ambientes saneados com aspectos de cuidados a partir da arborização e jardins, com contornos das calçadas e de passeios bem planejados, o que denota uma preocupação em organizá-los para direcionar diversas atividades nesses espaços. Pois, foi comum na capital paraibana a proximidade das praças novas e reformadas, criando assim, o que Almeida (2006) denominou de “entorno praça-rua-praça” que produziu um cenário singular entre as novas edificações, como a Escola Normal e o coreto, na Praça Comendador Felizardo, possibilitando um marco estético no local.

Certamente, a localização dessa praça em frente ao Palácio do Governo transformou-se num dos principais lugares para as comemorações oficiais, retretas, encontros e manifestações, préstitos cívicos, comícios, cerimônias religiosas e homenagens póstumas as autoridades e aos heróis paraibanos ao longo da história da Paraíba. O caráter simbólico de apropriação deste local também se configurou na mudança de nomes que a praça recebeu ao longo das influencias dos acontecimentos políticos no Estado⁴³.

⁴³Na pesquisa de Ribeiro (2009), ele identificou os usos políticos da Praça Comendador Felizardo que foi batizada de Presidente João Pessoa, logo após a sua morte em julho de 1930, mais tarde houve a instalação do seu retrato no Altar da Pátria, a inauguração de um monumento em substituição do coreto e diversas comemorações que ocorreram anualmente todo dia 26 de julho neste local.



Foto 1 - Antigo Jardim Público, Praça Comendador Felizardo, vendo-se ao fundo o prédio da segunda Escola Normal, atual Praça João Pessoa. Fonte: *Revista Era Nova* (1922, s/p).



Foto 2 - Prédio do Palácio do Tesouro, Praça Rio Branco, onde funcionou entre 1912 - 1929 a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba e local da Exposição Estadual do Centenário. Fonte: *Revista Era Nova*. (1922, s/p).

Mas, o grande cartão postal para as festas do Centenário da Independência foi à criação de uma nova praça para ser palco das comemorações no dia 07 de setembro de 1922, para tanto, o local foi batizado pelo nome Praça da Independência. (Figura 4). Em Almeida (2006) encontramos a informação de que o local escolhido para a sua construção fugia do padrão das praças e jardins construídos anteriormente na capital, devido a sua localização, pois, o terreno foi comprado no bairro de Tambiá em uma região pouco edificada.



Figura 4 - Vista área da Praça da Independência nos dias atuais. Fonte: Google/maps

Nota-se que a praça é um vasto quadrilátero, traçado geometricamente, dando forma de um traçado regular, que nos anos de 1920 era uma região com poucas edificações, mas, que estava em expansão e de onde partiu posteriormente a avenida que dava melhor acesso às praias. O projeto para a praça incluía ainda as despesas para a construção de um obelisco de três metros de base e dez metros de altura, como principal símbolo das comemorações do Centenário, que por falta de tempo nem a praça ficou pronta nem tão pouco, o obelisco foi inaugurado.

Mas, afirmamos inspirados em Le Goff (2003), que é a prática da construção de monumentos e lugares que aparecem em forma de memória ou herança do passado e tem “como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”, e naquela ocasião havia a intenção desse registro do Centenário a partir da idealização da praça, da compra do terreno, da proposta da construção do obelisco e da nomeação do local para “perpetuar a recordação”, tornando-se, portanto, “uma obra comemorativa” que também intencionava instruir sobre o passado que se comemorava.

As intenções pedagógicas enfatizadas por Sandes (2000, p. 99) diz respeito também a outros investimentos nestas comemorações, por exemplo, enquanto a Comissão Estadual se preparava com intensidade para a “Data Magna”, os alunos e alunas da capital se tornaram também o foco principal dessas intenções e as escolas elementos cruciais para ensinar sobre a Pátria. Conforme já mencionamos anteriormente os estudantes e professores foram convocados antecipadamente pelo Diretor de Instrução Pública para comparecerem ao prédio da Escola Normal todas às 16h para ensaiar os hinos patrióticos, incluindo o da Independência e do Centenário, acompanhados pela banda de música do 22º Batalhão de Caçadores. Deveras, foram dadas várias recomendações para que os professores empreendessem “todo o esforço a fim de comparecer o maior número de alunos” para esse momento. (*A UNIÃO*, ago.1922, p. 2).

O primeiro ensaio foi marcado para o dia 21 de agosto com os alunos das cadeiras isoladas do sexo masculino, do sexo feminino e cadeiras mistas e, para os dias seguintes, o convite foi direcionado para outros alunos de outras escolas. No dizer de Moraes (2007, p.95) esses momentos também revelam “um conjunto de jovens vozes colocadas para bradar em uníssono pela unidade nacional, buscando reforçar as tramas do que constitui o Brasil e os brasileiros”.

A programação das “Solenidades do 2º dia do Centenário Cívico – Dia das Escolas” foi publicada no dia 29 de agosto, de acordo com o jornal o evento foi dividido em duas partes. Na primeira foi proposto o hasteamento da bandeira em todos os estabelecimentos de instrução públicos e particulares com professores e alunos entoando o Hino Nacional e um discurso do diretor de cada escola. Na segunda parte trata-se de uma monumental procissão cívica denominada de “Préstito Cívico”, no qual foram distribuídos os alunos, alunas e professores das 10 cadeiras isoladas e as 34 escolas da capital.

Até o fim de agosto o jornal *A União* continuou motivando a população para também se fazer presente nas comemorações, pois, era necessária uma adesão em torno do evento e para ampliar a divulgação foram impressos dez mil programas para serem distribuídos na cidade e também foi feito o apelo para que as famílias ornamentassem as fachadas das casas com as cores nacionais em “prol do maior brilhantismo e esplendor” das comemorações. Para garantir o público escolar, o governador Solon de Lucena decretou feriado durante os oito dias da festa na capital, nas escolas do interior somente o dia 07 de setembro. (*A UNIÃO*, 31 ago.1922, p. 2).

No dia 02 de setembro, como vimos no início do texto, as alunas da Escola Normal se reuniram no *hall* da escola e cantaram no momento do hasteamento o Hino da Independência

e depois o Hino Nacional, na ocasião o diretor monsenhor João Millanez se dirigiu as alunas afirmando que aquelas festas “são das que falam mais perto ao civismo do povo brasileiro.” Logo após as alunas recitaram poesias sobre a bandeira na sacada principal do prédio, em seguida foi cantando o Hino da Bandeira ao som da banda de música da Força Policial e acompanhado por um grupo de alunas que jogavam flores “no símbolo da nacionalidade”, foi apresentado ainda o estandarte da escola, destacando a data bordada em ouro de 07 de abril de 1885, fundação da Escola Normal na capital. (A *UNIÃO*, 03 set. 1922, p.1).

Consideramos oportuno transcrever um pequeno trecho da palestra do diretor da Escola Normal, tendo em vista que segundo o Jornal *A União* foi um “discurso de ardente patriotismo”:

Saudemos a pátria querida de noss'alma o Brasil, e façamos junto à Bandeira, **símbolo sagrado** que lhe encarna a vida moral e política. Junto ao pavilhão nacional juremos solenemente ser-lhe fieis e dignos a seu nome **pela fé**, coragem, pelo dever, pela justiça e pela honra. **Vós que sois jovens** e que sois portadores das esperanças e do futuro dessa mesma pátria, aprendei dos legionários da nossa Independência o que vale o cumprimento do **dever cívico**. **Despertes na vossa memória** e trazei ao vivo as figuras épicas de Maria Leopoldina, **Pedro I**, **José Bonifácio**, Clemente Pereira e Gonçalves Ledo e outros que escreveram o primeiro capítulo da nossa emancipação política. Protestas, perante a alma peregrina de **Tiradentes** ser dignos da nação fadada que vos deu o berço e que vos guarda o túmulo. (A *UNIÃO*, 03 set.1922, p. 3, grifos nossos).

Nas palavras do diretor da Escola Normal encontra-se a exaltação dos símbolos da Pátria e a glorificação dos heróis da Independência tão conhecidos e consagrados na historiografia tradicional e nas aulas de História do Brasil. Para o monsenhor João Millanez as alunas deveriam ser as guardiãs dos valores morais, religiosos, patrióticos e cívicos. Compreende-se dessa forma, “os inúmeros rituais e práticas voltadas para esta dimensão política, reforçando mitos e a memória nacional.” (SOUZA, 2000, p.178).

De fato, o processo de independência é contado sem conflitos e apresenta modelos de heroísmos, pois, o discurso do Monsenhor pretendeu desempenhar uma função pedagógica e unificadora, fornecendo um quadro de referências de fatos e heróis, a fim de reduzir as diferenças existentes e permitir aos indivíduos que se reconheçam como continuadores e membros de uma mesma nação. (SOUZA, 2000, p. 179).

Nas palavras de Oliveira (1989) são nesses momentos festivos que também almejam assinalar a continuidade entre as gerações, neste caso, entre as alunas da Escola Normal e os legionários da nossa Independência, ou seja, a continuidade com o passado ou com parte deste passado. Assim, em um primeiro momento a retomada de um passado não republicano, parece

contradizer a ideia da necessidade de construção de marcos históricos inéditos, ou melhor, republicanos, no sentido da constituição de uma nova tradição histórica brasileira. Todavia, o que parece ter marcado tais festividades foi o de buscar no passado a formação da Nação como um todo. Ou ainda, como ressalta Chartier (1989) que nas *representações*, há lutas dos grupos em disputa para imporem suas visões de mundo.

Observamos essa batalha no Colégio de Nossa Senhora das Neves onde o evento foi “cívico e espiritual” uma vez que o padre João de Deus Mindello da Cruz fez o seu pronunciamento para as alunas, “cheio de entusiasmo e fé cívica”, foi ressaltada a beleza dos uniformes das normalistas e o discurso muito aplaudido da senhorita Celina Menezes, como também os hinos patrióticos cantados deixando uma “indelével impressão no espírito dos que assistiram.” (A *UNIÃO*, 03 set.1922, p. 3).

Da mesma forma, a partir da fotografia (Foto 3) tirada em frente ao Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello que nos permite observar os alunos e alunas enfileirados e de uniforme cumprindo o que foi proposto para àquela hora da manhã na cerimônia de hasteamento da bandeira. Todos estão localizados em frente ao prédio da escola, uma vez que a sua localização no centro comercial da cidade ao lado de umas das principais vias de acesso aos bairros de Tambiá e Jaguaribe, poderia também envolver muitas pessoas que trafegavam a pé próximos a escola.



Foto 3 - Hasteamento da Bandeira no Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello.
Fonte: *Revista Era Nova* (1922, s/p.).

Em um único *click* o fotógrafo registrou o prédio do Grupo Escolar, as alunas e os alunos, os professores e as pessoas observando de longe o acontecimento, a divulgação dessa

fotografia denota por um lado o sucesso do evento e o cumprimento das escolas ao “dever cívico” aprendido em sala de aula e, por outro, a difusão da comemoração voltada para a população que estava circulando nas ruas naquela manhã de sábado.

No entanto, foi o diretor de outro Grupo Escolar, isto é, do Grupo Escolar Epitácio Pessoa que fez o hasteamento enquanto os alunos cantavam o Hino Nacional enquanto que um grupo de senhoritas jogaram flores na bandeira. Em seguida os alunos assistiram uma palestra sobre o sete de setembro. Após o encerramento uma aluna foi convidada a se “congratular” com os mestres e seus colegas pelos motivos da reunião na escola e foram entoados os Hinos da Independência e da Bandeira. O Jornal *A União* chamou atenção para a ornamentação do Grupo Escolar no seu salão principal que ostentava um retrato do presidente Epitácio Pessoa envolto pela bandeira do Estado. (*A UNIÃO*, 03 set.1922, p. 3).

Foi um “entusiasmo pouco comum” o que aconteceu no Grupo Escolar Isabel Maria das Neves, também localizado no centro da capital paraibana. O mencionado Jornal assim descreveu o evento: contou com a participação de cento e cinquenta alunos cantando hinos patrióticos. O professor Manuel Viana falou sobre a “grande data da Independência” e no momento do hasteamento muitas flores naturais foram jogadas na bandeira. (*A UNIÃO*, 03 set.1922, p. 3).

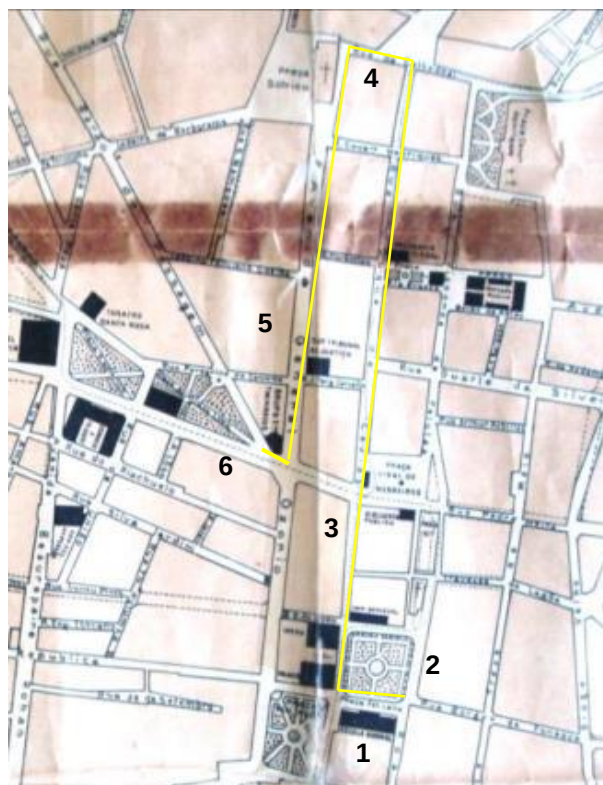
Assim, a realização do hasteamento da bandeira nacional, as escolas da capital foram submetidas a uma mesma cadência de atividades, demarcadas previamente no calendário escolar, estabelecido ainda o que deveria ser realizado nos estabelecimentos de ensino, como também, o dia e o horário. No entanto, essa aparente uniformidade:

longe de encontrar eco nas práticas cotidianas das escolas marcadas pela diversidade temporal, expressa representações sobre o ensino e as iniciativas levadas a cabo pelas autoridades públicas do ensino, no sentido de normatizar a realidade. (SOUZA, 1999, p.139).

Outro momento descrito na programação e determinado pelas autoridades do ensino estadual para ser cumprido por alunos, alunas e professores, foi a “procissão patriótica”, denominada de “Préstito Cívico” realizado às quinze horas, que saiu da Praça Comendador Felizardo em frente ao prédio da Escola Normal, seguiu em direção à Rua Duque de Caxias para a Rua da Catedral, em seguida para a Avenida General Osório até a Praça Aristides Lobo. Ao final da caminhada os estudantes tiveram mais uma sessão de hasteamento da bandeira e ouviram uma palestra do Diretor de Instrução Pública Alcides Bezerra. (Figura 5)

No mapa a seguir observamos que o itinerário foi planejado para passar em frente ao Palácio, para que o governador assistisse o desfile da sacada do prédio, ou seja, era necessário

que aquele evento fosse utilizado também como uma demonstração de reverência ao poder local. Acrescentamos, ainda, que esta passagem pelo Palácio e em seguida pelas principais ruas e findar numa das principais praças do centro comercial da cidade, também era uma maneira de dar toda a visibilidade e ostentação possível ao “sistema” educacional do Estado (em números de estudantes e escolas da capital), não somente pelo próprio governador e autoridades da Instrução Pública, mas também pela população que foi convocada para assistir ao desfile.



Itinerário do Préstito Cívico
sentido sul -> norte

- 1 Escola Normal
- 2 Praça Com. Felizardo Leite
- 3 Av. Duque de Caxias
- 4 Rua da Catedral
- 5 Av. General Osório
- 6 Praça Aristides Lobo

Figura 5 - Itinerário do Préstito Cívico 1922 - Mapa da cidade da Parahyba do Norte, 1923. Fonte: Mapoteca do IHGP

Nesse sentido, Candido (2007) afirma que festas como estas, aonde as escolas vão para as ruas, são realizadas também para a população, já que ela participa por um lado, passivamente como observadora do ritual, e por outro, aprende ativamente pelos sentidos os significados atribuídos na ocasião festiva.

Foram organizados para o Préstito Cívico (Figura 6) duas alas (direita e esquerda) com 34 escolas e mais 10 cadeiras isoladas, mistas, do sexo masculino e feminino, contabilizando aproximadamente mais de cinco mil alunos de acordo com a divulgação no Jornal *A União*.

PRÉSTITO CÍVICO – CENTENÁRIO DE 1922

ALA DIREITA



Primeira cadeira do sexo masculino

ALA ESQUERDA



Segunda cadeira do sexo masculino



Bandeira da Cruz de Malta
(Hasteada por Pedro Álvares Cabral em 1500)



Primeira cadeira do sexo feminino



Segunda cadeira do sexo feminino



Primeira cadeira mista



Segunda cadeira mista



Bandeira da Esfera Armilar Manuelina
(Bandeira usada no Brasil quando foi elevado a principado. (1649-1807))



Terceira cadeira mista



Quarta cadeira mista



Quinta cadeira mista



Sexta cadeira mista



Bandeira da Inconfidência



Sétima cadeira mista



Oitava cadeira mista



BANDA MUSICAL DO 22 BATALHÃO DOS CAÇADORES



Nona cadeira mista



Décima Primeira cadeira mista



ANDOR COM O BUSTO DE TIRADENTES



Escola Particular da d. Rosalia Neves
Escola Particular Rockwell Smith
Escola noturna Aragão Sobrinho



Escola Particular da d. Maria A. Amorim
Escola noturna D. Adauto
Escola noturna João Tavares

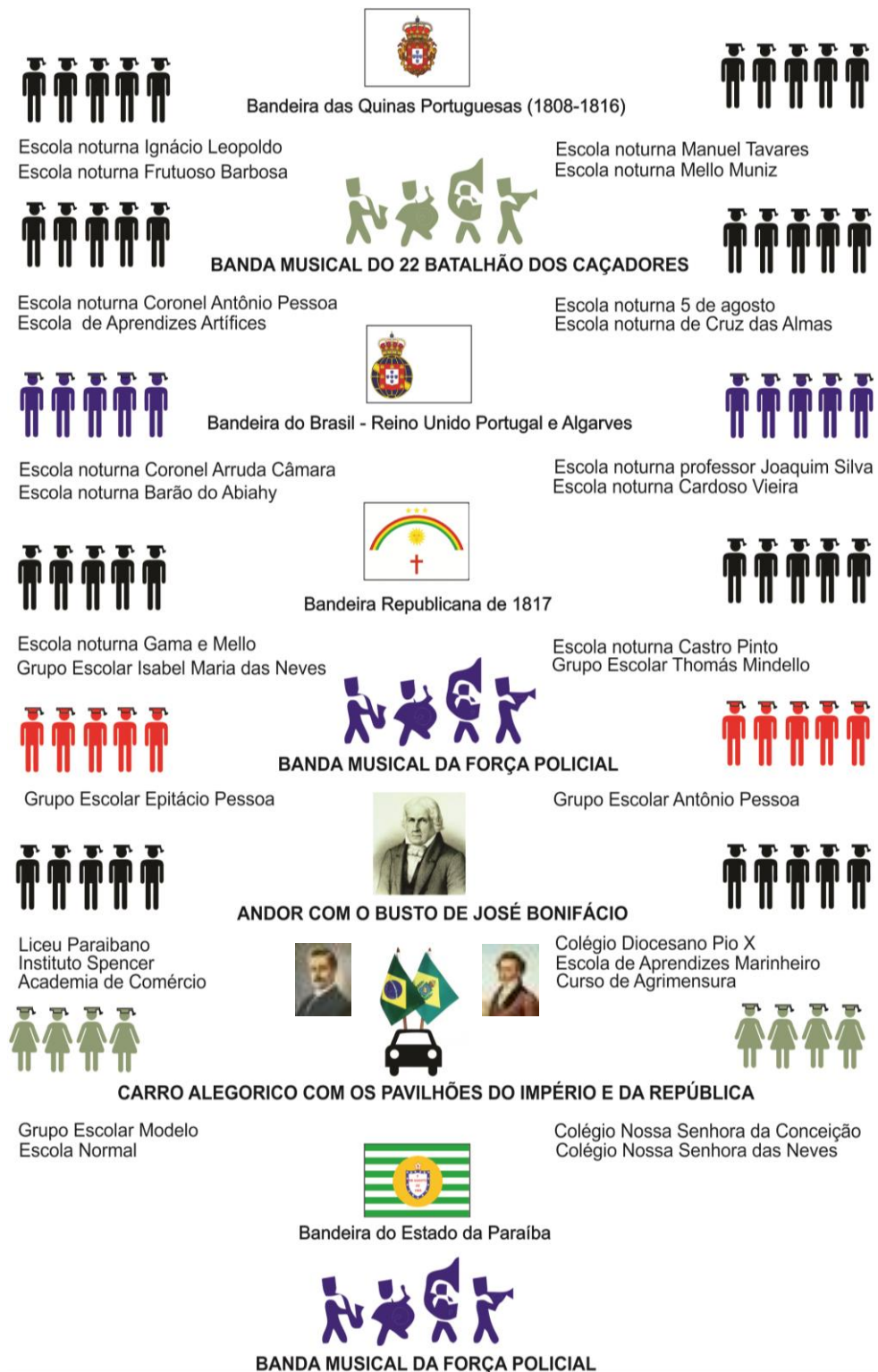


Figura 6 - Préstito Cívico – Centenário 1922. Fonte: *A União* (29 ago.1922). Reprodução elaborada pelo autor.

De fato, o tamanho do desfile deve ter saltado aos olhos dos presentes, uma vez que as escolas foram divididas em blocos, e intercaladas por nove bandeiras, retratos de personalidades da independência, carro alegórico e as duas bandas de músicas (Força Policial e do 22º Batalhão dos Caçadores) que foram divididas em quatro pelotões para que as escolas fossem acompanhadas pelo ritmo dos instrumentos. (*A UNIÃO*, 03 set.1922, p. 3).

Esse evento ocorrido pelas ruas da capital, tecendo eventos nacionais, regionais e locais foi idealizado num formato de narrativa para contar a “História Pátria”⁴⁴ confirmando, muito possivelmente os ensinamentos realizados nas escolas.

Notamos, aqui, uma seleção dos fatos e eventos da história oficial para serem apresentadas no desfile. Portanto, foi uma escolha do que devia ser lembrados por meio das alegorias, bandeiras, bustos e retratos, mas também, como uma construção de “certo arranjo que provoca reinterpretações desses eventos, concorrendo de modo decisivo na construção de um tipo de memória social.” (BENCOSTTA, 2004, s/p) Abaixo podemos observar a estrutura organizacional do Préstito Cívico, ocorrido em setembro de 1922.

Na abertura do desfile senhorinhas trouxeram a bandeira da Cruz de Malta, que veio para o Brasil com os portugueses em abril de 1500, exaltando a figura de Pedro Álvares Cabral como pai fundador da História do país. Na sequência outras convidadas levavam a bandeira da Inconfidência Mineira e logo atrás o busto de Tiradentes. Em seguida vinha a bandeira portuguesa do período de D. Manoel e as duas bandeiras do Império Português, da Coroa Real Portuguesa e do Reino Unido Brasil e Algarves.

Logo depois foi trazida a bandeira paraibana da Revolução de 1817, ao mesmo tempo que os alunos do Lyceu Paraibano carregavam o busto de José Bonifácio, ou seja, o “inolvidável patriarca da independência”. No final do desfile um carro alegórico trazia duas bandeiras, a do Império e da República seguidas pela bandeira da Paraíba.

A construção de uma narrativa harmônica e sem rupturas nesses eventos históricos, a exemplo do discurso do diretor da Escola Normal, já citado anteriormente, que anula as contrariedades e conflitos existentes, entrelaçando numa mesma narrativa os que estiveram no poder e os que subverteram a ele. Em primeiro lugar, a figura de Tiradentes teve o seu busto trazido num andor pelos alunos, certamente não foi levado em consideração às consequências de seu envolvimento no episódio em Minas Gerais, o seu enforcamento, a sua cabeça exposta

⁴⁴Nesse caso compreendemos a partir de Gomes (2009) quando afirma que existia um vínculo efetivo, isto é, uma espécie de pedagogia da nacionalidade articulada a uma cultura política republicana. Mais especificamente ainda, como essa cultura política necessitava “inventar” um passado, com destaque para um determinado passado histórico que precisava ser ensinado a partir de uma narrativa acessível, que mobilizasse meios capazes de atingir um grande público.

em Vila Rica e seu corpo esquartejado em quatro pedaços pela Rainha Maria I, representante da bandeira da Coroa Real que seguia no mesmo cortejo.

Da mesma forma, os líderes revolucionários paraibanos que proclamaram um governo provisório republicano no Estado, mas, que foram mortos e tiveram as mãos e cabeças expostas em pontos estratégicos pelas ruas da capital, novamente são lembrados pela bandeira do movimento de 1817, mas, a presença da bandeira do Reino Unido de Portugal e Algarves contradizia a homenagem, pois, estava enaltecendo a memória do repressor déspota português D. João VI.

Como já vimos em Dias (1996) reforçamos aqui sobre a tentativa do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP, desde a sua criação em 1905, em construir através da escrita, fontes e documentos, a memória e a história da Paraíba, nesse sentido, a Revolução de 1817 tem um destaque no calendário cívico que foi delineado pelo mencionado Instituto como uma “data digna de ser comemorada” de forma mais evidente nas comemorações do Centenário de 1817 que veremos mais adiante.

Para Connerton (1999) que estudou os antagonismos presentes nas cerimônias comemorativas do Terceiro Reich, a partir da ascensão de Hitler na Alemanha, o autor percebe que as releituras, memórias e práticas desses acontecimentos foram construídas como uma “liturgia calendarizada” regulamentada pelo Partido Nacional-Socialista. Nota ainda que ao promover essas comemorações através da seleção de datas, de marchas, desfiles e as figuras dos mártires-heróis acontece uma concordância mítica entre eventos totalmente distintos, ou seja, faz-se um rearranjo de narrativa dos acontecimentos históricos que transfigura os conteúdos sintetizados “na luta, sacrifício e vitória”.(CONNERTON, 1999, p.49).

Na última parte do desfile os alunos do Lyceu Paraibano conduziram o andor com José Bonifácio e um carro do cortejo trazia na parte mais alta “os retratos D. Pedro I e do Sr. Dr. Epitácio Pessoa, os dois egrégios chefes de Estado que simbolizam o Brasil de 1822 e o de 1922”. Essa “luxuosa alegoria em cetim” foi elaborada por um artista local e teve ainda que ser aprovada pela comissão responsável pelo 2º dia das comemorações. Logo em seguida alunas da Escola Normal e do Colégio das Neves traziam a bandeira da Paraíba. (*A UNIÃO*, 03 set.1922, p. 3). Nesse caso, o Estado assume um papel singular: pois, “ao mesmo tempo ele é um ator histórico, mas também, é o narrador e organizador da história.” (BENCOSTTA, 2004, s/p).

A ideia de unir as figuras dos chefes políticos foi ressaltada no Jornal *O Educador*, do dia 07 de setembro de 1922, numa edição comemorativa, em cuja primeira página estampou a

mensagem de Epitácio para aquele dia festivo: “Nesta data tão cara a todos os patriotas, tenho grande prazer em enviar à minha Parahyba, parte querida da Pátria estremecida, as minhas mais carinhosas saudações” e abaixo dela foram inseridas duas imagens: a primeira, do Presidente Epitácio Pessoa com o ano 1922, à esquerda da página, e a outra, uma pintura de D. Pedro I no lado direito, sob o ano de 1822, os dois ícones estão dispostos entre os textos alusivos às comemorações daquele dia e decorados por arabescos e por uma faixa verde-amarela diagonal que cruza toda página, logo abaixo o tradicional quadro de Pedro Américo “O Grito do Ipiranga”. (Foto 4).

Da mesma forma o *Almanach* de 1922, na sua edição Comemorativa do Centenário, traz as imagens de D. Pedro I e a bandeira Imperial, do Presidente Epitácio Pessoa e a bandeira do Brasil e a fotografia do governador do Estado Solon de Lucena e a bandeira da Paraíba. Os textos que seguem nas primeiras páginas são relatos de bravuras e realizações de cada um deles. Iniciando com o “libertador” do Brasil, seguida da de Epitácio Pessoa, que pelos seus atos “faz jus uma estátua de bronze” e a Solon de Lucena que “são tantos predcados”, que teve a aventura de “transubstanciar o espírito de Epitácio na Paraíba”. (PARAHYBA DO NORTE, *Almanach...1922*, s/p)

Nesse contexto de comemorações republicanas, não podemos perder de vista a proposta da República que era de se dedicar a um trabalho sistemático e incessante no campo da educação, com claro sentido político: a formação dos futuros cidadãos. Isso significava não só instruir, enfrentando com destaque o analfabetismo, como também educar, criando o “sentimento nacional de amor à pátria”, objetivo da “educação nacional”. (GOMES, 2009). Sendo assim,

o civismo deveria estar presente em várias atividades do âmbito escolar, como por exemplo, as aulas de história, os rituais de hasteamento da bandeira nacional, os hinos pátrios aprendidos nas aulas de música e apresentados em ocasiões solenes, as festas comemorativas de eventos ou de homenagens aos heróis nacionais. (CÂNDIDO, 2007, p. 99).

A Revista *Era Nova* trouxe um registro do Préstito Cívico passando pela rua Duque de Caxias, (Foto 5). Impressiona o seu tamanho e a quantidade de alunos enfileirados, o fotografo deve ter ido para a parte superior de algum prédio para ampliar a visualização do cortejo. Tal procedimento possivelmente teve como objetivo impressionar os leitores sobre as comemorações na capital e divulgar como uma das ações do governador Solon de Lucena. Interessante perceber que a forma como a Pátria foi sendo comemorada nesse desfile, nos deu impressão de homogeneidade de sentimentos e de interpretação da própria história, uma vez

que todas as escolas formaram num mesmo bloco, uniformizados, cantando os mesmos hinos patrióticos, num mesmo passo, como se não existissem desigualdades. Ao mesmo tempo “contribuíam na construção da imagem de igualitarismo, em bases, patrióticas e cívicas, para imposição de práticas civilizadas na sociedade.” (SOUZA, 1998b p. 270).

Como já foi dito, a proposta de associar o herói da independência com os demais presidentes da República chegando até o paraibano Epitácio Pessoa foi constante na programação cívica do centenário, é tanto que o cortejo foi encerrado na Praça Aristides Lobo, onde o Diretor de Instrução Pública fez uma palestra sobre o dia da Independência e ao final foram distribuídos entre as escolas miniaturas do quadro do *Grito do Ipiranga* e postais com as fotografias dos presidentes do Brasil.

No aniversário dos cem anos da Pátria, o quadro de Pedro Américo, também conhecido pelo nome de *Independência ou Morte*, foi transformado “na principal certidão visual de nascimento do Brasil Nação” (SCHLICHTA, 2006, p. 206). Essa obra também já devia ser conhecida pelos alunos e professores nas aulas de História, por exemplo, o livro de Eudésia Vieira, *Pontos da História do Brasil*, que segundo Pinheiro (2001), foi adotado pelas escolas primárias naquele mesmo ano, podemos observar na edição de 1956, no capítulo sobre a independência, que há uma imagem com os mesmos elementos que compõe a obra de Pedro Américo. D. Pedro I encontra-se destacado com trajes de gala, na parte mais alta, montado num cavalo, de braço erguido com seu chapéu proclamando o famoso grito: “Independência ou morte!”. Ao seu lado, seguidores das cortes brasileiras e muitos soldados expressando o apoio ao príncipe com seus braços erguendo chapéus e espadas, o riacho e a casinha ao fundo também romantizam a cena⁴⁵. (Figura 7)

Com o título, “D. Pedro I Proclamando a Independência do Brasil”, acima da imagem, pensamos que a autora procurou construir, ou melhor, reforçar os fatos históricos na sala de aula seguindo a historiografia brasileira do final do século XIX. Essa perspectiva, como bem sabemos, foi construída pelo o IHGB e reforçada pela representação elaborada por Pedro Américo, na sua tela intitulada: *O Brado do Ipiranga*.

Entre o conjunto dos personagens, envolvidos com o processo da independência D. Pedro I alcançou o posto mais alto de heroísmo e se tornou exemplo de civismo para os brasileiros.

⁴⁵ O tópico intitulado Nacionalidade e “paraibanidade”: a história pátria e o ensino de história da Paraíba da Tese de Pinheiro (2001) é muito esclarecedor sobre esse ponto que discutimos aqui.

Na Praça Aristides Lobo o sentido pedagógico da distribuição da imagem/monumento⁴⁶ do Grito do Ipiranga e das fotos dos presidentes, não se constituía, uma prática de descontinuidade do tempo da escola, mas, faziam parte do contexto de ensino cívico (assim como, os hinos pátrios, os desfiles e as bandeiras) que já ocorria nas salas de aulas e fora delas, “tornando necessário reunir o empenho e os sentimentos de adesão de alunos e professores.” (BENCOSTTA, 2004, s/p).



Foto 4 – Primeira página do Jornal O Educador (07 set. 1922, p. 1). Fonte: Hermeroteca do IHGP.

⁴⁶ Usamos aqui no contexto da expressão de Le Goff (2003) ao se referir ao documento/monumento.



Foto 5 - Préstito Cívico de 1922. Fonte: *Revista Era Nova*, 1922, s/p).

As escolas não terminaram a participação das comemorações do Centenário naquele dia, pois, a data principal, 07 de setembro, era esperada com grande expectativa pelas autoridades, por isso, foi reservado ainda um momento para a demonstração de civismo dos alunos. Trata-se do Juramento da Bandeira, a ser realizado ao meio dia, na Praça Comendador Felizardo, mas também determinando para que esse ato acontecesse em todas as escolas do Estado.

Desde o ano de 1916 que Olavo Bilac realizava pelo Brasil uma campanha cívica⁴⁷, cujo símbolo principal foi à bandeira nacional, o objetivo era a elevação do sentimento de patriotismo dos cidadãos brasileiros. Para fomentar esse ideal na obra *Leituras Cívicas* de 1920, Bilac apresenta o hino e a oração à Bandeira de sua autoria. Dessa forma, “a defesa intransigente do civismo e da educação, como meio de inculcar os valores nacionais, é um dos pontos principais da campanha nacionalista de Bilac, que idealizava a formação do cidadão-soldado”, pois era necessário incutir nas novas gerações as virtudes cívicas e o amor à Pátria, que “só existiria se houvesse disciplina, coesão, desinteresse e instrução.” (RANQUETAT JÚNIOR 2011, p.11).

⁴⁷ Cf. Olavo Bilac. *A defesa nacional (Discursos)*. 1917



Figura 7 - Grito do Ipiranga. Fonte: Vieira (1956, p. 102).

A solenidade do juramento da bandeira foi registrada pelo jornal *A União* no qual descreveu que a partir de meio dia, as escolas públicas e particulares se reuniram no jardim da Praça Comendador Felizardo. Mais uma vez o local foi escolhido pela proximidade com o Palácio do Governo, pois, esse momento atendia tanto às comemorações do Centenário, mas também as ideias republicanas de Bilac, pois, era um “culto à bendita bandeira nacional” útil ao ensino cívico e a instrução de alunos e alunas, como sugeria o poeta.

A bandeira estava em destaque e ornamentada numa posição central em relação às outras bandeiras que já representaram o Brasil. Os alunos já sabiam o que fazer e o que falar, pois, a oração de juramento já tinha sido divulgada semanas antes pela Comissão Executiva. Foram escolhidos dois alunos, um do Grupo Escolar Antônio Pessoa e o outro do Grupo Escolar Dr. Thomaz Mindello, para que eles pudessem pronunciar a fórmula e os outros alunos repetirem: “Prometo por toda a vida amar e honrar a minha querida pátria e pugnar pelo seu engrandecimento com lealdade e perseverança”.

As palavras pronunciadas ao mesmo tempo por centenas de estudantes, foi destacado pelo Jornal *A União* como um momento de “emoção no semblante dos jovens patrícios.” Os corações e mentes dos estudantes haviam sido envolvidos pelo clima de emoção descrito pelo Jornal, mas, também pela cena completa, pois a praça ocupada pelas escolas, os cantos

patrióticos da Independência e da República ao som das bandas de música e a presença de autoridades era a maneira de apresentar para a sociedade o ideário escolar de amor à pátria. (*A UNIÃO*, 12 set. 1922, p.3).⁴⁸

Nas escolas do interior as comemorações foram realizadas nos mesmos aspectos da capital. Para tanto, selecionamos algumas cidades que foram notícia na imprensa paraibana e que enviaram suas programações para a imprensa oficial, isto é, para o Jornal *A União*. Consideramos relevante para este estudo ultrapassarmos os limites da capital paraibana, no sentido de ampliarmos a nossa discussão e análise sobre essas comemorações, uma vez que, não identificamos trabalhos que historicizaram a sintonia entre as práticas educativas cívicas propostas pela Instrução Pública do Estado com as que aconteceram nas cidades do interior, especialmente durante as festas do Centenário.

A Revista *Era Nova* considerou nas cidades em que aconteceram essas comemorações como um “atestado de civismo” e um “sagrado zelo pelos feitos de seus maiores e pelas suas tradições gloriosas de heroísmo”, dedicando páginas inteiras com fotografias de várias cidades. O jornal *A União* e o Jornal *A Imprensa* também receberam vários telegramas e correspondências e publicaram as “brilhantes solenidades” em várias cidades do Estado.⁴⁹

A cidade de Guarabira, “festiva e alegre”, comemorou de forma patriótica o Primeiro Centenário da Independência, assim se expressou o editorial do Jornal *A União*, e acrescentou: “foi essa solenidade um verdadeiro acontecimento para a futura e bela urbe, tal o cunho de entusiasmo, de espontâneo civismo e de grande brilho que a coroaram.” (*A UNIÃO*, 24 set. 1922 p.1).

A programação, na mencionada cidade, foi extensa, logo às quatro horas da manhã teve alvorada, repiques de sinos e banda de música na rua, às cinco horas na Praça da Matriz, foi celebrada uma missa e ao término os fiéis caminharam para frente do Conselho Municipal, que ficava nas proximidades, para assistirem o hasteamento da bandeira. O Hino Nacional foi cantado pela “juventude das escolas”, mas também tiveram que ouvir a “calorosa alocução ao glorioso símbolo da Pátria do major João da Cunha Lima.” (*A UNIÃO*, 24 set. 1922 p.1).

Ao meio dia, foi reproduzido nos mesmos moldes da capital, o rito do juramento à bandeira, iniciando com a concentração em frente ao prédio do poder executivo, no Paço

⁴⁸Segundo o Jornal *A União*, estiveram presentes o governador Solon de Lucena, Flávio Maroja e João Pequeno 1º e 2º vice presidentes, Alcides Bezerra, o Monsenhor João Milanez, diretor da Escola Normal, professor Elyseu Maul, Inspetor Geral de Ensino, diretores e professores de outros grupos escolares.

⁴⁹Registrou-se as festas em Bananeiras, Belém, Serraria, Campina Grande, Patos, Alagoa Grande, Taperorá, Santa Luzia, Mamanguape, Umbuzeiro, Pilar, Souza, Catolé do Rocha, Soledade, Esperança, Conceição, São João do Cariri, Areia, Solânea, Santa Rita, Araruna, Pedras de Fogo, Alagoa de Monteiro, Aroeira, Picuí, Caiçara e Cabaceiras.

Municipal, os estudantes de escolas públicas e particulares, autoridades locais. Em seguida um aluno escolhido para proclamar a mesma fórmula e todos repetirem, e finalmente concluindo com a entoação dos Hinos Nacional e da Independência. A uma hora da tarde, houve uma Sessão Magna no cinema Independência, nome que foi atribuído devido as comemorações. No início da cerimônia as escolas foram convidadas para novamente cantar o Hino Nacional, pois, a homenagem “partiu do coração onde o calor cívico atuava”, estiveram presentes, o padre, o prefeito, o juiz de Direito, o Coronel e o Deputado e major. Foram momentos de discursos em torno da memória do “soberano redentor D. Pedro I, aclamado em meio de vivas o Brasil, assim, a sessão foi encerrada com o padre cantando hinos patrióticos!

As quatro horas da tarde deu início o Préstito Cívico, que percorreu as principais ruas da cidade, os vinte um estados do Brasil foram simbolizados cada um por uma senhorita que vestia com as cores nacionais. Diferente do que ocorreu na capital, durante o percurso o desfile parava em lugares determinados para os participantes ouvirem oradores, a exemplo da casa do Coronel Antônio Miranda, onde discursou o advogado Abdon Miranda. Em frente ao Hotel Ypiranga, quem fez o discurso foi o sr. Silvino dos Santos. Na Empresa de Luz da cidade, o sr. José Mendonça, no coreto quem fez a palestra foi o padre João Gomes Maranhão. Chegando a frente do Paço Municipal mais uma vez foi cantando o Hino da Independência enquanto arriava-se a bandeira nacional. (*A UNIÃO*, 24 set. 1922 p.1).

Observamos que a programação não difere daquela proposta na capital, o que demonstra o alcance das decisões da Instrução Pública na orientação das comemorações nas outras cidades do estado, como também, o atendimento as preocupações do governo federal citadas no início deste texto. Na Revista Era Nova (1922), foram registrados alguns desses momentos em Guarabira: Missa Campal (Foto 6); Juramento à Bandeira (Foto 7) e o Encerramento do Préstito Cívico à Praça 7 de setembro (Foto 8).

Mesmo afirmando n’*A União* que “toda a população guarabireNSE num mesmo coração” participou dos festejos, observa-se nas fotografias homens de ternos, chapéus e sapatos ao lado de senhoras com vestidos elegantes, o que demonstra que não foi esta unanimidade descrita no jornal. Através das imagens fica nítida que as comemorações foram restritas às pessoas mais ricas de Guarabira, pois, no mesmo editorial reafirma com orgulho, ao falar de quem estava nestas solenidades: “se reuniu o que de mais seletos e distinto existente na sociedade guarabireNSE”.

Além disso, a festa foi patrocinada pela Associação dos Empregados do Comércio, que tratava-se de uma instituição organizada pelos principais comerciantes e políticos que atuavam em Guarabira. Da mesma forma, os locais escolhidos para as comemorações (os

prédios da Igreja Matriz, do Conselho e do Paço Municipal), que nas fotografias sugerem através de um mesmo ângulo de observação os cenários das comemorações, ostenta os principais lugares de poder para onde as homenagens e discursos poderiam ser estendidos naquela ocasião também aos seus representantes locais.

As pessoas comuns que foram participar das comemorações, como também os estudantes, envolvidas pelo “espetáculo magnífico” cumpriram uma sequência de formalidades. Em cada rito foram obedecidas as orientações destinadas para cada momento, pois, os hinos, as orações e os discursos exigiam dos que estão presentes o respeito, atenção e, sobretudo, a “expansão do sentimento cívico”.

Por exemplo, os elementos religiosos ministrados pelo padre João Gomes Maranhão ao conduzir palestras e orações em várias ocasiões, estabeleceu uma sintonia com as comemorações cívicas entrelaçando religião e política, ao mesmo tempo que reforçava os gestos tradicionais de veneração pelas coisas sagradas, tais como: os homens tirarem os chapéus, enquanto os véus cobrem a cabeça das senhoras.



Foto 6 - Missa Campal - Centenário na cidade de Guarabira. Fonte: Revista *Era Nova* (1922, s/ p.)



Foto 7 - Juramento à Bandeira - - Centenário na cidade de Guarabira.
Fonte: Revista *Era Nova* (1922, s/p).



Foto 8 - Encerramento do Préstimo Cívico - Centenário em Guarabira.
Fonte: Revista *Era Nova* (1922, s/p).

Para Connerton (1999, p. 85) “a importância das posturas para a memória comunal ⁵⁰ é evidente. O poder e a posição social exprimem-se normalmente a partir de certas posturas em relação aos outros”, ou seja, da forma como as pessoas se agrupam e a disposição entre umas as outras, se deduz a autoridade que cada um tem, ou que reivindica para si.

Durante o juramento da bandeira (Foto 7) o principal gesto foi colocar as mãos para trás, os alunos uniformizados se destacam na frente, embora alguns tenham se distraído para a lente do fotógrafo, arriscando alguém chamar a atenção, no entanto, as autoridades se encontram na parte mais alta, na calçada do prédio. Observamos ainda, que cada grupo de pessoas tinha o seu lugar demarcado, os palestrantes realizaram as suas falas nas sacadas das casas para que todos pudessem vê-los e ouvi-los, os estudantes eram colocados em posição de destaque num lado e os populares que assistiam em outro.

Outro investimento durante as comemorações na cidade de Guarabira foi à demarcação da memória social considerando a significação dos nomes dos lugares escolhidos, pois, a sessão cívica aconteceu no cinema Independência, que ficava localizado na Praça Sete de Setembro, que por sua vez tinha o mesmo nome da rua onde foi encerrado o Préstito Cívico. A cidade de certa forma foi construída, imaginada e sentida, a partir da invenção do

seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos.(PESAVENTO, 2007, p.16).

Nessa mesma perspectiva da autora, a vila de Serraria também inventou significados para as comemorações do Centenário. Foi noticiado que a mesma amanheceu com “espírito cívico e religioso” e o “povo em massa compareceu ao local dos festejos”. Foi uma programação de 24h de festas, iniciando às 5h da manhã do dia 07 de setembro com a salva dos 21 tiros e logo às 8h uma missa campal para unir os “bons conceitos sobre o papel da religião católica em relação à gloriosa data magna”, o silêncio durante a missa foi elogiado pelo Jornal *A Imprensa*. Após a celebração da missa foi exposto o “Senhor Sacramentado” até às 14h para adoração dos fiéis.

Nesse mesmo período houve ainda ao meio dia a solenidade do juramento à bandeira, quando as duas escolas, uma do sexo masculino e outra do sexo feminino, tiveram que realizar o mesmo ritual já citado aqui, mas com algumas outras formalidades. Enfileirados os

⁵⁰ Possivelmente o autor quer dizer memória coletiva, isto é, de todos.

alunos das escolas acima mencionadas cantaram o Hino da Bandeira acompanhado pela banda de música, enquanto ela ia sendo desdobrada, em seguida os que tinham idade adequada subiram num pequeno palco com as cores nacionais para repetirem cada palavra dos alunos escolhidos a oração do juramento, para em seguida realizar o hasteamento.

Aconteceu também uma sessão cívica no Paço Municipal para “erguer os heróis do dia”. Para tanto, também estavam os alunos das escolas, senhorita, senhoras e pessoas “gradas” da localidade. Ao término, as duas escolas e as professoras se reuniram no meio da rua em duas alas, uma de meninos e a outra de meninas, para iniciar o Préstito Cívico. As meninas com vestidos alvos representantes da República, foram à frente. Logo atrás os meninos com fitas verdes e amarelas representando a nação brasileira. Ladeando as crianças estavam as professoras para controlar o passo e o ritmo das crianças. A bandeira carregada ao centro por duas meninas e dois meninos, no percurso seguiram-se os cantos patrióticos, “vivas ao Brasil” e paradas para ouvir discursos dos representantes locais. (Foto 9).

À noite os alunos apresentaram algumas encenações, em uma delas o retrato de José Bonifácio foi trazido em um andor. Ao final houve um sorteio de uma medalha de ouro, gravada com o brasão da República e do Estado e uma frase comemorativa ao Centenário. Para cobrir os gastos, a Comissão Local salientou e agradeceu as “generosas contribuições” recebidas. Sem elas não teria sido possível a realização da festa com tanta “significação e patriotismo.” (ERA NOVA, 1922, s/p).



Foto 9 - Préstito Cívico nas festas do Centenário na Vila de Serraria.
Fonte: *Revista Era Nova* (1922, s/p).

Além das atividades até aqui descritas, muitas outras iniciativas durante os festejos do Centenário, no dia 07 de setembro de 1922, podem ser descritas nas cidades/vilas/localidades do interior. Na cidade de Alagoa Grande uma capela, foi erguida em homenagem a São José. Na vila de Picuí um monumento foi construído, isto é, um obelisco, no qual havia sido aprovado na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba a sua elevação para cidade e ainda a mudança do nome para Eptaciópolis.

Houve aposição de retratos de Eptácio Pessoa e Solon de Lucena em Bananeiras e Caiçara, a encenação de drama infantil em Belém de Caiçara, iluminação das fachadas em Mamanguape, nomeação de rua “Sete de Setembro” e “15 de novembro” em Soledade e a realização tríduo religioso sobre necessidade e dever em educar religiosamente a juventude em Areia, e o *Te-Deum*⁵¹ do Centenário cantado em São João do Cariri e Santa Rita.

Para Cândido (2007) há uma relação entre esses momentos festivos com o sistema político vigente, evidenciando o ensinamento cívico nas escolas através do ideal de homogeneização, progresso e igualdade entre os cidadãos, que tão bem foram apresentados e divulgados nas páginas dos jornais e nos registros fotográficos. No entanto, havia um contraste com o conteúdo da mensagem do governador enviada ao Legislativo na abertura da festa do Centenário, quando foi ressaltado os problemas da Instrução Pública no Estado, pois, não havia escolas suficientes para atender a população, não existia um “Jardim da Infância”, faltavam ainda recursos para melhorar a infraestrutura das escolas e os professores eram mal pagos. (PARAHYBA DO NORTE, Mensagem... 1922, p. 52).

Gerken (2009) ressalta que esse hiato entre “o pretendido e o materializado” se dava ainda por um lado, na visibilidade que se pretendia dar nas comemorações, ou seja, ao “novo cidadão, limpo, instruído e civilizado, que representaria a nação” e por outro, a pobreza, o analfabetismo e a desigualdade social ausentes das fotografias, dos noticiários e do olhar o poder público.

2.2. Segunda aula: o Sesquicentenário da Independência – 1972

Já vimos no item anterior que a Praça denominada de “Independência” foi construída próxima, ou melhor, nos arredores do centro da capital paraibana e de forma improvisada foi inaugurada com esse nome em sete de setembro de 1922 para ser o cenário principal do

⁵¹ Hino tradicional católico de ação de graças, composto originalmente em latim. Fonte: portal.eccleisa.pt

encerramento das comemorações do Centenário da Independência. Naquele dia de festa, sob obrigação e muito calor do sol por volta de uma hora da tarde, estudantes e professores se reuniram com as autoridades locais para um momento de discursos, hinos, aplausos e saudações à bandeira nacional que concluíram os oito dias de festas cívicas convocadas pela Diretoria de Instrução Pública do Estado.

Após cinquenta anos, isto é, em 1972, o nome da Praça evocou novamente a memória do “Grito do Ipiranga” e para lá marcharam ao som da banda marcial as principais escolas da capital e uma multidão vestida de verde e amarelo para o início das comemorações, chamadas de “Sesquicentenário da Independência”, dessa vez, sob o comando do país pelo general presidente Emilio Garrastazu Médici e na Paraíba no governo de Ernani Sátiro⁵² (1971-1975), num período considerado por um lado como os *anos de chumbo* no auge da repressão, tortura e autoritarismo do Regime Militar brasileiro e por outro, os *anos de ouro* marcado pela propaganda de otimismo no futuro, crescimento econômico e ufanismo.

A escolha do dia 21 de abril, dia de Tiradentes, para a realização da primeira comemoração dos 150 anos da Independência do Brasil, em todas as cidades do Brasil, principalmente nas capitais, não foi aleatória, pois, nos primeiros anos do Regime Militar, duas iniciativas já tinham sido tomadas em torno da memória do antigo herói republicano, a primeira em dezembro de 1965, com a Lei 4.897 em seu artigo 1º que declarou Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, patrono cívico da Nação Brasileira. O documento oficial instituiu ainda que as Forças Armadas e os estabelecimentos de ensino e as repartições públicas

homenagearão, presentes os seus servidores na sede de seus serviços a excelsa memória dêsse patrono, nela inaugurando, com festividades, no próximo dia 21 de abril, efeméride comemorativa de seu holocausto, a efígie do glorioso republicano. (BRASIL, Lei Nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965).

A segunda foi em abril de 1966 através do Decreto nº 58.168, que estabeleceu o modelo de reprodução da figura de Tiradentes sendo escolhida a sua estátua existente em frente do Palácio Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro. Para tal justificativa diz o documento que é

⁵² Como governador foi o representante do governo militar na Paraíba, político conservador da UDN, exerceu oito mandatos de deputado federal, durante o Regime Militar chegou a ser líder do governo na Câmara pela ARENA. Ernani Sátiro foi fazendeiro e político e comandou a prefeitura de João Pessoa. Discutiremos as inaugurações de escolas promovidas por Ernani Sátiro no cap. 5 desta Tese.

“a efígie que melhor se ajusta a imagem gravada pela tradição na memória do povo brasileiro.” (Foto 10)

Ora, uma República que nasceu sob a espada e as baionetas dos militares as Leis acima legitimou naquele momento um “soldado” (um alferes, como era denominado) e a sua imagem como o “patrono cívico” da nação. De fato, Tiradentes foi reinventado de acordo com as funções que lhe foram impostas ao longo do século XX, pois, já tinha servido como Cristo, militar de carreira e naquele ano de “glorioso republicano” e “maior compatriota de todos os tempos”, ou seja, “para os militares a identidade do herói assume principalmente a face do soldado que morreu em defesa da Pátria.” (SCHACTAE, 2010 p. 2).

O nome dado ao evento pelo governo federal também nos chama atenção denominado de “Encontro Cívico-Nacional”, mas, recebeu outras prerrogativas evocando uma pretensa “união de todos os brasileiros” como o “Dia do Civismo”, “Reunião físico-espiritual” e “Marco extraordinário” que ficou muito conhecida do público porque era com ela que se iniciava o Hino do Sesquicentenário. Acompanhemos a sua letra:

Marco extraordinário

*Marco extraordinário
Sesquicentenário da independência
Potência de amor e paz
Esse Brasil faz coisas
Que ninguém imagina que faz
É Dom Pedro I
É Dom Pedro do Grito
Esse grito de glória
Que a cor da história à vitória nos traz
Na mistura das raças
Na esperança que uniu
No imenso continente nossa gente, Brasil
Sesquicentenário
E vamos mais e mais
Na festa, do amor e da paz (Bis)⁵³*

Na Paraíba, a Comissão Estadual do Sesquicentenário preparou a programação em obediência a Comissão Central, cumprindo os horários determinado por Decreto para o hasteamento da bandeira e o momento da população ouvir na Praça da Independência o

⁵³ Letra e música de Miguel Gustavo

discurso do presidente Médiçi em cadeia nacional. Como um atrativo local foi construído uma girândola de fogos, além de atos religiosos “exaltando a figura história de Tiradentes” e a inauguração do Farol do Cabo Branco.



Foto 10 - Estátua de Tiradentes em frente ao Palácio Tiradentes no Rio de Janeiro – Fonte: Disponível em www.google.com/images acesso em 03 de nov de 2015.

Conforme programado foi reservado na Praça da Independência uma área especial para os colégios e a confecção de trinta mil bandeirinhas do Brasil contendo o hino do Sesquicentenário no verso para ser entregue aos alunos. Às quatro e meia da tarde os estudantes do Liceu Paraibano, Pio X, Lourdinhas e Colégio Estadual de Tambiá se dirigiram para lá em marcha, os colégios estaduais e particulares de outros bairros, de Cabedelo, Santa Rita e Bayeux se concentram em frente ao Liceu Paraibano de onde também marcharam

fardados com as bandeirinhas nas mãos em direção ao local na companhia dos diretores escolares e do corpo docente.

As dezoito e trina horas pontualmente, houve a fala do presidente Médici, ouvida em “silêncio absoluto” por vinte mil pessoas a partir de autofalantes instalados na Praça da Independência, em seguida a bandeira nacional foi hasteada pelo governador do Estado, os alunos cantaram o Hino Nacional com a multidão e para encerrar o espetáculo foi acesa uma girândola de fogos que ao final sobressaiu a fotografia de Tiradentes.

O Jornal *O Correio da Paraíba*, em 23 de abril de 1972, destacou a satisfação do Secretário de Educação e Cultura José Carlos Dias Ferreira com a vibração intensa dos estudantes quando gritavam “Viva o Brasil” durante a solenidade do Encontro Cívico, como também o propósito do encontro em ter exaltado “a figura daquele que sacrificou-se pela emancipação política do Brasil do jugo de Portugal, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.”

Na cidade de Bayeux também houve a realização do Encontro Cívico no mesmo horário e como acréscimo na programação o professor José de Oliveira idealizou uma encenação da morte de Tiradentes, da Independência e um coro falado pelos alunos do Colégio Estadual Álvaro de Carvalho. Os textos eram de autoria da professora Vitória Chianca do Colégio Estadual da cidade.

O momento do enforcamento de Tiradentes foi acompanhado pela banda de música que executou o Hino do Sesquicentenário para a “solene e triunfante” entrada do aluno Ivan Mendonça, montado no cavalo, representando D. Pedro I. O herói foi ovacionado pelos presentes quando desembainhou a espada e repetiu o gesto do Ipiranga, logo em seguida o prefeito da cidade fez um discurso sobre o momento, recebendo constantes aplausos e após a sua fala houve a projeção de vários *slides* das obras governamentais que estava sendo desenvolvidas no Brasil. O encontro foi encerrando com uma missa campal. (*A UNIÃO*, 23 abr.1972, p. 1).

Temos aqui a “missão da escola” no “ensino das tradições” sobre a memória dos “heróis” trazidos nas comemorações do Sesquicentenário em Bayeux, ora, quatro deles dividiram o mesmo palco e disputam as atenções dos presentes, cada um pertencente a momentos distintos da história, Tiradentes herói do século XVIII, D. Pedro I do século XIX, o prefeito João Marscicano Marcilio e o Presidente Médici projetados em discursos e *slides* no século XX. Assim, naquela tarde todos estavam coesos em torno de “um passado único”, Tiradentes que morreu pela Pátria, D. Pedro que a libertou e o prefeito e o general que estavam desenvolvendo o Brasil, ou seja, os “heróis de hoje” continuavam a mesma tarefa dos

“de ontem”, através de “um conteúdo alicerçado nos feitos das “elites” únicos agentes dignos de figurar no rol dos construtores da nação” o que “justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória.” (BITTENCOURT, 1992, p. 47).

Ora, Silva (2002) nos traz uma afirmação pertinente a essa discussão ao ressaltar que as comemorações, buscam nessas “rememorações” de acontecimentos passados, significações diversas para o uso do presente. Da mesma forma, Almeida (2009, p. 46) corrobora com a autora ao dizer que “as festividades nacionais assinalam, mais do que mera lembrança desinteressada do passado, uma justificativa para o presente e a indicação do rumo a ser trilhado pelas próximas gerações.”

Nesse contexto o governo do general Médici teve início no período em que a “onda” avassaladora da repressão já havia tomado conta do país e a sua indicação como sucessor de Costa e Silva foi resultado do consenso militar que exigia que a repressão continuasse. (SKIDMORE, 1988). Dessa forma, o seu governo foi de aparente calma sem grandes movimentos organizados pelos movimentos oposicionistas, uma vez que

A repressão e a censura do governo eram a razão principal. Os estudantes, por exemplo, um dos principais focos de oposição em 1968, foram silenciados pela violenta intervenção nas universidades, que resultou em expulsões, prisões e torturas para muitos. A repressão mostrava-se também eficiente contra as guerrilhas. (SKIDMORE, 1988 p. 214).

No entanto, Skidmore (1988, p. 215), também, constata que “não é somente a repressão que explica o Brasil de Médici”, pois, o crescimento econômico que vinha tendo sucesso desde o ano de 1970, associado ao tripé: o Estado, as multinacionais e o grande capital nacional gerou no país o chamado “milagre econômico”, expressão para caracterizar a “euforia” que produziu no país a partir do crescimento sucessivo do PIB pelo menos nos três anos consecutivos, o que possibilitou a invasão do mercado por novos produtos (luxuosos modelos de eletrodomésticos, TVs e carros), o intenso crescimento das grandes cidades com viadutos, novos prédios e avenidas e uma classe média emergente beneficiária de uma política salarial com capacidade de usufruir desse mercado de consumo e dar os primeiros passos no investimento na Bolsa de Valores.

Visto em conjunto o governo estava se saindo bem - em seus termos. O crescimento econômico acelerado funcionava. A propaganda governamental funcionava. A repressão funcionava. A censura funcionava. Os militares da linha dura, repetidamente frustrados desde 1964, estavam se vingando recuperando tanto tempo perdido. (SKIDMORE, 1988 p.216)

Em relação ao funcionamento da propaganda governamental associada ao crescimento do país, Barros (1994, p. 60), enfatiza a importância da Assessoria Especial de Relações Públicas - AERP, criada, em 1968, para ser a agência de propaganda do Regime Militar, mas somente no governo Médici, comandada pelo militar Octavio Costa, “montou a maior operação de propaganda já articulada em território brasileiro.”⁵⁴

De acordo com Fico (1997, p. 97) a AERP dedicou-se a campanhas de cunho cívico e educativo, numa pretensão de ser inofensiva, de utilidade pública, promotora da paz e da concórdia o que, para o autor, “soava enigmático vindo de um regime autoritário.” Porém, sob as ordens de um militar com “refinamento intelectual” e admiração pelos cursos de Comunicação Social e Psicologia, a AERP foi marcada pelo traço mais importante do seu chefe, “o entendimento do papel militar como um *educador* e um *formador de cidadãos* na opinião do próprio Octavio Costa”. (FICO, 1997, p. 99 grifos do autor).

Numa tentativa de se distanciar dos recursos técnicos utilizados pelo DIP, a agência de propaganda Varguista, pautados no “culto personalista do chefe”, a AERP pretendia inaugurar um “novo tempo de aparição da autoridade”, no qual o chefe general deveria projetar sua imagem de “homem sério, digno” e “diferente dos políticos do passado”. (FICO, 1997 p. 71).

Nesse sentido, a popularidade de Médici em alguns momentos teve o efeito desejado, por exemplo, no Colégio Estadual do Bairro dos Estados, em João Pessoa, com a criação de um novo brasão instituído pela diretora Maria Alzenira para o uso nos documentos oficiais do estabelecimento de ensino e no fardamento escolar. A possível estratégia foi a de integrar pedagogicamente os alunos nas comemorações do Sesquicentenário. (A *UNIÃO*, 04 de abr. 1972).

A composição artística da professora alterava a apresentação oficial do Símbolo Nacional ao fundir o rosto do Presidente Médici com o Brasão Nacional (Figura 8), substituindo “o campo azul celeste, contendo cinco estrelas de prata, dispostas na forma da constelação do Cruzeiro do Sul” e a “bordadura do campo perfilada de ouro” com as “estrelas de prata representando os Estado da Federação e o Distrito Federal”. (BRASIL, Lei 5.700 1º set. 1971).

A referida Lei de 1971, tornava o uso obrigatório das Armas Nacionais “na frontaria ou no salão principal das escolas públicas, nos papéis de expediente, nos convites e nas

⁵⁴ Para uma compreensão melhor da ação deste órgão de propaganda sugerimos a leitura do capítulo 4 do livro **Reiventando o Otimismo** de Carlos Fico; do artigo de Laura Maria Naves nominado de: **O Papel da AERP na Construção da Identidade Nacional: Análise das propagandas políticas durante o Governo Médici** e o trabalho de Dissertação de Mestrado de Ricardo Constante Martins intitulada: **Ditadura Militar e Propaganda Política: A revista Manchete durante o Governo Médici** onde existe um capítulo que discute sobre a relação da AERP e a Ditadura Militar.

publicações oficiais de nível federal”, assim, para usar o novo modelo de brasão no Colégio Estadual a autorização foi dada pelo Coronel Ozanan Lima Barros do 1º Agrupamento de Engenharia do Exército, a partir da justificativa dada pela professora que a imagem do presidente Médici deveria servir “como exemplo para a juventude de hoje e de amanhã”. (*A UNIÃO*, 04 de abr. 1972).

Efetivamente, durante as comemorações do Sesquicentenário houve a tentativa de aproximação da imagem do presidente Médici e da Ditadura à de D. Pedro I, principalmente durante a peregrinação dos restos mortais do imperador português pelas capitais do Brasil, em cada cidade a população foi convocada a visitação. Aqui na Paraíba, *O Norte* destacou “A volta do Rei” e alerta a população que não se tratava da veneração a um morto, mas, em observar que o pleno processo de desenvolvimento que vivia o país 150 anos depois poderia ter sido ou não pelas mãos de D. Pedro, pois, não era justo deixar de cultuá-lo no Sesquicentenário e de chamar o “povo a uma reunião em torno da sua história.” (*O NORTE*, 04 jul. 1972).



Figura 8 - Brasão do Colégio Estadual do Bairro dos Estados Fonte: *A União* (02 abr.1972, p.1). Reprodução realizada pelo autor.

Já o *A União* reproduziu um cartaz chamativo evocando D. Pedro I e o seu retorno “150 anos depois para ver a sua obra” e conclui o texto que “foi ele quem permitiu que o Brasil fosse uma nação forte e livre.” (Figura 9). Como podemos observar o cartaz traz ainda o logo oficial das comemorações e tema “Você constrói o Brasil” que era a “ideia-força” de campanha lançada pela AERP em torno das comemorações do Sesquicentenário. (*A UNIÃO*, 04 jul. 1972).

As direções do Liceu Paraibano e do Colégio Estadual do ABC convidaram seus alunos para que “devidamente uniformizados” fossem ao adro da Igreja de São Francisco para participarem da solenidade da chegada e de partida dos “despojos de D. Pedro I.” (*A UNIÃO*, 04 jul.1972).

No dia 05 de julho, após dois meses de peregrinação pelo Brasil, às dez e meia da manhã, vindo de Salvador, os despojos de D. Pedro I chegaram ao Aeroporto Castro Pinto, lá estavam autoridades civis e militares que esperavam no local, o governador Ernani Sátiro, o vice-governador Clóvis Bezerra, os chefes da Casa Civil e Militar, Manuel Gaudêncio e o major Geraldo Cabral, membros da Comissão do Sesquicentenário, o Secretário de Educação e o prefeito da capital. (*A UNIÃO*, 06 jul. 1972).



Figura 9 - Cartaz para visitação dos despojos de D. Pedro I na capital paraibana. Fonte: *A União* (04 jul.1972).

Nas principais avenidas da capital reuniu-se uma multidão para ver e aplaudir o cortejo, estudantes uniformizados acenavam com bandeiras de duas faces, um lado a bandeira Nacional e no outro a de Portugal. A chuva que começou a cair não alterou a programação, os despojos foram levados até a Igreja de São Francisco acompanhado pela banda de música da Polícia Militar que tocaram os hinos brasileiro e português, em seguida houve os discursos do vice-governador da Bahia e do governador da Paraíba.

As palavras do vice-governador baiano, Menandro Menahin, foi uma chuva de elogios somando com a água que caía naquela manhã, discursou sobre “os dinâmicos e patrióticos governos da Revolução de 31 de Março” que tinham se tornado herdeiros dos personagens marcantes da Paraíba (de André Vidal de Negreiros à João Pessoa), que contribuíram para a construção da “integridade do território brasileiro, da liberdade política e da **unidade nacional.**”

Na oportunidade Ernani Sátiro também destacou os “heróis paraibanos” entre eles Epitácio Pessoa, presidente do Brasil que promoveu as festas do Centenário da Independência em 1922, Peregrino de Carvalho, que participou da Revolução na Paraíba em 1817, João Pessoa, Vidal de Negreiros e trouxe ainda na sua fala a memória de Tiradentes e D. Pedro II, mas D. Pedro I sobressaiu como o autor da Independência. Nesse sentido, a presença dos seus restos “mortais e imortais” foi uma convocação “para dizer mais uma vez a Portugal: **continuemos unidos!**” Ao final da cerimônia foi executado o Hino da Independência e colocado flores na urna funerária do Imperador. (A *UNIÃO*, 6 jul. 1972, p. 12).

Como descrito por Almeida (2009, p. 210) o mito da Unidade foi ressaltado pela Ditadura quando enfatizou o patriotismo e o desenvolvimento econômico, os quais seriam resultado do fim das divisões entre os brasileiros a partir de 1964. Em outras palavras, “com os militares no poder”, a história nacional seguia o curso adequado, ao mesmo tempo, que se consolidava uma interpretação canônica da história brasileira, com negação de qualquer ruptura em nosso passado.

Essa primeira parte das comemorações em torno de D. Pedro I foi uma investida para a “busca de fé comum” com “grande efusão coletiva” utilizando as palavras de Girardet (1987, p. 145) quando analisa as sociedades modernas, ou melhor, as festividades da França revolucionária, que por um lado tentam insistir na autonomia dos indivíduos e na capacidade de livre disposição de si mesmo e por outro insistem em “unir e fundir” criando uma sociedade homogênea a partir de formulações de *mitologias políticas* entre elas a “nobre e grande Unidade da Pátria.”

Outras atividades foram programadas na Paraíba durante os seis meses de comemorações⁵⁵, mas, foi na Semana da Pátria de 1972 que de fato, o Sesquicentenário ganhou às ruas e D. Pedro I se tornou o centro das atenções e foi o principal homenageado nas principais páginas dos jornais paraibanos, nas comemorações nas escolas e nos desfiles cívicos do dia Sete de Setembro.

De fato, no dia do desfile o Jornal *A União* estampou em sua primeira página a notícia de que quase cinquenta mil pessoas participariam da parada estudantil-militar na Avenida Epitácio Pessoa. Nas páginas do jornal o clima era de festa, contentamento e atmosfera colorida dos balões, bandeiras e cores verde amarelo e vermelho, do Brasil e de Portugal, mas, ao mesmo tempo em que se divulgava o roteiro, cronograma e organização do desfile, as principais palavras que sobressaíam para os alunos que fossem participar da Festa do Sesquicentenário era de “segurança, ordem, disciplina, respeito, obediência e silêncio”. (*A UNIÃO*, 7 set. 1972).

As duas primeiras atividades anteriores ao dia do desfile indicavam a necessidade de determinados comportamentos nas solenidades dentro ou fora das escolas, a primeira delas foi a participação de uma missa em ação de graças pela Independência do Brasil, idealizada pela direção da escola, com quase 500 estudantes fardados no pátio do Colégio de N. Sra. de Lourdes. Além dos estudantes compareceram os pais dos alunos e no final da celebração todos cantaram o Hino Nacional acompanhados pela banda marcial. (*A UNIÃO*, 5 set. 1972).

“Respeitosamente e em silencio duzentos e quarenta estudantes uniformizados” das escolas Instituto Pitágoras, Colégio Nossa Senhora de Lourdes Colégio Notre Dame, Escola de Enfermagem Santa Emília de Rodat, Ginásio Regina Coeli e o Colégio Lins de Vasconcelos, ex-combatentes da FEB, o governador do Estado, do prefeito da capital e autoridades militares participaram do hasteamento das três bandeiras, as quais foram: a do Brasil, da Paraíba e de João Pessoa, às 8h da manhã na Praça Vidal de Negreiros, essa outra atividade cívica abriu solenemente as comemorações do dia Sete na capital. (*A UNIÃO*, 9 set. 1972).

Promovido pelo Estado e pelas escolas, o culto cívico pelos alunos diante da bandeira e do hino nacional, se tornaram objetivos educacionais, não somente nos conteúdos explícitos em sala de aula, mas “principalmente, um conjunto de práticas simbólicas”, a saber, o

⁵⁵ Foi organizada uma diversidade de atividades, a exemplo do concurso de arranjos de flores em maio; um encontro de cantadores nordestinos, com temas ligados aos nomes de d. Pedro I, Epitácio Pessoa e Ernani Sátiro em junho; uma exposição de arte sacra no mês de julho; festival do folclore paraibano e demonstração de educação física em agosto. (*A UNIÃO*, 9 abr. 1972, p. 7). De março a abril junto às comemorações Ernani Sátiro divulgou um calendário de inaugurações que preferimos destacar no capítulo 5 desta Tese.

“respeito aos símbolos nacionais, o sentimento de patriotismo a legitimação do imaginário sócio-político e o cultivo da memória nacional”. (SOUZA, 2009).

Para tanto, em 1966 ainda no governo de Castelo Branco foi decretado em 31 de março a Lei 58.023 que tratava da Educação Cívica em todo o país. Neste documento, em seu artigo 2º, há a orientação sobre a necessidade de formar os educandos e o povo em geral a partir do desenvolvimento do:

sentimento de apreço a Pátria, respeito as instituições, fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade”, que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humanas, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres.

De acordo ainda com a mencionada Lei, no artigo 3º, essa formação cívica deveria acontecer “**obrigatoriamente na escola**” como também, deveria ser preocupação dos professores em especial, de “história, geografia e educação física.” Assim, para assegurar essa difusão, foi criado o setor de Educação Cívica, que entre outras atribuições teria que:

- a) promover e estimular a comemoração das grandes datas nacionais e dos centenários de brasileiros ilustres, bem como prestigiar as festas populares, de caráter tradicional, e as manifestações folclóricas e a participação de todos os professores na formação do educando, em particular na formação cívica;

Observa-se então, que a prática educativa que se desejava pelo Regime Militar estaria associada ao sentimento de apreço à Pátria, mas a formação de um cidadão obediente às leis e as comemorações das datas nacionais com seu panteão de heróis seriam os instrumentos para tal proposta.

Do ponto de vista de Chartier (1990) a construção social da realidade se dar através da imposição da autoridade dos discursos às custas de outros, pois, se fundamentam em *estratégias* através de *representação* de mundo e sociedade que desejam legitimar através de um projeto reformador que aspiram a universalizar.

Nesse contexto, Chirio *apud* Cordeiro (2012, p. 28) afirma que houve a partir de 1969 uma “obsessão” por parte da AERP, “no sentido de atribuir densidade popular às festividades”, principalmente as das comemorações do dia sete de setembro, porque se tornaram “estratégias propagandistas viáveis” na medida em que elas recuperavam o “patriotismo e um otimismo” ancorados no imaginário brasileiro, ou seja, “não se pode compreender a popularidade das festas de independência sem antes refletir sobre os esforços oficiais para torná-la popular.” (CORDEIRO, 2012, p. 29).

Neste propósito, o papel do ensino proposto no Decreto já referido e nos documentos da Comissão Nacional de Moral e Civismo, responsável pela elaboração do currículo e programas da EMC, se efetivou também nas páginas dos livros didáticos distribuídos nas escolas públicas. O sete de setembro, como tema recorrente e obrigatório foi apresentado nesses manuais a partir de uma síntese pautada na alegria do povo brasileiro em se tornar livre.

Por exemplo, o livro de Elian Alabi Lucci, *Trabalho Dirigido de Moral e Civismo*, na sua sétima edição em 1979, apresenta no capítulo 21 o título *Você, o Hino Nacional e os Símbolos Oficiais do Brasil*, tendo na abertura uma ilustração com quatro pessoas brancas, bem arrumadas, com roupas coloridas e sorridentes, são elas: um adolescente, um jovem, uma senhora e um senhor. A imagem traz à ideia de movimento nos corpos, pois, a jovem bate palmas e os dois jovens erguem seus chapéus para o alto, expressões típicas de uma comemoração. Apesar dessa informação visual, o autor ainda propõe ao aluno, abaixo da imagem, que ele escolha entre duas alternativas sobre as expressões das pessoas se estão “alegres ou tristes”. (Figura 10).



Figura 10 – Pessoas felizes comemorando a Independência do Brasil em 1822 – Fonte: Livro *Trabalho Dirigido de Moral e Civismo*. Elian Alabi Lucci. Volume 2. (1979) .

Na sequência da atividade toda a dúvida é dissipada em relação à alegria dos personagens, pois, o autor informa ao aluno que “essa cena reproduz o ambiente alegre e festivo do dia 07 de setembro de 1822” e para saber o motivo havia também duas alternativas para escolha “a Independência do Brasil” ou a “Proclamação da República”.

O parágrafo seguinte do livro sintetiza a Independência como um desejo do povo brasileiro em decidir seu próprio destino, que teve início com o sacrifício de Tiradentes, mas,

que não foi interrompido porque com o “valeroso príncipe” o sonho tornou-se realidade emocionando todos os brasileiros. Assim, a imagem na abertura do capítulo sintetizava essa alegria. A conclusão do capítulo é que “esta Independência foi conquistada com o sacrifício e a bravura de D. Pedro”.

Sem adentrar na discussão sobre as simplificações históricas apresentados no livro didático nem no uso de uma metodologia de informações prontas, destacamos a inexistência de negros e pobres trazidas na imagem das pessoas comemorando a “Independência”, bem como, a autoria da “autonomia e liberdade” ter sido em primeiro lugar de D. Pedro e juntamente com todo o povo brasileiro que sonhava com este dia. Cordeiro (2011, p. 9) argumenta que a juventude escolar teve um papel central nas comemorações do Sesquicentenário e essa participação não pode ser entendida desassociada do “Projeto cívico” do Regime Militar que incluía a “re(educação)” dos alunos a partir de normas que valorizassem a disciplina, o nacionalismo e os conteúdos pátrios ensinados dentro das salas de aulas.

Voltemos às páginas da imprensa paraibana, que anunciava a participação pela primeira vez de um pelotão com os alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL, dos bairros de João Pessoa, Santa Rita, Bayeux e Cabedelo, como uma “atração original” para o dia do desfile. Para tanto, foi necessário solicitar doações no comércio para a compra do fardamento desses estudantes. (*A UNIÃO*, 02 set. 1972).

Na organização do desfile novamente observamos por um lado à tentativa de dar uma “coloração popular às festas”, e por outro “a dureza política do regime se traduzia por uma formalidade e um controle excessivo das comemorações” (CHIRIO *apud* CORDEIRO, 2011, p. 10).

Nesse sentido, foi traçado um minucioso esquema pelo 1º Agrupamento de Engenharia da capital, responsável em organizar o desfile, que naquele ano somava “29 unidades”, entre colégios e instituições, totalizando aproximadamente 7.900 pessoas. Para tanto, esse número foi dividido, em cinco agrupamentos coordenados por um capitão ou tenente do Exército Nacional, numa quantidade “equivalente de elementos” variando entre 200 a 300 pessoas ocupando entre 30 a 60 metros de espaço. (Tabela 5) (*A UNIÃO*, 03 set. 1972).

A disciplina em relação ao horário também foi estabelecida, 7h45 da manhã foi a hora limite para que cada agrupamento já devesse está pronto nas proximidades da Avenida Epitácio Pessoa, a punição para quem não observasse o horário determinado seria o impedimento de desfilar naquele dia e também no próximo ano. (*A UNIÃO*, 03 set. 1972).

Além desses agrupamentos foi anunciada ainda a participação no desfile do Regimento de Infantaria, do 1º Agrupamento de Engenharia, da Polícia Militar da Paraíba, do Pelotão de Ex-Combatentes, do Corpo de Bombeiros, da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba- SAELPA, das viaturas da Prefeitura Municipal e uma tropa militar composta por 600 homens.

Pelo segundo ano o palanque oficial foi instalado na Avenida Eptácio Pessoa, com doze metros de comprimento, ornamentado com bandeirolas verde-amarelas e vermelhas, era o local de destaque das autoridades civis e militares. As escolas também receberam recomendações sobre a proibição das apresentações e uso de fogos de artifícios na frente do palanque e nem se dispersar sem autorização do sargento orientador, após a passagem pelo palanque. Para Moraes (2015 p. 206) a “ideia era evitar tumultos durante o ápice dos festejos” ou “nenhum ato de desrespeitos às autoridades”. De fato, “a nação deveria ser comemorada dentro dos parâmetros estabelecidos pelos organizadores”.

Enquanto funcionários da prefeitura pintavam de cal branca as calçadas da Avenida Eptácio Pessoa, as árvores e ruas próximas, os rapazes e moças, selecionados e treinados pela direção do Colégio Lins de Vasconcelos, também davam “o último retoque” ao realizarem o ensaio geral, sob a coordenação do professor Manuel Nery. Foi destaque pelo Jornal *A União* a participação dos alunos do turno noturno pela primeira vez no desfile, aumentando ainda mais a responsabilidade e a preocupação central do ensaio era de acertar na harmonia dos pelotões e cadência do passo ao som da banda marcial, pois, a expectativa era de cinquenta mil pessoas que deveriam estar nas ruas para assistir o desfile. (*A UNIÃO*, 03 set. 1972).

O sol contribuiu com o colorido da festa, na manhã clara de céu azul, os 150 anos da Independência trouxe para as calçadas da Avenida Eptácio Pessoa uma multidão alegre, algumas pessoas de sombrinhas e guarda-chuvas, cada um procurando o melhor local para ver o desfile, para admirar, aplaudir e disputar o melhor espaço uma com as outras para ver os alunos e os militares que estavam desfilando com o cuidado de obedecer ao cordão de isolamento colocado no dia anterior pelos organizadores. Para refrescar o calor muitos procuraram as barracas e ambulantes que vendiam refresco, côco, picolé, sorvete e laranja.

Quem chegou mais cedo teve que esperar até às 8h45, hora em que o governador chegou da cerimônia de hasteamento da bandeira, já comentada anteriormente, para que a primeira escola começasse a desfilar. Dois pelotões do Colégio Estadual ABC abriram o desfile, o primeiro pelotão foi um grupo de alunos que usavam calças e blusas verdes com túnicas brancas e outro grupo de calças e blusas cor azul, que para a escola “significavam as cores do céu e das matas brasileiras.” No segundo pelotão foi necessário sessenta alunas para

conduzir uma imensa bandeira do Brasil, que de acordo com *A União* foi um “colorido e brilhantismo nunca vistos” apresentados pelos estudantes. (*A UNIÃO*, 09 set. 1972).

A segunda “grande atração da Festa” foi o Liceu Paraibano, a escola destacou o símbolo oficial das comemorações do Sesquicentenário e trouxe um pelotão formado por vinte e duas moças trazendo na camisa a pintura das bandeiras dos estados brasileiros. E ainda uma “comoção” registrada durante a apresentação do Liceu foi um “aluno paralítico cursando terceiro ano científico desfilou ao lado das colegas voluntariamente numa cadeira de rodas.” (*A UNIÃO*, 9 set. 1972).

Tabela 5 - Parada Estudantil-Militar - 1972

COORDENADORES	AGRUPAMENTOS	QUANTIDADE
Capitão Raimundo Nonato de Moura	Região dos Escoteiros	180 pessoas
	Colégio Estadual do ABC	348 alunos
	Colégio Nossa Senhora das Neves	200 alunos
	Escola Técnica Federal da Paraíba	350 alunos
	Colégio Estela Maria	200 alunos
	Instituto Rio Branco	330 alunos
	Colégio N. Sra. das Graças	220 alunos
Capitão Edson Ayres de Souza	Colégio Comercial Getúlio Vargas	360 alunos
	Instituto de Educação	300 alunos
	Colégio Estadual Central	350 alunos
	Ginásio Rio Branco	300 alunos
	Ginásio D. Pedro II	300 alunos
	Colégio Comercial Afonso Pereira	334 alunos
	Colégio Estadual de Cruz das Armas	300 alunos
Capitão Carlos William de Oliveira	Colégio Estadual de Jaguaribe	330 alunos
	Ginásio Sagrado Coração de Jesus	180 alunos
	Colégio Pio XII	330 alunos
	Colégio Estadual de Santa Júlia	350 alunos
	Colégio Estadual de Tambiá	350 alunos
	SENAC	300 alunos
	Colégio Pio X	341 alunos
Capitão Bráulio Gerson de Lima	Ginásio Nossa Senhora da Salete	338 alunos
	Instituto Presidente Epitácio Pessoa	361 alunos
	Colégio Lins de Vasconcelos	365 alunos
	Colégio Estadual do Bairro dos Estados	300 alunos
	Colégio Estadual do Róger	350 alunos
	MOBRAL	230 alunos

	Lions Club – João Pessoa	40 sócios
	Carros Alegóricos	
Tenentes	História do Brasil	
Dorival Dlein	Motivações folclóricas	07 carros
Luiz Antônio de Souza	Desenvolvimento do Nordeste	
	Desenvolvimento da Paraíba	

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: *A União* (03 set. 1972).

A terceira atração foi um fato inusitado que ocorreu atrás do cordão de isolamento, pois, uma senhora popularmente conhecida como “Vassoura”, insistiu entrar no meio da avenida para desfilar em frente ao palanque. Ela estava montada em um cavalo coberto com papéis amarelos e vestida de seda verde-amarela, com um chapéu e carregando uma bandeira do Brasil num mastro. O tumulto começou porque os policiais a impediram de cruzar o cordão que separava o local do desfile, enquanto ela perguntava se não era patriota, o que causou risos e dispersão das pessoas mais próximas. Somente com a ajuda dos fotógrafos, na promessa de registrar a sua presença pelas lentes, que “Vassoura” desistiu de participar do desfile, mesmo assim, “a ordem e a tranquilidade não foram perturbadas” conclui o jornal. (A UNIÃO, 09 de setembro de 1972)

Nas apresentações permitidas das duas primeiras escolas, observamos as cores tradicionais da bandeira associadas com as belezas naturais do Brasil, uma bandeira gigante na avenida e a representação da unidade dos estados brasileiros nos aproximaram dos estudos de Bencostta (2004, s/p) sobre desfiles patrióticos na cidade de Curitiba na Primeira República, na Era Vargas e no Regime Militar, quando afirma que esses eventos “se valem de ideias e conceitos que foram transformados em imagens e símbolos incorporados ao imaginário e transmitidos pelos modos de expressão da cultura cívica”.

Do mesmo modo duas fotografias apresentadas no jornal *A União* como informação sobre os “flagrantes” do desfile na Avenida Eptácio Pessoa, foram tiradas no mesmo ângulo e dispostas uma ao lado da outra. Considerando a posição escolhida pelo fotógrafo às duas cenas parece idênticas, o enquadramento capturou uma mesma quantidade de pessoas enfileiradas no primeiro e no segundo plano, a distribuição de três pessoas anônimas nos requadros e o movimento em marcha dos braços e das pernas. Ao primeiro olhar a diferenciação fica explícita somente nas vestimentas que possibilita a identificação dos personagens, os principais atores da festa: os estudantes e os militares. (Fotos: 11 e 12).

Como descrito por DaMatta (1997, p. 61) no dia da Pátria o uniforme e o fardamento são as vestimentas que produz o homogêneo, princípios de ordenações unívocos e a

padronização “que torna todos homens iguais nos níveis de sua posição”. No caso dos militares os princípios de autoridade, ordem, disciplina e hierarquia existentes na corporação são coerentes com os gestos e comportamentos expressos em suas vestimentas. Deveras, “o desfile militar (e desfilar é andar em fila) aponta simbolicamente para uma *parada* da estrutura social, e não poderia ser de outro modo.” (DAMATTA, 1997b, p. 57, grifos do autor).

Em Souza (2000 p. 105) vamos encontrar o esclarecimento de que a militarização aproximou-se das escolas no Brasil desde o início do século XX, em alguns momentos mais expressivos, como na Primeira República a partir da inserção da disciplina de Ginástica e Exercícios militares nos programas de ensino que desdobraram na criação dos Batalhões Infantis, acentuando uma “educação militar” principalmente pela influência dos movimentos nacionalistas por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, em 1922.



Foto 11 - Agrupamento estudantil no desfile de Sete de Setembro de 1972. Fonte: *A União* (09 set. 1972).



Foto 12 - Agrupamento militar no desfile de Sete de Setembro de 1972. Fonte: *A União* (09 set.1972).

No desfile do Sesquicentenário a militarização se revela na forma dos agrupamentos dos estudantes semelhantes aos “batalhões” em guerra, nos ensaios, no acompanhamento das marchas ao som de bandas marciais e no respeito aos símbolos nacionais trazidos nas cores das roupas e nos sentimento de culto a nação, conforme já discutimos anteriormente. Dessa

forma, as práticas de “natureza patriótica” ou “cívico-militar” revestiam os estudantes em “soldados da Pátria” tanto pela disciplina imposta do enfileiramento ou pela continência as autoridades que ordenava e moralizava a educação a partir dos ditames do governo federal e estadual, ou na sala de aula através das investidas de homogeneização a partir do fardamento escolar, que tentava extinguir, as diferenças entre os alunos. Na Avenida essa prática também servia para apagar, mesmo que momentaneamente, as diferenças entre aqueles que frequentavam as escolas públicas das escolas particulares, ou seja, entre os mais pobres e os mais abastados.

E o príncipe D. Pedro I? O personagem que mais recebeu homenagens na Epitácio Pessoa chegou como que tivesse saído de dentro do quadro de Pedro Américo, ou “renascido daquelas cinzas” que foram cultuadas no mês de julho pelas ruas da capital. Um estudante de apenas 10 anos foi travestido de Imperador, entrou na avenida montado num cavalo com trajes imperais em todos seus detalhes, botas, chapéu, capa e espada, parou em frente ao palanque e fez uma encenação (Foto 13). Há poucos metros outro garoto representando um mensageiro correu em sua direção e entregou algumas cartas ao príncipe que imediatamente levantou a sua espada e proclamou o famoso grito “independência ou morte.” “A multidão que assistiu o desfile aplaudiu “delirante a representação do que ocorreu às margens do Ipiranga há 150 anos.” (A *UNIÃO*, 09 set.1972).



Foto 13 - D. Pedro I no Desfile de Sete de Setembro de 1972. Fonte: *A União* (09 set.1972).

Dentro dessa perspectiva da realização de encenações, durante as festas do Sesquicentenário, com ênfase na Independência, Cordeiro (2012, p. 288) descreve o espetáculo que ocorreu na Avenida Paulista, no dia Sete de Setembro de 1972, intitulado “Os quatro séculos de nossa história.” O roteiro estava pautado na história brasileira a partir da fundação de São Paulo aos dias atuais, nos panfletos que divulgaram o espetáculo afirmavam que somente o “Brasil pra frente” poderia realizar a grandeza daquele espetáculo.

Para a autora a releitura operada pela ditadura do passado mítico de 1822, usando aqui a expressão “Idade de Ouro” de Girardet (1987), aconteceu sob a “expectativa de um retorno da esperança”, uma vez que essas construções imaginárias acontecem quase sempre “num presente de tristeza e decadência”, mesmo considerando que o governo Médici divulgasse o oposto. Assim, naquele contexto cênico onde se figuravam “os domínios da esperança” tratava-se de rememorar, na análise da autora, duas “Idades de ouro” ou seja, se “D. Pedro I realizou a **Independência política**, os militares faziam a **Independência econômica**.” (CORDEIRO, 2012, p. 291 grifos da autora).

Dessa forma, entendemos que esta mesma conotação expressa em São Paulo pode ser atribuída à encenação realizada pelos estudantes na Avenida Eptácio Pessoa em torno da “força simbólica” do herói e do Grito do Ipiranga, “mas, também por aquela do **Milagre brasileiro** e da ideia de construção da **potência mundial**”. (CORDEIRO, 2012 p.291 grifos da autora)

Não foi à toa que associado à ideia de “Brasil potência” vários programas e realizações do governo federal, estadual e municipal tiveram seus lugares garantidos nos carros alegóricos trazidos pela Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba - SAELPA que tratavam do “Desenvolvimento do Nordeste e da Paraíba”, nas faixas trazidas pelos alunos e nos automóveis das instituições estaduais e municipais. No entanto, mesmo mostrando poucos resultados na efetiva alfabetização prometida pelo governo, os alunos do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, foram convocados a desfilar numa clara oportunidade de propaganda e visibilidade que o programa estava alfabetizando. Para tanto, o pelotão trouxe várias faixas, entre elas: “SAELPA e MOBRAL: educar para progredir” e “MOBRAL é amor e desenvolvimento”. A Escola Técnica desfilou com cinco pelotões representando ainda os cursos de eletrotécnica, mecânica e edificações, estradas e ginásial.

Destacamos ainda dois momentos do desfile na Avenida Eptácio Pessoa que investiram na exaltação da liberdade, ou seja, duas alunas gêmeas do Colégio ABC abriram o pelotão de 60 jovens levando bandeiras históricas com uma faixa escrita: “**Liberdade dom sagrado, defende-la é nossa obrigação**”.

Ao chegar em frente ao palanque as jovens soltaram balões de oxigênio que simbolizou “a liberdade que tem o povo brasileiro” e a população e as autoridades saudaram com muitos aplausos a encenação. Outro momento que se revestiu de “grande emotividade” foi a apresentação dos estudantes da Secretaria Estadual de Educação quando um “bando de pássaros que foi libertado e em revoada tomaram o espaço.” (Foto 14). (A *UNIÃO*, 09 set. 1972).



Foto 14 – Balões subindo expressando liberdade pelas alunas do Colégio ABC. Fonte: *A União* (09 set.1972).

Ora, a censura, a vigilância e a repressão se tornaram o grande tripé da máquina repressiva que foi usada durante o governo Médici, a celebração. É válido ressaltar que “o regime militar também não inventou a censura, mas ampliou-a” a partir das reformas que foram realizadas na legislação herdada de 1946⁵⁶ que politizaram ainda mais a censura, pois, o discurso dos militares estava orientado pela “vigilância da moral e dos bons costumes.” (NAPOLITANO, 2014, p.132). A propósito “na festa, do amor e da paz”, trecho do hino oficial para as comemorações do Sesquicentenário, Médici estava “com o congresso no bolso e a censura na mão” (BARROS, 1994, p. 69), uma vez que os programas de TVs, as peças

⁵⁶ Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946, que aprova a criação do Serviço de Censura de Diversões Públicas.

teatrais, livros, cinema, músicas, imprensa e o que alunos e professores faziam dentro das escolas ficaram sob a vigilância do aparato institucionalizado da repressão policial em nada combinava com homenagens que se apresentavam na Avenida.

Ou seja, a liberdade que foi levada para desfilar em faixas, pássaros e balões coloridos trazidos pelos estudantes não voltaram com eles para casa, nem para suas escolas quando a Festa terminou. Ao meio dia e cinquenta e um minutos o desfile foi encerrado com vários veículos do Departamento Estadual de Trânsito, a multidão pode então romper o cordão de isolamento e acompanhar os últimos carros. Durante e após o desfile a manutenção a ordem era manter a disciplina mas, houve quem comemorou de forma não autorizada e foi registrado a prisão de quatro pessoas por embriaguez, na dispersão dos veículos aconteceram o atropelamento de duas estudantes e uma senhora que foram levadas para o atendimento nos hospitais próximos e nas ruas perto da Avenida Eptácio Pessoa se formou um engarrafamento com a quantidade de carros e pessoas que voltavam pra casa. (A UNIÃO, 09 set. 1972).

Vamos agora em direção ao Agreste, na cidade de Campina Grande, onde na Praça do Sesquicentenário, nos Colégios estaduais e particulares e nas margens do Açude Velho, os estudantes também tiveram que cumprir naquela mesma semana a realização de atividades organizadas pelos militares da 5ª Companhia de Infantaria, hasteamentos, arriamentos, sessões nos Centros Cívicos e o desfile cívico em comemoração ao Sesquicentenário.

Logo no dia 01 de setembro de 1972 o *Jornal da Paraíba* divulgou a programação para a “Semana da Pátria”, nela estava uma lista com os dias e os nomes dos Colégios que deveriam comparecer na cerimônia de hasteamento e de arriamento da bandeira nacional e das bandeiras históricas (Tabela 6). Foram divulgadas também as recomendações para a realização do evento denominadas de “Disposições Gerais”, sendo as seguintes:

- 1 - Horário de hasteamento às 8h00;
- 2- Horário de arriamento às 18h00;
- 3- O horário deverá ser obedecido rigorosamente, devendo para isto os Colégios estarem presentes na Praça do Sesquicentenário, local determinado para as comemorações, (10) dez minutos antes dos horários estabelecidos;
- 4- O dispositivo dos colégios referentes a cerimônia de hasteamento e arriamento da Bandeira Nacional e das bandeiras históricas obedecerão a ordem numérica conforme anexo I;
- 5 – Os colégios formarão em coluna por um ficando os colégios um ao lado do outro, num total de 09 (nove) colunas;
- 6 – O hasteamento será realizado com a entoação do Hino Nacional tocado pelas bandas do 2º Batalhão da Polícia Militar e da Prefeitura Municipal. (JORNAL DA PARAÍBA, 01 set. 1972).

Observando as normas para os Colégios em Campina Grande estabelecidas pelos militares, vimos que são semelhantes àquelas que foram impostas as escolas de João Pessoa, ou seja, a preocupação com os horários, com o cumprimento rigoroso das chegadas aos locais, do enfileiramento e da disciplina pelos estudantes, etc. Outro ponto que merece destaque foi a determinação prévia das escolas e dos referidos dias tanto para a realização do hasteamento das bandeiras como do arriamento, como também a lista com a sequência a ser seguida pelos Colégios para o dia do desfile. Nesse contexto, vamos encontrar em DaMatta (1997b, p. 56) uma discussão em torno dos grupos que são responsáveis em organizar o Dia da Pátria. Para o autor a organização desse ritual “cabe aos poderes constituídos, sendo sua legitimação obtida por meio de instrumentos legais, os decretos”.

Tabela 6 – Programação do hasteamento e arriamento das bandeiras – 1972

DIA	ESCOLAS
1	Pio XI, Colégio Estadual de Bodocongó, Paulo VI, Virgem de Lourdes, Carmem Silveira, 11 de Outubro, Santa Bernadete, Colégio Estadual de José Pinheiro, Colégio de Aplicação da FURN.
2	Colégio Estadual da Liberdade, Escola Normal Estadual, Colégio Alfredo Dantas, Colégio Estadual da Palmeira, Colégio Técnico da FACA, Anita Cabral, Imaculada Conceição e Ginásio de Assistência Social Santa Terezinha - ASSTA.
3	SENAI, Colégio Campinense, Estadual da Prata, Redentorista, Química, Juracy Palhano, Colégio Evangélico, Roberto Simonsen, e Colégio Estadual José Pinheiro.
4	Círculo Operário, Estadual de Bodocongó, Paulo VI, Pio XI, Virgem de Lourdes, Carmem Silveira, 11 de Outubro, Santa Bernadete e Tiradentes.
5	Colégio de Aplicação da FURN, Colégio Estadual da Liberdade, Escola Normal Estadual, Colégio Imaculada Conceição, Alfredo Dantas, Colégio Estadual da Palmeira, Campinense, Anita Cabral, e Roberto Simonsen.
6	ASSTA, SENAI, Estadual da Prata, Redentorista, Química, Juracy Palhano, Colégio Evangélico e Sucursal do Pio XI.

Fonte: *Jornal da Paraíba* (01 set.1972).

Outro aspecto das festas do Sesquicentenário em Campina Grande foram as sessões de posse das Diretorias dos Centros Cívicos a exemplo, da Escola Normal e do Colégio Estadual do José Pinheiro. A diretoria do Centro Cívico André Vidal de Negreiros que foi empossada na Escola Normal, ao som do coral “Villa Lobos” dirigido pela professora Dalvanira Gadelha e a palestra do diretor Hamilton de Souza Neves que enalteceu o Centro Cívico daquela escola porque tinha a finalidade “de orientar, organizar e enaltecer o civismo”. Aquele

estabelecimento de ensino tinha sido “o primeiro a ser beneficiado com a criação do Centro Cívico” na cidade de Campina Grande.

No Colégio Estadual José Pinheiro, autoridades civis e militares compareceram para a posse da Diretoria do Centro Cívico Tiradentes, que também teve a apresentação de um coral, denominado “Luar do Sertão” coordenado pela professora Maria Moreira de Andrade e a participação do conjunto “Os Vikings⁵⁷” que cantaram o Hino do Sesquicentenário e a música “Salve, Salve Bandeira”. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 01 set.1972, p. 7).

Os Centros Cívicos foram criados pelo Decreto N.º 68.065 de 14 de janeiro de 1971 e se constituíram como desdobramento das “Atividades Extraclasse” para as práticas educativas de Educação Moral e Cívica. No referido documento foi estabelecido a criação dos Centros Cívicos nos “estabelecimentos de qualquer nível de ensino públicos e particulares” no sentido de proporcionar a “centralização no âmbito escolar e à erradicação, na comunidade local, das atividades de Educação Moral e Cívica, e à cooperação na formação ou aperfeiçoamento do caráter do educando”.

Segundo o Documento, os Centros Cívicos deverão:

a) considerar o civismo, nos três aspectos fundamentais: caráter, com base na moral, tendo fonte Deus nos termos do Preâmbulo da Constituição do Brasil; amor à Pátria e às suas tradições, com capacidade de renúncia; ação intensa e permanente em benefício do Brasil; b) projetar-se sobre as atividades de classe e extraclasse enumeradas no Art. 31 e seu parágrafo único; c) elaborar o Código de Honra do Aluno, nos níveis primário e médio, e o Código de Honra do Universitário, no nível superior. d) Empregar modernos processos didáticos de comunicação e explorar o desejo natural do educando de realizar novas experiências; (BRASIL, 1971 s/p),

Dessa forma, compreendemos a criação dos Centros Cívicos a partir da sugestão dos nomes entre “vultos brasileiros”, das práticas que são difundidas como o amor à Pátria e das comemorações e rituais cívicos desenvolvidos dentro da escola. Assim, a existência dos Centros Cívicos como resultado das políticas educacionais do “Estado Militar”, no sentido do fomentar e o seu projeto político que foi utilizar-se da educação “como forma de controle e de legitimação” e “difundir um pensamento que implicava um determinado tipo de moral e civismo.” (GUILHERME, 2011, s/p).

Esse controle e legitimação pela educação também ganhou às margens do Açude Novo, em Campina Grande, a partir do desfile cívico-militar de quase quatro mil estudantes

⁵⁷ Banda musical que tocava nos bailes em Campina Grande durante os anos de 1970, ela foi criada pelo músico campinense Rivaldo Viking, influenciada pelo rock internacional como os Beatles e Rolling Stones.

homenageando o Sesquicentenário. Diferente de João Pessoa, o sol não apareceu para somar com o colorido da festa, pelo contrário o dia amanheceu nublado e ameaçando chover. Em vários momentos em que os estudantes desfilavam caiu neblina o que não impediu do povo permanecer no local e aplaudir o desfile. (*DIÁRIO DA BORBOREMA*, 9 set. 1972).

A fotografia postada pelo *Diário da Borborema* apresenta doze jovens desfilando enfileirados. De um lado da fila seis alunos trazem nas mãos uma imagem de um “vulto brasileiro” e do outro o nome de cada um deles (Foto 15). A comunicação se deu escrita e visual, possivelmente, os “ilustres” que estavam sendo apresentados pudessem ser desconhecidos da população e necessitava dessa forma uma “legenda” para serem identificados. Tiradentes é o primeiro da lista, o segundo é José Pereira, mas, devido ao ângulo e a má qualidade da fotografia não conseguimos identificar o restante dos homenageados, no entanto, a seleção deve ter recaído sobre os “heróis da Pátria” ou ainda em alguns “notáveis” de Campina Grande - PB que foram selecionados para serem homenageados no desfile para receber os aplausos da população através da “dominação da recordação.” (LE GOFF, 2003, p. 476).



Foto 15 – Desfile cívico-militar em Campina Grande - PB, 1972. Fonte: *Diário da Borborema* (10 set. 1972).

Por sua vez o *Jornal da Paraíba* fez uma “homenagem a cores ao Sesquicentenário” repetindo o que tinha feito *O Educador* em sua primeira página da edição de sete de setembro 1922 (Foto 16) . Dessa vez, o Caderno Especial de sete de setembro de 1972 veio traçado com uma faixa verde-amarelo com as fotografias de D. Pedro I e Dona Leopoldina. A matéria do *Jornal* é uma narrativa histórica dos acontecimentos de 1822 e o Caderno Especial

denominado de “Jornal da Independência” teve uma tiragem de 1.500 exemplares a cores, mesclando 1822 e 1972 através da sua principal manchete: **Brasil 150 anos depois.** (JORNAL DA PARAÍBA, 07 set. 1972).



Foto 16 – Caderno Especial do Jornal da Paraíba (07 set. 1972)

Na reportagem o país estava crescendo, pois, as imagens apresentadas no jornal com legendas e textos explicativos associavam a indústria automobilística, antenas de TV, construção de grandes prédios, plataformas de produção de petróleo e de siderúrgicas e todo o desenvolvimento sendo resultados do “eco do Grito do Ipiranga.”

Os prefeitos também pagaram para subir no cavalo de D. Pedro e registrar na tela colorida do *Jornal da Paraíba* os seus “feitos”, a exemplo de São Mamede, localizado no Seridó paraibano, que comemorou “o Sesqui com muitas obras”, entre elas a fotografia de vários veículos da prefeitura, um ônibus para transportar os estudantes para os colégios de Patos, um caminhão, um trator e uma rural para os serviços da “municipalidade,” construção de açudes, distribuição de medicamentos para os pobres foram tidos “como prêmio da administração do prefeito para a coletividade”.

Em São Mamede a Semana da Pátria teve início com o hasteamento da bandeira pelos alunos Grupo Escolar Seráfico da Nóbrega e o desfile até o Ginásio municipal para ouvir duas palestras, uma pela professora Fildani Gouveia que destacou as “personalidades que tiveram participação do movimento da nossa independência” até chegar nos “feitos benéficos da Revolução de março de 1964” e no presidente Médici que segundo a professora, já estava “consagrado como o maior dos homens públicos do Brasil.” A outra palestra foi realizada pelo prefeito que reforçou as ideias da professora ao afirmar que a “figura imortal de D. Pedro e os revolucionários” que “além de implantar a paz e a tranquilidade da família brasileira” aumentaram “progresso e desenvolvimento da nacionalidade pátria transformando-a de nação paupérrima numa nação rica.” (*JORNAL DA PARAÍBA*, 07 set. 1972).

Para Cordeiro (2011, p. 4) a tradição cívica brasileira não foi inventada durante a Festa do Sesquicentenário, mas ganhou “novas tonalidades” a partir da produção de uma “uma história baseada na valorização dos grandes vultos nacionais” numa “concepção de tempo linear”, em que naquele momento “passado, presente e futuro estavam indelevelmente unidos” e essa concepção foi bastante usado pelos militares.

A autora ainda ressalta que resultado final foi uma “festa grandiosa” que durante “seis meses conseguiu mobilizar o país de norte a sul, apelando ao imaginário cívico-nacionalista brasileiro” e que ganhou a adesão popular e a participação das escolas. De fato, “as comemorações encontraram nas escolas um espaço frutífero para se realizarem.” (CORDEIRO, 2011 p.8)

Capítulo 3

Instruir pelas Festas: comemorar para não esquecer

3.1. Terceira aula: O centenário de 1817

*Subam hinos nas asas da glória
Aos supremos e ideais arrebois
Onde vive e refulge a memória
E o renome dos nossos heróis.
E antes mesmo que a história nos conte
Como o feito sublime se deu
venham louros e myrtos à frente
Que em tais sonhos augustos viveu.
(DIAS FERNANDES, 1917, p.1)*

Esses versos foram extraídos do hino composto por Carlos Dias Fernandes⁵⁸ e música do maestro Camilo Ribeiro, para ser cantado durante a Festa do Centenário da Revolução Republicana de 1817⁵⁹, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP⁶⁰, no ano de 1917⁶¹.

Para o jornal *A União*, a festa do Centenário de 1817 organizada pelo IHGP deveria ser celebrada com “grande pompa”, “civismo” e deveria dar a “nítida compreensão do seu passado histórico por parte do povo paraibano.” (*A União*, 11 mar. 1917 p.1). Nesse sentido, o hino cumpre bem o papel de propagador desse “passado histórico” da Revolução de 1817,

⁵⁸ Paraibano de Mamanguape (1874 - 1942) escritor e jornalista, foi diretor do Jornal *A União*, autor do livro de leitura *A Escola Pitoresca* que foi adotado nas escolas públicas da Paraíba pelo Decreto 913 de 14 de março de 1918 pelo governador Camilo de Holanda. Na terceira parte do livro trás o Hino do centenário de 1817 e ainda a Canção guerreira, o Hino à Pátria, o Hino à Paraíba, o Hino a Pernambuco e a Canção marítima. Obras recentes trataram de vários aspectos deste intelectual e sua vida pública como Sena (2008) e Galvínio (2013).

⁵⁹ O movimento de 1817 teve início em Pernambuco em março e ocorreu dentro do contexto das mudanças políticas e sócias em virtude da vinda da família Real para o Brasil. Entre outros aspectos destacamos o aumento de impostos para cobrir as despesas da família real e teve influência das ideias iluministas francesas contra o absolutismo ao mesmo tempo defendiam a proclamação de uma República. É considerado pela historiografia como a única rebelião colonial que passou da fase conspiratória e atingiu o processo revolucionário de tomada do poder. Teve a adesão das províncias da Parahyba do Norte e do Rio Grande do Norte, mas foi duramente reprimida pela Coroa Portuguesa e seus líderes enforcados e esquartejados.

⁶⁰ Instituto que foi fundado em 1905 na Paraíba com o objetivo descrito no seu Artigo 1º “de reunir, conservar e publicar todos os documentos relativos à história, geographia, archeologia e ethnographia do Estado, e bem assim proceder a estatutos e indagações sobre as mesmas matérias”. (REVISTA DO IHGP....1909).

⁶¹ Foram várias composições enviadas para o julgamento da Comissão responsável. A Comissão foi composta pelo presidente do IHGP, Dr. Flávio Maroja e demais sócios do Instituto. Manuel Tavares, foi escolhido para presidir a Comissão da Festa, formada por Irineu Pinto, João Alcides Bezerra, João Lyra Tavares, Coriolano de Medeiros, além do próprio Carlos Dias Fernandes que terminou por vencer o concurso.

ecoando a “paraibanidade” que os intelectuais do IHGP já vinham buscando construir desde 1909 nas suas publicações. Nessa perspectiva, o estudo realizado por Dias (1996, p. 56) faz o seguinte comentário:

a Revolução de 1817 é matéria constante nas Revistas do IHGP. Seja através de artigos historiando os acontecimentos desenrolados aqui na Paraíba, transcrição de documentos ou biografias dos seus personagens considerados mais ilustres.

Por sua vez Mariano (2005 p. 27) afirma que:

A *paraibanidade* no movimento contestatório de 1817 é representada, por estes autores, como um marco da história local, uma identidade em que o homem paraibano é visto a partir de sua predisposição para a “paz”, da sua “bravura”, da sua “ordem”, de suas relações de família, da sua riqueza e dos cargos que ocupa na sociedade. (grifos da autora)

Dessa forma, a mencionada autora ressalta que o movimento que teve início no estado de Pernambuco em 06 de março de 1817, ficou conhecido na historiografia oficial como “Revolução Pernambucana de 1817”. A *Revista do IHGP*, em 1912, apresentou um artigo de Francisco Barroso ao qual chamou o movimento de a “Revolução Paraibana de 1817”, numa tentativa de enfatizar a importância da Paraíba nesse evento, apresentando uma narrativa de “liberdade e independência” de “sangue e heróis” genuinamente paraibanos que delineou em seus traços uma ideia de “identidade local”, reforçando e elegendo “esse acontecimento como um dos marcos fundadores da identidade paraibana, solidificando o passado heroico e grandioso”, em 1817.

Observando os versos descritos no início desse texto, bem como a letra completa do hino de Carlos Dias Fernandes trata-se de uma narrativa que segue esses mesmos contornos de heroísmo e paraibanidade ao descrever os acontecimentos de 1817. Em suas primeiras estrofes “as asas de glória, coroa de louros e de imortalidade” são devotados aos dois líderes paraibanos Peregrino de Carvalho e Amaro Gomes Coutinho.

Nos versos seguintes, o autor destaca dois episódios da vida de Peregrino de Carvalho durante a Revolução de 1817 já consagrados pela historiografia local, o primeiro sobre a sua ida ao Rio Grande do Norte numa expedição militar para ajudar André Albuquerque Maranhão na consolidação da República em Natal e o segundo o encontro com o seu pai na Trincheira:

Dos melindres da Pátria cioso
 Libertário vário tutela
 Acorreste ao clamor pressuroso
 Do fraterno torrão potiguar.
 (DIAS FERNANDES, 1917, p.1).

Em outro trecho da música continua o autor privilegiando o papel de Peregrino de Carvalho no episódio bastante emblemático da experiência republicana em 1817:

E regressas com a extrenua cohorte
 Que o perigo não doma ou retrahe
 Para que te convença e te exorte
 Nas trincheiras te espera teu pae.
 (DIAS FERNANDES, 1917, p.1).

O retorno de Peregrino à Paraíba era esperado como a única esperança força capaz de resistir contra os “realistas”, as tropas fiéis a Coroa Portuguesa, que já tinham sitiado a capital. É nesse contexto que Xavier de Carvalho, pai de Peregrino, levando um crucifixo nas mãos, foi enviado ao encontro do filho acampado num lugar chamado de Trincheira, a fim de convencê-lo a entregar as armas, render-se e abandonar a guerra. Irineu Pinto, em sua obra trata desse momento como um dos mais dramáticos da Revolução de 1817, ou seja, quase como uma encenação teatral. Acompanhemos:

Peregrino estava ante a figura austera de seu progenitor, com a imagem de Cristo, que lhe diz:
 - Filho depõe estas armas: aqui já não há Pátria; a Pátria é o Rei; só ele pode dirigir-nos, assim nos diz a consciência e a lei!
 - Oh meu bom pai, retrocedei à vossa casa, ide anunciar aos vossos comitentes que o vosso filho é digno de vós, que não sabe transigir com os seus deveres; que ele e os seus camaradas perecerão pela Pátria, se o fado adverso em decretado que ele pereça.
 - Viva a Pátria! Responderam os seus companheiros d’armas.
 Quem pode, porém ir de encontro ao que pede um pai que se estima, quando se é bom filho? Peregrino cede. Recolhe-se, cabisbaixo e triste, com a sua força, como esperando a sorte que lhe estava reservada. (PINTO, 1977, p.328)

José Peregrino de Carvalho tinha apenas 19 anos de idade quando de sua vitória no Rio Grande do Norte. A sua rendição em obediência ao seu pai, sua morte e a sentença de esquarteramento lhe renderam homenagens póstumas como um dos mais destacados líderes da Revolução, não somente pelo IHGP, durante a Festa do Centenário, mas, também nas produções historiográficas posteriores que lhe consagraram como “o grande mártir

revolucionário”, “um patriota de menoridade que soube morrer pela Pátria” em virtude do “sonho de querer arvorar o estandarte da liberdade, que o absolutismo converteu em crime de lesa-majestade”. (ALMEIDA, 1997, p. 88).

A influência do IHGP pela sua produção historiográfica levou o governador Camilo de Holanda, durante a Festa do Centenário, em julho de 1917, a assinar um contrato com o pintor Antônio Parreiras⁶², para a reprodução do episódio já anteriormente apresentado, isto é, sobre o encontro de José Peregrino com o seu pai. Vejamos algumas cláusulas do contrato:

a confecção e fornecimento de um quadro representativo do momento em que o **grande paraibano e um dos maiores heróis da revolução de 1817, José Peregrino Carvalho, se encontra com o seu pai, Xavier de Carvalho, na rua das Trincheiras.** 2) Medirá a tela 3 metros e 60 centímetros de largura por 2 metros de altura. 3) A moldura será bronzeada e dourada e terá de largura vinte centímetros. Na parte superior haverá as armas do Estado e na inferior um medalhão com o título do quadro. 9) Na composição do trabalho haverá o maior vigor na sua parte histórica, que **será submetida ao Instituto Histórico Paraibano**, antes de ser começada a pintura, a fim de que ainda se possa fazer qualquer modificação que por sua absoluta responsabilidade entenda indicar o Instituto. 11) A colocação do quadro no Palácio do Governo será por conta do mesmo. (grifos nossos). (STUMPF, 2014, p.223).

Dessa forma, a heroificação de Peregrino de Carvalho se desdobrava também em moldura dourada, tinta, cores e um lugar de consagração que era o próprio Palácio do Governo, sede do poder executivo estadual. As armas do Estado deveriam aparecer na parte superior do quadro, o que denota a extensão das homenagens também ao governo estadual. O “maior vigor na sua parte histórica” da composição da tela ficou sob os auspícios do IHGP que nesse sentido, como já vimos, era o principal produtor historiográfico da figura heróica de Peregrino e do relato da cena dramática do encontro com seu pai.

De acordo com as outras cláusulas do contrato, foi firmado entre o governo do estado e o pintor Antônio Parreiras o prazo de dois anos e seis meses para ser entregue, uma vez, que seria produzido em Paris, capital francesa, pelo valor de vinte e cinco mil francos, dividido em prestações, sendo que a primeira seria paga após envio de uma fotografia atestando o início dos trabalhos.

⁶²Antônio Diogo da Silva Parreiras, nasceu em 1860 no Rio de Janeiro. Pintor, desenhista e ilustrador. Inicia estudos artísticos como aluno livre na Academia Imperial de Belas Artes. Em 1888, viaja para a Itália e durante dois anos frequenta a Academia de Belas Artes de Veneza, tornando-se discípulo de Filippo Carcano. De 1906 a 1919 viaja frequentemente a Paris, onde mantém ateliê. Em 1941, sua casa-ateliê, na mesma cidade, é transformada no Museu Antônio Parreiras, com o objetivo de preservar e divulgar sua obra.

Para Paiva (2011, p. 214) essa tela surge como estratégia para a construção de uma visualidade de uma memória republicana que queria se forjar, fazendo referencia aos elementos necessários para serem explorados na cena, ou seja, a figura mítica do herói e a dramaticidade do martírio.

Embora não sendo objeto do nosso trabalho uma análise demorada e cuidadosa da composição da tela, é interessante observarmos que em sua elaboração final, José Peregrino encontra-se no centro da obra, vestido de soldado, resoluto e decidido em permanecer na luta, apontado o dedo para seu pai. Ao seu redor está a sua tropa pronta ao seu comando para a resistência. Na sua frente, cabisbaixo e com os ombros retraídos está o seu pai numa encenação do corpo que assinala a tristeza e a morte futura do seu filho. (Figura 11)

Em uma compreensão mais profunda Paiva (2011, p. 215) resume a cena de José Peregrino e seu pai Xavier Peregrino:

De um lado, a última tentativa de dissuadir o movimento republicado, de outro, a intransigência de ideais do novo regime manifestados nesse movimento – num plano menor, à direita do quadro, a tropa de Peregrino, em armas, pronta para marchar em direção à capital, empunha a bandeira da Revolução de 1817.



Figura 11 - José Peregrino, 1918. Óleo sobre tela, 159 x 250 cm. Antônio Parreiras. Pertencente ao Acervo do Governo do Estado da Paraíba, João Pessoa.

Nos outros versos do hino do Centenário entra em cena o “civismo” de Amaro Gomes Coutinho, por ter “ignorado as leis da Coroa Portuguesa” e ter sido sentenciado ao enforcamento pelas tropas do “El-Rei”, em Recife, que ao lado de José Peregrino também foi considerado outro “grande mártir de 1817”. Amaro Gomes Coutinho, era coronel militar, liderou a partir da cidade de Itabaiana o início ao movimento aqui na Paraíba e junto com

Estevão Carneiro da Cunha proclamaram o governo provisório republicano hasteando a bandeira dos revolucionários no lugar da bandeira portuguesa.

Após alguns meses de República o governador da Bahia, o Conde dos Arcos organizou força militar com ajuda do Rio de Janeiro a fim de sufocar o movimento. O ataque à Parahyba do Norte teve início em Itabaiana e sem muita resistência avançaram para a capital até a rendição dos revolucionários. Alguns fugiram, mas, outros foram presos e enviados para Recife para aguardar o julgamento e sentença. Em agosto de 1817 os paraibanos Amaro Gomes Coutinho, José Peregrino Xavier de Carvalho e Francisco José da Silveira foram executados e suas cabeças e mãos foram trazidas para serem expostas nas ruas da capital paraibana.

No refrão do hino há uma tentativa de fazer a conciliação do passado com presente, uma vez que ao recordar “os cem anos passados e a glória” não permitirá que “os heróis caíam nas sombras do esquecimento”, pois, ainda se “sonhava os mesmos sonhos de 1817”.

O apelo do hino rimava com o clima comemorativo, todavia foi marcado pelas reclamações publicadas n’*A União* ao chamar atenção dos paraibanos que Pernambuco já tinha comemorado com “o maior brilho o grande feito de seus filhos”, mas, faltavam recursos financeiros no estado para dar a “solenidade o realce que ela merecia” e continua o desalento:

É lamentável que localidades paraibanas, muito salientes na Revolução de 17, como Pilar e Itabaiana, etc, não se tenha movido até agora uma homenagem aos seus filhos ilustres, sacrificados nas aras da Pátria, todavia ainda não se passou tempo, pois até 6 de setembro data em que foram supliciados o padre Antônio Pereira e Ignácio Leopoldo, estaremos no período das festas comemorativas. (*A UNIÃO*, 09 mar.1917, p.1).

O texto continua apelando ao povo paraibano para que a frieza e a indiferença não se tornasse um “triste documento” das “virtudes cívicas” e uma “ingratidão aos que se sacrificaram há um século” e conclui que “todas as famílias paraibanas” estão ligadas a Revolução de 1817, pois, “não houve uma só que dela não compartilhasse por alguns dos seus membros”.

O jornal *A União* ainda lembrou que o Estado vizinho de Pernambuco já tinha comemorado, desde o dia 06 de março⁶³, com o “maior brilho o grande feito dos seus filhos” mas, lamentou pela falta de recursos na Paraíba “para dar realce às solenidades” e que as

⁶³ Data oficializada que foi dado o início da “Revolução Pernambucana” naquele estado.

cidades de Pilar e Itabaiana até aquele momento tinham ignorado as "homenagens aos seus filhos ilustres."

Por sua vez, os heróis, a paraibanidade e os valores republicanos trazidos na produção historiográfica do IHGP, na elaboração do Hino e nos textos publicados no Jornal *A União* serviram de importantes suportes para legitimar a Festa do Centenário. Entretanto, ela não poderiam ficar restritos a população letrada, precisavam serem difundidos também para uma maior parte da sociedade e as escolas poderiam cumprir bem esse papel a partir do seu alunado e dos professores, a Comissão reservou várias atividades para atingir o maior número de pessoas.

Assim, desde o início de março de 1917 o Jornal *A União* noticiou convocações para que todos os alunos das escolas públicas da capital fossem se reunir no prédio da Escola Normal às onze horas da manhã, para o ensaio do Hino do Centenário e reforçava que "A comissão encarece os esforços dos senhores professores no sentido de comparecer o maior número possível de alunos." (*A UNIÃO*, 09 mar.1917, p.1).

Dentro dessa perspectiva Cândido (2007, p. 117) considera que:

A relação entre as festas escolares e o sistema político então vigente pôde ser evidenciada na celebração dos ideais republicanos seja através da escolha das datas que deveriam ser comemoradas ou do próprio tema da festa, seja a partir de momentos do próprio ritual festivo, como as homenagens, os cantos, os hinos, as poesias declamadas pelos alunos.

Portanto, a participação dos alunos e professores nos ensaios do Hino do Centenário era uma forma de arregimentar a comunidade escolar na preparação e aprendizagem antecipadamente dos valores, isto é, de "significação patriótica" sobre o "passado histórico," o qual estavam comemorando. Aquele momento foi considerado tão importante que o governador Camilo de Holanda atendeu o convite especial do maestro Camilo Bezerra e do escritor Carlos Dias Fernandes para que fosse pessoalmente assistir um desses ensaios no auditório da Escola Normal. Além do Hino do Centenário foi ensaiado também o Hino da República, da Independência e o Hino Nacional. (*A União*, 11 mar. 1917).

Esses ensaios pelos alunos e professores era uma preparação para as outras atividades que foram programadas para o dia 13 de março, já que foi a data oficializada pela historiografia que marca o início do governo republicano na Paraíba. Para tanto, o governador o instituiu como feriado estadual e a obrigatoriedade de hasteamento da bandeira da Paraíba nas repartições públicas e durante a noite a obrigatoriedade da iluminação de suas fachadas.

A *União* trouxe a reportagem especial sobre a programação da Festa no dia 13 de março na capital, dedicando várias páginas sobre o evento iniciando o texto com reverência para os “heróis que em 1817 se imolaram aos primeiros sonhos da nossa democracia.” (A UNIÃO, 13 mar.1917).

O início da Festa foi marcado para as cinco e meia da manhã com uma missa campal conduzida pelo padre Sabino Coelho. À uma da tarde foi aberta uma exposição de “documentos e objetos dos revolucionários” na sala do IHGP com a presença do governador e membros do Instituto. Às quatro da tarde iniciou-se um préstito cívico saindo do prédio da Escola Normal com a participação de todas as escolas públicas, passando nos lugares que foram expostos os restos mortais dos “revolucionários”, até o Largo das Mercês para o assentamento da pedra fundamental do monumento em homenagem “aos heróis de 1817” e a noite foi realizada uma retreta no Jardim Público.

No dizer de Renk (2009) que estudou as festas cívicas e religiosas nas escolas do Paraná naquele período em que “as políticas educacionais foram pautadas pela formação do sentimento de pertencimento à nação”, as festas com conteúdos patrióticos foram a “culminância” de um período de “aprendizagem, de ensaio e preparação” para a comemoração pública dos episódios selecionados para serem lembrados em forma de espetáculo. Para a autora os vários elementos adicionados nesses eventos, neste caso aqui do Centenário, uma missa, o hasteamento de bandeiras, a exposição de objetos e documentos, a pedra para a construção de um monumento e o Préstito Cívico⁶⁴, foram formas adotadas para a “edificação moral” e a “educação moral dos educandos.”

Do ponto de vista do Jornal *A União* foi com o “máximo de brilhantismo como era de se esperar” dos “sentimentos cívicos dos patrícios” que a festa do Centenário “se revestiu de caráter apoteótico a comemoração aos mártires da liberdade.” (A *União*, 15 mar. 1917). A reportagem trouxe detalhes da missa que aconteceu o Largo das Mercês e da caminhada das escolas até o lugar de demarcação para o assentamento da pedra fundamental para a construção de um monumento no mesmo local da celebração.

Como constava na programação, às cinco e meia da manhã, o padre Sabino Coelho, representando o Arcebispo, deu início à primeira solenidade da Festa do Centenário da República de 1817. Apesar da ampla divulgação para a missa campal, do altar “artisticamente preparado”, da presença de autoridades e do governador Camilo de Holanda, tudo teve que ser

⁶⁴Nome que encontramos nos documentos para os desfiles cívicos que saíram pelas ruas com os estudantes, professores, senhoritas, instituições, banda de música e autoridades que aconteceram durante as festas nesses primeiros anos de República na Paraíba.

feito às pressas, em razão da chuva torrencial que caiu na hora da celebração, impedindo assim a leitura do sermão que seria feita pelo padre Inácio de Almeida, intitulado: **“A Igreja estima o patriotismo e ama as democracias sãs”**. A sua leitura foi deixada para o horário da tarde, pois, aconteceria mais uma solenidade naquele local.

Deveras, iniciar uma festa que objetivava enaltecer a república a partir de uma celebração religiosa de “estima ao patriotismo”, demonstra explicitamente uma proximidade ou imbricamento dos valores religiosos e cívicos, na qual a religião Católica, diga-se passagem coabitava (e até hoje ainda coabita!) com o Estado brasileiro. Nessa perspectiva não à-toa que Catroga (2005, p. 63) ressaltou “uma sacralidade posta serviço do patriotismo.”

Ainda seguindo essa linha de pensamento Giolo (2009) considera que desde a implantação da República no Brasil a Igreja Católica se apresentou como uma instituição de “apoio e não de discórdia” ao novo regime, tendo em vista, a confiança conquistada do governo republicano dedicou-se a divulgação da doutrina em suas dioceses e de modo particular nas escolas. Sendo assim, o esforço principal da Igreja foi lutar pelo ensino religioso nas escolas privadas e oficiais e retirar do estado a tarefa de educar.

Por outro lado, resalta o autor, que houve um “acordo tácito” entre Igreja e o governo republicano brasileiro que favoreceu a sobrevivência das duas instituições, ou seja, a força moral e social da Igreja não foi desconsiderada pelos republicanos, revestindo seus heróis, datas, rituais, monumentos e lugares com aspectos semelhantes das técnicas litúrgicas católicas.

Por exemplo, por volta das 13h20 tarde naquele mesmo dia 13 de março teve início na sala do IHGP a exposição de documentos e objetos da Revolução de 1817, denominados de “reliquias⁶⁵” pelos organizadores, que é a mesma denominação para peças e artefatos considerados sagrados por pertencer a alguma personagem da Igreja Católica. Essa miscelânea entre sagrado e laico, nos lembra a expressão de Girardet (1987) ao observar que a “política e a mística invade uma à outra.”

A Comissão organizadora do evento havia solicitado às famílias paraibanas que possuísem qualquer objeto que tivesse pertencido aos revolucionários que os levassem para a exposição. Deveras, cada sobrenome, ou grupo familiar oligárquico, foi exaltado a partir dos artefatos expostos. O coronel João Ribeiro Coutinho, por exemplo, expôs uma imagem de São Lourenço, que segundo ele “pertenceu a Amaro Gomes Coutinho” e a “prova” era uma fita amarrada na imagem como o nome “Amaro” que se falava de um voto feito pelo

⁶⁵Uma relíquia (em Latim, *reliquiae*) é um objeto preservado para efeitos de veneração no âmbito de uma religião, sendo normalmente uma peça associada a uma história religiosa.

revolucionário. Tal explicação procurou aproximá-lo a devoção ao mártir cristão, que foi preso e assassinado pelo imperador romano Valeriano.

O professor Francisco Barroso ganhou mais notoriedade ao apresentar na exposição o “crânio”⁶⁶, de José Peregrino de Carvalho, “uma das figuras mais brilhantes e inconfundíveis da revolução de 1817” a bengala de José Lourenço da Silva, capitão acusado de participar do movimento, foi trazida pelo seu neto, um coronel da polícia do Estado, com o mesmo nome do avô revolucionário e o Sr. Demócrito de Almeida, chefe da polícia, expôs o livro de assentamento da Cadeia Pública de 1817, onde estavam anotados os nomes de Amaro Gomes Coutinho e dos outros condenados.

A solenidade de abertura foi feita pelo presidente do IHGP, Dr. Flávio Maroja, e contou com a presença do governador Camilo de Holanda, dos membros da Comissão da Festa, dos membros do Instituto, além de outras autoridades. Foi registrado pela imprensa que até o dia 15, em dois dias de exposição, já havia assinado o livro de visita cerca de 1415 pessoas, assinalando assim, a notoriedade do evento. Tal evento também ajudou o IHGP a efetivar um dos seus principais objetivos que era o de proporcionar a “difusão de conhecimentos de história” e “conservação do patrimônio histórico e artístico” paraibano. (A UNIÃO, 15 mar. 1917)

Se por um lado, ao se reverenciar a memória dos acontecimentos de 1817 se pretendeu exorcizar o esquecimento com a comemoração (OLIVEIRA, 1989, p. 173), por outro lado, a recordação a partir da exaltação dos gestos revolucionários bem como com a exposição de suas relíquias foi uma oportunidade significativa para “estender às famílias paraibanas que, gradativamente, ocupavam lugares de destaque nas construções historiográficas do Instituto”. (MARIANO, 2005).

O ápice da Festa estava marcado para as quatro horas da tarde. Tratava-se do Préstito Cívico com os alunos das escolas públicas e particulares da capital e o assentamento da pedra fundamental para a construção do monumento “aos revolucionários” de 1817 no Largo das Mercês.

Cedo ainda, duas e meia da tarde já começaram a chegar ao prédio da Escola Normal os alunos das escolas devidamente fardados, representantes de diversas instituições, autoridades, membros do IHGP, entre eles, Manuel Tavares, Alcides Bezerra e Miguel Raposo além dos professores José Coelho, Eduardo Medeiros, Elyseu Maul e Sizenando Costa para se organizarem para a caminhada.

⁶⁶ Pela historiografia a sua mãe teria conseguido comprar um dos vigias e durante a noite mandou roubá-la do lugar que estava exposta, depois a enterrou junto ao corpo do seu pai no mesmo caixão. Não há informações onde foi conseguida para ser colocada na exposição em 1917.

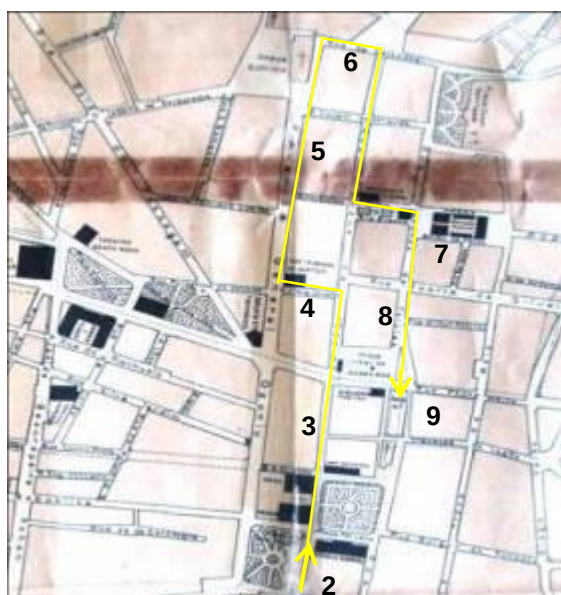
Às quatro e meia da tarde em frente à Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, na Avenida João Machado, local onde foram expostos os restos de José Peregrino de Carvalho, deu-se início o Préstito Cívico com o Hino do Centenário e da Independência cantado pelos alunos e acompanhado pela banda de música da Força Policial.

O cortejo seguiu pela Rua das Trincheiras (antiga Rua Epitácio Pessoa) em direção ao Palácio da Presidência do Estado, lugar onde “se constituiu o governo republicano de 1817”, houve uma parada para que mais uma vez os alunos cantassem o Hino do Centenário e o Hino do Estado da Paraíba. Seguiu o Préstito pela Rua Duque de Caxias até a casa onde nasceu e foi preso José Peregrino de Carvalho, novamente foram cantados os mencionados hinos.

De lá seguiram para a Avenida General Osório, onde novamente houve uma parada em frente a casa onde morou Amaro Gomes Coutinho, para ouvir os alunos cantarem os hinos do Centenário e da Paraíba. Continuou a caminhada em direção à Rua São Francisco, Rua Duque de Caxias até a Praça da Intendência (hoje Praça Rio Branco), lugar onde foram expostos os restos mortais de Francisco José da Silveira para se ouvir novamente os Hinos do Centenário e da República. Seguindo, ainda, pela Rua Visconde de Pelotas, finalmente após duas horas de caminhada, às seis e meia da noite, o Préstito chegou ao Largo das Mercês para o momento principal da Festa que era a realização da cerimônia de colocação da pedra fundamental para a construção de um monumento aos “Heróis de 1817”. Na figura abaixo procuramos demarcar o percurso de Préstito Cívico, referente ao Centenário da Revolução de 1817, na Paraíba (Figura 12).

A bandeira que oficializada pela junta governamental, na Paraíba em 1817, foi trazida pela senhorita Vitoria Nunes na abertura o Préstito, tinha semelhança e mesmos elementos da bandeira criada pelos pernambucanos (Figuras 13 e 14), apenas se diferenciando pela cor que era totalmente branca, conservando a cruz, o sol, o arco-íris e as três estrelas⁶⁷. Ela foi içada na praça da capital paraibana (hoje Praça João Pessoa) como instituição do governo provisório e o gesto de adesão do restante da população era colocar uma fita branca no braço direito, que no dizer de Mariano (2005) era uma “nova representação da liturgia do poder começava a aparecer.”

⁶⁷“as três estrelas representam os Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Logo que as outras províncias do reino do Brasil tiverem aderido à confederação, outras estrelas seriam colocadas em volta do íris. O íris tem três cores, significando paz, união e amizade que a Confederação oferece aos portugueses da Europa e aos povos de todas as nações que vierem pacificadamente aos seus portos, ou que porventura residam nestes. O sol significa que os habitantes de Pernambuco são filhos do sol, e sob ele vivem. A cruz alude ao nome de Santa Cruz dado ao Brasil na época do seu descobrimento.” (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. LVI, Rio de Janeiro, 1893, p. 122.



— Itinerário do Préstito Cívico
sentido norte

- 1 Igreja de N. Sra. de Lourdes
- 2 Rua das Trincheiras
- 3 Av. Duque de Caxias
- 4 Beco da Misericórdia
- 5 Av. General Osório
- 6 Rua São Francisco
- 7 Praça da Intendência
- 8 Visconde de Pelotas
- 9 Largo de N. Sra. das Mercês

Figura 12 - Itinerário do Préstito Cívico 1917
Mapa da cidade da Parahyba, 1923. Fonte:
Mapoteca do IHGP.

A visibilidade da bandeira de 1817 como trabalho artesanal da professora da Escola Normal Jacyntha Neves, trazida no início da caminhada apelava para o sentido patriótico do momento, do mesmo modo, o lugar determinado para a saída do cortejo, onde foram expostos os restos de José Peregrino de Carvalho, passando pelo Palácio da Presidência do Estado, nas casas e lugares onde estiveram a cabeça e mãos dos outros revolucionários, acompanhados de hinos cívicos, denotam a “invenção imaginária da cidade” e de lugares e símbolos a serem reverenciados.



Figura 13 - Bandeira da República paraibana
em 1817. Fonte: google/imagens



Figura 14 - Bandeira da República pernambucana,
em 1817. Fonte: *Revista do IHGB*, 1893. p. 122

Para tanto, o Préstito foi organizado por escolas. Em primeiro lugar os Colégios religiosos, Nossa Senhora das Neves, o Pio X e o Diocesano, talvez pela importância e influência desses estabelecimentos de ensino na capital, ao lado de outros colégios Francisca Moura, Pestalozzi e o Liceu Paraibano, seguido pela bandeira da República de 1889.

Seguia a fileira de alunos do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindello, das primeiras cadeiras isoladas feminina, masculina e mista e logo após representantes da Sociedade de Artistas Mecânicos e pelos alunos das sete Escolas Noturnas, além das segunda, terceira e quarta cadeiras isoladas. Intermediando esse conjunto de escolares encontrava-se a bandeira da Paraíba e na sequência as outras cadeiras isoladas, diversas instituições beneficentes, a Escola Normal, autoridades e a Diretoria do IHGP. (Figura 15).

Dentro desta perspectiva encontramos em Pesavento (2007) a fascinante discussão sobre o cenário privilegiado que são as cidades, denominadas de “redutos de sensibilidades” para onde são canalizadas as mais diversas representações pela palavra escrita, falada, ou pelas imagens, desenhadas, pintadas ou projetadas. Nesse sentido, a autora aponta para a invenção da cidade e de escrita de sua história capaz e construir “utopias, regressivas ou progressivas”. No dizer de Pesavento (2007 p.17), nesses momentos a cidade inventa o seu passado, ao mesmo tempo em que essa construção de “espaço-tempo” há também uma tentativa de explicar o seu presente.

A caminhada cívica com os alunos pelas ruas da cidade planejada pelos seus idealizadores para passar em frente e parar onde estavam localizados prédios e lugares (lugar de memória)⁶⁸, que estavam relacionadas com os acontecimentos de 1817.

A *União* registrou que no desfile compareceram aproximadamente 1.100 alunos dos estabelecimentos de ensino, um espetáculo público “maior visto na capital”, uma vez que “enquanto os policiais que encerravam o desfile passavam em frente ao palácio do governo, já estava na General Osório perto da catedral.” (A UNIÃO, 15 de mar. 1917). Mas, apesar da presença numerosa das escolas no Préstito, não podemos desconsiderar que a “ordem e disciplina” são também recursos do discurso educativo a fim de enfatizar o patriotismo e a participação dos alunos nesses momentos, já que, assim como as diversas comemorações republicanas patrocinadas pelo Estado, “não se tratava de uma manifestação espontânea e sim a imposição da legislação escolar”. (TRINDADE, 1996, p. 92).

⁶⁸ Sobre essa questão consultar o trabalho de Nora (1993).

PRÉSTITO CÍVICO – CENTENÁRIO DE 1917



Figura 15 - Préstito Cívico Centenário de 1817 – Fonte: *A União* (15 mar. 1917). Reprodução elaborada pelo autor.

O destino final foi o Largo das Mercês, um local sem muita atenção das políticas públicas do governo estadual e municipal, que carecia até de iluminação pública e que foi solicitada pelo presidente da Comissão para o prefeito tomar providências em colocar postes de iluminação. Observando a fotografia nº 17, notamos a ausência de elementos urbanísticos que caracterizam uma “praça moderna”, tais como iluminação elétrica pública, arborização, jardins, passeios, calçamentos, bancos, coretos, etc., aspectos esses que já podiam ser observados em outras praças localizadas na capital, tais como: Comendador Felizardo, Aristides Lobo e Venâncio Neiva, que haviam sofrido modificações que foram realizadas pelo prefeito Guedes Pereira e pelo governador Camilo de Holanda.

Ao contrário, o que podemos observar é “um espaço amplo e sem uma estrutura física definidora de usos, podendo ser apropriados para festas, feiras e outras manifestações ou atividades” (ALMEIDA, 2006, p. 10), além disso, o seu formato foi composto a partir das dimensões da construção da Igreja das Mercês tendo ao seu entorno becos, passarelas e ruas estreitas.



Foto 17 - Largo das Mercês, 1910. Fonte: Arquivo Eclesiástico Arquidiocesano.

O largo das Mercês estava ornamentado, pedido que foi atendido pelo sr. prefeito da capital pela comissão organizadora do evento para a cerimônia de assentamento da pedra fundamental. Antes mesmo da solenidade Ascendino da Cunha, representando o IHGP, falou para o alunado e para as autoridades, na tentativa de explicar aos ouvintes o significado daquele momento:

o monumento cuja pedra bazilar agora assentamos, será o **documento material da nossa gratidão** aos obreiros da República de 1817, e será também uma **noção prática aos contemporâneos** e aos vindouros de nossa história. (A UNIÃO, 15 mar. 1917, p. 2 grifos nossos).

Observamos na fala de Ascendino da Cunha, que o monumento a ser construído naquele lugar atendia a duas funções educativas, a primeira ao se tornar um “documento material de gratidão” que certamente se tornaria visível naquele lugar e a segunda de instrução da história não somente aos contemporâneos, mas, também as gerações futuras. O estabelecimento do monumento poderia garantir a identificação dos heróis republicanos, a convocação das escolas para aquele momento porque a ele estava reservado a sistematização e reprodução daqueles valores históricos para serem trabalhados nas salas de aulas.

Deveras, para Le Goff (2003) a palavra latina *monumentum* exprime justamente a ideia de “fazer recordar” e “instruir”, ou ainda, “um sinal do passado” e tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação. O autor ainda ressalta que o aparecimento dos monumentos nas sociedades é o resultado de uma das formas do aparecimento da memória escrita, ou seja, o acontecimento considerado como memorável ganha um monumento para ser inscrito na memória e celebrado coletivamente.

Já era dezenove e meia da noite quando após a banda de música ter tocado o Hino Nacional, dissolveu-se o Préstito Cívico, “na mais perfeita ordem”, as bandas do Tiro Paraibano, de Santa Rita e Cabedelo e a Força Policial saíram do local para desfilar pelas ruas da capital, impossibilitando o cumprimento da última parte da programação que era a realização de uma Retreta no Jardim Público.

Em agosto de 1917, dentro das comemorações de encerramento do Centenário, o IHGP realizou novamente mais um Préstito Cívico com as escolas, dessa vez para a colocação de placas indicativas nos lugares onde estiveram expostas as “mãos e cabeça” de José Peregrino, Francisco José da Silveira e Amaro Gomes Coutinho, respectivamente na Igreja de Lourdes, na Rua das Trincheiras, na Praça Rio Branco e na Praça 15 de novembro, no Varadouro.

De acordo com o registro da “*Ata da inauguração das lápides comemorativas nos lugares históricos, onde estiveram expostas as relíquias dos mártires da Revolução*”

Republicana de 1817” datada de doze de outubro de 1917, um grande número de estabelecimentos públicos e particulares se dirigiu num Préstito Cívico no dia 21 e agosto de 1917 para a Rua Epitácio Pessoa, antiga das Trincheiras, até a Igreja de Nossa de Lourdes, no lugar onde foram expostas as mãos e a cabeça do “mártir paraibano” José Xavier Peregrino de Carvalho, após o discurso de Álvaro Pereira de Carvalho ocorreu a inauguração da lápide comemorativa.

De lá, seguiram para a Praça 15 de novembro, localizada no Varadouro, para a inauguração da lápide no prédio, em homenagem a Amaro Gomes Coutinho, após o discurso de Ascendino Carneiro da Cunha. Em seguida caminharam até a Praça da Municipalidade, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal para ouvir o discurso de Manoel Tavares Cavalcante para em seguida inaugurar a lápide no local onde foram expostas as mãos e a cabeça de Francisco José da Silveira. O primeiro secretário do IHGP, João Alcides Bezerra, que escreveu a mencionada Ata concluiu agradecendo a presença de muitas pessoas, inclusive do governador Camilo de Holanda e outras instituições que estiveram presente no encerramento das comemorações do Centenário.

Ora, nesse sentido, há uma aposta na “ostentação e na durabilidade” dessa memória “lapidar e marmórea” que Le Goff (2003) observou nas sociedades antigas, quando a pedra e o mármore serviram como suporte para os “arquivos de pedra” numa publicidade insistente daquilo que queria que fosse lembrado ao longo de um período maior de tempo.

Entretanto, a intenção de construir o primeiro símbolo republicano no centro da capital paraibana ficou apenas no desenho do artista e no ritual que incluiu junto ao assentamento da pedra uma lata de aço contendo a ata da cerimônia, diversas moedas, jornais do dia, o Hino do Centenário, o resumo da biografia dos “revolucionários” e o programa da Festa.

Décadas mais tarde, impulsionados pelas transformações urbanísticas da cidade, o desaparecimento das Irmandades na capital e as bênçãos da Cúria Metropolitana que cada vez mais se Romanizava, foram condições suficientes para autorizar a demolição da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. A Praça 1817 teve seu tamanho reduzido pela metade, devido a abertura de duas avenidas em suas laterais como parte do projeto do prefeito Guedes Pereira (1935) de transformar a cidade numa urbe republicana e moderna. Tal empreendimento decorreu, muito provavelmente, em virtude de sua formação de médico sanitaria que havia sido realizada na capital do país, isto é, no Rio de Janeiro.⁶⁹

⁶⁹ Um estudo detalhado sobre a demolição da Igreja de Nossa Senhora das Mercês foi realizado por Meneses (2014).

Outra estratégia da relação da memória com as escolas foi identificada a partir da Liga Pernambucana contra o Analfabetismo, que enviou um documento ao governador da Paraíba solicitando que durante os dias das festas do centenário da Revolução de 1817 pudesse criar uma escola pública primária em cada município dando o nome a cada uma de um revolucionário de 1817.

A solicitação da Liga não aconteceu como recomendado, como descrito por Paiva, Lima e Pinheiro (2006), uma vez que somente no ano de 1920 é que foram fundadas duas escolas noturnas, de iniciativa particular para combater o analfabetismo, a primeira em homenagem a “Inojosa Varejão” e a segunda denominada de “Epitácio Pessoa”⁷⁰, portanto, nenhum dos dois participaram da Revolução de 1817.

Não identificamos também nenhum pronunciamento ou reivindicação do IHGP quanto ao desmonte e redução da Praça 1817 bem como, pela não concretização da construção do monumento pela prefeitura naquele lugar, haja vista anos mais tarde a incompatibilidade com as vias abertas para o trânsito de veículos e o estreitamento mais ainda da antiga Praça, no entanto, nos anos de 1930, o autor das mudanças no centro da capital, o prefeito Guedes Pereira, foi homenageado dando nome a principal avenida que faz a ligação da cidade baixa para a cidade alta.

Ao final do ano de 1917 o IHGP tinha investido na Festa do Centenário através da elaboração de diversos mecanismos para a divulgação da memória da Revolução de 1817, foram composições de hinos, selos, símbolos republicanos, bandeiras, objetos que pertenceram aos revolucionários, “quadro histórico”, a mudança do nome do Largo das Mercês para “Praça 1817”, como também, em elementos mais duradouros inseridos na dinâmica da cidade, como uma proposta da construção de um monumento e da exposição de placas de mármore comemorativas.

Enfim, é válido ressaltar que “não há memória que se efetive sem o recurso às imagens mentais” (PESAVENTO, 2007 p. 21), sendo assim houve um investimento visual do IHGP que ora se concretizou com a participação obrigatória dos alunos caminhando pelas ruas da capital e nos lugares selecionados históricos. Nos fazendo pensar sobre “os diferentes lugares e momentos em que uma determinada realidade social é construída, pensada, dada à ler.” (CHARTIER, 1990, p. 16-17)

O registro final do Jornal *A União* foi a quantidade de curiosos nas sacadas das casas, como também, em alguns pontos da cidade vendo-se que estavam entre os espectadores do Préstito Cívico muitas pessoas de “classes humildes” que para a redação do Jornal era por

⁷⁰ O primeiro poeta paraibano e o segundo político paraibano no período Presidente da República.

onde “se notava a coparticipação de todo o povo” nas festas promovidas pelo IHGP e pelo governo estadual.

Apesar do aspecto festivo republicano e o clima de contentamento que se tentou promover na capital naqueles dias de 1917 noticiados no Jornal *A União*, “as fachadas iluminadas”, “chuvas de pétalas de rosas sob os estandartes e bandeiras”, “alunos desfilando fardados pelas ruas” e “exaltação aos heróis da República e da democracia”, por outro lado o apelo do Padre Inácio de Almeida, no seu discurso no Largo das Mercês, que convidou os imortais e todo o povo a cantar um hino patriótico democrático cheio de fé cristã, contrastava com a falta de recursos e de escolas, e com o grande número de analfabetos e pobres que estavam observando toda aquela movimentação, no lugar onde a República tinha reservado, de longe!

3.2- Quarta aula: O Centenário das primeiras letras

Perto do encerramento do seu primeiro ano de mandato no ano de 1925, João Suassuna, presidente do Estado da Parahyba (22 de outubro de 1924 – 22 outubro de 1928), pela mensagem enviada à Assembleia Legislativa, apontou as principais causas pelos defeitos e falhas, no seu governo, em relação à instrução pública. Em suas palavras, a incerteza das rendas públicas, o aumento das despesas e as oscilações do preço do algodão nas exportações foram os principais argumentos de seus antecessores pela falta de investimento na organização escolar, sendo assim, naquele momento, também era seu “tormento” e suas justificativas como administrador do Estado, pois, “na Parahyba, os defeitos capitais do ensino primário, eram antes de tudo, uma questão orçamentária.” (PARAHYBA DO NORTE, Mensagem... de 1925, p.122).

Além Disso, o presidente apresentou o número reduzido de alunos que frequentavam as escolas em relação a quantidade de matrículas realizadas, pois, segundo ele, “dos 14.975 alunos matriculados no corrente ano, apenas 9.409 alunos” estavam frequentando regularmente as 310 escolas públicas no Estado.

Na capital o quadro estatístico para ele era “desalentador”, uma vez que no ano anterior somente haviam sido matriculados 2.188 alunos e frequentavam apenas 1.236 para uma população de 40 mil habitantes. Essa quantidade significava um número bem elevado de

peessoas analfabetas, ou seja, sem nenhuma escolarização. Devido a essa situação, continua João Suassuna, é “que há escolas cuja frequência média não vai além de 9 alunos e outras não excedia 25 alunos”, levando o governo estadual a baixar um ato dispensando os diretores adjuntos devido a baixa quantidade de alunos.

Para o presidente, “a indiferença do homem do povo por tudo que respeita a educação do seu filho” e os pais fazerem descaso da sorte dos seus filhos ao abandonar as escolas deveria ser considerado, pois, não compensava o esforço do Estado em investir na qualidade da Instrução Pública, uma vez que,

na capital e também nas cidades do interior os estabelecimentos de ensino de ensino primário, principalmente os grupos escolares satisfazem, plenamente os fins que se destinam, quanto aos métodos e consequentemente o aproveitamento dos alunos. (PARAHYBA DO NORTE, Mensagem... de 1925, p. 124).

Anos mais tarde, ainda durante o governo de João Suassuna, no dia 12 outubro de 1927, o Jornal *A União* anunciou, o dia das crianças e início “das solenidades comemorativas do primeiro centenário da instituição do ensino das primeiras letras no Brasil”, programada para até o dia 15, portanto quatro dias de festas. Na mesma edição, o professor Coriolano de Medeiros, publicou um artigo intitulado “No Tempo do Mestre”, como uma contestação aos modelos de ensino que foram sendo instituídos durante as primeiras décadas republicanas na Paraíba em detrimento a superação das práticas pedagógicas dos professores denominados *mestre-escola*.

No texto o autor critica “a fúria dos pedagogos modernos contra os velhos métodos de ensino do *mestre-escola*” e discorre sobre as transformações ocorridas na sala de aula comparando-as com as escolas do seu tempo.

Vale salientar que desde março de 1917, Coriolano de Medeiros tinha instituído um curso de matemática, destinado à preparação técnica dos sócios da Associação dos Empregadores do Comércio da Paraíba, portanto, ele mesmo se considerava um *mestre-escola*. Assim, num tom saudosista apontou o início da República como os últimos dias desses profissionais, que para ele, até o termo transformou-se em ofensa “servindo para amesquinhar a competência de quem se dedica a ensinar crianças”. Entretanto, continua Coriolano, mesmo que no passado, o *mestre-escola* não tivesse “título de realce”, mas, que podia ser lembrado pelos seus “atributos de respeito, honestidade, de trabalho e de inteligência.” (*A UNIÃO*, 12 out. 1927, p. 1).

Na sequência do texto, o autor traça um panorama do cotidiano de um dia de aula do mestre-escola, defendendo os ganhos educacionais de sua metodologia de ensino, as diferenças são estabelecidas para Coriolano, desde o “glorioso trabalho por vocação” e o respeito que ele recebia dos alunos, pois ao entrar na sala de aula pediam a benção ao mestre, lembrando uma regra religiosa. Da mesma forma, o controle e a sequência dos conteúdos ministrados para cada hora da aula, as exigências do mestre sobre o aprendizado dos exercícios de caligrafia, das contas, da tabuada cantada, das lições de leitura “levando muitas vezes os dedos do mestre às orelhas dos alunos”, a inexistência de prêmios e merenda escolar, os conselhos e os castigos sob a autorização dos pais e a fiscalização do asseio e da higiene, eram para Coriolano, no seu tempo apenas “escavações” do passado.

Mas, os tempos eram outros e o presidente João Suassuna, dessa vez, num tom mais otimista do que há três anos, afirmou no primeiro dia do mês de outubro, em mais uma mensagem presidencial à Assembleia Legislativa, que de ano para ano, durante o seu governo, cresceu a frequência, melhorou cada vez mais os processos pedagógicos nas escolas e que os grupos escolares da capital são positivamente bons, além disso:

há em todos eles notável senso de disciplina e de organização: em todos, a colaboração inteligente, a experiência, a dedicação, a boa vontade dos professores e o espírito de sacrifício, que os anima, corrigem os defeitos e as falhas do velho sistema de escolas isoladas e criam esse ambiente de confiança e estima, cujo influxo se tem formado a cultura mental e moral dos povos mais adiantados da terra. (PARAHYBA DO NORTE, Mensagem de 1927... p. 99).

E como forma de alta demonstração do apreço do Estado pela instrução primária, continua o presidente Suassuna, é que o governo e o professores, representados pela Sociedade dos Professores Primários do Estado da Paraíba, realizarão as festas do Centenário do Ensino Primário tanto na capital quanto em Campina Grande.

Ora, como descrito por Pinheiro (2001), entre os anos de 1916 e 1929, foi o período de “passagem” no qual havia vários modelos de organização escolar, isto é, coexistindo, as cadeiras isoladas, as escolas rudimentares ou elementares, as escolas reunidas e os grupos escolares. Some-se a isso, o discurso industrialista e modernizador que estimularam as grandes mudanças que ocorreram naquelas décadas na instrução escolar na Paraíba. Portanto, as festas anunciadas pelo presidente João Suassuna em outubro de 1927, também favorecia espaço para a legitimação e o surgimento de disputas entre os modelos de “escola antiga” e “escola moderna” que queria se implantar, a exemplo, do que ocorreu em outros estados.

De fato, Vidal e Faria Filho (2005) analisaram a Festa do Centenário do Ensino Primário que coincidiu com as propostas de reformas educacionais de Francisco Campos e Fernando de Azevedo, a primeira sobre o ensino primário, técnico-profissional e normal em Minas Gerais e a segunda no Distrito Federal com a mesma temática a partir dos dois veículos de comunicação, quais sejam: o Jornal *Minas Gerais* e a *Revista de Ensino*, órgão da Diretoria da Instrução Pública do Estado.

Os autores discutiram a partir dos artigos e imagens que foram publicados nesses periódicos, como os ideais da Escola Nova se tornaram o foco das discussões nesses dois lugares, uma vez que, mesmo no clima de comemoração do Centenário, as duas reformas ressaltavam a precariedade da educação no país. Para Fernando de Azevedo era necessário superar os modelos anteriores e para Francisco Campos era possível conciliar o passado com as novas propostas pedagógicas que estavam surgindo.

Segundo Vidal e Faria Filho (2005), em Minas Gerais, no dia 15 de outubro, foi um dia “atípico e movimentado,” pois, a imprensa oficial noticiou o comparecimento de seis mil pessoas no Estádio América Futebol Clube para os festejos e mais de dois mil alunos das escolas da capital se apresentaram para uma plateia “ávida de espetáculo”. Já a imagem encontrada na *Revista de Ensino* que apresentava duas cenas, numa está um professor sisudo de palmatória nas mãos, apontando para uma equação no quadro e olhando para uma aluna cabisbaixo por não saber a resposta e a outra aparece uma professora sorridente, com a mão sobre a cabeça do aluno num clima de diálogo e amizade entre os dois. As legendas abaixo das duas figuras não deixavam dúvidas para o leitor, o *mestre-escola* representava a “escola antiga” e a professora normalista “a escola moderna”. Nesse sentido, essa ideia foi reforçada pelos artigos que acompanharam aquela edição comemorativa do Centenário. Além desses aspectos os mencionados periódicos apontavam para a necessidade de valorização do professor primário e de se efetivarem as necessárias mudanças as quais deveriam passar o sistema educacional no estado.

No Distrito Federal a Festa ocorreu também no dia 15 de outubro no Automóvel Club do Rio de Janeiro e contou com a presença de crianças das escolas primárias, professores pais e autoridades. Mas, o cenário principal de repercussão da comemoração do Centenário foram as páginas dos jornais cariocas que circularam e acirraram o debate público entre aqueles que apoiavam e os que criticavam a proposta de reforma de Francisco Campos. (VIDAL; FARIAS FILHO, 2005, p. 25).

Na Paraíba o Jornal *A União* divulgou a programação de quatro dias de Festa na capital para a comemoração do Centenário da Instituição do ensino das Primeiras Letras, iniciando

no dia 12 de outubro, dia das crianças, até o dia 15, feriado em homenagem a data oficial da festa. Para a imprensa oficial, era o dia em que o “Brasil se reportava com simpatia ao passado” em que houve a necessidade do Estado promover escolas públicas “no dever de educar o povo”. Concluiu que “no dia 15 de outubro de 1827 foi dado um passo em direção a emancipação intelectual iniciando a campanha contra o analfabetismo.” (A *UNIÃO*, 12 out.1927, p.1).

Do ponto de vista de Saviani (2002, p. 274) desde a independência política do Brasil com a formação da Assembleia Constituinte de 1823, que já se pensava num projeto para a organização do ensino no país, no entanto, com a sua dissolução nada foi aprovado essa questão. Somente em 1826, com a reabertura Parlamento é que foram retomadas as discussões sobre os problemas da instrução pública nacional. Para tanto, foram apresentadas várias propostas, algumas ambiciosas que nem entraram em pauta, pois, a Câmara dos Deputados fez opção por algo mais “modesto” que resultou na Lei de 15 de outubro de 1827⁷¹, que determinou, entre outros aspectos, a “criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.”

A mencionada Lei ainda tratou sobre os salários dos professores, os métodos de ensino, os conteúdos que deveriam ser ensinados aos alunos, os espaços para o funcionamento das escolas, os princípios da moral cristã e a doutrina da religião católica e os castigos a serem recebidos pelos alunos. Porém, conclui Saviani (2002, p. 275):

A referida lei, se tivesse viabilizado, de fato, a instalação de escolas elementares “em todas as cidades, vilas e lugares populosos” como se propunha, teria dado origem a um sistema nacional de instrução pública. Entretanto, isso não aconteceu.

Retornado as festividades do Centenário na Paraíba, o clima era de comemoração e de intensos motivos de solidariedade pela imprensa oficial ao movimento cívico-escolar dos professores e dos alunos, que contaram com o apoio dos poderes estadual e municipal para a realização da Festa. Vejamos na Tabela abaixo a programação trazida pelo jornal *A União*:

Tabela 7 – Programação da Festa do Centenário das Primeiras Letras

Dia	Atividades para as escolas
1º dia de Festa 12 de outubro	Missa campal no largo da Igreja de São Francisco celebrada pelo Arcebispo Metropolitano e sermão realizado pelo cônego João de Deus

⁷¹ A lei não foi numerada, apenas datada.

	Mindello da Cruz. Em seguida, as sete e meia um desfile das forças armadas, tiros de guerra e alunos dos estabelecimentos de ensino da capital em continência ao presidente do Estado. Às treze horas a inauguração de uma placa comemorativa a passagem do centenário na Escola Normal e a abertura para a apresentação dos trabalhos manuais e prendas domésticas que haviam sido confeccionados pelos alunos das escolas do Estado. No final da tarde uma visita a exposição e festa no Jardim Público.
2º dia de Festa 13 de outubro	Visitas a exposição pelos estabelecimentos públicos de ensino, a tarde uma matinê para as crianças de todas as escolas e a noite festa no Jardim Público
3º dia de Festa 14 de outubro	Um <i>pic-nic</i> no parque Arruda Câmara, sendo o lanche oferecido pelo prefeito da cidade, João Mauricio Medeiros, e uma <i>Marche aux flambeaux</i> ⁷² com todas as crianças em direção ao Jardim Público.
4º dia de Festa 15 de outubro	Dia principal da festa, logo cedo foi programada uma alvorada com a presença das crianças e classes armadas na Praça Venâncio Neiva, hasteamento da bandeira e execução do Hino do Centenário entoado por toda a população escolar da capital. No final da tarde, festa no Jardim Público e um momento litero-musical no Teatro Santa Rosa com a presença do presidente do Estado e um concerto com as bandas musicais da capital.

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: *A UNIÃO*, 12 out.1927 p.1).

Deveras, observamos na Tabela acima uma programação extensa cujo alvo principal foram as crianças e professores das escolas primárias. As atividades foram planejadas, com intenções e estratégias carregadas de simbolismos, a exemplo da missa, das visitas e exposições, dos desfiles, a placa comemorativa, a bandeira, o hino do centenário e os passeios.

A propósito, na opinião de Paiva, Lima e Pinheiro (2007, p. 2),

tais festividades (lúdicas ou cívicas) procuravam situar à escola, em particular, os grupos escolares, no contexto do ideário republicano, abrindo as escolas à visitação pública, procurando demonstrar a eficiência, competência e organização do Estado e, conseqüentemente da qualidade de seu ensino, de seu “progresso”.

Assim, *A União* trouxe a reportagem como foram as comemorações na capital, embora tenha registrado, a participação da Sociedade dos Professores Primários da Paraíba, mas, somente desatacou os principais idealizadores da festa, o presidente do Estado, o prefeito da capital e a Diretoria de Instrução Pública.

⁷² Expressão francesa que significa "marcha noturna com lanternas acesas".

Como já discutimos nas festas anteriores dos outros Centenários, as celebrações religiosas católica fizeram parte das programações cívicas em todos esses momentos, a presença do padre ou do Arcebispo em festividades organizadas pelo Estado celebra a “fé-cívica” que atendia por um lado, os interesses eclesiásticos de manutenção da religião nas escolas e por outro, os objetivos de sacralizar a educação pretendida pela República.

Então, naquela manhã de terça-feira o largo de São Francisco ficou cheio de alunos, professores das escolas estaduais e municipais da capital, além das autoridades do Estado e da União, da Escola de Aprendizes de Marinheiro, dos tiros de guerra, do orfanato D. Ulrico, da Força Pública do Estado e de uma “grande massa popular” para acompanhar a missa campal celebrada pelo Arcebispo da Parahyba, D. Adauto de Miranda Henriques.

Como cumprimento da programação para aquele dia, após a missa foi organizado uma “Parada Militar-Escolar” em direção à Rua Duque de Caxias para prestar continência ao presidente do estado no Palácio do Governo. O Jornal *A União* traz a informação de uma quantidade significativa de diretores escolares, professores e três mil alunos que participaram do desfile, número que sugere exagero do periódico tendo em vista, o declínio de matrículas naquele ano nas escolas do Estado, fato destacado pelo próprio João Suassuna em sua mensagem presidencial no ano de 1927. (PARAHYBA DO NORTE, Mensagem de 1927... p.100). (Figuras 16 e 17)

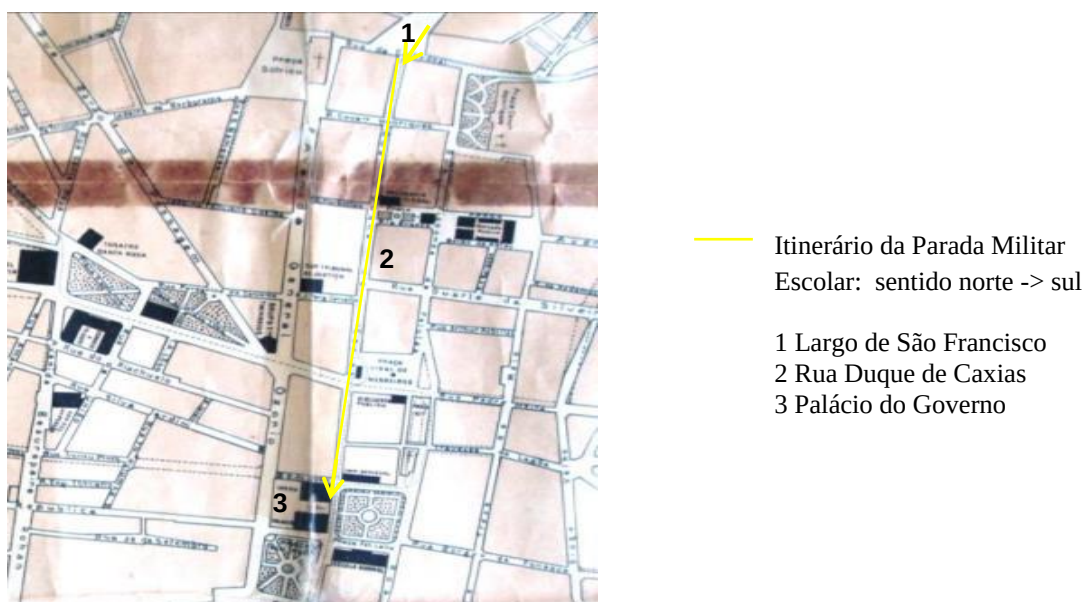


Figura 16 - Itinerário da Parada Militar Estudantil – Centenário de 1827. Fonte: Mapoteca do IHGP.

O presidente João Suassuna, ao lado do vice-presidente Walfredo Guedes Pereira, assistiu a Parada militar-escolar em uma das sacadas do Palácio do Governo e foi a

oportunidade no âmbito das comemorações do Centenário para estender as homenagens ao executivo local, uma vez que, o desfile até o prédio do poder estadual, mesmo que contrariando as estatísticas, legitimava a propaganda da atenção do Estado ao ensino primário e garantia a visibilidade pelas pessoas que assistiam aquele espetáculo cívico.

Do mesmo modo, a colocação de uma placa de bronze no prédio da Escola Normal e a abertura da exposição dos trabalhos escolares, com a presença de João Suassuna, das autoridades da instrução pública, professores e alunos foi mais um momento para a divulgação das obras recentes que foram realizadas naquele tradicional estabelecimento de ensino tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos estruturais. (Fotos 18 e 19)



Foto 18 - Placa de Bronze na fachada da Escola Normal Fonte: Acervo pessoal



Foto 19 – Detalhe da placa de Bronze: Na passagem do PRIMEIRO CENTENÁRIO DO ENSINO. Sociedade dos Professores Primários da Parahyba - Outubro de 1927.

Na mesma mensagem do presidente João Suassuna, já mencionada anteriormente, encontramos a menção ao ensino normal, que havia sofrido mudanças na direção de torná-lo “mais prático, dando-lhe um caráter mais científico de acordo com as exigências da pedagogia moderna.” Além disso foi construído de um pequeno museu, um gabinete de física e química e uma biblioteca o que lhe possibilitava:

inaugurar uma nova fase na história da instrução pública na Parahyba, livrando o ensino do caráter acentuadamente clássico que lhe imprimiam os erros e abusos de uma educação livresca e correr o modo decisivo, para o desaparecimento da instrução puramente memorizada, em que se vinham esterilizando as inteligências juvenis que se voltavam para a carreira do ensino. (PARAHYBA DO NORTE, Mensagem de 1927... p.107).

Por sua vez, a exposição realizada no primeiro andar do prédio da Escola Normal atendia a dois propósitos, o primeiro configurava-se como efetivação de métodos práticos do ensino nos estabelecimentos escolares, a partir dos trabalhos de agulha, *decoupage* de pincel, bordados e confecções, aberta ao público. O ato de “descerrar entre palmas, a bandeira nacional que recobria a placa de bronze” na parte exterior da mencionada Escola, acentuava o caráter patriótico e memorialista ao evento⁷³.

No dia 13 a exposição foi aberta para as escolas, *A União* destacou a visita dos alunos dos grupos escolares Modelo, Epitácio Pessoa, Isabel Maria das Neves, Thomas Mindello, Antônio Pessoa e D. Pedro II, bem como, as escolas noturnas e anexas aos grupos, quinze escolas isoladas, diurnas, municipais particulares, a Escola Barão de Abiahy, A Sociedade Mecânica e várias famílias.

Durante as quatro noites de Festa as escolas tiveram patrocínios de algumas famílias para montar “artísticos pavilhões” no Jardim Público, para a venda de flores, frios e bebidas, a fim de arrecadar dinheiro para as caixas escolares.⁷⁴ As ditas famílias protetoras, consideradas “pessoas de destaque” faziam parte de sobrenomes já conhecidos da política e da elite tradicional do Estado. *A União* já tinha publicado desde o mês de agosto, os referidos grupos escolares e suas famílias:

São as seguintes as famílias protetoras:
Pavilhão do grupo escolar “Epitácio Pessoa” – Exmo. ministro João Pessoa;
Pavilhão do grupo escolar “Dr. Thomaz Mindello” – Exma. família Mindello;
Pavilhão do grupo escolar “Isabel Maria das Neves” – Exma. família João Suassuna;

⁷³Na placa foi gravada a seguinte epígrafe: “Na passagem do Primeiro Centenário do Ensino. A Sociedade de Professores Primários da Paraíba. Outubro de 1927.”

⁷⁴ Sobre essa importante instituição auxiliar do ensino, consultar o estudo realizado por Lima (2016), especialmente o capítulo o capítulo II.

Pavilhão do grupo escolar “Antônio Pessoa” – Exma. família Cel. AntônioPessoa”;
 Pavilhão do grupo escolar “D. Pedro II” – S. A D. Pedro de Orleans e Bragança.” (A *UNIÃO*, 12 ago. 1927, p. 1).

De fato, as “pessoas de destaque” com os sobrenomes Pessoa, Mindello, Suassuna e Orleans e Bragança, eram familiares dos que foram homenageados com seus nomes nos grupos escolares da capital, provavelmente uma estratégia adotada pela Comissão Organizadora, no sentido de envolvê-las tanto sentimentalmente ao destacar as relações de parentesco quanto no sentido de encorajá-las para assumirem os encargos das despesas com as montagens dos referidos pavilhões.

Além das quermesses no Jardim Público, ao som de banda musical e fogos de artifícios, para a arrecadação de dinheiro, outras iniciativas foram realizadas pelas professoras, como um “um grupo de senhoritas” que saíram às ruas da cidade vendendo flores e a solicitação para “as famílias que moravam perto do Jardim Público doarem *buffet* em benefício as caixas escolares.” (A *UNIÃO*, 12 ago. 1927, p. 2).

No dia 14 de outubro, terceiro dia da Festa, às quatro horas da tarde deu início ao *pic-nic* no Parque Arruda Câmara, que foi contabilizado cerca de 3 mil crianças dos estabelecimentos de ensino das escolas primárias, ao final da tarde foi iniciada a “brilhante marcha” denominada de *Marche aux flambeaux*, considerado como um dos momentos “mais perfeitos e de realce das comemorações.” (A *UNIÃO*, 15 out.1927, p. 1).

A notícia trazida pela *A União* destacou novamente a participação das escolas:

Na frente do enorme desfile marchava a banda e música da Força Pública, seguindo-se as escolas em filas, conduzindo as crianças lanternas multicores, o Préstito percorreu o bairro de Tambiá destinando-se ao Palácio do Governo pela rua Duque de Caxias. A bandeira Nacional era conduzida na dianteira sob a guarda do tiro de guerra 166. (A *UNIÃO*, 15 ago.1927, p. 1).

Continuou a reportagem destacando que ao chegar à frente do Palácio, a “grande passeata estudantil” fez uma parada, enquanto da sacada do prédio foram jogadas flores, de onde estava o presidente do Estado, familiares e auxiliares administrativos. Neste momento foi cantando o Hino Nacional quando foi disperso o cortejo.

PARADA MILITAR-ESCOLAR – CENTENÁRIO 1827

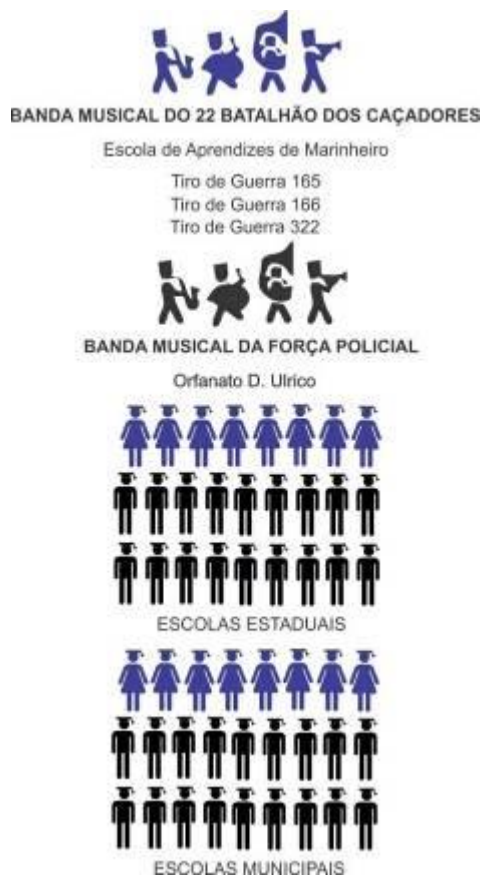


Figura 17 - Parada Militar Estudantil do Centenário de 1827. Fonte: *A União* (14 out. 1927). Reprodução elaborada pelo autor.

Como descrito por Cardoso (2006) são exemplares singulares, nas primeiras décadas da República na Paraíba, a realização da *marche aux flambeaux* pelas ruas da cidade por ocasião de coincidir com o reinício do ano letivo e as comemorações do 14 de julho, dia da Revolução Francesa, quando se executavam também a *Marselhesa* e o Hino Nacional.

Para o autor, outros elementos se somaram propiciados pelos desfiles estudantis nas comemorações cívicas, que foi a construção da nova imagem da cidade a partir do alargamento das ruas, da construção de novos prédios públicos, o surgimento de novos espaços como as praças, o Jardim Público e as retretas tocadas no coreto para o divertimento da tradicional elite paraibana.

Mais ainda, Almeida (2006) percebe na cidade da Parahyba, já dito anteriormente, que na década de 1920, o surgimento do entorno “praça-rua-praça” foi o incentivo de criação e reformas de novas edificações, gerando discursos dos presidentes estaduais, que projetavam

uma atmosfera de euforia sobre as obras em andamento e ambiente propício para as comemorações e atividades cívicas.

Deveras, o “aspecto movimentado festivo na cidade” e o trecho “amplamente iluminado” da Rua Duque de Caxias, que compreende o Jardim Público, o Palácio do Governo, a Diretoria de Instrução e a Escola Normal, divulgados pelo Jornal *A União* demarcavam os principais lugares públicos onde concentraram as atividades durante aqueles quatro dias de comemorações. (Foto 20). Gerken (2008) observa um aspecto simbólico nesta solicitação, pois, “manter as luzes acesas durante os festejos era fundamental” para associar o lugar ao progresso que a luz elétrica significava para a cidade.

No principal dia da Festa, 15 de outubro, a primeira atividade teve uma acentuação no aspecto cívico-patriótico, pois, às cinco horas da manhã, em frente ao Palácio do Governo, as escolas estaduais, municipais e particulares foram convocadas para participarem da Alvorada, com o hasteamento da bandeira nacional e o canto do Hino do Centenário, acompanhado pela banda de música da Força Policial.

Hinos, escolas e hasteamento da bandeira nacional no contexto do encerramento das comemorações do Centenário apontam para a compreensão de que a Festa não foi planejada para terminar sem deixar significações nas atividades propostas, o que se pode deduzir é que a Diretoria de Instrução Pública a partir da extensa programação procurou vivenciar e aprender os conteúdos patrióticos também vistos em sala de aula.

De fato, para *A União*, o Centenário do Ensino Primário teve “uma alta significação patriota” e “o relevo com que costumamos solenizar os grandes acontecimentos da história”, pois:

a exposição dos trabalhos, a harmonia dos cânticos e o brilho dos desfiles escolares revelaram eloquentemente como está difundido o ideal de instrução do nosso estado e como o espírito de disciplina e elevação cívica vai orientando as diretrizes novas a juventude contemporânea. (*A UNIÃO*, 22 out.1927, p. 1).

No dizer de Souza (1998b p. 242) estes eram exemplos de momentos especiais na vida das escolas primárias, pois, elas ganhavam maior visibilidade social e, portanto, reforçavam as culturas compartilhadas das práticas simbólicas que expressavam o imaginário sociopolítico republicano.

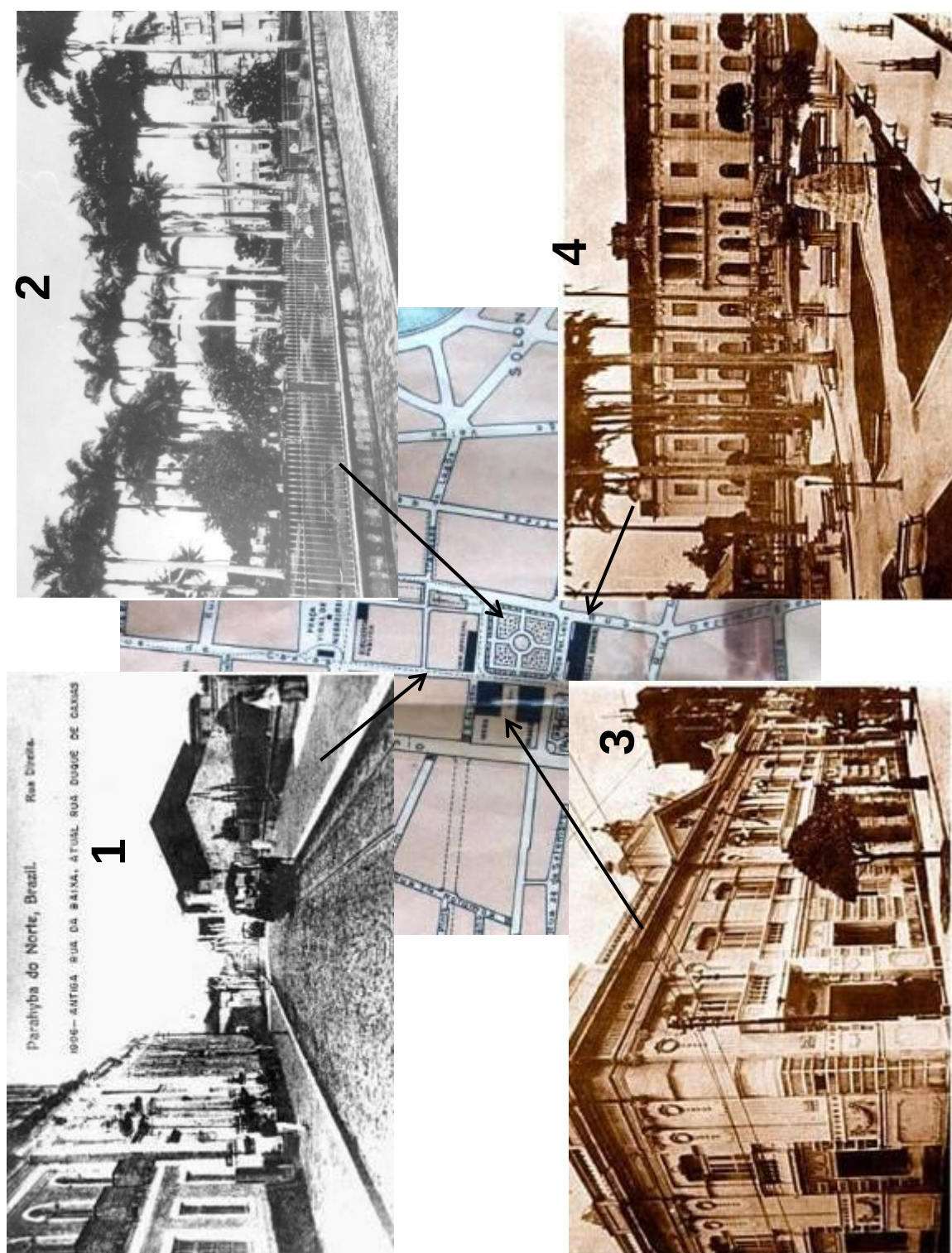


Foto 20 - Lugares públicos das comemorações na capital. 1 Rua Duque de Caxias; 2 Jardim Público; 3 Palácio do Governo; 4 Escola Normal. FONTE: Acervo do Museu Walfredo Rodriguez.

Além da capital do Estado e da cidade de Campina Grande, várias outras cidades do interior da Paraíba enviaram suas programações e relatos sobre os festejos para a divulgação no Jornal *A União*. Consideramos expressiva a quantidade de cidades que se envolveram nas comemorações, o que nos indica que não foi um evento isolado, restrito a capital do estado, mas, que teve um alcance bastante amplo em centenas de escolas estaduais e municipais, com a participação de milhares de alunos em mais uma Festa em que a “República mandou guardar”.

Elaboramos um quadro para visualizar de forma geral as atividades que foram propostas para a Festa do Centenário naquelas localidades a fim de identificar as singularidades, aproximações e semelhanças do que foi proposto para as escolas naqueles dias com o que tinha sido realizado na cidade da Parahyba, destacando que naquele ano a realização dos exames feitos pelos alunos para o encerramento do ano letivo coincidiu com o clima das comemorações do Centenário. (Tabela 8).

Tabela 8: Festa do Centenário das primeiras letras nas cidades do interior

CIDADE	PROGRAMAÇÃO/RELATO
Pedras de Fogo	Todos os festejos se revestiram de grande realce, notadamente a Sessão Cívica e um <i>soirée</i> dançante até alta hora da madrugada.
Moreno	Sessão Cívica, sob a presidência do Inspetor Escolar e discursos dos professores Tancredo Carvalho e Rodolpho sobre a Instrução Primária, encerrada a sessão com o Hino Nacional e da Bandeira.
Sapé	Foi realizado com o canto dos hinos das Férias, da Bandeira e do Brasil pelos alunos das escolas no prédio do Conselho Municipal.
Pilar	Cortejo saindo das escolas com oitocentas crianças com discursos do padre Arthur Costa, o Sr. Severiano Souza e Sr. Manuel Paiva. Houve ainda o arriamento da bandeira com a saudação da aluna Celina Miranda, cantando-se após o hino nacional. A noite no Paço Municipal houve uma sessão magna com a presença dos professores e em seguida um banquete oferecido pelo deputado João José Maroja, representando o presidente João Suassuna. Houve ainda uma retreta na praça em frente às escolas e foi improvisado animadas danças na sede da escola do sexo masculino ao som da banda musical 15 de novembro.
Caiçara	Iniciativa da professora Adelaide de Carvalho, contou com uma Sessão Cívica sobre a data 15 de outubro pelo inspetor escolar Espinola Guedes, em seguida uma peça dramática pela alunas e em seguida tocou a banda de música Eptácio Pessoa.

Campina Grande	A cidade recebeu uma embaixada de professores e professoras junto com o presidente João Suassuna para participar das comemorações. Houve uma conferência no Teatro Apolo sobre “A nova orientação pedagógica” pelo professor Mario Gomes. No Grupo Escolar Solon de Lucena houve uma parada da arte, acompanhada da banda de música e uma sessão cívica com a inauguração de uma placa de bronze na frente do prédio oferecida pela Associação dos Professores Primários da Parahyba. As quatro horas realizou-se uma passeata escolar em seguida uma retreta, festa das flores e baile oferecido no Campinense Club aos professores.
Areia	Logo cedo hasteamento da bandeira nacional, missa campal com a presença de 18 escolas públicas e particulares em seguida uma passeata pelas ruas da cidade acompanhada da banda musical. A noite foi realizada uma conferência no Teatro Minerva e a exibição de dois filmes para os estudantes e autoridades.
Araruna	Por iniciativa do inspetor local Lauro Alverga e os professores João Moreira, Maria Olivia Mirandolina Menezes. Alvorada pelas crianças, hasteamento da bandeira e a missa em ação de graças pelo padre Bandeira Pequeno.
Taperoá	A iniciativa das comemorações foi da professora da escola do sexo feminino Lydia Lustosa que ofereceu almoço as suas alunas e seguindo-se de hinos, prendas e músicas.
Misericórdia	Realizou-se com muito brilho as festas promovidas pelas escolas em comemoração ao Centenário da Instrução Primária no Brasil.
Bananeiras	A festa foi no Patronato Vidal de Negreiros sob a organização do diretor José Leite.
Alagoinha	Às 6h hasteamento da bandeira seguida da missa campal, a tarde passeata com o comparecimento de todas as escolas, num total de 160 alunos devidamente uniformizadas acompanhada pela banda de música “8 de dezembro”.
Alagoa Nova	Festa na sede da escola pelos exames de encerramento das aulas das escolas públicas sob a organização da professora Adelia Moura.
Pombal	Encerramento das aulas masculinas e mistas com a realização da parada pelas crianças fazendo exercícios pelas ruas, as 9h missa campal e as 17h um jantar oferecido pelo Sr. Arnobio Tavares em homenagem a sua filhinha Rubenita, a noite foi encenado um drama infantil e encerrado com discurso improvisado do sr. Inácio Soares agradecendo ao presidente João Suassuna pela bela ideia de comemorar o Centenário. O aluno Antônio Vieira Leite fez um discurso em nome dos seus colegas agradecendo o esforço dos seus professores.
Guarabira	O jornal local <i>O município</i> circulou com edição especial com a fotografia do presidente João Suassuna, Solon de Lucena, Antônio Guedes e o monsenhor João Milanez homenageados com os propagadores do ensino no Estado. Foi realizada exposição dos trabalhos dos alunos no Grupo Escolar.

Santa Rita	Iniciou com uma Salva de 21 tiros que despertou os habitantes para a alvorada e o hasteamento da bandeira nas escolas públicas, acompanhada pela banda “Fábrica Tibiry” as sete e meia realizou-se uma missa campal em frente a Matriz, as 13h na Prefeitura Municipal houve uma Sessão Cívica pelos srs. Octávio Novais, Idalino Montezuma, Meira Lyra e Julio Rique que falaram sobre a Instrução, a criança e a data. A tarde foi organizada uma passeata estudantil com as escolas chegando na praça Vigário Ferreira foi distribuído bombons para quinhentas crianças. No Paço Municipal realizou-se um <i>soirée</i> dançante servindo finos licores até a madrugada.
Teixeira	Encerramento das aulas com exames realizados pelos alunos das cadeiras do sexo feminino,

Tabela elaborada pelo autor. Fonte: *A União* 18 a 21 de outubro de 1927.

De forma geral, as cidades que realizaram a Festa do Centenário cumpriram uma agenda que estava em consonância com as práticas cívicas que ocorreram na capital, pois, observa-se uma programação bastante extensa cujo planejamento teve como alvo principal as crianças e os professores das escolas primárias. As intenções e estratégias utilizadas estavam carregadas de simbolismos, consubstanciadas pelas missas campais, hasteamentos de bandeiras, exposições dos trabalhos dos alunos, desfiles, passeatas e préstitos, aposição de placas comemorativas, discursos sobre o ensino de crianças e as homenagens extensivas aos prédios dos poderes públicos e para as autoridades locais.

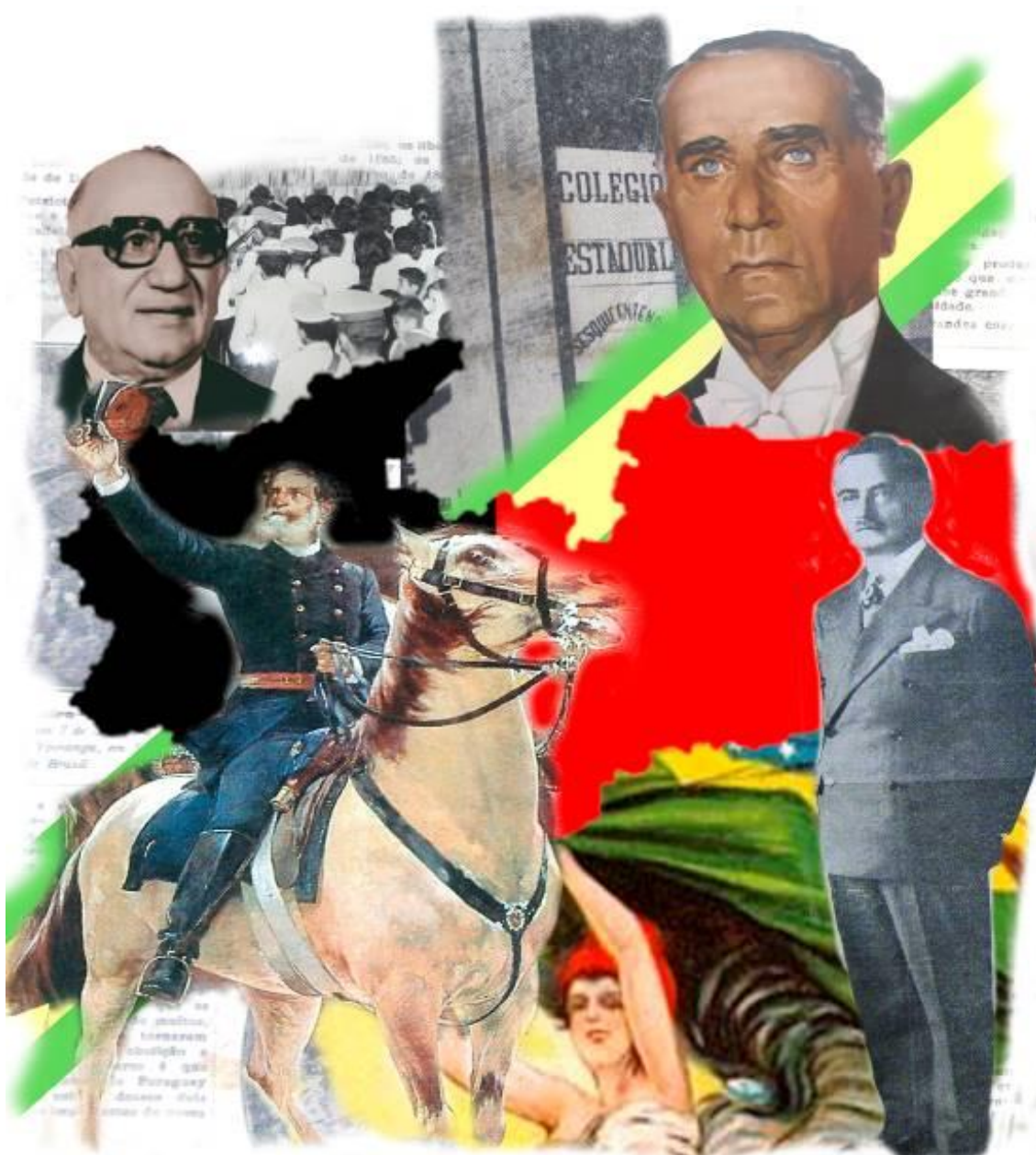
No início das comemorações, os motivos para a Festa foram anunciados pelo Jornal *A União*, entre eles, como o passo que foi dado “definitivamente para nossa emancipação intelectual, iniciando desde aqueles tempos a campanha contra o analfabetismo”. Entretanto, a “campanha contra o analfabetismo” propagada pelo jornal, iniciada com a lei de 1827, para Saviani (2002 p. 286), foi durante muito tempo adiada, pois, somente depois de mais de um século, isto é, em 1946⁷⁵, é que foi publicada outra lei nacional de ensino primário no Brasil. Dessa forma, continua o autor, se adentrou o século XXI sem ainda ter conseguido universalizar o Ensino Fundamental, que pode ser considerado para ele “como uma verdadeira cassação do futuro do país”.

⁷⁵ O autor faz referencia ao Decreto-Lei nº 8.529, de 02 de Janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário sancionada pelo governo provisório do presidente da República José Linhares.

Parte 2

A República sob o olhar republicano: Exaltar e obedecer

Ao mesmo tempo em que as festas fizeram parte de uma cultura própria da escola, elas também contribuíram para a consolidação do sistema político republicano, engendrando um modelo de cidadão a ser formado nas instituições de ensino de acordo com o novo ideário político. (CÂNDIDO, 2007 p. 93)



Composição gráfica elaborada pelo autor. Fontes: Jornal A União 1972; google.com/imagens

Nesta segunda parte, durante a Era Vargas e o Regime Militar, selecionamos as Festas Cívicas com forte presença das dimensões patriótica e política, principalmente as que trouxeram em seus lemas a exaltação aos mitos da nacionalidade, culto aos chefes políticos, no executivo federal como também no aspecto local e as cerimônias de aposições dos retratos dos chefes políticos nas principais escolas da capital, denominadas de **Festas para exaltar** os próprios protagonistas da realizações genuinamente da República.

Com os mesmos recursos utilizados na abertura da Parte 1, trazemos para o leitor na capa da Parte 2 uma nova composição com os personagens republicanos criados pela República que foram os protagonistas dessas festas, podemos visualizar o marechal Deodoro da Fonseca, o presidente João Pessoa, o presidente Médici e o governador Erani Sátiro. Os prédios escolares, o mapa da bandeira do Brasil e a reunião de pessoas em torno desses líderes se constituíram os principais elementos que destacamos aqui.

Abaixo elaboramos uma tabela com as Festas que serão discutidas nesse segunda parte que apontam as visões da República na construção dos seus heróis, datas e símbolos genuinamente republicanos que fizeram parte da programação do calendário escolar.

Tabela 9 - Festas cívicas da República

FESTA CÍVICA	ESCOLAS	ATIVIDADES
A Grande Comemoração	Escola Normal; LyceuParaibano Colégio Diocesano; Colégio Nossa Senhora das Neves; Escola de Aprendizes Artífices Academia de Comércio “Epitácio Pessoa” Instituto Comercial “João Pessoa” Escola “Remington” Orphanato “D. Ulrico”	Passeata Cívica com o retrato de João Pessoa; Canto do Hino do Presidente João Pessoa Inauguração de estátua Sessão cívica
Aniversário do Estado Novo e da República	Escola Normal; LyceuParaibano Colégio Diocesano; Colégio Nossa Senhora das Neves; Escola de Aprendizes Artífices Academia de Comércio “Epitácio Pessoa” Instituto Comercial “João Pessoa” Escola “Remington” Orphanato “D. Ulrico”	Sessão Cívica Parada Escolar Missa em Ação de Graças Alvorada Aposição de placas Nomeação de ruas Canto Orfeônico na Praça João Pessoa

Marchas da Revolução Vitoriosa	Colégio Santa Rita, Grupo Escolar Álvaro Machado, Escolas Paroquiais, Escola de Agronomia (Areia). Liceu Paraibano Grupo Escolar Anésio Moreno (Arara) Escola Normal, Ginásio Frei Martinho, Grupo Escolar Coelho Lisboa (Santa Luzia)	Passeata pelas ruas Canto do Hino Nacional Elaboração de Faixas e Cartazes Discursos patriotas
Inaugurações de prédios escolares	Escola Estadual de Guarabira Escola Estadual de Pombal Escola Modelo Escola do Sesquicentenário Escola Polivalente Presidente Médici	Missa Discursos Encenações dos estudantes Aposição de placas de bronze Hasteamento da Bandeira Recebimento de material escolar

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das Festas Cívicas estudadas nesse texto

Entre as Festas Cívicas apresentadas na tabela acima destacamos as comemorações que aconteceram após a morte do Presidente João Pessoa, considerado o “mártir da Revolução de 1930” e as preparações em torno das escolas para as homenagens nas escolas e nos espaços públicos tanto na capital, como também em várias cidades do interior. Apresentamos ainda as festas do aniversário do Estado Novo, comemoradas no mês de Novembro integradas às Festas do aniversário da Proclamação da República e a realização das paradas escolares.

Considerando que durante o Regime Militar a educação foi convocada e arquitetada no intuito de cumprir o papel de arregimentar cidadãos obedientes ao Estado e a Pátria, através da criação, incentivo e oficialização de práticas cívicas já tradicionais e outras novas que foram criadas. Dessa forma, visualizamos as marchas que foram realizadas na Paraíba em comemoração a “Revolução Vitoriosa”, que depôs o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura de 21 anos no país, bem como, as inaugurações de escolas com os nomes dos generais como forma de propaganda educacional do governo militar associado aos ideais de investimento na criança e no jovem objetivando a formação patriótica através da educação escolar cívica.

Salientamos ainda que foi durante o Regime Militar que houve a oficialização do Dia da Bandeira e a sua composição gráfica, do Hino Nacional, de Tiradentes como patrono da Nação, da institucionalização do aniversário da Revolução, ou seja, por um lado usava os mecanismos dos símbolos patrióticos como “estratégia propagandista”, a exemplo do país ufanista e do brasileiro “otimista” com seu país e o seu futuro, e por outro, a usurpação dos direitos e das liberdades individuais. (FICO, 1997).

Capítulo 4

Festas para exaltar: Quando a Nação é o Estado

4.1. Quinta aula: Vivas ao mártir, ao chefe e a República

Capital pernambucana. 26 de julho de 1930. Aproximadamente cinco e meia da tarde, às pressas, o corpo ensanguentado quase sem vida do presidente da Paraíba é colocado pelos seus amigos no balcão de uma drogaria. Minutos antes, tinha sido atingido por vários disparos de revólver, quando tomava chá numa Confeitaria que ficava ali próxima. O atirador foi o advogado João Duarte Dantas. Os motivos para o crime estavam imbricados nas tensões das ações políticas do governo de João Pessoa no Estado, nas perseguições e desafetos aos seus adversários na capital paraibana, incluindo a invasão de residências e escritórios pela polícia, o intenso confronto nos últimos meses com o próprio João Dantas através da imprensa e os desdobramentos da “Guerra de Princesa” comandada pelo coronel José Pereira, amigo da família Dantas. cf. Joffily (1979); Lewin (1993); Moraes (1994); Melo (2003); Aires (2006); Meirelles (2006); Ribeiro (2009).

Sem resistir aos ferimentos João Pessoa veio a falecer ali mesmo e o seu corpo sem vida, foi fotografado com as perfurações da bala bem visíveis, para que no dia seguinte pudesse ser enviada para ocupar lugar de destaque nas principais páginas dos jornais brasileiros que faziam oposição ao presidente da República Washington Luís, que naquele ano tinha ganhado as eleições após derrotar a chapa da Aliança Liberal, formada por Getúlio Vargas e João Pessoa. Ribeiro (2009).

Naqueles mesmos instantes, já no necrotério em Recife, apesar do luto e da comoção que tinha se estabelecido, foi sugerido à ideia de acionar os trabalhos de uma empresa pernambucana para a confecção de uma máscara mortuária a partir do rosto do cadáver num processo que se dava em primeiro momento em cera derretida para posteriormente ser transformada em bronze.

Já discutimos em nosso trabalho dissertativo que o dia 26 de julho marcou um duplo acontecimento: em primeiro lugar no plano da política nacional e paraibana, que foi o assassinato de um chefe do executivo estadual da federação brasileira, e no plano da “guerra

das memórias e do imaginário coletivo o surgimento de um “personagem símbolo da salvação da política nacional”, propagado nos jornais de maior circulação no Brasil, o “grande presidente” João Pessoa.

De fato, pois antes de ir para a Confeitaria Glória João Pessoa tinha almoçado com os amigos, ido a uma joalheria comprar um presente para sua filha e entrado no estúdio fotográfico de Louis Piereck na rua da Imperatriz. Essa última foto tirada poucos minutos antes de morrer tornou-se um objeto sagrado. Em agosto de 1930 o fotógrafo deixou exposto no salão principal no seu estúdio onde o local se tornou romaria de visita de orações para o morto, com velas e flores depositadas no estabelecimento. Em seguida foi reproduzida aos milhares para ser distribuída entre as pessoas e aos estudantes, colocada nas praças, pendurada nas paredes das casas, na capa dos jornais, no quartel da polícia militar, nas delegacias, nas associações e principalmente nas escolas públicas e privadas.

Ora, essas ações imediatas foram utilizadas pelos políticos paraibanos e pernambucanos, partidários de João Pessoa, transformando a sua imagem num “corpo sagrado” de um mártir que foi morto pelos seus inimigos. De fato, as fotografias (vivo e morto!) por um lado, se tornaram “reliquias” a serem cultuadas nas ruas e nas escolas pelos estudantes e por outro associadas as manchetes sobre o assassinato, recaíram sobre Washington Luís e todos os partidários do Partido Republicano Paulista, conhecidos como “perrepistas”. Imediatamente o crime foi transformado em tragédia nacional para fins exploratórios com a divulgação da imagem do presidente transformado em herói e mártir, catalisando as forças políticas e legitimação social para o golpe que foi dado por Getúlio Vargas ao assumir a presidência do Brasil meses depois do assassinato de João Pessoa. Ribeiro (2009).

Entretanto, a continuidade do culto a João Pessoa consistiu em festividades póstumas no dia 26 de julho, conservando ao morto o título de “grande presidente,” “herói” e “imortal” acentuando ainda mais os objetivos de legitimação da “Revolução de 1930”. Assim, as escolas públicas e privadas na Paraíba também foram convocadas a desempenharem esse papel na socialização da memória mitificada de João Pessoa, pelo menos com mais intensidade durante a década de 1930, através das festas cívicas em sua memória. cf. Aires (2007); Ribeiro (2009).

Nos primeiros meses após a sua morte, através de um Decreto, o retrato de João Pessoa se tornou integrante do material didático para “a educação cívico-moral” dos

estudantes, para tanto, em todas as escolas o retrato deveria ser obrigatoriamente colocado em um lugar de destaque na sala de aula.⁷⁶

No entanto, já era uma prática realizada pelas escolas, o documento apenas a tornava oficial, o jornal *A União* trouxe várias notícias dessa solenidade, no Colégio Antônio Pessoa, na capital, por exemplo, houve a aposição do retrato de João Pessoa numa cerimônia que contou com a presença dos professores e dos alunos. Em Santa Rita, a aposição do retrato ocorreu na escola do sexo masculino a partir de uma “patriótica ideia” realizada durante as comemorações do dia sete de setembro. No início houve o canto do Hino da Independência pelos alunos, em seguida uma fala sobre o “Soldado paraibano”, em seguida o retrato foi descoberto e beijado pelos alunos. De lá seguiram para a Praça central onde havia outro retrato exposto há dias, no trajeto os alunos cantaram o hino nacional acompanhados pela banda de música Tibiry. (A UNIÃO, 10 set de 1930).

Outro momento de aposição do retrato de João Pessoa, também ocorrida no dia sete de setembro, foi a sessão de juramento realizada pelos alunos do Colégio diocesano Pio X, na ocasião tiveram que prometer seguir o exemplo de João Pessoa que “com amoroso desvelo o exemplo de quem serviu com alma extrema os interesses elevados da terra comum”. Embora a festa fosse de caráter nacional, os organizadores forçaram para que João Pessoa também tomasse emprestado um cavalo e pudesse proclamar a “Independência ou morte”, uma vez que aquele “grande homem” não tinha feito “só pela Paraíba” mas, “pelo o Brasil inteiro”. (A UNIÃO, 10 set de 1930).

Na cidade de Guarabira a comemoração com os estudantes aconteceu pelas ruas da cidade, um Préstito Cívico formado pelos alunos das escolas públicas e privadas. Da escola dirigida pelo professor Cleodon Coelho saiu conduzido pelas alunas um andor de forma triangular, fazendo alusão a Aliança Liberal (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e a Paraíba) com o retrato do “grande morto”, o cortejo parou na Praça da Matriz onde os alunos ouviram o discurso do professor Cleodon Coelho e o retrato foi colocado em frente a Prefeitura Municipal para a visitação. O andor foi enviado como homenagens para o deputado Joaquim Pessoa, irmão de João Pessoa, a pedido da comissão organizadora da comemoração. (A UNIÃO, 11 set de 1930).

No Grupo Escolar Thomás Mindello, na capital, a aposição do retrato foi organizada pelo professor João Batista Leite, presidente da Sociedade de Professores, durante o ato os alunos e alunas cantaram o Hino Nacional e da Paraíba. Na cidade de Santa Rita, numa escola do sexo feminino a aposição do retrato teve como oradora oficial a professora Izabel Iracema

⁷⁶ Cf. Actos do Interventor Federal: Decretos de 1930, p. 03. (Decreto nº 1, de 7 de outubro de 1930).

e duas alunas recitaram poesias em homenagem. No momento os alunos tiveram que jurar “em honrar a sua memória e segui-lo em seus exemplos de grandeza de moral e civismo.” (A UNIÃO, 02 out de 1930).

Usando as expressões de Catroga (2005 p.101) quando aponta as comemorações semelhantes as *liturgias cívicas*, um termo que remete ao seu significado da Antiga Grécia como a “reunião do povo”, na modernidade o autor também observa as “várias manifestações de cunho ritualísticos”, a partir de ritos e símbolos “que pudessem mobilizar o povo para que este recebesse lições vivas de História”.

Outro ensinamento de Catroga (2005 p.102) é a importância que foi dada a estas comemorações com aproximações das práticas dos rituais religiosos, uma vez que, o cristianismo é uma religião de memória e recordação (LE GOFF 2003 p. 443-444). Sendo assim:

Mais do que qualquer outra cerimônia necromântica, as comemorações cívicas mobilizam, explicitamente a memória, chamando-a a desempenhar a mesma função pedagógica que era atribuída a toda a história. (CATROGA, 2005 p.107)

Nesse sentido, essa memória é pautada em uma nova “hagiografia” para ser lembrada de acordo com um “novo calendário de festas cívicas.” Assim, guardadas as reservas entre as comemorações francesas discutidas pelo autor citado, o 26 de julho, semelhante a tradição católica, a data da morte de João Pessoa, se tornou o principal dia para a evocação de sua memória, da mesma forma que Igreja comemora o dia do martírio de seus santos. No caso da Paraíba, “os vivos” também tiveram “que recolher vantagens da obra imorredoura dos mortos”, ou seja, do seu herói presidente. (cf. CATROGA 2005 p.104).

Nesse contexto, Kulesza (2016) aponta que foi exatamente entre estudantes e professores que repercutiu com maior intensidade o programa da Aliança Liberal, a partir das inovações que foram colocadas em prática no setor educacional paraibano após a vitória do movimento revolucionário. Assim, “para o êxito da revolução, o entusiasmo que animava os estudantes e professores precisaria transbordar do espaço escolar e reverberar por toda sociedade.” (KULESZA, 2016 p.5)

Para o autor esse transbordamento ocorria justamente nos momentos de aniversário de morte de João Pessoa quando havia a preparação das programações oficiais na qual “se destacava o protagonismo dado ao setor educacional”, principalmente nos espaços reservados as comemorações como o Jardim Público (Praça João Pessoa), os próprios estabelecimentos de ensino na capital.

Desse modo, se a mobilização de estudantes e professores mantinha acesa a chama de renovação encetada pelo governo provisório, ao mesmo tempo impunha a efetivação de seus desejos de mudança. Kulesza (2016 p.6)

Sendo assim, temos o exemplo do primeiro aniversário de morte em 1931, na cidade de Campina Grande, o jornal *Brasil Novo* trouxe uma reportagem especial sobre as comemorações do dia 26 de julho. Denominada de “A Grande Comemoração” a capa do jornal apresenta uma composição gráfica que traz na parte superior uma “estrela guia” que cruza o céu e passa por trás do retrato de João Pessoa posto no centro da página e está apresentado entre as nuvens, a bandeira do Négo fincada num terreno pedregoso de pequenos arbustos, ao lado de um canhão. Ao lado direito a estátua do herói que foi construída na Praça João Pessoa, a ser inaugurada durante as festividades, a arte é assinada por “Prisco Navarro.”

Na reportagem a participação das escolas teve início com o hasteamento das bandeiras “do Négo e do Brasil”, na fachada do grupo escolar Solon de Lucena, pelos estabelecimentos de ensino da cidade. Em seguida foi formado um Préstito Cívico com todos os estudantes e autoridades locais até o local de inauguração de uma Praça com o nome do homenageado. Mais uma vez, os discursos são exaltadores das características pessoais e políticas do “herói-mártir” e as alunas da Escola Normal concluíram a solenidade cantando o Hino João Pessoa. (BRASIL NOVO, 27 de julho de 1931)

Após a inauguração o inspetor de ensino convidou as autoridades para acompanharem os alunos e professores em mais uma romaria em direção aos diversos estabelecimentos de ensino para a cerimônia de aposição do retrato do presidente João Pessoa. “Em cada escola interpretaram os sentimentos dos alunos as respectivas professoras, entoando-se o hino João Pessoa e o Nacional”. (BRASIL NOVO, 27 de julho de 1931)

A partir de uma hora da tarde cumprindo a programação deu início a sessão cívica no Grupo Escolar Solon de Lucena, com a presença das escolas reunidas num “salão simbolicamente ornamentado” onde os alunos puderam ouvir a fala de diversos professores sobre o “culto verídico ao saudoso sacrificado.” De quinze horas na mesma Praça já inaugurada pela manhã, aproximadamente duas mil crianças das escolas e institutos de Campina Grande se reuniram com representantes do Interventor Federal e comissões da imprensa para a inauguração da estátua de bronze de João Pessoa. Três crianças vestidas de anjos aos pés do monumento jogaram flores enquanto se retirava as bandeiras do Négo e do Brasil que o encobria, nesse momento o gesto foi seguido pelas crianças presente que também jogavam flores naturais no “Grande João Pessoa.” (BRASIL NOVO, 27 de julho de 1931)

Os elementos gráficos apresentados especialmente na capa do jornal já publicizavam o roteiro das comemorações. Por um lado, a sacralização do martírio de João Pessoa representada pelas nuvens e João Pessoa transformado numa espécie de “estrela” guiando os paraibanos para o futuro, o seu heroísmo através da bandeira do nego e do canhão de guerra e finalmente a sua imortalidade anunciada na sua estátua de bronze que foi inaugurada na praça. De fato, essas foram as principais ideias que acompanharam os palestrantes em seus discursos e difundidas para os estudantes durante as comemorações. (Figura 18)



Figura 18 - Caderno Especial do Jornal *Brasil Novo* (26 de jul 1931)

O jornal *A União* também inovou na composição gráfica de sua capa no editorial de 26 de julho de 1933, nos mesmos moldes artísticos do período *Brasil Novo* a comemoração do terceiro aniversário de morte ressaltava a data do assassinato, o luto vivido pela Paraíba e a ausência do presidente João Pessoa no cenário político paraibano. A criatividade do autor traduzia *clichês* já repetidos exaustivamente nas capas do jornal principalmente nos últimos meses dos anos de 1930. (Figura 19)

Mesmo não sendo uma composição colorida o autor inova na linguagem visual, pois no centro da capa encontra uma mulher em pé, mas, se encontra numa posição de desolação e tristeza, como que tivesse chorando, sua cabeça está curvada com os braços apoiados numa espécie de tribuna envolto a bandeira do Négo. A silhueta de João Pessoa que aparece por trás sobre nuvens e ao seu lado acompanham três marcas de tiro e algumas ruínas pintadas em tom cinzas, aos pés da mulher uma placa indica uma data “26.7.1930” e a assinatura de Rubens no canto direito da página, autor da arte gráfica.

Sobretudo o luto e a morte acompanharam os elementos sobrepostos na página do jornal, o morto e a sua morte são os focos das comemorações que se seguiam naqueles dias entre alunos e professores, mas, também a sua imortalidade, seus feitos e exemplos são tomados como lição para todos os jovens.

Já falamos aqui que as cidades do interior também foram alcançadas por este processo educativo do governo provisório em torno de João Pessoa, por exemplo, na passagem do 3º ano de aniversário de morte, em 1933, em Alagoa Grande, houve mais uma programação intensa na qual os alunos tiveram uma participação ativa na *liturgia cívica* dedicada ao morto. Logo cedo teve início o hasteamento da nova bandeira do Estado, em frente à Prefeitura Municipal ao som do hino dedicado a João Pessoa cantado pelas escolas, mais tarde uma missa na igreja matriz com todas as escolas da cidade e a tarde uma palestra sobre a “tragédia de 26 de julho” pelo inspetor escolar. Ao final da palestra seguiu-se uma caminhada com os alunos com retrato do presidente até o prédio onde funcionava a escola da professora Annelisa Sobreira. (*A União*, 01 de agosto de 1933)

A noite ainda teve uma sessão cívica para todos os estudantes e após a fala dos oradores dois alunos das escolas públicas Adhemar e Neusa Farias recitaram o “Diálogo da Saudade” que foi escrito pelo inspetor José Saldanha, transcrevemos aqui alguns trechos desse poema por ter muitos significados para análise perceber as proximidades desse texto com os elementos que foram estampados na capa do jornal *A União* em 26 de julho de 1933:



Figura 19 - Caderno Especial do Jornal *A União* (26 de jul 1933)

Diálogo da Saudade

- Aluna:** *Que profunda tristeza oprime!*
Aluno: *Esta data recorda um grande crime:
 _Nela tombou o herói, sereno e forte,
 Que rindo, defrontará a própria morte!*
- Aluna:** *Os sinos ainda dobram! Que amargura!*
Aluno: *E nesse dobre que os espaços fura,
 A Paraíba, em prece acende aos céus
 Para pedir, por esse bravo a Deus.*
- Aluna:** *Como ele vive em nossa gratidão!*
Aluno: *Quando não mais bateu seu coração
 Que tanto amou a nossa terra, quem,
 Quem não sentiu o seu parar, também
 Gelado de supressa e revolta?*
- Aluna:** *Desde esse tempo, a Paraíba solta
 Seu grito de dor e agonia
 Que mais crescem, de certo neste dia*
Aluno: *Caiu tendo ensinado aos brasileiros
 As estradas de luz, porque Negreiros
 Seguirá sem temor, mais de mil vezes
 Até varrer da pátria, os holandeses.*
- Aluna:** *Nunca em seu peito a covardia coube!*
Aluno: *De Peregrino de Carvalho soube
 Reviver o passado de altivez
 Com que esse jovem mártir e herói se fez*
- Aluna:** *O seu civismo edificava a gente*
Aluno: *Colega: o seu civismo era a semente,
 A pevide que, um dia, germinada
 Tinha de ser árvore copada
 A cuja sombra a pátria se abrigando
 Vale seu destino promissor buscando.*
- Aluna:** *Como um nome de fé seu nome santo
 Percorre do Brasil todo recanto.
 Voa, porque dos vôos que desfira
 Acalme a Paraíba que suspira
 Na ânsia de não ver mais aquele que
 Só, na lembrança instantânea a instante a vê
 Sorri na alma de todas as crianças
 Como guarda de suas esperanças
 No coração da mocidade brilha
 Mostrando do heroísmo a eterna trilha
 Canta pelas estrofes que cantamos
 Si, do Brasil as glórias celebramos.*

Fonte: A UNIÃO 01 de agosto de 1933

Em primeiro lugar o assassinato é transformado num momento em que a Paraíba sacrificou o seu herói, pois, as primeiras frases do poema apresenta a tristeza, dor e agonia que causaram a surpresa da notícia da morte do presidente. A morte de João Pessoa, envolvida numa narrativa de bravura e heroísmo dava continuidade à linhagem de heróis paraibanos do passado guerreiro da “pequenina Paraíba.”

Por outro lado, até o momento, a historiografia local, com destaque para a produção do IHGP, já discutidos anteriormente no capítulo 3 deste trabalho, acentuava os exemplos de “paraibanidade” deixados pelos heróis que viveram e que foram registrados os “feitos” na Paraíba colonial ou imperial, desse modo, João Pessoa preencheu uma lacuna no panteão dos “grandes homens” e deu continuidade ao lema “guerreira desde os primórdios⁷⁷” e dessa vez por um herói genuinamente republicano.

Ou seja, da mesma forma que ocorreu em outros momentos na história da Paraíba, João Pessoa seguia o exemplo de Vidal de Negreiros e Peregrino de Carvalho se configurando ao lado dos bravos homens que no passado lutaram contra os inimigos. Uma vez foram os holandeses, em seguida a Coroa Portuguesa e naquele contexto dos anos de 1930 a luta foi travada contra os perrepistas partidários de Washington Luís e das oligarquias paraibanas.

Reafirmamos que o civismo cultivado nas escolas primárias nas primeiras décadas da República, estava associado ao desenvolvimento das virtudes e valores morais e patrióticos relacionados com os conteúdos ensinados em sala de aula, principalmente de história e geografia. (SOUZA, 1998b p. 81). No jogral que os alunos apresentaram a figura de João Pessoa tornou-se a grande fonte de “amor à Pátria” e também à Paraíba, um tipo de “padroeiro da fé-cívica”, que deu o primeiro passo e cabia a mocidade continuar conservando a sua memória de heroísmo e celebrá-la em tons de saudade.

Isso foi ensinado também em Umbuzeiro, “terra de João Pessoa, berço do imortal” durante colocação de flores pelos estudantes na inauguração de um busto em sua homenagem. Na ocasião falaram as professoras, à tarde houve ainda a inauguração da delegacia de polícia e do quadro de João Pessoa, os alunos do 4º e 6º anos falaram sobre o momento e foram bastante aplaudidos.

O aluno Abidas de Moura um dos escolhidos para discursar começou saudando os senhores, senhoras, os professores e seus coleguinhas que estavam presente, em seguida lembrou que seus pais sempre o ensinaram a rezar e saber quem era Deus e Jesus Cristo, até que um dia em Recife quando seu pai chegou em casa já a noitinha, zangado, entristecido com

⁷⁷ Intrépida ab origine cf. Dias (1996)

os olhos cheios de lágrimas. Ele e seus irmãos ficaram desconfiados e a sua mãe quando perguntou o que tinha acontecido a resposta que teve foi que “tinham matado João Pessoa”.

Continua o garoto:

Desejoso de saber de tudo, cheguei junto de meus pais e perguntei? Quem é esse João Pessoa? _É o Cristo Brasileiro nascido em Umbuzeiro e que foi assassinado hoje_ disseram eles. Fiquei desde então com essa palavra gravada no meu coração: Umbuzeiro. (A UNIÃO, 02 de agosto 1933)

O aluno termina se orgulhando de “morar no berço de João Pessoa” e pede para os “seus coleguinhas” responder com ele “Viva sempre a memória de João Pessoa”. Em seguida houve a distribuição de “retratinhos e bombons” para todos os alunos. Às 14h todos se dirigiram para o Grupo Escolar Antônio Pessoa para a aposição do retrato e em seguida uma parada militar-escolar pelas ruas da cidade com a seguinte organização: a bandeira nacional, em seguida a bandeira do Négo, a banda de música, o destacamento policial, os alunos do Grupo Escolar Antônio Pessoa, os funcionários da Estação Modelo. Ao final do cortejo todos se concentraram na casa onde nasceu João Pessoa para terminar o evento com a palavra dos oradores. (A UNIÃO, 02 de agosto 1933)

Nas palavras de Souza (2009 p.297) que estudou o processo de “glorificação da memória nacional republicana” nas escolas paulistas através das festas cívicas, percebemos que a “memória glorificada” de João Pessoa estava incorporado ao calendário escolar.

A autora ressalta a ampliação do calendário de festa entre os anos de 1930 e 1940 nas escolas, a exemplo do Dia da Criança e da Semana da Pátria, nesse caso particular aqui na Paraíba, o dia 26 de julho foi somada ao cotidiano estudantil a partir da inserção das crianças e jovens no processo educativo sobre a figura política de João Pessoa, minimizado após 1937 quando as foi acentuado em caráter nacional as comemorações na data de 10 de novembro, que celebrava o dia do Estado Novo.

A partir do ano 1933 a inauguração de um monumento construído na Praça João Pessoa consolidou o local como um “lugar de memória” para os usos durante as homenagens do dia 26 de julho através das celebrações e romarias anuais aos “pés do monumento” pelas autoridades e convocação dos estudantes para se fazer presente. (Cf. Aires 2006).

Em 1935 por exemplo a diretoria de Ensino Primário emitiu uma nota no jornal *A União* recomendando a todos os diretores de grupos e professores das escolas isoladas para que se “achem” com seus alunos uniformizados as 8hs da manhã para assistirem a missa na

catedral e que cada um levem flores para serem colocadas aos pés do monumento. (A UNIÃO, 25 de julho de 1935).

Nos dias seguintes *A União* publicou sobre as comemorações e junto com as informações trouxe na primeira página do dia 28 de julho uma fotografia que possibilita visualizar muitos alunos e alunas aglomerados em torno do monumento, são crianças e moças da Escola Normal fardados que ao lado de autoridades, oradores, populares e membros do clero participam de mais uma romaria cívica em obediência a convocação do governo estadual. (Foto 21)

A ida aquele lugar como em outros anos pelos estudantes, na opinião de Aires (2007 p.139) que estudou outros momentos da socialização do mito João Pessoa entre as escolas, afirma que a função pedagógica da escola preenche outros espaços e não apenas a sala de aula, pois, para o autor também se aprende lições em outros espaços.



Foto 21 – Alunas e alunos “aos pés do monumento”. A UNIÃO, 28 de julho de 1935

Que lições foram dadas aos alunos “aos pés do monumento”? Após cinco anos as autoridades políticas e religiosas, a imprensa oficial, professores e diretores e o governo do Estado organizaram e divulgaram as Festas Cívicas em torno de João Pessoa para serem comemoradas com a participação das escolas paraibanas. Para Souza (2009 p.113) a compreensão do passado é um exercício dificultoso para as faculdades infantis nas escolas primárias, dessa forma, há necessidade crucial do uso de metodologias para o ensino da

História local ou nacional, a exemplo, das palestras, da recitação de poemas, das fotografias, dos préstitos, dos hinos e da visita aos monumentos, como já vimos anteriormente no texto e nos capítulos anteriores. Conclui a autora, que esses atos objetivam despertar “o sentimento de patriotismo, civismo, heroísmo e abnegação” na formação das crianças.

Desde o ano de 1937 as Festas em torno de João Pessoa na Paraíba se somaram a outras, de caráter nacionalistas, que foram instituídas pelo presidente da República Getúlio Vargas. O golpe encaminhado por ele mesmo, determinou o encerramento das atividades no Congresso Nacional e apresentou uma nova Constituição para o país de caráter autoritário, cuja redação foi elaborada com objetivo de concentrar os poderes em suas mãos. A partir daquele momento o Brasil passou a ser governado pelo regime ditatorial do Estado Novo e as diretrizes constitucionais imitavam os modelos fascistas europeus. (SKIDMORE, 1982, p.50)

Para Melo (2003 p.125) as políticas advindas pós-1937, ampliaram as comemorações cívicas a partir da modificação do calendário de festas, acrescentando ou retirando novas datas comemorativas pelo chefe do Executivo. Deveras, no dizer de Hobsbawn (1997 p.14) são os elementos antigos que servem para a elaboração das “novas tradições inventadas” e que estes são encontrados no passado de qualquer sociedade, pois, possibilita as práticas e comunicações simbólicas que são usadas no presente para determinados fins.

Essas novas tradições “enxertadas” ou inventadas a partir das velhas, enxergamos na criação de novas festas e calendários que se seguiram com a implantação do Estado Novo que tinham como objetivo inculcar uma imagem de Getúlio Vargas, como condutor da Nação. Sendo assim, reafirmamos com o pensamento de Teixeira (1999, p.98) que os “calendários fazem lembrar e esquecer”. Em outras palavras, estas festas anunciadas, planejadas e realizadas de caráter nacionalista intencionava a criação de momentos oportunos para legitimar o novo regime e seu principal idealizador. Assim, as comemorações da implantação do Estado Novo a cada dia 10 do mês de novembro, também foram integradas a outras comemorações.

Silva (2011 p.50) que estudo as comemorações do primeiro aniversário do Estado Novo na Paraíba em 1938, observou que foi uma Festa que não se restringiu as ruas da capital paraibana, mas se espalhou pelas cidades do interior. De acordo com a sua pesquisa, a inserção dessas novas datas adentraram também no calendário escolar, uma vez que o sentimento cívico e nacionalista alimentados e divulgados contribuíam para “a formação cívica dos alunos e também da sociedade presente” nessas comemorações.

Na Paraíba cabia ao interventor estadual organizar as festas articulado com as orientações do governo central. Esse chefe político local se aproveitava desses momentos para também apresentar à população suas obras através das inaugurações, desfiles cívicos-escolares e divulgar amplamente com destaques nas páginas dos jornais oficiais as conquistas e exaltações da sua administração.

Com “as maiores manifestações de confiança nos destinos da nacionalidade” e “animados por espírito de brasilidade” foram anunciadas, em 1939, para todo Estado da Paraíba as festas do segundo aniversário do Estado Novo e do Cinquentenário da República pelo jornal *A União* (08 de novembro de 1939). De acordo com a publicação, orientada pelo Interventor interino João Mariz, o programa a ser executado entre os dias 10 e 15 de novembro apresentamos na Tabela abaixo:

Tabela 10 - Programação das Festas Cinquentenário da República - 1939

Dia	Programação
10	5h Alvorada nos quarteis; 8h inauguração dos campos de Educação Física (Basquete e Vôlei) no Parque Arruda Câmara e da Fazenda Argemiro de Figueiredo; 16h concentração orfeônica na Praça João Pessoa; 19h Inauguração da Rádio Tabajara.
11	20h Discurso no microfone do Secretário da Fazenda Dr. Antônio Guedes
12	20h Discurso no microfone do Dr. João Medeiros
13	20h Discurso no microfone do padre Francisco Lima
14	20h Discurso no microfone do diretor de Produção Dr. João Henriques
15	5h Alvorada; 7h Concentração Cívico-militar no Parque Arruda Câmara, 14h Recepção no Palácio da Redenção; 16h Concentração Operária; 17h Corrida do fogo; 20h Discurso no microfone do professor Batista de Melo

Como podemos observar a quantidade de atividades se concentraram no dia de comemoração do Estado Novo e na Proclamação da República, além das práticas que marcaram a política propagandista de Getúlio Vargas, os exercícios físicos para a juventude através da Educação Física, o contato dos chefes políticos através do rádio, o canto orfeônico nas escolas, concentrações em quarteis e os desfiles cívico-militares.

Para Capelato (2001 p.202) esses foram os principais elementos que representavam os meios que o poder estadonovista utilizou nessas ocasiões para divulgar a imagem de uma sociedade unida e harmônica em torno do seu líder. Por meio dos espetáculos, a exemplo das festas e comemorações de todo o tipo, procurava-se também ostentar a grandeza do poder, onde os símbolos, ritos, imagens e manifestações cívicas e para a manutenção do regime.

Por outro lado, o Estado Novo também usou a repressão aos seus opositores. Capelato (2006 p. 121) considera que em primeiro lugar os meios de comunicação ficaram impedidos de externar as opiniões contrárias e por outro lado, os que o apoiavam tiveram a missão de elogiar os atos do governo. Nesse sentido, o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, foi criado para a produção de materiais propagandísticos, a exemplo de cartazes, objetos e símbolos enaltecendo o poder. Como descrito ainda por Capelato (2006 p. 123), “a bandeira nacional e a figura de Vargas foram mais difundidos nas escolas com o objetivo de formar consciência do pequeno cidadão.”

Para tanto, na programação oficializada na Paraíba, houve a inclusão dos alunos das escolas primárias em dois momentos, no dia 10, através do Canto Orfeônico, na Praça João Pessoa e no dia 15 a participação de uma marcha cívica-militar pelas ruas da capital. Muito significativo essas duas atividades desenvolvidas durante o Estado nas escolas, pois, demonstrava a preocupação do governo com a formação de “uma identidade nacional coletiva”, sendo valorizados ora, pelos cantos de hinos patrióticos ou ainda pelo culto ao “sentimento de amor à Pátria e ao Estado”.

Sobre os cantos orfeônicos Parada (2009 p. 175) destaca a atuação de Villa-Lobos no Brasil desde os anos de 1930 como um músico de destaque na execução das músicas orfeônicas, pois, de sua iniciativa foram criados programas, eventos e cursos para sistematizar a prática dessas músicas dentro das escolas. Com a implantação do Estado Novo no Brasil, o canto orfeônico teve o seu ensino submetido a centralização do governo e as grandes demonstrações da música executada pelos orfeões escolares foram transformados em instrumentos de promoção do civismo e da disciplina coletiva.

Em Silva (2006 p.70) vamos encontrar o esclarecimento de que na Paraíba, o ensino do canto orfeônico teve início no ano de 1932, pelo músico Gazzi de Sá ex-aluno de Villas-Lobo no Rio de Janeiro. Em 1934 o interventor Gratuliano de Brito cria através de Decreto o “Orfeão Escola do Estado” e o “Orfeão de professores” este último “se constituía de professores que ensinavam nas escolas o canto orfeônico, auxiliando o professor Gazzi de Sá na preparação das grandes concentrações orfeônicas”.

Desse modo, em 1938, Argemiro de Figueiredo reorganizou a Superintendência de Educação Artística, já existente na Paraíba, para integrar a educação musical paraibana ao forte espírito nacionalista do Estado Novo, orientando os trabalhos de orfeões escolares e escolas de música, tanto na capital como no interior para esses propósitos. (SILVA, 2006 p.70)

Nas grandes Festas Cívicas as apresentações oficiais do Canto Orfeônico aconteciam na Praça João Pessoa, e naquele ano de 1939, o aniversário do Estado Novo foi comemorado ao som de uma “grande demonstração orfeônica.” Registra-se no jornal *A União* a quantidade de dois mil estudantes dos estabelecimentos de ensino primário. Foram cantados sob a regência do professor Gazzi de Sá e acompanhados pela banda da Polícia Militar, o Hino da Independência, o Hino à Bandeira, e canções de Villa-Lobos, o Canto do Pagé, Hino da Proclamação e Cantar pra viver (Foto 22). (*A UNIÃO*, 11 de novembro de 1939).



Foto 22 – Canto Orfeônico em comemoração ao dia do Estado Novo, regido por Gazzi de Sá, na praça João Pessoa, em frente ao Palácio do Governo. Fonte: *A UNIÃO*, 11 de novembro de 1939

Salientamos que os alunos antes de ir se apresentar na Praça, pelo convocação da SEA e do Interventor estadual, foram submetidos ao ensino obrigatório do Canto Orfeônico, como também, aos exaustivos ensaios, o aprendizado da letras e melodias das músicas e as normas e orientações para o comportamento durante as apresentações tudo supervisionado sob os olhares dos professores contratados para auxiliar o mestre Gazzi de Sá e das autoridades que assistiam da sacada do Palácio da Redenção.

Na fotografia não dá pra confirmar a presença de dois mil alunos anunciados pela imprensa oficial, mas há pelo menos centenas de alunos e alunas, dispostos em filas, com os olhares atentos para o alto, onde estava o professor em cima de uma plataforma, pois, era de lá que eram sinalizados os comandos para o início e término da entoação das canções. A diversidade de fardamento indica que várias escolas possuíam seus próprios orfeões e a

prática de reunir todas elas em praça pública exigia ainda mais organização e disciplina, uma vez que, eram crianças de aproximadamente oito a nove anos que participavam desses momentos.

Para o dia 15 de Novembro, um palanque foi armado na Avenida Getúlio Vargas, em frente ao Instituto de Educação, para que o Interventor pudesse assistir com outras autoridades a passagem do desfile cívico-militar, de estudantes e militares pelas ruas da capital. Mas, o “júbilo popular” e o “ambiente de entusiasmo cívico” não foram suficientes para a realização da programação. Chuvas torrenciais caíram sobre a capital, desde a madrugada do dia 15, suspendendo assim qualquer atividades nas ruas. Nos quartéis ainda foram executados as solenidades das alvoradas e hasteamentos da bandeira nacional, e os estudantes tiveram que ficar em suas casas.

Se na capital a presença dos alunos nas ruas para a festa do Cinquentenário da República foi interrompido pelas águas torrenciais, nas cidades do interior foi cumprido vários momentos em que estiveram presentes vários estudantes. Isto é, em Itabaiana logo cedo, os alunos do Grupo Escolar Padre Ibiapina desfilaram nas ruas com os reservistas do Tiro de Guerra e em cumprimento ao Decreto enviado aos prefeitos pelo Interventor do Estado, o prefeito municipal leu em frente a Prefeitura o Decreto que homenageava o Marechal Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Quintino Bocáiuva, os “fundadores da República”, dando os seus nomes a várias ruas da cidade.

Da mesma forma, em São João do Cariri houve o dia inteiro de comemorações, desde o hasteamento da Bandeira Nacional às cinco da manhã e pela tarde uma salva de fogos no largo da Matriz, a inauguração da placa “Marechal Deodoro da Fonseca” que dava o nome de uma rua e ao final da tarde se juntaram crianças de diversos grupos escolares na Prefeitura para ouvir músicas que falavam da República. (A UNIÃO, 17 de novembro de 1939)

Outras cidades enviaram telegramas comunicando ao Interventor as homenagens prestadas aos “Patriarcas da República” com a designação dos seus nomes em ruas destas localidades, durante as comemorações do Cinquentenário. Em Guarabira, o prefeito “consagrou” por Decreto, o dia 15 em homenagem a Deodoro da Fonseca. Do mesmo modo, em Bananeiras e em Picuí. Mas, Getúlio Vargas entrou no páreo cívico e em Catolé do Rocha ganhou uma praça inaugurada com o seu nome. (A UNIÃO, 18 de novembro de 1939)

As comemorações também coincidiram com o encerramento do ano letivo, pois, na cidade de Santa Rita, a professora Maria Porto, diretora da Escola Rudimentar Mista, aproveitou para realizar o encerramento com uma cerimônia de hasteamento da Bandeira

Nacional e a entoação do Hino Nacional pelos alunos e ao final distribuiu vários prêmios para os que se destacaram nas notas. (A UNIÃO, 18 de novembro de 1939)

Observamos que durante essas comemorações houve a necessidade de assegurar a através de Decretos a memória dos “Patriarcas da República” designando com os seus nomes as ruas de várias cidades, em primeiro lugar, talvez para fazer a paridade aos “Patriarcas da Independência” que já ocupavam nomes de alguns logradouros e avenidas e ainda configurar a legitimidade das forças políticas que atuavam em nome dessas “fundadores”.

Certamente, as ruas são locais privilegiados para a identificação, orientação, recordações, saudades e que “são formas espaciais mais correntes a nós”, por isso são foco de associação entre o duradouro e eterno ao poder político, através da marcação de monumentos, praças, nomes das ruas e estabelecer com materiais que sejam imperecíveis a sinalização de “tudo aquilo que representa a possibilidade de emoldurar a vida.” (DA MATTA, 1997b p.30)

De fato, são nas ruas que os moradores citadinos se entrecruzam diariamente, os nomes de cada uma delas vão sendo internalizados na vida cotidiana, os alunos que passam por elas todos os dias para às escolas, as pessoas que mora nas suas imediações, os acontecimentos, os prédios e praças que são construídos ganham significados próprios a partir das sociabilidades e memórias que nelas são construídas.

Assim, o culto da memória republicana na festa do Cinquentenário, mudando o nome das ruas, indica ainda a reafirmação das transformações políticas que atribuía novas referências históricas ao lugares, sendo necessário remarcá-los, rebatizá-los para o engendramento de uma nova memória na cidade destacando os personagens considerados fundadores da República.

Após os anos de 1943 as comemorações do aniversário do Estado Novo, começaram a dar sinais de definhamento, para Capelato (2006 p.1 36) havia sinais visíveis de enfraquecimento do regime autoritário. Em 1945, com a vitória dos Aliados na Segunda Grande Guerra e o retorno festivo dos pracinhas recebidos como heróis, colocou o Estado Novo em xeque, ou seja, como seria possível conciliar a luta pela democracia externa e manter um governo autoritário internamente. O desfecho foi o afastamento de Getúlio Vargas pelos militares e a convocação de eleições no Brasil.

A instituição do Estado Novo e a exacerbação do culto ao Chefe da Nação cunharam também “novas tradições” a partir do investimento de elementos dirigidos pelo Estado a exemplo da música e da educação escolar, como lugares privilegiados para o ensino dos ideais de civismo e nação, ou seja, “para servir como modelo de uma geração nova, agindo também na educação daqueles que não estavam presentes no universo escolar.” Porém, mesmo com

o afastamento de Getúlio Vargas e o rompimento da censura e obrigatoriedade impostas aos momentos cívicos, novas e antigas memórias foram apresentadas, motivos e interesses se construíram para a realização das festas cívicas que continuaram a serem promovidas em tantas outras situações da vida política brasileira, que já tivemos acompanhando ao longo desse trabalho.

Quanto a memória do Presidente João Pessoa, foi resistindo durante as décadas posteriores, pois, continuamente o fomento do IHGP associado aos governos estaduais promoveram literaturas, eventos e solenidades para a insistência na sua importância para o Estado da Paraíba. Por exemplo, no ano de 1978 foi realizado o Centenário do seu nascimento, como uma programação vastíssima que incluía a cidade Umbuzeiro como o “berço do herói”, a programação teve início em 24 de janeiro, até o encerramento previsto em 22 de outubro de 1978. A primeira data era a abertura dos “festejos comemorativos” ao nascimento de João Pessoa, enquanto que a segunda celebrava o dia da sua posse como Presidente da Paraíba. (RIBEIRO, 2009 p. 59)

Outras iniciativas para a continuidade da memória do presidente foram propostas também em 1978, para as escolas públicas com a repetição dos mesmos recursos usados nas décadas passadas, missa; desfile cívico- estudantil; concentração em frente à casa onde nasceu o homenageado e criação de uma escola com o nome de João Pessoa. Na capital foi organizada uma exposição fotográfica que se estendeu para os diversos colégios estaduais da Paraíba (cf. Ribeiro, 2009, p.61).

Nas décadas posteriores os ecos de 1930 ainda eram ouvidos dentro das salas de aulas, isto é, após cinquenta anos, atividades com “intenções pedagógicas” continuavam a ser incentivadas pelo governo do Estado para serem realizadas entre os meses de julho e agosto nas escolas públicas. Em 1983 a Secretaria de Educação e Cultura, através da Comissão de Moral e Civismo - COMOCI, elaborou um material didático intitulado “**Há 53 anos deixou de existir o mártir João Pessoa – o herói que tudo sacrificou ao patriotismo**” que foi enviado para todas as unidades de ensino da Paraíba. A velha fotografia de João Pessoa e os títulos de “mártir e herói” apresentados na capa do material repetiam as estratégias da imprensa oficial dos primeiros anos de comoção. (Figura 20)

Por sua vez, na apresentação direcionada às unidades de ensino e assinada pela equipe da COMOCI não deixava dúvida em relação aos objetivos que pretendiam ao afirmar que estavam colaborando com os jovens educandos

no sentido de orientar e despertar para os valores éticos da nacionalidade quanto a significância dos vultos da Pátria que, sucumbiram deixando um marco relevante pelos seus méritos e serviços em favor das novas gerações, estamos nos associando aos que fazem esta unidade de ensino, para comemorarmos o aniversário da morte do ilustre paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. (COMOCI, 1983)



Figura 20 –do material didático de atividades cívicas sobre João Pessoa – COMOCI, 1983. Fonte: acervo pessoal

Como já foi discutido aqui neste trabalho sobre a disciplina de Educação Moral e Cívica, “reinventada” pelo Estado Militar desde o ano de 1969 onde contribuiu para a disseminação dos valores da ESG e legitimação do regime nas escolas, mesmo nos anos de 1980 já fragilizada, e sinalizando flexibilização dos conteúdos pelo Conselho Federal de Educação, a partir da incumbência dos professores em moldá-la de acordo os valores a serem ensinados dentro da sala de aula. “Entretanto, ficou evidente que o Conselho não admitia que a EMC fosse substituída ou suprimida dos currículos.” (LEMOS, 2011 p.158).

Some-se a isto que ainda no início dos anos de 1980 os rituais cívico-patrióticos já tinham deixado de ser obrigatoriamente praticados em muitas escolas, geralmente eram “rejeitados por serem associados ao entulho autoritário ou pela ausência de significados” de fato, a escola pública tinha mudado junto com a sociedade brasileira. (SOUZA, 2009 p.369) No entanto, observamos que nessa produção a permanência das orientações pautadas nas práticas cívicas educativas, tendo como foco principal a formação das crianças, adolescentes e jovens nas escolas.

Assim, o guia aqui apresentado foi composto de 14 páginas dividido entre o (I) sumário, (II) a apresentação, (III) uma biografia, (IV) o Hino a João Pessoa, (V) um texto, (VI) uma entrevista simulada, (VII) um soneto a João Pessoa, (VIII) a Hora Cívica, (IX) sugestões de atividades e por último a (X) a bibliografia. Para propósitos dos nossos objetivos nesse tópico selecionamos a Hora Cívica e as sugestões de atividades que foram propostas para as escolas.

“Despertar a consciência e as atitudes cívicas”, “desenvolver sua capacidade moral e adquirir bons hábitos de comportamento” e “conhecer as datas memoráveis da História Pátria”, foram os objetivos apresentados para a realização da Hora Cívica, para tanto a sequência das atividades estavam:

O hasteamento das bandeiras do Brasil e da Paraíba
Leitura de um texto sobre a vida política-social de João Pessoa
Entrevista simulada sobre João Pessoa
Maratona cultural – perguntas e respostas a respeito de João Pessoa
Dramatização: a origem do Négo, (COMOCL,1983 p.13)

Foi acrescentado ainda pela comissão os “requisitos indispensáveis para a organização da Hora Cívica” a presença da direção da escola, direção do Centro Cívico, dos professores, dos alunos, funcionários e convidados especiais, além da “organização, disciplina, respeito e seriedade” de todos os participantes.

No entendimento de Cândido (2007) situações como esta em que os rituais e símbolos são engendrados na escola e ao mesmo tempo difundidos por ela a partir das ocasiões festivas, não só confirmava o ensino cívico aprendido como também “disseminavam para a população que delas participavam estes valores.”

Além disso as sugestões para as atividades outras atividades tinha como proposta que fosse elaborado “um quadro sinótico dos homens ilustres” no contexto nacional e estadual na década de 1930 e focalizasse no mapa do Brasil os estados que fizeram parte da Revolução de 30. Em seguida os alunos deveriam pesquisar: a) as causas e as consequências da Revolução

de 30, b) os dados biográficos de João Pessoa, c) a capital da Paraíba nas décadas de 1950 e 1970, d) dados biográficos dos filhos ilustres que deram sua contribuição ao Estado, e) o porquê da palavra Négo, f) os símbolos heráldicos da Paraíba antes de 1930. É orientado ainda para o término das atividades a realização de duas palestras, a primeira sobre a Paraíba na década de 30 e a exportação e importação no governo João Pessoa.

Se as orientações foram cumpridas nas escolas da Paraíba a partir do que foi sugerido no guia didático proposto pela COMOCI não temos como responder pois, não se constituiu o foco principal desse texto, mas, o que podemos observar é que houve uma tentativa de “ressurreição” da euforia daquelas homenagens que aconteceram todos os anos em torno de João Pessoa principalmente no dia 26 de julho nos anos posteriores a sua morte.

Mesmo os tempos sendo outros, as “utilidades do morto ilustre” poderiam servir dessa vez ao projeto de Educação Cívica do Regime Militar, no entanto, encontramos consonância com as propostas que foram realizadas outrora. Novamente as escolas se tornaram o alvo privilegiado para a difusão dos acontecimentos de 1930, e como já, visualizamos nesse texto. Ou seja, os préstitos cívicos, os hasteamentos de bandeiras, o retrato de João Pessoa e os rituais que foram instituídos e socializados pelo Estado em vários momentos da história paraibana, com a parceria da imprensa e da classe política, estiveram com a preocupação de garantir maior eficácia na socialização do mito, tanto entre professores e alunos e que “foram usadas não somente para imortalizar um indivíduo, mas para imortalizar também os que o imortalizaram”. (RIBEIRO, 2009 p.127)

Capítulo 5

Um Estado para festejar e obedecer

5.1 - Sexta aula: As escolas em marcha: vivas à Revolução!

O movimento intitulado “*Marcha com Deus pela Liberdade*” que aconteceram durante os meses de abril a junho de 1964, nas diversas cidades da Paraíba, como forma de comemoração expressiva da “Revolução Vitoriosa” que depôs o presidente João Goulart, ganhou contornos de Festa Cívica, a partir do envolvimento das escolas públicas e privadas, inclusive as confessionais, como também no discurso religioso e cívico de exaltação a Pátria e a família contra o comunismo.

Essas foram as principais questões que aglutinaram pessoas e instituições nessas marchas pelas ruas paraibanas, como também, expressivo apoio e solidariedade prestada ao governador Pedro Gondim⁷⁸, que desde a madrugada do dia 31 de março estava numa encruzilhada política: continuar manifestando publicamente seu apoio ao novo Regime ou ter seu mandato destituído pela onda repressora ditatorial devido ao seu currículo político “à moda” populista.

Estas Marchas foram destaques nos principais jornais na Paraíba e nos dão possibilidades de acompanhar as estratégias discursivas e imagéticas dos seus produtores em exaltar a participação da população e dos estabelecimentos de ensino que somavam na defesa e disseminação do patriotismo e do civismo. O Movimento de Arregimentação Feminino do Estado da Paraíba – MAFEP⁷⁹, que organizou a primeira marcha na capital, desde a sua fundação teve como alvo para a integração nesse movimento cívico-religioso as instituições

⁷⁸Pedro Moreno Gondim, paraibano de Alagoa Nova, foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD). Em 1946, foi eleito deputado estadual, reelegendo-se para um segundo mandato nas eleições de 1950, o qual não exerceu por ter sido designado, pelo governador José Américo de Almeida, para a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado. Nas eleições de 1956, Gondim foi eleito vice-governador, em uma composição entre o PSD e a UDN, promovida por José Américo. No período 1958 - 1960, Gondim assumiu o governo do Estado de forma interina. Em março de 1960, Pedro Gondim se ausentou do governo para candidatar-se ao cargo de governador da Paraíba, foi eleito e cumpriu mandato de 1961 a 1966. Para maior aprofundamento sobre o mencionado político paraibano consultar Araújo (2009).

⁷⁹Referindo-se aos movimentos de direita, entre os anos de 1962 a 1964, foram fundadas: a Liga da Mulher Democrata (LIMDE – Minas Gerais), a União Católica Feminina (UFC - São Paulo), a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE – Guanabara - Rio de Janeiro), o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF – São Paulo), a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG – Rio Grande do Sul), a Cruzada Democrática Feminina (CDF Pernambuco) e a MAFEP em João Pessoa como uma entidade local do MAF. Sobre esses movimentos conservadores consultar Simões (1985) e Machado (2009).

escolares, que foram convidadas a partir de visitas das “ilustres damas e senhorinhas” a desempenhar a luta pelo “aperfeiçoamento moral do povo e defesa dos princípios democráticos.” (O NORTE, 28 mar. 1964).

Nas últimas semanas de março de 1964 a situação da política brasileira ocupavam os principais espaços nos jornais do país, traziam em suas primeiras páginas o acirramento das disputas que dividiu o país em torno das “Reformas de Base⁸⁰” anunciadas pelo presidente João Goulart, de um lado estava o governo apoiado pelos nacionalistas e pelas esquerdas e do outro as elites econômicas e a direita política, a classe média pendendo mais para a direita, aceitando o discurso religioso contra o comunismo no país além dos militares que tinham o “ponteiro da balança”. (CHIAVENATO, 1994).

Neste cenário, a ofensiva de João Goulart foi planejar uma série de grandes comícios nas principais capitais do país para mobilizar a população e pressionar o Congresso Nacional para a aprovação das reformas. O primeiro deles foi marcado para o dia 13 de março no Rio de Janeiro, com ampla divulgação através de panfletos, com o comparecimento do próprio presidente, “Jango⁸¹ falando ao povo”, no grande “Comício das Reformas”. (FERREIRA, 2004).

No dia marcado, sob o rigoroso esquema de segurança do I Exército, no final da tarde de sexta feira, um extenso oceano de milhares trabalhadores, estudantes, políticos e sindicalistas, se espremiavam para ouvir o presidente e apoiar as reformas, carregando cartazes e faixas que fizeram medo às classes médias: “Jango-65”, “Legalidade para o PCB”, “Reformas à bala”, “Pedimos cadeia para os exploradores do povo”, “Abaixo com os latifúndios”. (TOLEDO, 1982).

Depois de três horas de discursos e acalorados aplausos, perto das nove horas da noite, o presidente João Goulart falou por mais de uma hora ao povo, em primeiro lugar agradeceu aos sindicatos e as organizações que promoveram o comício, denunciou a campanha de “sabotagem” contra a realização do evento, uma vez que o governador Carlos Lacerda tinha decretado feriado municipal na tentativa esvaziar a concentração. Criticou os que defendiam “a democracia anti-povo, anti-sindicato e anti-reforma” e em um dos momentos do discurso apontou as palavras do Papa João XXIII sobre a necessidade de justiça social, denunciando a

⁸⁰Desde a sua posse em 1961 João Goulart defendeu um conjunto de iniciativas do governo: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Associado ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos marinhos e aos sargentos. Defendeu medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Fonte: cpdoc.fgv.br. Acesso em 20 fev de 2014.

⁸¹As eleições tornaram o presidente popularmente conhecido por Jango devido ao *jingle* da campanha “É Jango, é Jango é João Goulart”.

tentativa de “empulhar o povo explorando seus sentimentos cristãos” na “mistificação de uma indústria do anticomunismo”. Ouçamos Goulart:

O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelos Santos Padres. **Nem os rosários podem ser erguidos como armas** contra os que reclamam a disseminação da propriedade privada da terra, ainda em mãos de uns poucos afortunados. (grifo nosso) (GOULART, 1964)

A acusação caía sobre um episódio em Minas Gerais, quando em fevereiro daquele mesmo ano o Comando Estadual dos Trabalhadores organizaram uma concentração para a defesa das reformas de base no auditório da Secretaria de Saúde, tendo como principal palestrante Leonel Brizola, cunhado de Jango. A Liga da Mulher Democrata, LIMDE, mulheres e grupos da elite mineira foram ao local para protestar. Simões (1985, p. 77) narra a cena:

As mulheres da LIMDE não se contentaram em ocupar a plateia. Tendo a frente o padre Caio de Castro, organizaram um grupo de nove mulheres exibindo terços, velas e imagens. As mulheres puseram a rezar, transformando o palco num “altar”, para a exorcização do *anticristo* Brizola. (grifos da autora)

O evento foi tumultuado quando os organizadores decidiram retirar as senhoras do palco, houve resistência e a polícia interveio com violência e até lançando bombas, aumentando ainda mais a confusão no local. Brizola quando chegou ao local não teve como discursar e o saldo para aquele dia foi o lançamento do símbolo das manifestações femininas: “o rosário”. (SIMÕES, 1985 p.78).

As palavras pronunciadas por Jango foram transmitidas por rádio e TV em todo o país, e bem perto da Central do Brasil estava o Ministério da Guerra e o Panteão Militar com a estátua do patrono do exército, Duque de Caxias, que por enquanto era o único que acompanhava silenciosamente e inerte os desdobramentos daquele momento de agitação social. Em São Paulo as ilustres damas e senhoras católicas da elite paulista, foram até a Praça da Catedral da Sé rezar o terço pela salvação do Brasil. No Rio de Janeiro, a CAMDE tinha realizado uma campanha para que, na mesma hora do comício velas fossem acesas nas janelas das casas para afastar o “demônio vermelho do comunismo” e iluminar aquela “hora de trevas”, consolidando o movimento de reação contra João Goulart. (FICO, 2004).

As palavras do presidente foram entendidas como ofensas ao rosário e na mesma noite da sexta-feira no Hospital de São Paulo, o deputado Cunha Bueno e o Dr. José Carlos,

reunidos com a irmã Ana de Lurdes, ouviram dela um resumo do que tinha acontecido na Central:

O problema era simples: Nossa Senhora tinha sido ofendida pelas palavras pecaminosas do Presidente da República em referência ao rosário e tudo que havia a fazer era convocar as mulheres de São Paulo para uma grande reunião pública de desagravo ao rosário. Elas compareceriam em massa. Nossa Senhora as escutaria e Deus teria misericórdia do Brasil. (MARCHA DA FAMÍLIA..., 1964, s/p).

Num país católico como o Brasil, a popularidade do rosário como arma contra o comunismo já fazia sucesso desde 1962 pelas mãos do Bispo do Rio de Janeiro Dom Jaime de Barros Câmara, que trouxe das Filipinas o Padre Patrick Peyton com a sua “Cruzada pelo Rosário em Família.” Através de propaganda intensa no rádio e TV fez sucesso, reunindo multidões em praças públicas em algumas capitais do Brasil como o lema “família que reza unida, permanece unida”. O lema soava aparentemente neutro e puramente religioso. Sabemos, hoje que existia um projeto maior por trás do trabalho desenvolvido pelo mencionado religioso⁸², a sua campanha pela América Latina foi financiada pela CIA⁸³ com o objetivo de levantar barreira contra os movimentos esquerdistas ou comunistas em tempos de Guerra Fria⁸⁴. (ALVES, 1979).

Da organização das “Cruzadas pelo Rosário” para a reunião pública sugerida pela freira Ana de Lurdes foi um passo, pois os sucessivos contatos e reuniões nas casas de particulares com as representações das entidades femininas, grupos de direita, de extrema-direita, associações estudantis e católicas de São Paulo se intensificaram dia e noite, ao todo oitenta grupos aderiram ao projeto da realização da Marcha contra o presidente Goulart e o comunismo totalitário.

O dia 19 de março, dia de São José, padroeiro da família e da Igreja Universal, foi a data escolhida para o grande evento cívico-religioso, denominando de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” para abarcar todos os credos. O Instituto Brasileiro de Ação

⁸²O Padre Patrick Peyton tem origem irlandesa, mas emigrou para os EUA e lá iniciou seus estudos na Congregação de Santa Cruz (C.S.C.). Fundou o “Rosário em Família” em retribuição a ter se recuperado de uma tuberculose que, segundo ele, foi curada por Nossa Senhora. Antes de fundar oficialmente o “Rosário” em 1942, esteve em diversos canais de rádio e televisão, além de ter produzido um filme. A relação entre Patrick Peyton e a CIA e seus trabalhos em conjunto na luta contra o Comunismo foram minuciosamente estudados por Richard Gribble. Uma boa introdução ao assunto pode ser encontrada em seu artigo “Anti-communism, Patrick Peyton, C.S.C. and the C.I.A.” *Journal of Church and State*. Jun/ 2003, n. 45, pp. 535 – 558. (SESTINI, 2008).

⁸³ Agência de Inteligência Civil dos Estados Unidos, tem como missão antecipar ameaças contra segurança nacional através da análise objetiva das fontes e a realização de ações secretas dirigidas pelo presidente. Fonte: cia.gov.

⁸⁴Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial até a extinção da URSS, em 1991.

Democrática - IBAD e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES⁸⁵ financiaram a propaganda e a estrutura organizacional do evento e o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, deu inteira colaboração tornando a manifestação em clima oficial, a sua esposa Leonor de Barros, participou ativamente das reuniões preparatórias e em seu nome as mulheres da União Cívica Feminina - UCF telefonaram para as dona-de-casa paulistas convidando-as para comparecer à marcha com suas famílias. (SIMÕES, 1985 p.100).

No dia marcado, as repartições públicas encerraram o expediente mais cedo e as ruas por onde estava planejado o trajeto foram interditadas. Esperava-se um número de pessoas que pudesse superar o Comício do Rio de Janeiro, às 16h a Praça da República, local escolhido para concentração já não comportava a multidão, o cortejo seguiu para a Praça da Sé, calculado em torno de 500 mil pessoas que marcharam com faixas, terços e cartazes, um número surpreendente se levarmos em consideração o espaço de tempo de apenas seis dias de divulgação. (FICO, 2004).

No palanque em frente a Catedral Metropolitana políticos, religiosos e as mulheres católicas se reversaram em intensos ataques ao comunismo ateu e a defesa de Deus, da Pátria, da família e da liberdade, além das orações e cantos utilizados durante o evento, foram instrumentos de apelação para sentimentos religiosos e patrióticos e principais chaves para o sucesso da manifestação.

De fato, a partir da realização da Marcha em São Paulo as “Forças Armadas brasileiras tiveram a afirmação que esperavam da opinião pública deste país.” (MARCHA DA FAMÍLIA..., 1964, p. s/p). A derrubada do presidente da República era um fato eminente e legitimado por uma grande parte da sociedade e amplo apoio da imprensa. Antes e após o golpe civil-militar as marchas continuaram a serem realizadas em várias cidades do país e se configuraram na expressão comemorativa da vitória da “Revolução”. Na Paraíba o clima após o golpe era de entusiasmo, marchas, discursos e multidões nas ruas.

A fotografia (Foto 23) reproduzida na primeira página do jornal *A União*, no dia 09 de abril de 1964, apresenta uma multidão, vários cartazes e faixas erguidas, nos quais podemos ver em letras grandes as frases “*O Liceu com Deus pela Liberdade*”, “*Vitória*”, numa sequência de três momentos das imagens que recria a cena da Marcha com Deus pela

⁸⁵ O IBAD foi criado em 1959 por empresários descontentes com Juscelino Kubitschek, tinha perfil anticomunista e tinha objetivos de interferir na vida política patrocinando candidatos contra João Goulart com recursos norte-americanos. O Ipes foi criado no final de 1961 e iniciou as suas atividades no início de 1962. Contava com grupos de empresários em São Paulo e no Rio de Janeiro, promoveu intensa propaganda contra Jango articulado com outros movimentos que faziam oposição as reformas de base. Cf. Fico (2014).

Liberdade, realizada na capital paraibana na tarde do dia 08 de abril de 1964 e assim, descreve o periódico:

Unidos pelo mesmo sentimento cristão e espírito democrático as autoridades e a população de João Pessoa, realizaram ontem a marcha da família com Deus pela liberdade, dando uma vibrante manifestação de repúdio ao totalitarismo comunista e manifestando o entusiasmo o orgulho da Paraíba pelo movimento de restauração democrática empreendido pelas Forças Armadas brasileiras em defesa da Constituição. (A UNIÃO, 09 abr.1964).

A manifestação foi organizada pelo MAFEP, mas teve a colaboração dos grandes comerciantes da capital e do estado da Paraíba, da Prefeitura Municipal de João Pessoa e da imprensa. No convite publicado pelo *O Norte* no dia 05 de abril o “povo paraibano” foi convidado para comparecer ao evento, onde o governador Pedro Gondim e vários líderes “democráticos” iriam usar a fala, a marcha iria percorrer várias ruas da cidade até a Catedral para encerrar com uma missa celebrada pelo Arcebispo Dom Mário Villas Boas.



Foto 23 - Marcha da Família realizada na cidade de João Pessoa, em 1964. Fonte: A UNIÃO, 09 abr.1964

No dia seguinte foi a vez da Associação Comercial de João Pessoa e a Federação do Comércio do Estado da Paraíba a publicar no mesmo Jornal, uma nota de pedido aos comerciantes para encerrar suas atividades ao meio dia a fim de que as famílias e os comerciantes pudessem comparecer ao evento.

O prefeito da Capital através da chefia de gabinete fez o mesmo, através de um comunicado de *O Norte* dispensou o expediente do horário da marcha e convidou

pessoalmente o funcionalismo municipal, as autoridades e o povo pessoense para participar da “grandiosa concentração”. (*O Norte*, 06 abr. 1964).

Os apelos de unidade, religiosidade e patriotismo descritos na narrativa pelo *Jornal A União* carregam semelhanças com os mesmos elementos que constituíram a Marcha de São Paulo, acrescidos da necessidade de comemorar a “restauração democrática”, pois, já havia sucedido uma semana após a deposição de João Goulart e o clima favorecia a festa, entusiasmo e de legitimação do golpe.

O mencionado *Jornal* destacou ainda a participação de quase todos os educandários da capital devidamente uniformizados, além do Liceu Paraibano que foi destaque na fotografia central da reportagem, marchando ao som da banda de música da Polícia Militar do Estado da Paraíba, executando dobrados cívicos, outras escolas também trouxeram cartazes e faixas expressando os sentimentos cívicos e patrióticos:

Reformas sem sangue, com Deus - Terra dos Tabajaras saúda Minas e os Inconfidentes - Os estudantes Saúdam as Forças Armadas e a Democracia - Viva o Brasil glorioso de Caxias, Tamandaré e Eduardo Gomes, - O Brasil ressurgir para a Ordem e o Progresso. (*A UNIÃO*, 09 abr.1964).

Os conteúdos históricos anunciados nas faixas trazidas pelas escolas indicam que as especificidades históricas e culturais da Paraíba não foram esquecidas pelos organizadores, a apelação ideológica e religiosa foi somada com aquelas voltadas para as homenagens a fatos e figuras históricas consideradas importantes. Recorreu-se a sensibilização das pessoas através do culto aos heróis e aos acontecimentos históricos do estado paraibano, como exemplos atualizados de patriotismo e de união nacional. (SIMÕES, 1985 p. 106).

De fato, a História como conhecimento sistematizado não tem sido somente ensinada dentro dos espaços escolares, manifestações públicas foram e ainda são utilizadas pelos grupos sociais como espaços e momentos privilegiados de formação cívica e religiosa. As escolas também foram convocadas a participar da marcha como projeto educacional entre tantas outras atividades que consistia em produzir em alunos e professores atitudes sacralizadas de exaltação ao passado e submissão incontestável a ordem estabelecida no presente. (BITTENCOURT,1992).

Girardet (1987) apresentando as narrativas simbólicas de reunião, fusão e entusiasmo coletivo das comemorações da República francesa, aponta uma dupla finalidade nos principais elementos constitutivos dos eventos celebrados: “explicativa e mobilizadora ao mesmo tempo”. Ora, a convocação para a marcha feita pela Associação Comercial de João

Pessoa notificou um intenso júbilo pela restauração da legalidade no Brasil e a necessidade da realização daquele evento. A Frente Democrática Paraibana, que esteve à frente da marcha junto a MAFEP, foi criada disposta a aglutinar pessoas em “defesa da Constituição e da democracia num combate sem tréguas ao comunismo e outros regimes totalitários”, ou seja, para Girardet (1987) esse chamamento insistente e repetitivo da “exaltação da unidade da população” contra o perigo que pode vir, tem valor de exorcismo.

No dia da Marcha o governador Pedro Gondim esteve presente, ao lado de figuras políticas do cenário conservador na Paraíba, como os deputados Joacil de Brito Pereira e Aguinaldo Veloso Borges⁸⁶, no seu discurso se transformou em mais uma oportunidade de efetivar o seu apoio ao golpe militar, demonstrando a união paraibana em torno dos ideais cristãos e democráticos.

Uma semana antes, no dia 01 de abril, no calor dos primeiros acontecimentos o governador Pedro Gondim já tinha publicado uma “Proclamação à Paraíba e ao Brasil” no Jornal *A União*, na qualidade de “governador dos paraibanos” onde se posicionou em favor do golpe e das Forças Armadas e falou do “movimento que eclodiu em Minas Gerais” comparando aos acontecimentos ocorridos em 1930⁸⁷, como “vocação histórica do povo paraibano” no cumprimento das liberdades políticas e da democracia.

Encerrando o evento, o governador subiu ao palanque e se dirigiu   “família paraibana” exaltando o povo na rua “convocado pela mulher paraibana reafirmando o compromisso com a Pátria”. Em seguida o cortejo se dirigiu para a Catedral onde foi celebrada uma missa campal.

Portanto, o mito da unidade apresentado por Girardet (1987) se constitui num impulso místico que jamais deixa de acompanhar a autenticidade da sua natureza religiosa, onde o amor da Pátria confunde-se com o amor a Deus e   relig o. Em outras palavras “  na mística que se vê desembocar a política, ou se preferir é a mística que se ver invadir a política.” (GIRARDET, 1987, p.165).

⁸⁶Joacil de Brito era advogado e ingressou na política partidária, foi Deputado Estadual, por duas legislaturas, pela UDN e Aguinaldo Veloso suplente de deputado estadual, também pela UDN assumiu a vaga após uma manobra política para escapar da acusa o de mandante do assassinato do líder da Liga Camponesa em Sapé, João Pedro Teixeira, mais tarde foi acusado de ser mandante do assassinato de outra líder sindical, Margarida Maria Alves, em 1983, na cidade de Alagoa Grande-PB.

⁸⁷O governador fez referência ao ato do Comandante General Olympio Mourão Filho que na madrugada do dia 31 de março de 1964 que deflagrou o movimento de derrubada do presidente Goulart, marchando com suas tropas de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro. Para saber sobre a guinada de Pedro Gondim do populismo em dire o aos grupos conservadores, consultar Cittadino (2014). Quanto aos acontecimentos de 1930, Pedro Gondim evocou a derrubada do presidente Washington Luís sob o comando de Getúlio Vargas, o episódio tem como fomenta o o assassinato do presidente João Pessoa e os usos que foi dado a sua morte como elemento catalizador para o golpe.

Foi registrada a ocorrência de aproximadamente 20 marchas entre abril e junho de 1964, todas elas aconteceram após o golpe, portanto, o grande elemento catalizador foi a “ação de graças” pelo afastamento do comunismo das terras brasileiras e, conseqüentemente, paraibanas. Presot (2010) compreende essas manifestações para além das propagandas ou apenas insatisfação das classes conservadoras, mesmo havendo uma organização e a promoção dessas marchas com a participação de populares, é necessário observar a “pluralidade de significados” presentes em cada cidade onde foram realizadas.

Após a realização da primeira Marcha com Deus pela Liberdade na capital, foram organizadas outras manifestações em diversas cidades paraibanas, vejamos a tabela a seguir:

Tabela 11- Cidades onde aconteceram as Marchas da Vitória

Cidade	Data
Pirpirituba	12 de abril
Taperoá	14 de abril
Mamanguape	19 de abril
Sapé	19 de abril
Belém	19 de abril
Guarabira	19 de abril
Cuité	19 de abril
Bayeux	19 de abril
Cabedelo	19 de abril
Santa Luzia	21 de abril
Alagoinha	29 de abril
Areia	29 de abril
Baía da Traição	03 de maio
Caiçara	03 de maio
Cruz do Espírito Santo	03 de maio
Serra da Raiz	07 de maio
Arara	10 de maio
Tacima	10 de maio
Campina Grande	30 de maio
Duas Estradas	01 de junho

Fonte: *O Norte, A União e A Imprensa* (abril a junho de 1964).

Em Tacima um fato curioso nos chamou atenção na realização da Marcha naquela cidade, o número expressivo de cinco mil pessoas já era um elemento bastante significativo, mas, sem dúvida foi a descrição do fato que:

após a missa foram exibidas para a população as películas “A muralha”, “Anatomia da agressão”, a “História de John Gleen” e “Fronteiras” cedidos pelo Serviço de Informação dos Estados Unidos (USIS), que atendendo a um pedido do Sr. Jeovah Lins Coelho deslocou um funcionário para Tacima a fim de proceder a exibição desses filmes. (O NORTE, 14 mai.1964).

Não tendo respostas no momento sobre as relações da Agencia Americana de Informação e esta pequena cidade do interior da Paraíba, nem tão pouco o conteúdo dos filmes exibidos, sabemos que foi uma prática sistemática nos anos de 1960 de propaganda da valorização dos Estados Unidos e combate ao comunismo na América Latina, através de quatro divisões de mídias: audiovisual, bibliotecas e exposições, imprensa e documentários visuais⁸⁸.

Em Belém a Marcha foi precedida de uma missa, em seguida percorreu algumas ruas da cidade e encerrou na Praça da Independência, local onde foi atribuído um significado da “libertação do Brasil das garras do comunismo” como afirmou um orador durante o evento. Juntos com as autoridades, dois estudantes, Ana Maria e Martinho Alves, foram convidados a discursar no palanque.

Na cidade de Arara, o local escolhido pelos organizadores para a concentração da Marcha foi o Grupo Escolar Anésio Deodônio Moreno, durante os festejos foi incluído na programação a inauguração de um busto do Padre Ibiapina⁸⁹ na Praça batizada com o nome do governador, que pessoalmente participou junto com o prefeito da manifestação. Esse aspecto possibilitou uma exploração religiosa e política mais acentuada em Arara, uma vez que tanto a praça e o busto formaram uma composição de símbolos que possibilitaram a arregimentação de sentimentos muitos próximos de “devoção” ao “santo popular” que confundiu a marcha cívica em procissão religiosa.

Ao término do cortejo falaram para os presentes, o governador Pedro Gondim, a senhorita Virginia de Souza Barros, representante da mulher ararense, a senhorita Marília Fonseca, representando os professores, o padre Manoel Lima, o chefe da Casa Militar do governo do estado, o capitão Newton Leite e o vereador José Epitácio da Silva, representando o deputado Clóvis Bezerra. A presença do governador trouxe a imprensa que pela primeira vez o evento foi transmitido ao vivo pela rádio Tabajara.

⁸⁸Informações no portal da <http://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/306.html>

⁸⁹Padre Ibiapina iniciou uma obra missionária, percorrendo a região Nordeste em missões evangelizadoras, erguendo inúmeras casas de caridade, igrejas, capelas, cemitérios, cacimbas d'água, açudes, para ajudar os sertanejos, escolheu morrer na cidade de Arara onde foi construído um memorial em sua devoção.

Em Areia (Foto 24) a Marcha se tornou uma expressão de apoio ao governador pela sua posição ao lado dos golpistas. “Areia saúda Pedro Gondim o governador da legalidade” foi uma das faixas conduzidas durante o cortejo. O jornal *A União* destacou a grande quantidade de alunos e alunas uniformizados e professores dos educandários, Colégio Santa Rita, Grupo Escolar Álvaro Machado, escolas paroquiais e da Escola de Agronomia do Nordeste. Um aluno representante do Colégio Santa Rita foi convidado a falar no palanque, a missa campal encerrou a manifestação de “aplausos aos líderes civis e militares que afastaram o perigo comunista.” *A União* (30 de abr. 1964)



Foto 24 - Alunos e alunas uniformizados na Marcha em Areia. Fonte: *A União* (30 de abr 1964)

A fotografia (Foto 25) da Marcha na cidade de Bayeux destaca a presença da bandeira do Brasil exposta e várias alunas uniformizadas próximas ao palanque onde discursou o professor Afonso Pereira, vereadores, deputados e o prefeito da cidade. Em Cruz do Espírito Santo, após a Marcha chegar à igreja matriz, os alunos representantes do Ginásio Independência, do Grupo Escolar Flávio Ribeiro Coutinho e o prefeito da cidade usaram a palavra.

O Norte publicado no dia 19 de abril de 1964 registrou, nas cidades de Sapé e Mamanguape, a realização das marchas nessas duas cidades. Uma situação paradoxal, pois antes do golpe, eram locais de vários conflitos agrários devido a forte presença das Ligas Camponesas⁹⁰ e, além disso, foi em Sapé que a violência dos usineiros feriu vários trabalhadores rurais e em 1962 assassinou Pedro Teixeira o seu principal líder.



Foto 25 - Alunas uniformizadas próximas ao palanque em Bayeux.
Fonte: *O NORTE* (23 abril.1964).

⁹⁰Em Sapé foi fundada a Liga “mais poderosa do Brasil, chegando a perfazer um total de 13.000 membros seguida pela de Mamanguape, com 10.000.” (CITTADINO, 2014, p. 84).

A presença dos alunos dos educandários locais foi a ênfase também na Marcha ocorrida em Santa Luzia, a Escola Normal, o Ginásio Frei Martinho e o Grupo Escolar Coêlho Lisboa, a senhorita Adelcy Medeiros foi escolhida para falar representando as alunas presentes, segundo *O Norte* foram dez mil pessoas(!) que participaram do evento. (*O NORTE* 26 de abr. 1964).

Ora, o evento serviu aos interesses da Câmara Municipal, que em nome da população daquela cidade, fez homenagem ao coronel Luiz de Barros⁹¹, comandante da operação que aniquilou completamente as Ligas, dando-lhe o título de “cidadão sapeense”.

Nos discursos calorosos foram lhes dados agradecimentos “pela sua correta atuação” como também exaltando os novos rumos da cidade naquela caminhada. A propósito, em Sapé foram traçados novos rumos, ao eleger novos líderes e proclamar o fim do comunismo e da subversão, deveras sepultavam as memórias dos camponeses ao legitimar outras.

Portanto, afirmamos que o regime que se instalou após a derrubada do presidente Goulart foi erguido sob o discurso de “valores democráticos”, cívico-religiosos e legalizado como defensor das liberdades, da família, da salvação da Pátria e da ordem social tradicional, supostamente ameaçada pela comunização eminente patrocinada pelo governo, pelas esquerdas e pelos sindicatos.

As marchas realizadas antes do golpe se transformaram não somente num apelo salvacionista as Forças Armadas, mas também na confirmação do apoio da sociedade, mesmo que uma parte dela, para o desfecho final. Depois do golpe traduziram expressões de exaltação aos militares pela missão cumprida em definitivamente ter afastado o credo vermelho do país, mas, em cada cidade os políticos locais e autoridades que promoveram as manifestações puderam “puxar suas brasas” em seus discursos ufanistas.

As ruas escolhidas como cenário principal foram preparadas para o grande teatro, na expressão de Balandier (1982), alunos e professores foram chamados a serem coadjuvantes do espetáculo, mas também, plateia garantida para a apresentação dos atores principais, as autoridades, religiosos, damas, senhoras ilustres e políticos locais.

O convite para a concentração cívica e religiosa, a realização de uma caminhada pelas principais ruas da cidade, os estudantes dos educandários convocados a marchar, uma missa campal e autoridades políticas fazendo discursos salvacionistas em ação de graças as Forças Armadas foram as principais estratégias e elementos comuns em cada marcha.

⁹¹Coronel da Polícia Militar Luiz de Barros, figura que comandou a repressão com todo aparato governamental, responsável pelo desaparecimento de líderes camponeses, entre eles Pedro Fazendeiro. Cf. o portal da Comissão Estadual da Verdade. <http://www.cev.pb.gov.br/>

Portanto, esse consenso foi fundamental para unir mulheres, escolas, quartel, Igreja, prefeituras, câmaras de vereadores e, sobretudo, os valores republicanos como elo principal de força e de luta contra comportamentos morais desviantes, a imposição de censura e a adoção de medidas para fortalecer os valores caros à tradição, sobretudo a pátria e a religião.

5.2. Sétima aula: Memória, inaugurações e prédios escolares

*Considero que este é o dinheiro mais bem empregado. Os recursos que mais profundamente vão até os **alicerces da Pátria**. Porque educar é investir, quer dizer, educar é **construir o futuro**. Não estamos apenas construindo paredes, estamos construindo **paredes de luz, paredes de espírito, paredes de ordem moral**. Ernani Sátiro, governador da Paraíba, 1972. (A UNIÃO, 21 de março de 1972 grifos nossos).*

Nos anos de 1961 o Centro do Professorado Paulista (CPP) lançou uma campanha salarial cujo *slogan* era “Escolas Primárias, alicerces da Nação”, a fim de sensibilizar o governo para a importância das escolas e de suas reivindicações salariais. Esse movimento se considerava como aquele que tinha uma “missão-cívico-patriota” na formação de novas gerações e com isto o *slogan*, de certa forma traduzia “os valores socioculturais sobre os quais se edificaria a escola primária na República brasileira” (SOUZA, 2009 p.13)⁹²

A mesma analogia foi usada na Paraíba uma década depois pelo governador Erani Sátiro⁹³ durante a solenidade de entrega das obras de ampliação do Colégio Estadual de Santa Júlia, na capital. A fala de Erani Sátiro, na epigrafe de abertura deste tópico, traduzia a ideia da instituição escolar para além das suas paredes, o que soava como ecos do pensamento do CPP e dos republicanos nas primeiras décadas do século XX para quem a escola deveria ser

⁹² No ano de 2009 a professora Rosa Fátima de Souza publicou um livro pela Editora Mercado das Letras e tomou emprestado esse *slogan* para intitular a sua obra de “Alicerces da Pátria: história da escola primária paulista no Estado de São Paulo (1870-1974), o qual foi muito profícuo nas discussões desta tese.

⁹³ Reveja a nota de rodapé 51.

um lugar de “regeneração da Nação.”⁹⁴. Estavam presentes para ouvir Ernani Sátiro, autoridades, pais, mães e alunos que foram convidados para aquela “grandiosa” Festa de inauguração.

De fato, a inauguração da ampliação do Colégio Estadual de Santa Júlia estava dentro do calendário de inaugurações elaborado pelo governador Erani Sátiro para o ano de 1972, como parte das comemorações do aniversário do seu primeiro ano de mandato, mas também, de forma que houvesse coincidência com as festividades dos oito anos da “Revolução de 1964” naquele ano no estado.

Ao fazer referência à “luz, espírito e moral”, Erani Sátiro, diz respeito também as ideias de mitificação da educação e da necessidade de construir esses espaços, para torná-los evidentes, exhibi-los e solenizá-los, como ocorria com a construção dos grupos escolares no início e durante o período republicano, tornando-os principais divulgadores dos valores da República, denominados de “Templos da Civilização” ou ainda “Alicerces da Pátria”. (SOUZA, 1998b p.16).

Em suas devidas singularidades, diferenças e representações ao longo do século XX as escolas se tornaram propagandas para a República, e por meio de suas construções e inaugurações os governos em todas as suas esferas (Federal, Estadual e Municipal), aproveitam-se desses momentos para anunciar (e ainda anunciam) a “construção do futuro da nação”. Ao longo dos quatro anos do governo de Ernani Sátiro, entre os anos de 1971 à 1974, paralelo ao governo do general presidente, Garrastazu Médici, as inaugurações das escolas seguiram esse mesmo contexto, onde a propaganda educacional estava associada aos ideais de investimento na criança e no jovem objetivando a formação patriótica através da educação escolar cívica.

Para tanto, o lema de trabalho escolhido por Erani Sátiro foi “Renovação e Tradição”, o que nos parece contraditório, mas que de fato, correspondeu ao pensamento e as práticas políticas daquele governador, pois, em seu discurso de posse deixou explícito seu posicionamento quando afirmou que seria “*fiel à Revolução de 31 de março de 1964*” pois, “*quaisquer que sejam os seus erros, ela nos salvou da destruição e do caos.*”

Sendo assim, o seu governo foi pautado pelo apoio ao Regime Militar e fez da Educação um dos seus pilares de investimento, pois, a sua ideia de “renovar a tradição” adentrou dentro dos estabelecimentos de ensino, a exemplo do diretor do Colégio Estadual Central, professor José Soares, que aderiu a proposta inspirada no lema do governo de Erani

⁹⁴ Indicamos a leitura do artigo: A Escola Pública Republicana na Parahyba (1889-1916): (re)significação da ideia de educação para a constituição do progresso regenerador e modernizador, escrito por Lima e Pinheiro (2008) e o Primeiro capítulo da obra de Rosa Fátima de Souza (1998b).

Sátyro, cujo objetivo era “restaurar o elevado conceito do tradicional Liceu Paraibano de outras épocas.” Assim, foram preparadas durante o mês de outubro várias atividades, uma sequência de palestras pelos professores de Educação Moral e Cívica para os alunos, sobre os heróis nacionais como Tiradentes, José de Anchieta e Duque de Caxias, a realização de aulas de oratória e o funcionamento de uma sala para exibição de vídeos didáticos, tendo como finalidade em “continuar renovando a tradição do educandário.” (A UNIÃO, 02 de outubro de 1971)

Ainda no primeiro ano do seu governo, se fizeram aparecer em tons mais verde-amarelos as proximidades de Ernani Sátyro com o Regime Militar e a sua fidelidade ao governo federal. A vinda do presidente Médici à Paraíba em novembro de 1971 se deu através de uma “recepção apoteótica” organizada pelo governo estadual e amplamente divulgada pela imprensa oficial. De acordo com *A União* o comércio, bancos e a indústria “espontaneamente” fecharam as portas a partir do meio dia, para que os funcionários tivessem a oportunidade de saudar o chefe da Nação e da mesma forma empresas de veículos localizados em Bayeux, Santa Rita e Cabedelo “tiveram a espontânea iniciativa” de fazer o transporte gratuito das pessoas para a capital. (A UNIÃO, 09 de novembro de 1971)

Em tempos de autoritarismo e coerção ficamos imaginando caso um proprietário se mantivesse dentro de sua loja ou fábrica com seus funcionários indiferentes a presença de Médici desfilando na capital. Ou ainda, algum professor continuasse em sala de aula e não quisesse ir para as ruas ver a comitiva presidencial. Nesse caso, se ele fosse do Liceu Paraibano, o diretor já tinha decidido suspender as aulas para que todos pudessem participar das homenagens prestadas durante a chegada do general militar.

Da mesma forma, o governo do Estado decretou o fechamento das repartições públicas e a Secretaria de Educação já tinha determinado que todos os colégios da capital deveriam se concentrar perto do Posto Santa Júlia na Avenida Epitácio Pessoa por onde iria passar o desfile de automóveis que acompanhavam o presidente. As ordens foram expressas no sentido de que “nenhum aluno” poderia deixar de “prestar a sua homenagem ao presidente da República”. Essa determinação, de acordo com o diretor do Liceu, foi “para caracterizar o espírito de ordem existente no meio estudantil paraibano” (A UNIÃO, 09 de novembro de 1971).

Às três horas da tarde ao som do Hino Nacional o presidente Médici desceu do avião da Força Área Brasileira, lá estavam uma fila de deputados, magistrados, militares, secretários e outros políticos para apertar a mão do general Médici e ele fez questão de “levantar a sua mão direita” para acenar para os convidados que se concentravam nos jardins do aeroporto.

De lá, entrou no seu “Galaxie Preto” que contrastava com o Volkswagen em que chegou o Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, que se fez presente na cerimônia, e que de acordo com o jornal *A União* preferiu ficar mais afastado observando. (A UNIÃO, 11 de novembro de 1971)

Desde a saída do aeroporto até o Hotel Tambaú, para onde se dirigiu, as ruas ficaram cheias de populares e estudantes aplaudindo e agitando bandeirinhas do Brasil em sua homenagem confeccionados pelo jornal *A União*, para os alunos do MOBREAL a SEC providenciou bandeirinhas do “Négo”, numa afirmação da presença paraibana no evento. Na Praça João Pessoa, no Viaduto Damásio Franca, na Praça 1817, no Parque Solon de Lucena e na Avenida Eptácio Pessoa se concentrou o maior número de pessoas⁹⁵. Falou-se no jornal oficial, de trinta mil pessoas sendo a metade delas alunos fardados que cantavam sob chuva de papel picado a música “Pra Frente Brasil”, acompanhados pelas bandas marciais, colocadas ao longo do percurso.

Outrossim, o governador precisava de gente nas ruas sorrindo, demonstrando confiança e alegria no país, pois, os vivas e aplausos manifestados pelos estudantes e pela multidão se estendiam não somente ao presidente, mas também, ao Regime Militar e ao seu representante estadual, o governador Ernani Sátiro.

Duas fotografias (26 e 27) publicadas no jornal *A União* nos trouxeram alguns momentos da chegada de Médici à capital. A primeira mostra a comitiva presidencial passando pela Avenida Eptácio Pessoa, são muitas pessoas e muitos estudantes enfileirados nas calçadas esperando o presidente passar. Contou-se no jornal que o próprio Médici solicitou que o automóvel em que estava reduzisse a velocidade para que ele pudesse se aproximar do público, o que se vê na segunda foto quando ele se aproxima de uma aluna do pré-primário para saudá-lo com um beijo. De fato, o ufanismo estampado nas faixas verde-amarelas penduradas nas ruas, das músicas tocadas pelas bandas marciais e das bandeirinhas sacudidas pelos estudantes na tarde festiva de quarta-feira nas ruas de João Pessoa nos apresenta a ideia de um governante simpático e bem humorado, caloroso e muito querido pelos estudantes.

⁹⁵ Foi registrado um congestionamento na entrada da Avenida Eptácio Pessoa devido a colisão de duas ambulâncias do INPS com um carro da comitiva presidencial, num efeito sanduiche entre os automóveis, porém não houve gravidade nos ocupantes dos veículos, mas, o cortejo teve que esperar o engarrafamento ser desfeito para continuar o percurso.

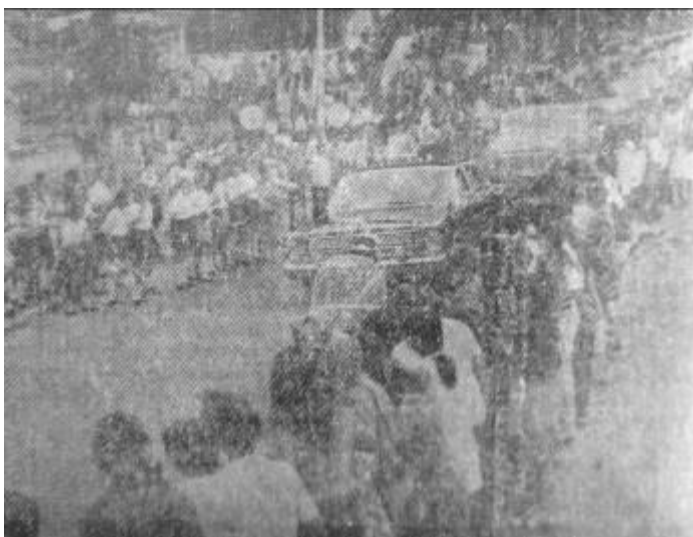


Foto 26 - Comitiva do Presidente Médici na Avenida Epitácio Pessoa. Fonte: A União 11 e nov de 1971.



Foto 27 - O presidente Médici sendo saudado por uma estudante. Fonte: A União 11 e nov de 1971.

Como já nos referimos, Médici usufruía dos tempos de “Milagre econômico” além de outros aspectos enumerados por Cordeiro (2013 p. 4):

Enfim, a euforia nacionalista desencadeada pela conquista esportiva (de 1970), somada às promessas de grande potência do Milagre, a construção de grandes obras como a Transamazônica ou a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), estendendo direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, transformou Médici em uma figura popular entre determinados, porém expressivos, segmentos da sociedade.

Para Fico (1997 p.71) esse “otimismo reinventado” durante o Regime Militar contribuiu como uma força de mobilização atrativa e quase irresistível e proporcionou momentos de novas formas de “aparição do poder” que se mostravam contraditório entre o que a propaganda da AERP produzia, ou seja, uma forma de “congraçamento entre o povo e o governo” e a imagem dos generais-presidentes que queriam projetar: homens sérios, dignos, honestos e diferentes dos políticos do passado.

Médici viajou no dia seguinte para descansar na Ilha de Fernando de Noronha e de lá para o Aeroporto dos Guararapes em Recife para finalmente ir à Brasília. O governador aproveitou o momento para solicitar recursos para obras estaduais, incluindo liberações de verbas para a construção de asfaltos e uma refinaria de petróleo em Cabedelo. Não foi noticiada nenhuma solicitação para a construção de escolas, mas, deduzimos que

posteriormente as viagens de Erani Sátiro à Brasília e sua estreita relação com o presidente Médici, possibilitou o acesso aos recursos para tal empreendimento, uma vez, que aconteceram várias inaugurações de novas escolas estaduais, e por gratidão, o presidente Médici permaneceria por Decreto-Lei na memória dos paraibanos ao ter seu nome na Escola Modelo Polivalente na capital, construída e inaugurada no governo de Ernani Sátiro.

No entanto, as inaugurações de escolas estaduais já faziam parte das práticas políticas do governo de Ernani Sátiro, por exemplo, nos últimos meses de 1971, as cidades de Pombal e Guarabira, tiveram suas Escolas Estaduais inauguradas em clima de Festa Cívica, pois, era necessário a divulgação, colocação de faixas nas cidades, carro de som, palanques, desfiles, apresentações dos alunos, oferta de flores ao governador, discursos de políticos, fotógrafos, manchetes nos jornais, presença de populares, apresentação cultural dos estudantes, autoridades e a presença de pais e mães dos estudantes.

Em Pombal foram necessário 185 dias para deixar pronto a Escola Estadual, de acordo com *A União* foi um investimento muito alto para que a escola ficasse com “suas modernas instalações devidamente dotadas de salas de aulas, quadra de esporte e oficinas artísticas” e portanto, a cidade estava em “júbilo” acolhendo “o benefício de ordem educativa”. A inauguração foi marcada para o dia 27 de novembro de 1971.

O senador Rui Carneiro⁹⁶, nascido em Pombal, fez questão de se fazer presente, o que demonstra que não era apenas o governador que ganhava os bônus populares nas inaugurações, em seu discurso para os jovens presentes exaltou a competência da equipe que possibilitou a construção da escola e falou da felicidade de Pombal ter um novo “templo do saber” para “educar a mocidade”.

A analogia “templo do saber” usada por Rui Carneiro naquele momento foi a mesma expressão usada nas primeiras décadas da República quando foi atribuído aos grupos escolares, também pela sua arquitetura, a conciliação com as finalidades míticas que compunham essa representação dos prédios escolares, ou seja, “uma crença no progresso, na ciência e na civilização” onde a escola era a sua principal promotora. (SOUZA, 1998b p.91)

De fato, os Colégios Estaduais inaugurados por Ernani, eram apresentados como um grande investimento, “uma luz para o povo paraibano” e “um presente para iluminar os caminhos da mocidade”, pois, foram essas palavras que usou quando se referiu na

⁹⁶ Simpatizante da Aliança Liberal que participou do golpe que derrubou o presidente Washington Luís em 1930. Getúlio Vargas o convocou para assumir o governo como interventor do estado da Paraíba entre os anos de 1940 até 1945. Em 1950 foi eleito senador da República permanecendo até a sua morte em 1977.

inauguração do Colégio Estadual em Guarabira em 12 de dezembro de 1971⁹⁷. Deveras, as grandes somas para a construção da obra e as novidades arquitetônicas que eram divulgadas, reforçava “a novidade” que se estava inaugurando:

o colégio construído na entrada da cidade estadual possui 8 salas de aula, tem a capacidade para acomodar até 1.800 alunos, conta com uma sala especial, biblioteca, quadra de esportes, gabinete médico e dentário, cantina, palco, teatro, sala de reuniões, diretoria, secretaria, dois conjuntos sanitários, bebedouros, dois vestiários, caixa d’água e foram gastos cerca de 518.893 cruzeiros para a sua construção. (A UNIÃO, 14 de dezembro de 1971)

A nova localização da Escola Estadual na entrada da cidade, construída numa parte elevada, concorreu o olhar de quem chegava em Guarabira com um outro templo, o que pertencia à Igreja Católica. Esse detalhe é importante, porque nas palavras de Viñao Frago (2001) o espaço escolar também educa. Por sua vez, Escolano (2001, p.45) ressalta que a arquitetura do prédio, os móveis, também não são elementos neutros na educação, e que até a localização da escola deve ser considerada fazendo parte do currículo escolar, uma vez que correspondem a “padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.”

No dia das inaugurações os detalhes que sobressaíam para o governo era o tamanho dos recursos investidos, as dimensões arquitetônicas dos prédios e a quantidade de pessoas e estudantes convidadas a ouvir e aplaudir os “benfeitores do futuro.” De fato, pois esse momento pode ser considerado “como uma verdadeira propaganda do empenho governamental no âmbito do ensino”. (CÂNDIDO, 2007 p 118)

Nas fotografias oficiais (28 e 29) tiradas na cidade de Guarabira, no dia da inauguração da Escola Estadual, houve a necessidade de registrar no mesmo enquadramento a quantidade de estudantes e de pessoas presentes na solenidade, o palanque armado e bem ornamentado configurava a necessidade dos políticos serem visto pela população, a banda de música disposta em lugar estratégico que dava o tom festivo ao momento, da mesma forma, os alunos fardados bem próximos do governador realçava com o aspecto de popularidade e apoio as ações governamentais.

⁹⁷ A Escola funcionava em outro prédio construído pelo governador Pedro Gondim, desde o ano de 1962, mas com o aumento de matrículas a partir dos anos de 1970 houve a necessidade de construir um outro com maior capacidade de alunos. Atualmente a Escola transformou-se em Escola Cidadã Integrada que de acordo com as Diretrizes Estaduais a gestão escolar consiste em garantir o funcionamento da escola com 9h diárias; Adequar o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar à proposta do Programa; Solicitar complementação de recursos para alimentação escolar, para subsidiar o almoço e mais um lanche, por meio da Gerência Operacional de Alimentação Escolar – GOAE; Acompanhar o processo pedagógico e o desempenho dos estudantes periodicamente, para fins de avaliação da efetividade do Programa.



Foto 28 - Inauguração da Escola Estadual em Guarabira, Fonte: Arquivo-Casa José Américo. 12 de setembro de 1971



Foto 29 - Inauguração da Escola Estadual em Guarabira, Fonte: Arquivo-Casa José Américo. 12 de setembro de 1971

A participação dos alunos na inauguração não se limitou a engrossar o número dos que foram ouvir e aplaudir os oradores, embora, a presença no local já se constituía uma adesão diante da convocação eufórica de comemorar o próprio futuro materializado no novo prédio escolar. Mas, houve espaços dentro da programação para uma participação mais efetiva para a demonstração de gratidão ao governador, organizadas pela direção da escola ou pela equipe do governo, como indicar estudantes para entregar de ramalhetes de flores, realizar discursos representando a classe estudantil ou ainda apresentações culturais com danças, músicas e ginásticas.

Na inauguração da Escola Estadual em Bayeux, uma faixa colocada acima do palanque com os dizeres “*A mocidade apoia o governo Sátyro*”, expressava a intenção de adesão dos estudantes a administração do executivo estadual, além disso os alunos foram colocados em frente à escola para aplaudir, jogar flores e agitar bandeirinhas brancas ao som da banda de música na chegada do governador ao evento. (Foto 30)

Na foto de nº 31 alunas realizam uma encenação para os convidados “ilustres”, políticos, religiosos e militares no pátio da escola, o que indica, que os professores e alunos tiveram tempo para a preparar, ensaiar as coreografias e confeccionar as roupas para a apresentação. Nesse sentido, Cândido (2007 p.115) nos lembra que “as inaugurações de prédios escolares também eram momentos profícuos para tratar do tema civismo”, então, possivelmente a apresentação deveria estar relacionada com algum tema da pátria, do ensino ou do futuro do país.

No discurso do governador a responsabilidade do futuro era dos jovens estudantes pelos estudos, e fez lembrar que o nome da cidade de Bayeux era o mesmo da pequena cidade francesa que se tornou símbolo da “liberdade no mundo” após ser a primeira reconquistada do domínio nazista. Da mesma forma, disse Ernani, que saudava a libertação de Bayeux naquele dia “pelo ensino, pela ciência, pelas letras”, para o desenvolvimento do país.

Não podia o govenador acrescentar que a “liberdade” proclamada e desejada por ele para os estudantes tinham contornos bem limitados pelas assinaturas dos decretos-lei vindos de Brasília, especificamente naquele período em que governou a Paraíba. As políticas educacionais, já vistas aqui, tinham na educação escolar uma importante ferramenta de intervenção do projeto político do Regime Militar, como também, uma maneira de consolidar o poder político vigente, em uma forma de buscar a legitimação, e na Paraíba, Ernani era seu principal porta-voz.



Foto 30 – Acolhida ao governador na inauguração da Escola Estadual em Bayeux, Fonte: A União, 21 de novembro de 1971.



Foto 31 – Apresentação na inauguração da Escola Estadual em Bayeux, Fonte: Arquivo-Casa José Américo. 21 de novembro de 1971.

Era necessário continuar festejando as obras realizadas pelo governo estadual, o investimento na educação além de contabilizados era preciso também divulgá-los em clima festivo, portanto, organizar de forma sistemática e previamente determinar o dia de ir para as cidades e descrever as obras a serem entregues à população pelo governador num *rush* de inaugurações.

Afinal, “inaugurar traz o sentido de consagração, de abrir ou expor ao público, era esta a intenção do Estado quando a cada momento de entrega de uma obra”, (MELO 2003 p.93) Para tanto, foi divulgado um calendário de trinta e um dias de comemorações pela equipe de Ernani Sátiro tendo início no dia 15 de março de 1972, data em que se festejava o primeiro aniversário da sua administração e seu retorno da viagem oficial à Brasília após um encontro com o presidente Médici, até o dia 16 de abril. Nesse intervalo as inaugurações ganharam novo sentido, fortalecidas no dia 31 de março, data que marcava a o início da “Semana da Revolução” e “início do novo Brasil” anunciados pelo governo estadual.

Dessa forma, como já iniciamos essa discussão sobre a criação de calendários, o que percebemos aqui no governo de Erani Sátiro, se reforça o pensamento de Le Goff (2003 p.254) quando afirma que a pretensão de determinar dias para serem comemorados através da instituição de um calendário está diretamente associada a ideia da inauguração de um novo tempo, uma “nova era, começo absoluto ou uma ruptura”.

De fato, o calendário criado por Ernani Sátiro, não somente “alimentava a recordação”, como também, estabelecia através da organização e preparativos de uma Festa Cívica a fomentação da propaganda política do Regime Militar, a quem o presidente Médici considerava Erani Sátiro como “comandante político da ARENA”, como também, divulgar os valores cívicos e patrióticos que representavam naquele momento a Educação e os prédios escolares para o Regime Militar conforme a tabela de inaugurações a seguir. (A UNIÃO, 15 de março de 1972)

Tabela 12 – Calendário de inaugurações de escolas em 1972

CIDADE	ESCOLA	INAUGURAÇÃO
Princesa Isabel	Grupo Escolar Gama e Melo	Entrega das obras de conclusão de oficinas de Artes Industriais
Piancó	Grupo Escolar Ademar Leite Grupo Escolar Amaro Beltrão	Obras de recuperação

	Grupo Escolar Joselita Brasileiro Grupo Escolar Felizardo Leite Grupo Escolar Adriano Feitosa Grupo Escolar Franca Leite	
Bananeiras	Escola Mista Fazenda Santa Lúcia Grupo Escolar José Amâncio Ramalho Grupo Escolar Felinto Elísio Grupo Escolar Mons. Walfredo Leal Grupo Escolar Perilo de Oliveira	Obras de recuperação
Alagoa Grande	Centro de Treinamento de Professores	Obras de recuperação
Pedras de Fogo	Grupo Escolar Dom Vital	Obras de recuperação
Diamante	Grupo Escolar do Varzante	Obras de recuperação
Bonito de Santa Fé	Grupo Escolar Joaquim Nabuco	Obras de recuperação
João Pessoa	Grupo Escolar Costa e Silva Escola Polivalente	Construção em Andamento
Teixeira	Escola Normal Silveira Dantas	Quadra de esportes
Patos	Grupo Escolar de Patos	Construção de 10 salas
Jericó	Grupo Escolar Francisco Maia	Obras de recuperação
Cajazeiras	Grupo Escolar São José	Obras de recuperação
Fagundes	Grupo Escolar Frei Alberto	Obras de recuperação
Esperança	Grupo Escolar São Miguel	Obras de recuperação
Boa Ventura	Grupo Escolar José Cavalcanti	Obras de recuperação
Queimadas	Grupo Escolar José Tavares	Obras de recuperação
Mamanguape	Escola Pres. João Pessoa (Pindobal)	Obras de recuperação
Campina Grande	Grupo Escolar da Palmeira Grupo Escolar Solon de Lucena	Obras de recuperação
Boaventura	Grupo Escolar José Cavalcante	Obras de recuperação
João Pessoa	Grupo Escolar Capitulina Satyro	Construção já inaugurada
	Grupo Escolar José Vieira	A construção
	Grupo Escolar Otavio Novais	Obras de recuperação
	Grupo Escolar Eritácio Pessoa	Obras de recuperação
	Grupo Escolar Napoleão Laureano	A construção
	Grupo Escolar Analice Caldas	A construção
Bayeux	Colégio Estadual de Bayers	Obras de recuperação
Monteiro	Grupo Escolar Miguel Santa Cruz	Obras de recuperação
Areia	Grupo Escolar Álvaro Machado	Obras de recuperação
Guarabira	Grupo Escolar Antonio Benvindo	Obras de recuperação
Remigio	Grupo Escolar Dr. Cunha Lima	Obras de recuperação
Esperança	Colégio Estadual de Esperança	Obras de recuperação
Souza	Centro de Treinamento de Professores	Obras de recuperação
Sapé	Centro de Treinamento de Professores	Obras de recuperação
Itaporanga	Grupo Escolar do Cardoso	Obras de recuperação
São João do Cariri	Grupo Escolar Tertuliano de Brito	Obras de recuperação
Pedra Lavrada	Grupo Escolar Francisco Ferreira	Obras de recuperação
Barra de Santa Rosa	Grupo Escolar Professor José Coelho	Obras de recuperação

Brejo do Cruz	Grupo Escolar Tanque de Mafumbo	Obras de recuperação
Pombal	Grupo Escolar Avelino Queiroga	Obras de recuperação
Patos	Grupo Escolar Ezequiel Fernandes	Obras de recuperação
	Grupo Escolar Cônego Machado	
	Grupo Escolar Maria Nunes	
	Grupo Escolar Alexandrino Rodrigues	
	Grupo Escolar Tirbutino Leite	
Juarez Távora	Grupo Escolar D. Adauto	Obras de recuperação
Santa Rita	Colégio Estadual de Santa Rita	Obras de recuperação
Pombal	Colégio Estadual de Pombal	Construção já inaugurada (1971)
Guarabira	Colégio Estadual de Guarabira	Construção já inaugurada (1971)
Cuité	Colégio Estadual de Cuité	Construção já inaugurada (1971)

Tabela elaborada pelo autor de acordo com o Calendário de Inaugurações do primeiro ano do Governo Erani Sátiro Fonte: A UNIÃO, 15 de março de 1972.

Faziam ainda parte do conjunto de inaugurações no calendário do governo, as pontes, as centrais de abastecimento de água nos municípios, construção dos prédios de instituições públicas (Centro Administrativo, A União, Assembleia Legislativa), rodovias, estradas, postos médicos, barragens e sangradouros. Elaboramos a tabela apenas com a lista das cidades e escolas que estavam na agenda do governador para as comemorações. De fato, é uma quantidade significativa em números de prédios escolares que precisavam das “obras de recuperação” que correspondia aos pequenos ou grandes reparos nesses estabelecimentos, ou seja, pinturas, troca de portas e lâmpadas, melhoramento no piso e ampliação de salas de aulas.

Some-se a isso que a construção e reformas de escolas e a consequente ampliação das vagas nas escolas públicas estavam dentro do contexto da Lei 5.692/71, sancionada desde agosto pelo Presidente Médici, que reformou os ensinos de 1º e 2º graus, ampliando o tempo de estudos obrigatórios de 4 para 8 anos.

Mas nem tudo era Festa, a partir da Tabela 12, já vista anteriormente, fica visível que, nos termos de infraestrutura das escolas na Paraíba, havia uma precariedade nas condições de trabalho dos professores e o comprometimento do aprendizado dos alunos. Em Scocuglia (2009 p.91)⁹⁸ encontramos a informação de que praticamente 80% dos prédios

⁹⁸ O autor obteve os dados a partir de um relatório elaborado pela Secretaria de Educação do Estado, durante o governo de Ernani Sátiro, que correspondia aos anos de 1960 à 1970.

escolares para o ensino primário eram salas improvisadas para as aulas, na maioria eram escolas “isoladas” com apenas uma sala. O autor ressalta ainda que em relação às matrículas de crianças entre 7 e 14 anos, havia um déficit escolar de 37,5%, o que correspondia aproximadamente 200 mil crianças em idade escolar que não estavam matriculadas.

No ensino secundário, Scocuglia (2009 p.96) aponta que, “enquanto parte da cadeia sequencial”, este segmento “colhia os frutos das mazelas do ensino primário.” Nos anos de 1970 havia 60.000 alunos matriculados, mas, comparados com o dobro dessa quantidade matriculados no ensino primário fica evidenciado o alto índice de evasão e exclusão escolar, considerando que em 1971, a UFPB tinha 5.620 alunos, onde “chega-se a noção de pirâmide educacional”.

No entanto, para Scocuglia (2009 p. 98) a ampliação de vagas e criação de novos colégios, atendia aos interesses dos setores médios e populares devido o vertiginoso aumento das mensalidades das escolas particulares nos anos de 1970, o que impossibilitava o acesso de muitos alunos, e, conseqüentemente aumentavam as demandas de vagas nas escolas públicas estaduais e municipais.

Outra questão não menos importante levantada pelo autor era a problemática da quantidade e formação dos professores do ensino primário e secundário. De acordo com Scocuglia (2009 p. 93) do total de 10.859 professores do ensino primário na Paraíba nos anos de 1970, 69,3% não tinha formação específica da modalidade Normal para atuar em sala de aula, e por outro lado, na rede estadual a precarização estava na ausência de professores titulares através de concurso público, pois, 50,7% eram profissionais contratados.

Entretanto, o “investimento na educação” sobressaía nas páginas d’A *União* e sobretudo durante as comemorações da “Semana da Revolução”, em 1973, no segundo ano de mandato de Ernani Sátiro, a propaganda governamental para as obras na educação estavam em torno da Escola Estadual Sesquicentenário e de um “Ginásio Polivalente⁹⁹” a serem inaugurados na capital, tidas como “o ponto alto da Revolução nas comemorações da Paraíba” (Fotos 30 e 31). (A UNIÃO, 31 de março de 1973)

Anunciadas como “pontos altos” do programa comemorativo, a escola estadual denominada de “Sesquicentenário”, localizada no Bairro dos Estados, teve esse sugestivo nome em meio ao cômico das festas dos 150 anos da independência do ano anterior, porém, devido ao atraso nas obras, o início de suas atividades foram adiadas para o ano seguinte. Por sua vez, a Escola Polivalente Modelo, construída onde hoje está localizado o bairro Castelo

⁹⁹ Não identificamos no âmbito da História da Educação trabalhos sobre a implantação e funcionamento dessas instituições no Estado da Paraíba. Dessa forma, há lacunas a serem preenchidas por historiadores nessa temática afim de conhecer melhor esses centros considerados como “excelência no ensino” durante os anos de 1970.

Branco, em frente a UFPB, foi batizado de “Presidente Médici” através do Decreto 5.813 de 30 de março de 1973¹⁰⁰, sendo uma visível demarcação da memória do General¹⁰¹ naquele lugar, que para Ernani:

nenhum nome era mais indicado para aquele estabelecimento de ensino do que do chefe da Nação, pois, a construção das escolas polivalentes modelos no Brasil, constitui uma de suas metas dentro do seu plano geral da educação. (A UNIÃO, 01 de abril de 1973)

O nome de Médici indicado para a Escola Modelo, associado ao dia de sua inauguração, marcada para 31 de março, nada teve de coincidência, pelo contrário, houve um investimento e previsão na escolha do calendário para esta data, como também, dar evidência ao Regime Militar e o discurso de melhoramentos educacionais que a nova escola possibilitaria aos jovens. Sendo assim, podemos nos apoiar no pensamento de Le Goff (2003 p.535) e atribuir a construção daquele lugar como uma “escola-monumento”. Esse termo foi usado por Vidal e Faria Filho (2005 p.52) quando estudaram a “monumentalização” da concepção e construção dos grupos escolares nas primeiras décadas da educação republicana, a partir da inserção de novas ideias pedagógicas, novos espaços, metodologias, materiais didáticos e novos usos e apropriações do tempo escolar nestes estabelecimentos de ensino. (Fotos 32 e 33).

Distanciamentos e contextos históricos respeitados, aqui utilizamos esse mesmo termo na atribuição dos novos sentidos trazidos pelo Regime Militar na Paraíba para aquele prédio, ou seja, da “novidade” dos seus recursos didáticos, arquitetônicos e das promessas que foram oferecidas aos estudantes. Além disso aquele aspecto comemorativo fazia a ligação entre o passado que se comemorava e a instituição política existente no presente.

¹⁰⁰ A partir do Decreto 5.814 publicado no mesmo dia no Diário Oficial do Estado o general Costa Silva teve o seu nome gravado na Escola Estadual situada também na capital.

¹⁰¹ Em abril de 2014, no aniversário de 50 anos do golpe civil-militar, o governador Ricardo Coutinho enviou para a Assembleia Legislativa uma mensagem na qual tinha a propositura de alterar o nome da Escola Estadual Presidente Médici para Escola Estadual Presidente João Goulart, de acordo com a mensagem a alteração do nome tinha “valor simbólico, histórico e educativo” a partir da realização de um Plebiscito ocorrido na escola para a possibilidade de mudança do nome, com 87% de votos a comunidade escolheu o nome do Presidente João Goulart, sendo assim, o Projeto de Lei 1922/14 foi encaminhado em anexo e naquele mesmo ano houve a sua efetivação para a troca do nome da escola. (Em anexo apresentamos as fotografias com a mudança na fachada da escola). (cf. LE GOFF, 2003 p. 469-471)



Foto 32 – Escola Estadual Sesquicentenário. Bairro dos Estados. Fonte: A União, 01 de abril de 1973



Foto 33 - Escola Polivalente Modelo Presidente Médici. Fonte: A União, 01 de abril de 1973

Em relação ao plano geral que o governador se referiu, se tratava do conjunto de leis aprovadas que reformava a educação no ensino secundário, que incluía a referida Lei 5.692/71, a qual instituiu o ensino do segundo grau profissionalizante e obrigatório em todo o país e orientava a implantação e funcionamento dessas escolas. No dizer de Germano (2011 p.181), estas Escolas Polivalentes foram criadas com o objetivo de diminuir a demanda para o ensino superior e, ao mesmo tempo, atender à necessidade de mão-de-obra requerida pelo mercado de trabalho, vindas como um conjunto de políticas do acordo MEC-USAID¹⁰². Para o autor, essas duas principais metas foram fracassadas¹⁰³.

Ao mesmo tempo que se divulgava festivamente a inauguração das escolas, *A União* publicou duas notas que nos chamaram atenção, a primeira informou que a Escola Polivalente Modelo ainda estava aguardando a chegada de suas “modernas máquinas” para dar início ao ano letivo e a direção da escola calculou que somente seria possível em “meados de abril” passando a escola a funcionar com um calendário especial. (A UNIÃO, 23 de março de 1973). Na segunda nota, a diretora da Escola Estadual Sesquicentenário, Alzenira Palitot, informou que o Secretário de Educação, José Carlos Dias de Freitas, estava fazendo todo o esforço possível para apressar o termino da construção da escola e que as aulas só poderiam iniciar na primeira semana de abril, sem prejuízo para os alunos que já tinham sido matriculados. (A UNIÃO em 25 de março de 1973)

Ou seja, compreendemos que as escolas ainda estavam em processos finais de construção e havia pressa por parte da Secretária de Educação em concluí-las, por um lado

¹⁰² Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposto do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas. Na prática, os MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar. Destacam-se a Comissão Meira Mattos, criada em 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), de 1968, ambos decisivos na reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971). Fonte: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_mec-usaid%20.htm

¹⁰³ O autor aponta alguns principais motivos: a questão do limite dos recursos, na escola profissionalizante o custo do aluno chegava a 60% a mais do que no antigo secundário; a adoção de uma profissionalização em detrimento a formação de capacidades cognitivas; a desatualização do sistema educacional com o sistema ocupacional; a profissionalização não foi implantada efetivamente nas escolas públicas; a demanda para a universidade não foi estancada, uma vez que, para a classe média não cabia a ideia de educação para o trabalho. (GERMANO, 2011 p.185-188).

para não atrasar o calendário escolar, o que já estava acontecendo, e por outro cumprir a agenda de inaugurações instituído pelo governo. Entretanto, até o final de março daquele ano, nem uma coisa nem outra.

Mesmo assim, no dia marcado, segundo o jornal *O Norte*, a Festa de inauguração foi um sucesso, logo cedo o governador e seu secretariado compareceram ao I Agrupamento de Engenharia onde foi aberta oficialmente a programação com o hasteamento da bandeira nacional, uma vez que, se tratava de comemorar a “gloriosa Revolução de 31 de março” os militares tiveram prioridade no calendário. (O NORTE, 04 de abril de 1973)

Em seguida Ernani Sátyro, a sua esposa e sua equipe de governo se dirigiram para a Escola Modelo Polivalente. Às dez horas da manhã foi dado início pelo governador a solenidade de abertura. No local já se fazia presente a diretora Salete Medeiros, os professores que fizeram concurso para ensinar na nova escola e os estudantes que tinham sido matriculados. Após os discursos oficiais, o governador e a sua esposa plantaram mudas de pau-brasil, uma alusão ao “Brasil-potência” e em seguida os alunos fizeram fila para receber livros didáticos. (O NORTE, 04 de abril de 1973)

No encerramento da Festa houve muito barulho de fogos de artifício, banda de música, aplausos, vivas ao governador e chuva de papel picado. De lá seguiria para a Escola Estadual Sesquicentenário para a outra inauguração, novamente, banda de música, hinos e aplausos e faixas propagandistas. No dia seguinte... nenhum dos alunos matriculados nestas escolas foram para as aulas, as duas continuaram com suas portas fechadas, corredores vazios e as salas em completo silêncio. As aulas que deveriam ter começado desde o início do mês de março estavam atrasadas, os dois colégios que foram inaugurados permaneceram inacabados por mais algumas semanas.

Deduzimos que as inaugurações foram realizada às pressas para cumprir forçadamente a coincidência do calendário com comemorações que celebravam a “memória militar” e as propagandas da “imagens do trabalho” do governo estadual, mesmo sabedores que as escolas não estarem concluídas. De fato, foram momentos que se resumiram no descerramento das placas fixadas na parede das escolas com os nomes gravados em “arquivo de bronze”, que intencionavam perpetuar a lembrança e exaltação dos seus “grandes feitos” sob os olhares de centenas estudantes e convidados presentes. (cf. LE GOFF 2003 p.454)

Ressaltamos ainda que a criação de novos colégios estaduais pelo governo não foram acompanhadas de estruturas físicas e pedagógicas capazes de corresponder com a propaganda governamental do Estado. Naquele mesmo mês houve denúncia no jornal *O Norte* que estava faltando professores para ensinar na rede estadual. Em Joao Pessoa faltava professores na

Escola Estadual do bairro dos Estados, cuja gestora, já visto anteriormente, era admiradora de Médici e tinha feito um brasão para ser usado na escola e onde o problema foi mais grave, pois, as aulas tinham sido iniciadas após um mês da data marcada com metade dos professores. Faltava ainda professores no Colégio Estadual Central - Liceu Paraibano (Química, Física, Biologia e Geografia), na Escola Estadual do Tambiá (Química e Matemática), na Escola Estadual de Jaguaribe (Geografia e Matemática), na Escola Estadual do Róger (Desenho, Matemática, Ciência e Geografia). Mesmo sem citar os nomes dos locais, a notícia destacou que o mesmo problema estava acontecendo também nas cidades do interior. Mas, não foi noticiado a falta de professores de Moral e Cívica e OSPB. Essas disciplinas se constituíam como indispensáveis dentro de uma sala de aula para o Regime Militar. (O NORTE, 04 de abril de 1973)

Tragicamente ou por ser contraditório, por outro lado na mesma edição, o jornal trouxe a notícia do suicídio da professora Célia Grilo Andrade, residente no bairro de Cruz das Armas, por não ter sido nomeada pelo governo estadual para ensinar no 5º e 6º ano no Instituto Dom Adauto. Achamos pertinente acompanhar mais detalhes o caso, apesar da citação longa:

Para suicidar-se, Dona Célia utilizou-se de um revólver calibre 38, pertencente ao seu irmão Moacir Bezerra, da Polícia Rodoviária Federal. A bala penetrou no ouvido direito e provocou a morte instantânea da professora. Formada em Pedagogia e natural de Bananeiras Dona Célia Grilo ensinava desde 25 de fevereiro no Instituto Dom Adauto. Estava pleiteando uma nomeação oficial do Estado para o cargo de professora. Saíram as nomeações de suas colegas, mas nada da sua. Dona Célia ficou bastante preocupada com o fato, e acabou apelando até para o Vice-governador Clóvis Bezerra seu conterrâneo. Ontem às 9,30hs, ela foi ao Instituto Dom Adauto com o Diário Oficial, chorando e mostrando a publicação da nomeação de suas colegas, sem a inclusão da sua. O padre Trigueiro, diretor do Instituto, tento acalmá-la dizendo que ia procurar se informar direito, para dar uma resposta sobre o caso. Dona Célia retornou à residência de seus pais, (onde estava há bastante dias, por causa da situação financeira de sua residência). Pouco depois se suicidava, tendo-se como suspeita o fato de não ter sido nomeada professora. (O NORTE, 04 de abril de 1973 p.5)

A professora deixou um marido, que no momento da tragédia estava na Polynor, seu local de trabalho e um filho de um ano e três meses. Os seus pais que estavam em casa ficaram em estado de choque ao encontrar a filha morta no banheiro. O Instituto onde Célia trabalhava apesar de ser uma instituição religiosa católica, tinha convênio com Estado que nomeava e pagava o salário dos professores. Sendo uma professora contratada, a expectativa era que fosse nomeada para aumentar a renda familiar e não corresse o risco de ficar

desempregada. De fato, os seus medos tinham sido concretizado na ausência do seu nome no Diário Oficial. Não deu tempo para o padre Trigueiro averiguar o motivo da não nomeação e a professora decidiu morrer do que não ter um emprego oficializado.

Ironicamente o símbolo dos soldados são as armas e foram através delas que o presidente João Goulart foi deposto, em seguida veio a imposição da Ditadura, o assassinato de centenas de jovens líderes estudantis, políticos e “os inimigos do Regime”, a institucionalização da repressão, da prisão, da tortura, da censura, da restrição às liberdades individuais, da assinatura dos Decretos-Lei, a criação de políticas públicas que aprofundou o abismo social gerando o sucateamento das escolas e milhões de analfabetos excluídos do acesso à escolarização e o descaso pela falta de professores nas salas de aulas das escolas na Paraíba. Enfim, nem tudo foi festa e “*anos de ouro*” como se tentava divulgar no *rush* de inaugurações de Ernani Sátyro, a trágica morte da professora Célia e a arma que tirou a sua vida, também, a cada dia assassinava o sistema educacional brasileiro, naqueles ditos “*anos de chumbo*.”

6. Terminando uma Festa Cívica para iniciar outra



Composição gráfica elaborada pelo autor. Fonte: *A União*

No início desse trabalho indicamos os usos e intencionalidades da realização das Festas Cívicas com funções pedagógicas no intuito de atingir toda a sociedade por meio das escolas, ao inculcar nelas valores e sentidos a serem festejados. O nosso pressuposto era o de que a República brasileira como nenhum outro regime soube promover e promover-se pelas festas a partir dos usos de vários elementos tais como: os espaços coletivos; objetos simbólicos; conteúdos históricos; regras e normas; valores, crenças e as atividades escolares. Ao término deste trabalho, observamos que não era este o nosso ponto de partida, mas sim, o nosso ponto de chegada para o entendimento da História da Educação na Paraíba por meio das Festas Cívicas.

Consideramos importante, em primeiro lugar, trazer para o leitor a discussão quando houve nas atividades humanas individuais e coletivas, desde as mais antigas comunidades, a necessidade da invenção dos calendários, e como estes, serviram aos mais diferentes propósitos, entre eles, de controle do tempo para agricultura, orientação no cotidiano, perspectivas de futuro, marcar os dias de festas e aos interesses políticos e religiosos, principalmente por aqueles que detinham o poder em momentos de transições e rupturas políticas.

Portanto, destacamos a experiência humana marcada pela invenção dos calendários, na qual as atividades rotineiras, como também, as práticas da vida social são planejadas e pautadas pela definição de datas agendadas em calendários. Assim, identificamos a presença dos calendários em nosso cotidiano em vários espaços (na parede, nas plataformas digitais, nas agendas etc.) como intuito de planejar nossos compromissos de trabalho, lazer e estudos. Da mesma forma, em várias outras situações da nossa vida, isto é, a partir do nosso nascimento, nas festas de casamento e dia da morte ao serem contabilizados, ritualizados e comemorados como momentos significativos como datas festivas ou fúnebres.

Em síntese, apresentamos as principais funções que foram destinadas aos calendários: inventos que surgiram da necessidade de controlar e dominar o tempo, portanto, como instrumentos de poder; objetos culturais associados à memória que datam os eventos a serem comemorados e um produto histórico e cultural relacionado diretamente ao surgimento e organização das festas, pois, esse conhecimento foi proveitoso em nossa discussão durante todo esse trabalho e nos permitiu compreender melhor as necessidades e interesses dos usos dos calendários pelos que comandavam as sociedades, especialmente os chefes políticos republicanos, ao fabricar datas e festas cívicas a serem comemoradas a partir da instituição seletiva de novos marcos (símbolos, lugares, ritos, objetos, acontecimentos etc.) e alimentados pela recordação.

Como exemplo, apresentamos a República francesa, que instaurou um rompimento com o passado monárquico a partir da invenção de um novo calendário e de novas festas a serviço da revolução. Pois, seus idealizadores criaram heróis, símbolos, bandeiras e hinos associados a exaltação ufanista da nação para serem lembrados e comemorados coletivamente. Observamos que ocorreram nesses momentos explícitas intencionalidades pedagógicas em garantir a partir da recordação a sobrevivência da memória e do poder da revolução.

Trouxemos ainda a construção de novos calendários e de festas cívicas desde os primeiros anos da implantação do regime republicano no Brasil. Uma vez que, visualizamos que a memória coletiva oficial, ou “memória republicana” foi constituída através da seleção de datas que a “República mandou guardar”.

Deveras, pois nas primeiras décadas da república houve uma batalha do governo republicano na instituição de um novo calendário de comemorações cívicas nacionais, haja vista, a instauração do novo regime não contar com a participação da população e os símbolos instituídos por decretos, o Estado precisou de reforço na tarefa de popularização desses ideais e de construir os cidadãos que a República desejava.

Então, acompanhamos a rápida necessidade de convocação dos estabelecimentos escolares para contribuírem com a modelação de novos valores, costumes, crenças e normas através das festas cívico-escolares. Dito isto, constatamos um momento importante da inserção do tempo escolar no tempo social.

Nas festas instituídas durante a Era Vargas o destaque que foi observado é que mesmo sendo festividades de caráter nacional que deveriam representar a Nação e o Chefe do Executivo, entre elas, o aniversário do Estado do Novo e da República, as festas aqui na Paraíba, nesse mesmo período, cumpriram o que determinava o governo central, mas abriram espaços para as homenagens ao “novo mártir da Pátria”, o presidente João Pessoa, a cada dia 26 de julho, data do seu assassinato e a insistência na exaltação da invenção histórica da “paraibanidade” pelo IHGP.

Durante o Regime Militar realçamos o período de euforia ufanista associado ao projeto de cidadão, bem definido, que foi imposto pelas autoridades militares sob as premissas de civismo, patriotismo e obediência ao Estado. Conseguimos observar que foi ainda durante o Regime Militar que a educação foi convocada e arquitetada no intuito de cumprir o papel de arregimentar cidadãos obedientes ao Estado e a Pátria, através da criação, incentivo e oficialização de práticas cívicas já tradicionais e outras novas que foram criadas através dos Decretos-Leis. No calendário festivo militar sobressaiu as que estavam

relacionadas com a vitória do golpe e mais tarde transformada em “Semana da Revolução” e as inaugurações das obras dos governos estaduais.

Em termos gerais essas festas mesmo realizadas em diferentes localidades ganharam alguns contornos semelhantes, a exemplo da elaboração dos programas das solenidades pelos diretores de Instrução Pública, Departamentos e Secretarias de Educação nos estados e organizados pelos diretores e professores das escolas. Para uma uniformização desejada destas comemorações, vimos que foi necessário um conjunto de leis nacionais e estaduais para orientar o papel de cada sujeito nesses eventos, professores e alunos, como também, os locais adequados para as festividades.

Por isso, que as participações dos alunos uniformizados em missas campais, hasteamentos de bandeiras, exposições dos trabalhos, desfiles, passeatas e préstitos cívicos, aposição de placas comemorativas, marchas estudantis, discursos, inaugurações de placas comemorativas, entoação de hinos, exposições, alvoradas, encenações teatrais, quermesses, inaugurações, palestras e sessões cívicas se tornaram práticas constantes na rotina educativa e com sentidos claros de inculcar os valores dentro dos ideais do “cidadão/aluno republicano” de acordo com o contexto político vivido.

Ao trazer essas Festas em conotação de *aulas* compreendemos como situações em que os rituais e símbolos estiveram engendrados na escola e ao mesmo tempo difundidos por ela a partir das ocasiões festivas, que não só confirmava o ensino cívico aprendido como também disseminavam estes valores para a população que delas participavam.

As Festas Cívicas que foram comemoradas pela República e que foram organizadas em duas partes desta tese, foram pontos relevantes que nos mostraram distinções e semelhanças entre esses dois significativos momentos de *comemoracionismos*: na primeira parte se comemorou as datas que indicaram os fatos históricos e personagens centenários que ocorreram no período Imperial e que ganharam novos significados ao serem incluídos no calendário republicano, e na segunda parte foram comemorados os acontecimentos simbólicos que foram construídos durante os anos do século XX e que ocuparam o olhar republicano que buscou dar visibilidade a própria República e legitimidade aos seus representantes no âmbito nacional e local.

Com o uso da metáfora da *feira-professora* e dos momentos de comemoração comparados à *aulas* buscamos aqui nesta tese estudar intenções e finalidades pedagógicas usadas para a efetivação dos ensinamentos e características educativas que se pretendia disseminar na comunidade escolar e na sociedade. A saber:

O uso dos **espaços coletivos**, que foram os locais devidamente previstos, escolhidos e que receberam reformas, iluminação e embelezamento para a realização das festas cívicas. Assim, os itinerários das marchas e préstitos cívicos deveriam passar pelas principais avenidas localizadas no centro das cidades e em frente dos principais prédios públicos e escolares. Em outros momentos, se tornaram locais das multidões reunidas para ouvir discursos ufanistas e patrióticos para demarcar novos *lugares de memória* que eram inaugurados e apropriados pelos nomes que eram dados a estes locais, evidenciando momentos em que as festas se relacionam com as inaugurações de obras públicas e equipamentos urbanos a fim de perpetuar a lembrança e estender as homenagens e reverência aos chefes políticos promotores desses eventos.

A instituição dos símbolos nacionais pelo governo republicano encontraram nestas comemorações espaços e oportunidades para serem popularizados, portanto, os **objetos simbólicos** tinha nos ritos determinados pelas instituições governamentais uma sacralização que exigia dos estudantes posturas patrióticas e cívicas que foram estabelecidas. A distribuição de bandeirinhas, fitas bicolores, fotografias, letras de hinos e cartõezinhos aos estudantes contribuíam para a propaganda política em torno da nação e do Estado, ampliando o alcance e disseminação das informações presentes nestas imagens.

Da mesma forma, os **conteúdos históricos** que se fizeram presentes nos estandartes, faixas, cartazes, hinos, orações e alegorias apresentadas pelos estudantes nas marchas, nos préstitos, nas praças públicas e nos pátios das escolas, pretendiam ensinar e desenvolver desde cedo os valores morais e patrióticos relacionados com os conteúdos ensinados em sala de aula, principalmente sobre a nação que precisava ser amada, os grandes homens que deveriam ser cultuados e o exercício das virtudes sociais a serem imitadas. As narrativas pretenderam ainda apresentar interesse pelo passado a partir uma concepção linear do tempo onde passado/presente e futuro estavam unidos.

A imposição das festas se davam através dos Decretos-Leis, de Portarias e Programações pré-estabelecidas, dessa forma, as **regras e normas** tinham que ser obedecidas pelas escolas. Esses Decretos e leis também orientavam o local e dias das festividades e as recomendações evidenciavam a necessidade de unificar os horários das festas e ao mesmo tempo intencionando um controle maior das mesmas, a partir da cobrança e ameaças de punição ao não cumprimento das determinações.

Os **valores e crenças** perpassaram e motivaram a realização das Festas Cívicas, metamorfoseados ao interesses e valores associados aos diversos momentos políticos. O Estado, a Igreja, a imprensa, os intelectuais, os movimentos patrióticos, professores e

professoras se somaram na tarefa de incutir nas novas gerações as virtudes cívicas a partir das dimensões patriótica e política, nas quais os lemas como civilização e progresso e os mitos da nacionalidade se legitimam no culto à ordem. Por sua vez, houve uma relação estreita entre estes mitos e ideais que foram arquitetados com o sistema político vigente de cada período, evidenciando um ensinamento direcionado para os estudantes e estendido para a sociedade por meio destas comemorações.

As atividades escolares, já vistas anteriormente, onde os estudantes e professores participaram ora como protagonistas ora como expectadores da programação oficial, pois, em vários momentos as escolas foram convocadas como protagonistas, para jurar e hastear a bandeira nacional, cantar hinos patrióticos e marchar pelas ruas da cidade, em outros, assistiram palestras, sermões e discursos sobre os heróis da Independência, das glórias do passado e as homenagens às autoridades locais consideradas gradas e ilustres. A presença dos padres que conduziu vários atos religiosos fizeram entrelaçar o sagrado nos momentos cívicos para reforçar a obediência, respeito e o seguimento as ordens de Deus e da República.

Dentro de seus respectivos contextos sociais e históricos, as Festas Cívicas concebidas como ocasiões patrocinadas pelo Estado e que percebemos que foram momentos de *invenção de novas tradições* a partir da criação de novos calendários, de *mitologias políticas e representações*, que nos permitiram visualizar mesmo que parcialmente como estes eventos ganharam diferentes sentidos dentro e fora dos estabelecimentos de ensino¹⁰⁴.

Por fim, estes momentos intensos de *comemoracionismo* através das Festas Cívicas se buscou ensinar a homogeneidade, a unidade do país, o civismo e o otimismo ufanista. Ideais que não deveriam ser esquecidos pelos estudantes e vividos durante toda a vida.

Do mesmo modo que a escrita de uma tese, as festas também terminam, aliás, concordamos que “as festas não foram feitas para durar”¹⁰⁵, mas, os seus inventores/idealizadores se aproveitam da brevidade das comemorações para insistir na continuidade dos seus projetos políticos e na duração de seus “grandes feitos” transformados em memórias a serem lembradas. Por outro lado, a seleção dos esquecimentos da República, visto neste trabalho, recaiu sobre os que padeciam do analfabetismo, da falta de escolas, da pobreza, da opressão, dos privilégios e da injustiça social, mazelas tão antigas e presentes ainda no nosso estado e em nosso país tão incentivadores da realização de festas.

¹⁰⁴ Mas, aconteceram uma diversidade de momentos festivos que ainda estão esquecidos nos arquivos e precisam serem investigados para preencher as lacunas nos estudos históricos sobre a Educação em nosso Estado por meio das Festas Cívicas, uma vez que, os nossos limites não permitiram incluí-los nesse trabalho. Fica o convite aberto para outros pesquisadores.

¹⁰⁵ Trecho da música 1999 de Prince “And parties weren't meant last” o cantor compara a vida com uma festa, pois, ambas chegam ao seu final.

7. Referências e Fontes



Dissertações e Teses

AGUIAR, Joabe Barbosa. **Uma festa para a Rainha da Borborema: o centenário de Campina Grande (1960 – 1964)** 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, 2014.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando tradições, construindo memórias: A “Revolução de 30” na Paraíba.** 2006. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2006

ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes. **Espaços públicos em João Pessoa (1889 - 1940): Formas, usos e nomes.** 2006. (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, SP: 2006.

ARAÚJO, Railane Martins. **O Governo de Pedro Gondim e o teatro de poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações (1958 - 1965).** 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890 - 1930).** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **A máquina de festejar: seus usos e configurações nas escolas primárias brasileiras e portuguesas (1890-1930)** 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930.** 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2004.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972).** 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

GALVÍNCIO, Amanda Sousa. **Atuação educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913 - 1925): jornalismo, literatura e conferências.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2013.

GERKEN, Maria Aparecida de Souza. **Entre bandeiras, árvores e bonecas: festas em escolas públicas primárias em Minas Gerais (1906 - 1930).** 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2008.

LE MOS, Kaé Stoll Colvero. **A normatização da Educação Moral e Cívica (1961-1993).** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Gente opulenta e de boa linhagem: família, política, e relações de poder na Paraíba (1817-1824).** 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2005.

MELO, Salânia Maria Babosa. **A construção da memória cívica: espetáculo de civilidade no Piauí (1930 - 1945).** 2009. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2009.

MENESES, Marcondes Silva. **O Caso das Mercês: Analisando o processo de demolição e desmonte das Irmandades Religiosas na Cidade da Parahyba (1923 - 1935).** 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB: 2014.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **As Festas da Nação - civilização e estratégias de poder nas comemorações do centenário da Independência do Brasil.** 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB: 2007.

_____. **Pátria nossa a cada dia: o Capitalismo Editorial e a Invenção da Nação no Auge da Ditadura Militar (150º aniversário da Independência do Brasil).** 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE: 2015.

PAIVA, Diogo S. **(Por)entre pedra e tela: a construção de uma memória republicana (Natal - 1906 - 1919),** 2011. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2011.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos grupos escolares na Paraíba.** Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

RENK, V.E. **Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do presidente João Pessoa.** 2009. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB: 2009.

SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte. **A pintura histórica e a elaboração de uma certidão visual para a nação no século XIX.** 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2006.

SILVA, Luceni Caetano da. **Gazzi de Sá compondo o prelúdio da educação musical da Paraíba: uma história musical da Paraíba nas décadas de 30 a 50.** 2006. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Paraíba, 2006.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve! festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937 - 1945).** 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2011.

SILVA, Anne Camila Cesar. **Sobre a requalificação de praças e Centro Histórico de João Pessoa: um panorama das ações entre as décadas de 1980 e 2010.** 2014. Mestrado (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB: 2014.

SILVA, Degenal de Jesus da. **Dionísio Republicano**: as festas dos grupos escolares sergipanos e os outros olhares (1911 - 1930). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2015.

SENA, Fabiana. **Tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na Primeira República**. 2008. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa, 2008.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação**: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SOARES JR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos**: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). João Pessoa. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2011.

STUMPF, Lúcia Klück. **A Terceira margem do rio**: Mercado e sujeitos na pintura de história de Antônio Parreiras. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo – São Paulo, 2014.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa**: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG: 2006.

VIDAL, Wylinna. **Transformações urbanas**: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910-1940. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Paraíba, 2004.

Artigos

AIRES, José Luciano de Queiroz Aires. Escola e a socialização do mito João Pessoa. In: **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n.16, jan./jun, 2007. p.129-146.

BERGAMASCO, Ceci Mara Spagola. Festas comemorativas: a religiosidade no calendário escolar. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá: ANPUH, v. 1, n.3, 2009. p.1-27

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1003-1971). CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004. Anais ... Curitiba: PUCPR, 2004.

CARDOSO, Irene. 68: a comemoração impossível. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 10(2): outubro de 1998. p.1-12

CARDOSO, Carlos Augusto de Amorim. Festas e marchas do Lyceu Paraybano: vivas para a cidade. In: **VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia, MG: COLUBHE06, 2006. p. 4463-4472

CÂNDIDO, Renata Marcílio ; GALLEGOS, R. C. . Engendrar tempos e identidades: as Festas no calendário escolar suas implicações para a organização dos professores. In: IV Congresso

Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**. Goiânia : Universidade Católica de Goiás, 2006. p. 30-40.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. Uma discussão sobre os sentidos da integração de feriados, festas e comemorações cívicas no calendário das escolas primárias paulistas (1890 - 1930). **Educação em Revista.**, Belo Horizonte, v. 31, nº 2, p. 17 - 36. Jun. 2015.

CORDEIRO, Janaina Martins Cordeiro. As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972: uma festa esquecida? In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**, ANPUH, São Paulo, julho 2011. p.1-16

FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. **Nossa História**. Rio de Janeiro, v.1, n.5, ano 0, mar.2004, p. 32 - 35.

FICO, Carlos. Com o rosário na mão. **Nossa História**. Rio de Janeiro, v.1, n.5, ano 0, mar. 2004, p. 40 - 43.

GALLEGO, Rita de Cassia. Dias em vermelho no calendário: Feriados, festas e comemorações cívicas nas escolas primárias paulistas (1890 - 1929). In: **História da Educação**, nº 2, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 09 out. 2012.

GALLEGO, Rita de Cássia; CÂNDIDO, Renata Marcílio. **A integração de feriados, festas e comemorações cívicas no calendário das escolas primárias paulistas**: uma discussão sobre seus sentidos (1890-1930) . In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO,6, 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia : Edufu, 2006. v. 1. p. 4264 - 4273.

GIOLO, Jaime. Estado e Igreja na implantação da República Gaúcha: a educação a educação como base de um acordo de apoio mútuo. **Série-Estudos** - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n. 27, , jan./jun. 2009. p. 243-256

GOMES, Angela Maria de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. In: **Simpósio Nacional de História**, 25, 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-12

GUILHERME, Karina Clécia da Silva. Ditadura militar e educação: uma análise dos centros cívicos escolares (1971 – 1986). In: **10º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**: Pós Graduação em Educação na Região Sudeste em suas múltiplas dimensões. Anpedinha Sudeste 2011 - 10 a 13 de julho de 2011.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, nº 1, p. 9 - 44, 2001.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Educação e Política na Paraíba (1930-1945). **VI Encontro Norte e Nordeste de História da Educação**. Anais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. UFRN, Natal-RN, 2016.

JOÃO, Maria Isabel. Memória e comemoração. In: **História Revista**, 8 (1/2): 57-88, jan/dez, 2003.

LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. **História**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64 - 93, 2006.

LISBOA, KM. I **Comemorações, memória, história e identidade**. In RODRIGUES, J., org., NEMI, ALL., LISBOA, KM., and BIONDI, L. A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre história e memória. São Paulo: Unifesp, 2008. pp. 35-91

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. A escola em festa: as festividades escolares na Primeira República no Piauí. In: **VI Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia/MG: COLUBHE06, 2006. p. 4365-4373

OLIVEIRA, Lúcia Luppi. As festas que a República manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989, p.172 - 189.

PAIVA, Bruna Maria Morais de; LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de ; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. As festividades e as comemorações cívicas nos grupos escolares da Parahyba do Norte. In: XVIII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste, 2007, Macéio. **Anais do 18º EPENN - Políticas de ciência e Tecnologia e formação do pesquisador em educação**. Macéio: EDUFAL, 2007. v. 1. p. 1 - 10.

PAIVA, Bruna Maria Morais de; LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. Grupos escolares na Parahyba do Norte (1916 – 1929): Reformas que subsidiaram a organização da instrução pública primária. In: **Congresso Luso-brasileiro de História da Educação**. 6, 2006. *Anais...*Uberlândia-MG, 2006, v. 1, p. 5773 – 5782. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/523BrunaMaria_e_AntonioPinheiro.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

PARADA, Maurício. Som da nação: educação musical e civismo no Estado Novo (1937-1945) **ALCEU** - v. 9 - n.18 - p. 174 a 185 - jan./jun. 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, 2007, vol. 27, nº 53. p. 11-23

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Educação Nacional e “paraibanidade”: a história pátria e o ensino de história da Paraíba. In: **Simpósio Nacional de História**, 22., 2003, João Pessoa. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa*. João Pessoa, PB: ANPUH, 2003. CD-ROM.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. “A Campanha Cívica de Olavo Bilac e a criação da Liga da Defesa Nacional”. Publ. **UEPG Humanit.Sci.,Linguist., Lett. Arts**, Ponta Grossa, 19 (1): 9-17, jan./jun. 2011

SAVIANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 273-290, Dec. 2002 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. acesso em 04 Jan. 2015.

SCHACTAE, Andréa Mazurok. As comemorações de Tiradentes: memória e identidade de gênero na Polícia Militar do Paraná. **FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS**. Curitiba, 2010.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/Comemoração: As utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História**. v. 22, nº 44, pp. 425 - 438, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos da Infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892 - 1933). **Educação e Pesquisa**, v.25, nº.2, p.127-143, Jul./Dez. 1999.

_____. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 20, n. 52, 2000. p.104-121

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Cadências escolares, ritmos docentes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 87 - 108, jul./dez. 1999.

VANTI, Elisa dos Santos. A fotografia e a pesquisa em História da Educação: elementos para a construção de uma metodologia. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 19, p. 121-130, abr. 2006

VEIGA, C. G.; GOUVÊA, M. C. S. Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 135 – 160, jan./jun. 2000.

URT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 471 - 509, Dec. 2012

Livros e capítulos

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa: o Sesquicentenário da independência do Brasil** (1972). Rio de Janeiro: Apicurí, 2013.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Tomo II. 3ª ed. João Pessoa, PB: Universitária- UFPB, 1997.

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1979.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. “Desfiles patrióticos: cultura cívica nos grupos escolares de Curitiba (1903-1971)”. In: **Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação – PUCPR**. Curitiba, 2004. Disponível em www.sbhe.org.br/novo/congressos. Acesso em 15 de fev de 2014.

BILAC, Olavo. **A defesa nacional (discursos)**. Rio de Janeiro, RJ: Liga da Defesa Nacional, 1917.

BILAC, Olavo. **Leituras Cívicas**. Oliveira e Costa, Belo Horizonte, MG: Editor feFranklin Belfort de Oliveira, 1920.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime; NADAI, Elza et al. **O ensino História e a criação do fato**. 4ª ed. São Paulo, SP: Contexto, 1992. p. 43 – 73.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru: EDUSC, 2004.

CANDIDO, Antônio. A estrutura da escola. IN: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociedade**. 6ª ed. São Paulo, SP: Editora Nacional. 1971.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo, SP: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. Estado Novo: novas histórias. In: Marcos César Freitas (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2001. p.182-213

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 110 - 142.

CARDOSO, Ciro Santana Flamarion; MAUAD, Ana Maria. “História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema.” In: CARDOSO, Ciro Santana Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Domínios da história**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1997. p. 401-417

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito**: religião civil e comemoracionismo (EUA, França e Portugal) – Fortaleza, CE: Edições NUDOC/ Museu do Ceará, 2005.

CHAMON, Carla Simone. **Festejos Imperiais**: Festas cívicas em Minas Gerais (1815 – 1845). Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002.

CHARTIER, Roger. O leitor entre limitações e liberdade e A leitura entre a falta e o excesso. In: _____. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Unesp/ Imprensa Oficial do Estado, 1999, pp. 75-114.

_____. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

_____. O Mundo como Representação. In: _____. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002 pp.61-78.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo, SP: Moderna, 1994.

CHIQUELLO, Marcos. **Breve história da medida do tempo**. São Paulo, SP: Scipione, 2001.

CITTADINO, Monique. Pedro Gondim: Entre Deus e o Diabo. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; FREIRE, Rodrigo (org.). **Golpe civil militar e ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa, PB: Ed. da UFPB, 2014.

CONNERTON Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1999.

CORDEIRO, Janaina Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 151-163.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1997a.

_____. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida ab origine**: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local. João Pessoa, PB: Almeida Gráfica, 1996. 70 p.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-57.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2014.

_____. **Reinventando o otimismo**: Ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

VIÑAO FRAGO, Antônio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59-139.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. 5 ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GONZALES, Lucilene dos Santos; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; NAPOLITANO, Carlo José. Censura à liberdade de expressão e propaganda política: estratégias para legitimação do regime militar. In: NAPOLITANO, Carlo José; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; LOSNAK, Célio José; GOULART, Jefferson Oliveira (Orgs.). **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2014. 392 p.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**: Paraíba (1889-1945). João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1994.

HOBBSAWM, Eric J. "Introdução: a invenção das tradições". In.: HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Orgs.). **A Invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. 2º ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1997.

ITANI, Alice. **Festas e calendários**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

JOFFILY, José. **Revolta e Revolução**: Cinquenta nos depois. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARTINS, Eduardo. **A União**: Jornal e História da Paraíba, evolução gráfica e editorial. João Pessoa, PB: Ilustrada. 1977.

MARTINS, Lincoln. **Pedro Américo**: pintor universal. Rio de Janeiro, RJ: L.M. Martins; João Pessoa, PB: Governo do Estado da Paraíba; Brasília, DF: Fundação Banco do Brasil, 1994.

MEIRELLES, Domingos. **1930**: os órfãos da Revolução. 2ª Ed. Record, Rio de Janeiro, 2006.

MELO, Fernando. **João Pessoa**: uma biografia. 3 ed. João Pessoa, ed. Ideia, 2003.

MORAIS, Fernando. **Chatô**: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro, RJ: FGV/CPDOC, 1992.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. DAYRELL, Sérgio (org). **O jornal: da forma ao sentido**. 2ª Ed., Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo, SP: Contexto, 2014.

OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In: **História**: Novos Objetos. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1976.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. Vol. I e II. João Pessoa, PB: Universitária - UFPB, 1977.

PRESOT, Aline. Celebrando a 'Revolução': as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no

século XX – Brasil e América Latina. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2010, p. 71-96.

REIS, José Carlos. **História, a ciência dos homens no tempo**. Londrina, PR: Eduel, 2009.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. República Velha e oligarquias na Paraíba. In: **Paraíba – Conquista, patrimônio e povo**. Série IV Centenário, João Pessoa, PB: A União, 1983, p.58 - 59.

SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação: entre a Monarquia e a República**. Goiânia, GO: UFG, 2000.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **Populismo, ditadura e educação: Brasil/Paraíba, anos 1960**. Editora Universitária da UFPB, 2009.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família: As mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de etall. **O Legado educacional do século XIX**. Araraquara, SP: UNESP- Faculdade de Ciências e Letras. 1998a. p. 20 - 62.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 - 1910)**. São Paulo, SP: Ed. da UNESP, 1998b.

_____. Rituais escolares: liturgia cívica e glorificação da memória. IN: PORTO, Maria do Rosário Silveira *et al.* **Tessituras do imaginário: cultura & educação**. Cuiabá: Edunic/CICE/FEUSP, 2000, p. 173 - 184.

_____. **Alicerces da Pátria: História da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)**, Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

_____. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964**. Tradução Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985**. Tradução Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes e Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. (orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003.

VIDAL, Diana G; FARIA FILHO, Luciano M. **As Lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus A. T. (Org.). **Cinco estudos em História e historiografia da Educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. P. 76-81

Fontes:

ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA para 1914. S/l, s/e., s/ a .

ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA: Administrativo, Historico, Mercantil, Industrial (Diretor: Bel. Nelson Lustosa Cabral) Parahyba: Imprensa Official, 1922

ATA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. “Ata da inauguração das lápides comemorativas nos lugares históricos, onde estiveram expostas as relíquias dos mártires da Revolução Republicana de 1817”, de 12 de outubro de 1917.

BRASIL, República Federativa do Decreto–Lei nº 8.529, de 02 de Janeiro de 1946

BRASIL, República Federativa do. Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946

_____. Decreto-Lei nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965.

_____. Decreto-Lei nº 58.023, de 31 de março de 1966.

_____. Decreto-Lei nº 58.168, de 11 de Abril de 1966.

_____. Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.

_____. Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

_____. Decreto-Lei n.º 68.065, de 14 de janeiro de 1971.

_____. Decreto-Lei nº 5.700, de 01 de setembro de 1971.

BRAZIL, República dos Estados Unidos do. **Constituição Federal, de 24 de fevereiro de 1891.**

COMOCI, Comissão de Moral e Civismo. **Há 53 anos deixou de existir o mártir João Pessoa – o herói que tudo sacrificou ao patriotismo.** Secretaria de Educação e Cultura. Estado da Paraíba. 1983

COSTA, José Augusto Ferreira da. “Flagof the Republicof Pernambuco”, **Revista do Instituto Histórico de Geográfico Brasileiro**, v. LVI, Rio de Janeiro, 1893, p. 122.

DIAS FERNANDES, Carlos. Hino do Centenário da Revolução de 1817. In: *A União*, 13 de março de 1917 p.1.

Discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, Rio de Janeiro. **Instituto João Goulart.** Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br>. Acesso em: 31 mai 2014.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DA BIBLIOTECA NACIONAL (Divisão de Obras Raras)
Volumes 103 e 109. Sob a organização de José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro, 1959.
Contém os documentos sobre o movimento de 1817.

LUCCI, Elian Alabi. TDMC: trabalho dirigido de moral e civismo (2º. grau). 7. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.

MARCHA da Família com Deus pela Liberdade. Documento produzido pela União Cívica Feminina de São Paulo na ocasião da organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. São Paulo, 1964.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembléa Legislativa na abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1922, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do Estado. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922, 66 p.

PARAHYBA DO NORTE, Estado da. **Mensagem** apresentada á Assembléa Legislativa do Estado, na 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura por João Suassuna, Presidente do Estado. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1925, 175 p.

_____, **Mensagem** apresentada pelo Presidente do Estado á Assembléa Legislativa, na abertura de sua 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura por João Suassuna. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1927, 222 p.

VIEIRA, Eudésia. **Pontos de história do Brasil**. 8ª ed. João Pessoa, PB: Gráfica Comercial, 1956.

Periódicos

BRASIL NOVO, 26 de julho de 1933

BRASIL NOVO, 27 de julho de 1933

A IMPRENSA, 13 de setembro 1922.

A IMPRENSA, João Pessoa (Paraíba). 29 de março de 1964.

A IMPRENSA—João Pessoa (Paraíba). 26 de abril de 1964.

A IMPRENSA—João Pessoa (Paraíba). 17 de maio de 1964.

A IMPRENSA—João Pessoa (Paraíba). 31 de maio de 1964.

A UNIÃO, 9 de março de 1917.

A UNIÃO, 11 de março de 1917.

A UNIÃO, 13 de março de 1917.

A UNIÃO, 15 de março de 1917.

A UNIÃO, 18 de fevereiro de 1922.

A UNIÃO, 01 de março de 1922.

A UNIÃO, 21 de março de 1922.

A UNIÃO, 30 de março de 1922.

A UNIÃO, 19 de julho de 1922.

A UNIÃO, 26 de agosto de 1922.

A UNIÃO, 02 de setembro de 1922.

A UNIÃO, 03 de setembro de 1922.
A UNIÃO, 07 de setembro de 1922.
A UNIÃO, 12 de setembro de 1922.
A UNIÃO, 21 de setembro de 1922.
A UNIÃO, 15 de agosto de 1927.
A UNIÃO, 12 de outubro de 1927.
A UNIÃO, 14 de outubro de 1927.
A UNIÃO, 15 de outubro de 1927.
A UNIÃO, 18 de outubro de 1927.
A UNIÃO, 19 de outubro de 1927.
A UNIÃO, 21 de outubro de 1927.
A UNIÃO, 22 de outubro de 1927.
A UNIÃO, 10 de setembro de 1930.
A UNIÃO, 11 de setembro de 1930.
A UNIÃO, 26 de julho de 1933.
A UNIÃO, 01 de agosto de 1933.
A UNIÃO, 02 de agosto de 1933.
A UNIÃO, 25 de julho de 1935.
A UNIÃO, 28 de julho de 1935.
A UNIÃO, 08 de novembro de 1939.
A UNIÃO, 15 de novembro de 1939.
A UNIÃO, 17 de novembro de 1939.
A UNIÃO, 18 de novembro de 1939.
A UNIÃO, 01 de abril de 1964.
A UNIÃO, 07 de abril de 1964.
A UNIÃO, 09 de abril de 1964.
A UNIÃO, 14 de abril de 1964.
A UNIÃO, 30 de abril de 1964.
A UNIÃO, 03 de maio de 1964.
A UNIÃO, 07 de maio de 1964.
A UNIÃO, 12 de maio de 1964.
A UNIÃO, 06 de junho de 1964.
A UNIÃO, 15 de março de 1971.
A UNIÃO, 02 de outubro de 1971.
A UNIÃO, 11 de novembro de 1971.
A UNIÃO, 27 de novembro de 1971.
A UNIÃO, 14 de dezembro de 1971.
A UNIÃO, 15 de março de 1972.
A UNIÃO, 02 de abril de 1972.
A UNIÃO, 04 de abril de 1972.
A UNIÃO, 09 de abril de 1972.
A UNIÃO, 23 de abril de 1972.
A UNIÃO, 04 de julho de 1972.
A UNIÃO, 06 de julho de 1972.
A UNIÃO, 05 de setembro de 1972.
A UNIÃO, 02 de setembro de 1972.
A UNIÃO, 03 de setembro de 1972.
A UNIÃO, 07 de setembro de 1972.
A UNIÃO, 09 de setembro de 1972.
A UNIÃO, 23 de março de 1973.

A UNIÃO, 25 de março de 1973.

A UNIÃO, 31 de março de 1973.

O EDUCADOR, 16 de março de 1922.

O EDUCADOR, 07 de abril de 1922.

O EDUCADOR, 07 de setembro de 1922.

O NORTE. Paraíba. 28 de março de 1964.

O NORTE. Paraíba. 05 de abril de 1964.

O NORTE. Paraíba. 06 de abril de 1964.

O NORTE. Paraíba. 09 de abril de 1964.

O NORTE. Paraíba. 16 de abril de 1964.

O NORTE. Paraíba. 19 de abril de 1964.

O NORTE. Paraíba. 21 de abril de 1964.

O NORTE. Paraíba. 23 de abril de 1964.

O NORTE. Paraíba. 25 de abril de 1964.

O NORTE. Paraíba. 14 de maio de 1964.

O NORTE. Paraíba. 04 de julho de 1972.

O NORTE. Paraíba. 04 de abril de 1973.

JORNAL DA PARAÍBA, 01 de setembro de 1972.

JORNAL DA PARAÍBA, 07 de setembro de 1972.

DIÁRIO DA BORBOREMA, 01 de setembro de 1972.

DIÁRIO DA BORBOREMA, 09 de setembro de 1972.

DIÁRIO DA BORBOREMA, 10 de setembro de 1972.

BRASIL NOVO, 26 de julho de 1931

BRASIL NOVO, 27 de julho de 1931

O CORREIO DA PARAÍBA, em 23 de abril de 1972

REVISTA ERA NOVA, de 15 de setembro de 1922.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO- Vol. 1, João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1909.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO - Vol. 5, João Pessoa, PB: Imprensa Oficial, 1922.



ANEXO A – VASSOURA E SEU ESTANDARTE NO DESFILE CÍVICO DE 1972

ANEXO B – CAPA DO ANUÁRIO BRASILEIRO DE 1972

ANEXO C – DIA 7 SETEMBRO – COMEMORAÇÕES ESOLARES
CALENDÁRIO CÍVICO BRASILEIRO - 1973

CALENDÁRIO CÍVICO BRASILEIRO (2.º Semestre) 93

Dia 7 de Setembro

DIA DE FESTA

(Murilo Araújo)

Inquietas e ligeiras?
Por que tantas bandeiras
Batem alegremente,
Como grandes pavões, as asas verde e ouro,
Inquietas e ligeiras?

Por que passam soldados
E nas armas têm flôres?

Por que estrondam dobrados
Com clarins e tambores?

Por que todos na escola, reunidos, cantamos,
Todos nós, mais mil!

É o Brasil que faz anos!...

É o Brasil que faz anos!...
Viva o Brasil!

*O menino brasileiro
Tem um dever a cumprir:
Não faltar à sua escola,
Estudar e se instruir!*

**ANEXO D – APRENDER COM RIMAS – Comemoração das datas cívicas nas escolas do
Ensino Fundamental – 1973**

SEMANA DA PÁTRIA

COMENTÁRIO (Jardim da Infância)

Fui assistir à parada;
Esteve tudo bonito,
Só que fiquei cansada,
Bem que papai tinha dito!

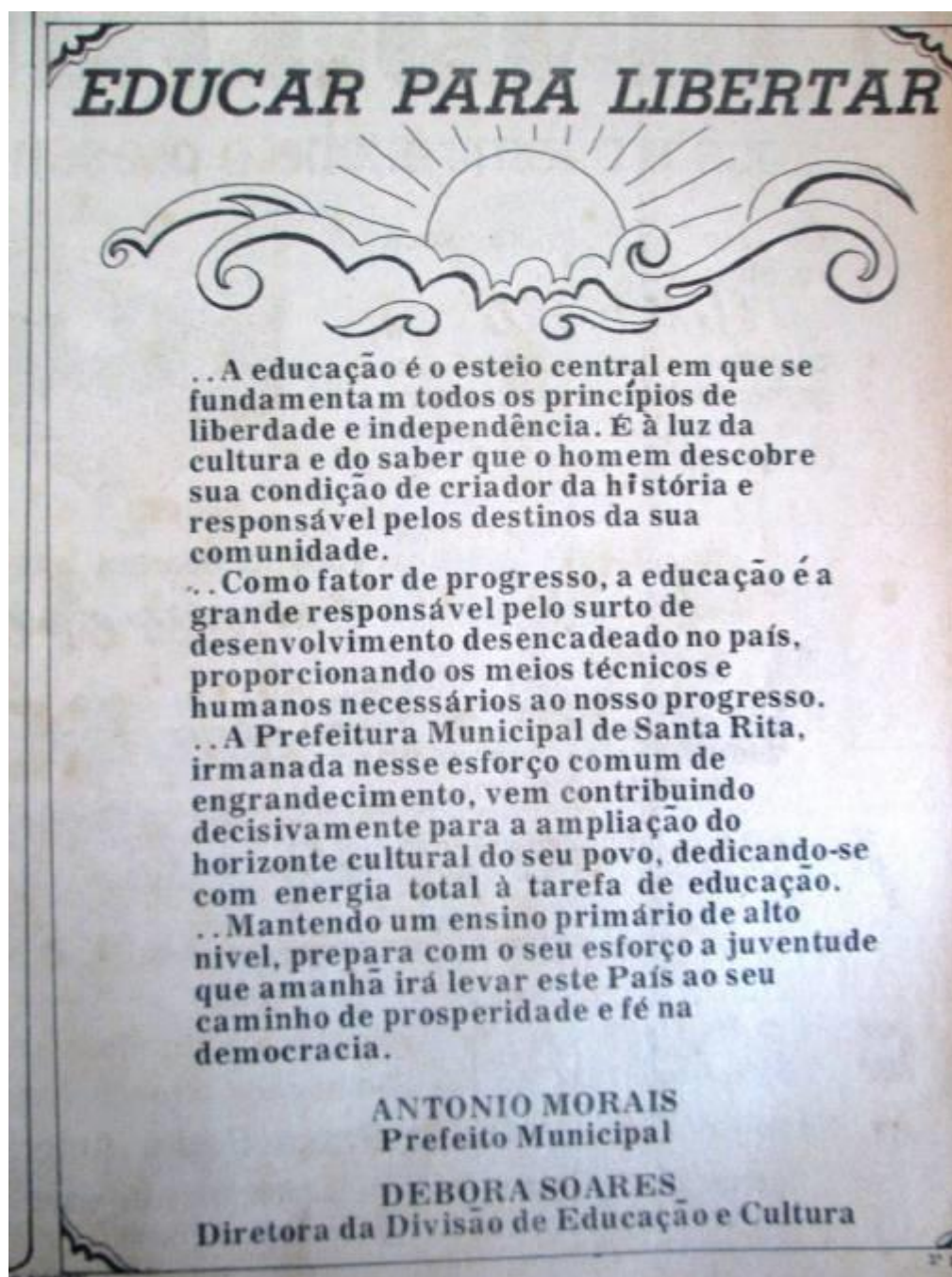
Mesmo assim me diverti
Sentada a beira da calçada
Ao desfile eu assisti
Comendo pipoca e cocada.

NO DIA DA PARADA (1º ano)

Crianças sorriam,
Soldados marchavam
Bolas subiam,
Bandeiras tremulavam,
Colégios a passar
Sob o rufar os tambores,
Mil corações a palpitar
Debaixo das blusas de cores

O povo todo vibrava
E aplaudia com vontade,
O desfile que marcava
A nossa liberdade!

ANEXO E – Mensagem da Prefeitura de Santa Rita nas comemorações do Sesquicentenário da Independência – 1972



**ANEXO F – Hasteamento da Bandeira Nacional pelos alunos de São Mamede-PB
07 de setembro de 1972**



ANEXO G – Solenidade de exposição dos restos mortais de D. Pedro I na Paraíba-1972



ANEXO H – Produtos paraibanos para a Exposição de 1922

GRUPOS	DESCRIÇÃO
1º	Couro: Selas, todos os tipos usados no sertão e na zona da mata, sobressaindo uma que foi fabricada em Guarabira, tipo americano. Caronas de Santa Luzia, Picuí e Patos. Mantas de diversos municípios, chapéus de couros diversos, um gibão de São Mamede, couros variados, peles curtidas em Itabaiana e na Fábrica de São Francisco;
2º	Minérios e minerais: De grandes utilidades de diversos municípios principalmente de Santa Luzia e Picuí. Entre eles notam-se cobre, platina, níquel, calcário, mármore, giz, quartzo róseo, quartzo cristalizado e quartzito;
3º	Fibras as mais variadas e de grande aproveitamento na indústria: jangadeira, algodão bravo, amostras de algodão, destacando as vindas de Santa Luzia, da Algodoeira do Nordeste, algodão em pluma, caroço e semente de algodão em grande quantidade.
4º	Bebidas;
5º	5º cereais: Farinha de mandioca e macambira, diversos tipos de café prende a atenção o “mooka” de Bananeiras;
6º	Óleos: Nogueira, semente de laranja, de oiticica, de mamona, de côco, de melancia. Óleos de baleia da Fábrica de pesca do Nordeste;
7º	Materiais de pesca: Botes, canoas, jangadas, tarrafas, rede e covos da Baía da Traição e de Santa Luzia;
8º	Redes: Diversos tipos de rede feitas de pano e de crauá. Tecidos fabricados com tear do sertão;
9º	Uma bolandeira em miniatura e uma máquina de descaroçar algodão vindas de Santa Luzia e Sabuji;
10º	Prendas domésticas de Campina Grande da Casa da Caridade, de Souza e Cabaceiras, guarda-chuvas e uma sombrinha confeccionada pela Senhorita Emilia Lustosa Cabral;
11º	Chapéus: Palhas de catolé e carnaúba;
12º	Artigos de cutelaria: Facas, foices, machados, estribos, cortadeiras, havendo objetos de Guarabira;
13º	Um aparelho rádio telegráfico;
14º	Velas de Carnaúba e ceras de Souza
15º	Mel de abelha de Areia, Ingá e Teixeira;
16º	Trigo de Teixeira em espiga e grãos;
17º	Produtos cerâmicos.

Tabela elaborada pelo Autor: Fonte: *A União* (07 jul.1922, p. 2).

ANEXO I – “Batalha de memórias” na fachada da Escola Modelo Polivalente
João Pessoa-PB

